

Célio Roberto Turino de Miranda

NA TRILHA DE MACUNAÍMA
Ensaio para uma política pública de lazer

Dissertação de mestrado apresentada
ao Departamento de História
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas
Sob orientação do Prof. Dr. Marcos Tognon

Este exemplar corresponde à redação final
Da dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em / / 2004

BANCA

Prof. Dr. **Marcos Tognon**

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Fevereiro de 2004

Entre as muitas descobertas
que a trilha de Macunaíma me permitiu,
está a história de Vei, a sol.

É tão claro, se a sol é uma estrela,
deve ser tratada no feminino.

Mas essa é uma sabedoria taulipangue,
os índios do norte da Amazonia.

Para nossa civilização
seria impossível admitir que todos os
planetas ficam sob a órbita de uma estrela.
Por isso a estrela sol foi transformada em astro rei.

Prefiro seguir Macunaíma
e dedico essa obra às Vei
que iluminaram e aqueceram minha vida.

Para
Cândida, mãe de minha mãe
Elza, minha mãe
Thereza, mãe de minhas filhas
Mariana e Carolina, minhas filhas

E para Ci, Mãe do Mato

Resumo

Os estudos sobre o lazer na sociologia e na história ainda são poucos, e normalmente colocados em um campo secundário. Este trabalho tem por foco a cidade de São Paulo e a influência do lazer na formação de um comportamento social, um jeito, uma “maneira de ser” dos moradores da cidade. O período estudado vai da emergência do lazer, no início do século XIX, até a perda do rio Tietê como espaço de recreação e convivência, em 1944.

Para trilhar este caminho procuramos desconstruir as idéias de ócio e trabalho tendo por pano de fundo a rapsódia Macunaíma. Desta forma foi possível entender o processo de construção de identidades e de redes de solidariedade em uma vida fora do trabalho, bem como do modo com que os moradores de São Paulo foram se auto-alienando em seu meio. Vivemos numa época em que um número cada vez maior de pessoas talvez nunca experimente um trabalho regular, daí a importância de conhecer esse tempo “livre”, ou de lazer. E entre todos os intelectuais brasileiros, foi Mário de Andrade quem melhor desvendou esse processo.

No último capítulo, aqui apresentado como anexo, expomos uma série de experiências e tentativas para compor uma política pública de lazer com caráter emancipador e transformador. Esse é o objetivo que perseguimos ao seguir a trilha de Macunaíma.

Abstract

The researchs about leisure in sociology and the history still a not so much, and usually reputed in a second place. This research focus the city of São Paulo and the relations of leisure the formation of a social behave, a way, “life style” from this people of the city. The period researched goes to the emergency of the leisure, in the beginning of the XIX century, until the lost of Tietê river like space of recreation and society, in 1944.

To tread this way we have to looking for to destroy the ideas of idleness and work have got for example the rhapsody of Macunaíma. This way was possible to understand the process of building and identity and solidarity webs in a life whitout work, like the way with the people of São Paulo went became blinds in their closed world. We live in a period of the growning up of the people perhaps never try a regular work, so the value of knowledge this “free” time, or the leisure. And between brasilians intellectuals people, was Mario de Andrade who best discovery this process.

In the last chapter, we introduced like a enclosure, we show a lot of experiences and try to do a public policy of leisure with a emancipation and transformer face. This is the objective we are looking for to follow the tread of Macunaíma.

Índice

Apresentação.....8

Capítulo I - ÓCIO E TRABALHO - Valores em mutação

<i>O imaginário social do ócio</i>	15
<i>O elogio ao ócio</i>	23
<i>O direito à preguiça</i>	28
<i>A recuperação da idéia grega de ócio</i>	32
<i>Os comunistas e o direito ao ócio</i>	34
<i>A influência da revolução russa na redefinição de um conceito de ócio</i>	39
<i>A preguiça sob a lógica do capitalismo</i>	42
<i>O primeiro de maio e a redução da jornada de trabalho</i>	47
<i>Tempo liberado por falta de trabalho</i>	60
<i>A viabilidade da redução da jornada de trabalho no Brasil</i>	63
<i>A moral do trabalho</i>	68
<i>O ócio na sociedade pós industrial</i>	72
<i>Perspectivas para uma sociedade que revê os sentidos do ócio</i>	78

Capítulo II LAZER: O ÓCIO PERMITIDO (compondo conceitos para a definição de uma política pública para o lazer)

<i>A diferença entre ócio e lazer</i>	84
<i>A definição do lazer</i>	90
<i>Regulando os relacionamentos sociais</i>	95
<i>Lazer, esporte e combate à violência. Mito ou realidade?</i>	100
<i>Lazer e violência: um pequeno retrato da periferia de São Paulo</i>	104
<i>Lazer, classes sociais, gênero, faixas etárias e etnia</i>	108
<i>Lazer e sociedade de consumo</i>	112
<i>Lazer e jogo</i>	122
<i>Reprodução social, lazer e educação</i>	132

Capítulo III - NA TRILHA DE MACUNAÍMA - Ai! que preguiça...

<i>O brilho inútil das estrelas.....</i>	<i>137</i>
<i>Um preguiçoso para cada época.....</i>	<i>142</i>
<i>Introdução a Macunaíma.....</i>	<i>148</i>
<i>O herói de nossa gente.....</i>	<i>150</i>
<i>O vilão Piaimã.....</i>	<i>154</i>
<i>A consciência deixada na ilha de Marapá.....</i>	<i>155</i>
<i>Começa a batalha pela reconquista da muiiraquitã.....</i>	<i>158</i>
<i>Escolhas e contradições do herói.....</i>	<i>164</i>
<i>Eu menti... ..</i>	<i>172</i>
<i>Tetápe, dzónanei pemonéite hêhe zeténe netaíte.....</i>	<i>174</i>
<i>Falta queijo!... ..</i>	<i>177</i>
<i>Quando São Paulo foi totemizada em preguiça.....</i>	<i>181</i>
<i>A Divina Preguiça.....</i>	<i>184</i>
<i>De volta ao Mato Virgem.....</i>	<i>188</i>

Capítulo IV - SÃO PAULO DESCOBRE O LAZER - A muiiraquitã de São Paulo: o rio Tietê

<i>A emergência do lazer.....</i>	<i>192</i>
<i>O lazer refinando comportamentos.....</i>	<i>194</i>
<i>O grande centro de lazer de São Paulo: os rios.....</i>	<i>199</i>
<i>A várzea.....</i>	<i>203</i>
<i>Os Parques Públicos.....</i>	<i>211</i>
<i>Um parque que deveria unir a cidade.....</i>	<i>215</i>
<i>São Paulo e o estranhamento do rio.....</i>	<i>221</i>
<i>Meditação sobre o rio Tietê.....</i>	<i>225</i>

ANEXOS

URSA MAIOR É MACUNAÍMA - Que o brilho inútil da constelação Ursa Maior ilumine uma nova política pública para a infância, o esporte, o lazer e a cultura.

Coletânea de artigos com experiências na formulação de políticas públicas para o esporte, o lazer e a cultura.

ESPORTE COMO LAZER E COOPERAÇÃO.....	238
VIVA SÃO PAULO.....	245
VIVA SÃO PAULO – Nossa Rua.....	247
DOMINGO NO MINHOCÃO.....	249
PARQUE DO TIETÊ	
Plano de Oscar Niemeyer para a reurbanização da margem do rio Tietê.....	251
RECREIO nas FÉRIAS	
Uma estratégia para a implantação de uma política pública de lazer e educação em tempo de férias.....	257
JOGANDO COM ARTE.....	263
ESPORTE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE.....	264
LAZER E INCLUSÃO SOCIAL.....	280
UMA GESTÃO CULTURAL TRANSFORMADORA.....	284
XADREZ E DAMAS EM TAMPINHAS.....	293
LAZER INFANTIL E REPRODUÇÃO SOCIAL.....	295
AS TROCINHAS DO BOM RETIRO	
Análise sobre o estudo de Florestan Fernandes sobre a cultura infantil.....	302
OS PARQUES INFANTIS NA GESTÃO MÁRIO DE ANDRADE	
Um breve estudo sobre gestão pública, infância, lazer e aprendizagem.....	311
<i>Considerações Finais.....</i>	<i>318</i>
Bibliografia.....	322

Apresentação

Essa dissertação é resultado de muitos caminhos enfrentados a partir da minha entrada no curso de mestrado em história, na UNICAMP. Inicialmente (no ano de 2000) procurava entender o papel dos Museus de Cidade na formação de um sistema de classificação e seleção da memória das cidades e até ensaiei dois capítulos, *Narrativa histórica e Museus* e *Patrimônio histórico e identidade* (quem sabe algum dia os retomo como artigos). O tema museu me atrai muito e trabalho em Museus desde que concluí a graduação em história, também na Unicamp, há quase vinte anos. Mas o projeto pressupunha uma exposição que ficou impossível de realizar quando fui convidado para trabalhar na Prefeitura de São Paulo, como diretor de promoções esportivas, lazer e recreação.

Em poucos dias tinha mudado de cidade e comigo toda a família. Antes morava em um distrito rural de Campinas, perto do rio Atibaia onde tinha por hábito remar três vezes por semana. Agora minha obrigação era planejar e organizar os eventos de esporte e lazer na maior cidade do Brasil (e morando ao lado da avenida Paulista). Um ano de trabalho duro, lazer só para os outros; mestrado então, nem pensar. Em 2002, com as políticas do departamento razoavelmente definidas, foi possível retomar os estudos. Mas a essa altura o tema já era outro. Precisava dar respostas, melhorar a qualidade do trabalho, entender o porque, os sentidos e os usos que os cidadãos e cidadãs de São Paulo davam para o seu tempo liberado e suas atividades de lazer. Daí a chance de unir pesquisa acadêmica à atividade prática em um governo.

Foi procurando embasar conceitualmente a formulação de uma política pública para o lazer na cidade de São Paulo que trilhei esse caminho. Não foi fácil. Primeiro era preciso penetrar nesse mundo do lazer, conhecer gostos, preferências, motivações. Também foi necessário descobrir um novo universo de autores e pesquisadores. E mesmo entre os já conhecidos era preciso apresentar novas questões e me aproximar de temas antes tão distantes. Por sorte tenho um orientador paciente.

No entanto havia um conflito de identidade. Ao mesmo tempo em que pretendia ser pesquisador e crítico, também era gestor e formulador de políticas. E esse não poderia ser um trabalho exclusivo de política pública, afinal minha dissertação estava voltada para a história e seria um profundo equívoco utilizar esse espaço apenas como avalista para ações pré-determinadas e definidas conforme interesses imediatos, mormente associados a decisões e

necessidades de governo. Pelo contrário, a intenção foi recorrer à academia (ou melhor, à disciplina e método acadêmicos) para encontrar respostas e caminhos, aí sim, para problemas bem concretos, presentes na sociedade e que precisavam ser enfrentados imediatamente.

Horkheimer falava do papel central da práxis como verificação final das teorias; talvez essa tenha sido uma oportunidade para a verificação, quem sabe, de uma história aplicada. Uma história que busca conhecer as narrativas, distinguindo suas origens e interesses, bem como estabelecendo relações entre as diversas áreas de conhecimento (particularmente para este trabalho a interdisciplinariedade foi muito necessária), inquirindo, buscando vínculos com situações concretas, procurando entender processos de longo prazo.

O foco é o lazer na cidade de São Paulo e a influência deste na formação de um comportamento social, um jeito, uma “maneira de ser” dos moradores da cidade. Evidentemente nos concentramos em um período, que vai da emergência do lazer, no início do século XIX, até a perda do rio Tietê como espaço para o lazer da cidade, em 1944. A idéia deste estudo é entender o processo de construção de identidades e de redes de solidariedade em uma vida fora do trabalho. E essa discussão vai se tornando cada vez mais necessária, afinal os ambientes de trabalho tem se tornado cada vez mais competitivos e demolidores até mesmo das redes de solidariedade no próprio ambiente de trabalho. Também vivemos uma época em que um número cada vez maior de pessoas talvez nunca viva a experiência de um trabalho regular, não digo nem emprego, mas trabalho; desses que, comumente dizemos que dão a identidade das pessoas, “*onde você trabalha, o que você faz?*” é a pergunta mais comum logo após a apresentação de uma pessoa. Mas a despeito da ausência do trabalho as pessoas também constroem suas identidades, o movimento hip hop é um exemplo, os grupos de mulheres de periferia. Daí a importância de conhecermos melhor esse tempo “livre”, ou o lazer.

Em que pese o avanço dos estudos da vida privada e da micro-história, ainda são poucos os trabalhos voltados especificamente para o lazer, área colocada num plano secundário entre as preocupações da sociologia e da história, sendo normalmente uma atribuição deixada para o campo da educação física. Era preciso descobrir autores e com eles os temas necessários à composição dos conceitos.

Primeiramente tratamos de entender a relação entre ócio e trabalho, bem como a construção de imagens sociais em relação aos mesmos. Sérgio Buarque de Hollanda nos deu uma pista, com *Visões do Paraíso* e também Marilena Chauí, com o seu brilhante prefácio a *O direito à preguiça*, de Paul Lafargue, o genro de Karl Marx. Lafargue é um filho da América Latina, das

Antilhas francesas, um crioulo, um mestiço desenraizado que, com o seu vigor militante, desconstrói a imagem da preguiça e do trabalho como nunca antes havia sido feito. Com Lafargue retomamos Marx em toda sua dimensão filosófica e humanista. Ao contrário do que uma interpretação vulgar do marxismo nos faria crer, Marx entendia que o adequado uso do tempo de lazer e a redução da jornada de trabalho são condições fundamentais para o desenvolvimento humano, onde as pessoas superariam o reino da necessidade para adentrar no reino genuíno da liberdade. Mas também contamos com Weber a nos demonstrar o momento que a ideologia do trabalho assumiu todos os espaços da sociedade capitalista.

Seguindo esses autores, e também Bertrand Russel, o sofisticado filósofo de *O elogio ao ócio*, fomos consolidando uma opinião que coloca o lazer, acima de tudo, como uma questão de poder e de luta entre interesses antagônicos. Desta forma, toda política de lazer que se pretenda emancipadora tem que estar inserida na discussão sobre a redução da jornada de trabalho bem como em uma melhor distribuição de renda no que, o sociólogo Ricardo Antunes, oferece uma significativa contribuição com *Os Sentidos do Trabalho*.

Mas era preciso recorrer aos pesquisadores que tem por objeto específico o estudo sobre o lazer e o ócio. Priorizamos o referencial dos sociólogos Domenico de Masi e Joffre Dumazedier. Nos últimos dez anos, a teoria do sociólogo do trabalho, Domenico de Masi tem encontrado muita repercussão no Brasil e está associada ao próprio nascimento da sociedade pós-industrial na medida em que incorpora as rápidas transformações estabelecidas no processo produtivo. Ele aponta que “...estamos caminhando em uma sociedade fundada não mais no trabalho, mas no tempo vago” e que “...a principal característica da atividade criativa é que ela praticamente não se distingue do jogo e do aprendizado, ficando cada vez mais difícil separar essas três dimensões que antes, em nossa vida, tinham sido separadas de uma maneira clara e artificial. Quando trabalho, estudo e jogo coincidem, estamos diante daquela síntese exatamente que eu chamo de ‘ócio criativo’”¹. É claro que suas idéias sofrem uma série de críticas, como um tratamento aparentemente “neutro” da questão do ócio bem como de um certo modismo, bem ao gosto destes tempos, vulgarizando do debate. Mas a sua influência no tema é tão grande que não poderíamos ignorá-lo.

Os estudos do sociólogo do lazer, Joffre Dumazedier, assumem um rigor mais científico e foram consolidados entre os anos sessenta e setenta. Lamentavelmente estes estudos

¹ In. *O Ócio Criativo – Ed. Sextante – pg. 16 – grifo nosso*

ficaram restritos às áreas de educação física, mas são extremamente pertinentes e consistentes e poderiam auxiliar em muito os estudos nas ciências humanas. A influência de Dumazedier na formulação de políticas públicas para o lazer é incontestável. O SESC², por exemplo. Sobre Dumazedier, o diretor do departamento regional do SESC-SP, Danilo Miranda afirma: “*Durante as décadas de 70 e 80, tivemos a oportunidade de promover seminários internos com sua animada presença, além de enviar nossos pesquisadores para cursos de pós-graduação, na Sorbonne, sob sua orientação direta*”³. A relevância desse fato é significativa, pois definiu os rumos de uma das mais avançadas e criativas ações em torno de uma política de lazer aliada às artes, ao esporte e à convivência social, sendo responsável pela formação de toda uma geração de gestores do lazer, agitadores culturais e do próprio público⁴. No primeiro Encontro Nacional sobre Lazer, realizado em 1975, Dumazedier abria sua conferência referindo-se à sua intimidade com os problemas brasileiros: “*Não é a primeira vez que venho ao Brasil e tenho a impressão de estar acompanhando seus problemas desde 1963. A minha primeira viagem, no período de 1961-63, foi realizada a convite da Universidade de Brasília e do Movimento de Cultura Popular do Recife.(...) Durante dez anos, trabalhei com brasileiros, fora do Brasil, e sempre às voltas com o mesmo problema, o do lazer*”. Em seu trabalho “*Sociologia empírica do lazer*”, Dumazedier sistematiza o tema do ponto de vista teórico e metodológico.

Também foi uma grande satisfação a descoberta de Norbert Elias, um original pensador. Além de *O processo civilizador*, estudamos a sua coletânea de artigos sobre esporte e lazer, publicados em *A busca da excitação*. Norbert Elias apresenta o lazer sob uma perspectiva do autocontrole, da quebra da rotina e da formação de comportamentos, normas e condutas sociais. Com ele, Bourdieu e sua teoria dos campos, do *habitus* e da reprodução social, além de um interessante trabalho sobre esporte e classes sociais. Entre os brasileiros destacamos Luís Otávio Camargo (aluno de Dumazedier, na Sorbonne) que aponta que o trabalho não é mais a única fonte de preocupação das pessoas e que “*...em nome da qualidade de vida, a diversão e o gozo lúdico da existência também se tornam um problema a ser resolvido pelos indivíduos e uma*

² SESC – Serviço Social do Comércio

³ Prefácio à *Sociologia Empírica do Lazer – Ed. Perspectiva – pg. 8*

⁴ A experiência do SESC – SP merece um estudo à parte (uma boa sugestão de tese) dado à presença desta Instituição no panorama cultural de São Paulo, disseminando a prática de freqüentar centros de lazer que colocavam em um mesmo espaço área para espetáculos, oficinas culturais, biblioteca, exposições, piscinas e instalações esportivas e de recreação unificadas sob projetos arquitetônicos arrojados (dos quais o projeto da arquiteta Lina Bo Bardi para a restauração de uma antiga fábrica no bairro de Pompéia, aliada à construção de um moderno edifício vertical, todo em concreto aparente, é um marco da arquitetura paulistana).

*fonte de cobrança da família e dos amigos, pois através da educação informal propiciada pelo lazer, plasma-se um “modelo cultural de prática social que interfere no desenvolvimento pessoal dos indivíduos”*⁵, e o professor aposentado da Unicamp, Nelson Marcelino, que além de ter influenciado toda uma geração de gestores do lazer é autor de uma extensa obra sobre o tema, com destaque para o Lazer e a educação. E em relação ao tema educação e jogo, Gilles Brougère, Huizinga e Vygotsky.

Como contraponto crítico, nos apoiamos na Escola de Frankfurt, em especial Marcuse, Adorno e Eric Fromm (apesar de sua curta passagem pela escola de Frankfurt) onde encontramos um conjunto de idéias de excepcional profundidade. Para as questões relativas à pós-modernidade Anthony Giddens e Featherstone. Entre os historiadores, Eric Hobsbawn de quem guardo uma frase: “*Tente entender sua época e não enumerar fatos*”, E. P. Thompson, Stela Bresciani, com o conciso e consistente estudo sobre a pobreza em Londres e Paris no século XIX, Edgar DeDecca, não somente por seus trabalhos mas pelas teses que orientou, Maria Guzzo Decca, com o pioneiro *A vida fora das fábricas* e Nicolau Svcenko, *Orfeu estático na metrópole*. E também os memorialistas de São Paulo, Richard Morse, Henrique Nicollini e Antônio Egídio Martins, entre outros. Além, é claro, de Ecléa Bosi e sua insubstituível *Memória e Sociedade*.

Mas nada supera o prazer de lidar com um pensador de tamanha vitalidade como Mário de Andrade, ao mesmo tempo objeto e guia de nosso trabalho. Cheguei a Mário de Andrade por caminhos tortuosos, procurava um artigo, *A divina preguiça*, de 1918, que só encontrei depois de muita pesquisa e aqui deixo um especial agradecimento às arquivistas do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP. *A divina preguiça* é um clássico que deveria figurar ao lado de *O direito à preguiça*, de Lafargue e *O elogio ao ócio*, de Bertrand Russel, como as grandes referências mundiais sobre o tema. Com a *Divina preguiça*, encontrei Macunaíma. Com Macunaíma reencontrei o Brasil e o nosso ócio criativo. Mais que isso, encontrei toda uma lógica de interpretação do país e da nossa realidade, uma desconstrução de preconceitos e uma renhida disputa entre as idéias de progresso, trabalho versus preguiça e brincadeira. Sem dúvida Macunaíma influenciou a própria construção narrativa deste texto e assim mergulhamos na literatura de Mário de Andrade. Como ponto de apoio, o indispensável *Roteiro de Macunaíma*, de Cavalcanti Proença, bem como outras referências literárias: *Brás*, *Bom Retiro e Barra Funda*, de Alcântara Machado, *Parque Industrial*, de Pagu, além de versos e canções de Juó Bananere,

⁵ CAMARGO, Luís Otávio – *O que é lazer* – Ed. Brasiliense, 1989

Cornélio Pires, Blaise Cendrars e Adoniran Barbosa (e como referência atual, o rapper Mano Brown).

Em Macunaíma descobri o sentido do ócio. E na busca da muiiraquitã perdida encontrei São Paulo. Seria antecipar a história, mas entrelaçamos a trama da muiiraquitã com a drama do rio dos paulistas, o Tietê. Ele será tratado no quarto capítulo. Nele falamos do lazer moldando comportamentos nos campos de várzea, nas competições aquáticas (no início do século XX as grandes atividades esportivas de São Paulo eram o remo e a natação, praticadas no rio Tietê). E essas eram práticas ao mesmo tempo preguiçosas e inteligentes, como veremos. Com a perda deste fator de identidade da cidade, o rio, os moradores foram se auto-alienando, se embrutecendo, rompendo com vínculos de solidariedade e civilidade. Mário de Andrade percebeu isso, tanto que seu último poema representou um grito de desespero, *A meditação sobre o Tietê*, que foi oferecida às gerações futuras como herança e que tomo a liberdade de apresentá-lo na íntegra, dispensando maiores análises ou comentários; é um poema que fala por si.

Na parte final, como anexos, apresento uma série de artigos que escrevi sobre os projetos atualmente desenvolvidos no departamento de promoções esportivas e lazer e uma reflexão sobre outro trabalho desenvolvido quando fui Secretário de Cultura e Turismo em Campinas, entre 1990/92. Também há uma análise sobre um estudo da cultura infantil, feito por Florestan Fernandes em 1940, os Parques Infantis sob a gestão Mário de Andrade e o consistente projeto urbanístico e de arquitetura para a várzea do rio Tietê, de Oscar Niemeyer. Espero que essas ações apresentadas sigam o caminho trilhado por Macunaíma.

Finalmente gostaria de deixar um especial agradecimento ao meu orientador Marcos Tognon que pacientemente me indicou o método de trabalho (confesso que vida acadêmica não é o meu forte), definindo caminhos de pesquisa sem nunca interferir especificamente no conteúdo, para o qual contei com toda a liberdade de ação. Também agradeço às pessoas com quem trabalhei na Secretaria de Esportes e Lazer, em especial os funcionários do DEPEL, servidores públicos no verdadeiro sentido da palavra. Mas não podia deixar de fazer uma menção especial à pedadoga e amiga Roselene Crepaldi, que me emprestou muitos livros relacionados ao universo infantil, ao Rui Costa, sociólogo de primeira grandeza e ao José Roberto Gnecco, professor de história da educação física na Unesp, com quem tenho o prazer de trabalhar em São Paulo. Também agradeço ao aprendizado que obtive na convivência com o pessoal do SESC, que mesmo sem comentar especificamente sobre esse trabalho, ofereceram discussões e questionamentos que foram de grande valia. Na trajetória de pesquisa, os funcionários do

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, da Biblioteca Mário de Andrade e, novamente, do IEB, bem como aos funcionários da pós graduação da Unicamp e aos professores e colegas do núcleo de pesquisa em História e Cidades. Lembro ainda do meu querido professor de graduação, José Roberto do Amaral Lapa, já falecido. Com ele aprendi a aproveitar o tempo de um jeito diferente. Estava no final da adolescência, era calouro, vivíamos a ditadura militar e a Unicamp era um mundo de liberdade. Mil idéias, tanta coisa por fazer. Queríamos mudar o mundo, quem sabe uma revolução. Assembléias, passeatas, campanha pela anistia. Debates sobre conjuntura, protestos, reuniões clandestinas. Particularmente recordo de uma aula em que estávamos agitados, não havia tempo a perder, precisávamos fazer faixas, cartazes... Mas o velho professor pacientemente nos ensinava a ler os livros.

A todos, muito obrigado.

Célio Turino

Capítulo I

ÓCIO E TRABALHO.

Valores em mutação

O imaginário social do ócio

“Além do rio, andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio, Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras, e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito” (Pero Vaz de Caminha, TERRA DE VERA CRUZ, abril de 1500)⁶

Aos primeiros dias na terra que viria a ser o Brasil dá-se um alegre encontro entre os povos da terra e aqueles que haviam chegado do mar; e o coletor de impostos, almoxarife Diogo Dias, *homem gracioso e de prazer*, meteu-se com os índios a dançar. Essa foi a primeira troca simbólica do país que começava a nascer; nenhuma palavra foi dita, apenas gestos e sons. Mas antes deste encontro, os povos que habitavam o lugar, viviam em festa, obtendo seu sustento com pouco esforço, pois a terra lhes oferecia tudo que fosse necessário. *“Primeiras sociedades do lazer, primeiras sociedades da abundância”*⁷, este foi o mundo que os portugueses encontraram ao cruzar o Atlântico. A impressão é de que haviam chegado ao Éden⁸. Sérgio Buarque de

⁶ In. Carta de Pero Vaz de Caminha – Catálogo da Mostra do Redescobrimento – São Paulo, 2000

⁷ SAHLINS, M. – citado por Pierre Clastres – *A sociedade contra o Estado* – Modos de Produção na Antiguidade, pg. 67 – Editora Global - 1982

⁸ A época de Colombo, muitas foram as discussões a este respeito. Mapas indicavam a localização do Paraíso, cosmógrafos ajustavam suas cartas, teólogos debatiam o Gênesis. O próprio Cristóvão Colombo dá a entender que chegou à porta do Paraíso por especial graça de Deus: *“Já disse, aquilo que achava deste hemisfério e da sua feiúra, e creio, se passasse por debaixo da linha equinocial, que ali chegando, neste lugar mais alto, achara maior temperança e diversidade nas estrelas e nas águas, não porque acredite que onde se acha a altura extrema seja possível navegar-se ou seja possível subir até lá, pois creio que lá está o Paraíso Terrestre, onde ninguém pode chegar, salvo por vontade divina...”* (in. Visão do Paraíso, pg. 194)

Holanda parte do imaginário medieval do Paraíso, encontrado no Gênesis para compreender esse deslumbramento com o mundo que se descortinava:

“...o Senhor Deus, tendo criado o homem, em quem insuflou o fôlego da vida e o fez assim alma vivente, plantou para sua habitação um horto ‘da banda do Oriente’. Ali espalhou por toda parte, plantas agradáveis à vista e boas para comida...”⁹

Nessa terra de *muito bons ares*, a comida estava ao alcance das mãos, bastava extrair frutos, plantar -pois *“dar-se-á de tudo, por bem das águas que tem”¹⁰*-, caçar ou pescar¹¹. Vaz de Caminha descreve a ida à terra firme em busca de água e comida:

“Foi o Capitão com alguns de nós um pedaço por este arvoredo até uma ribeira grande e de muita água (...). Ali ficamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dela, entre esse arvoredo, que é tanto, tamanho, tão basto e de tantas prumagens¹², que homem as não pode contar. Há entre ele muitas palmas, de que colhemos muitos e bons palmitos”

Beber e folgar ao mesmo tempo em que se busca o alimento, esse era o cotidiano de trabalho encontrado nas terras de Pindorama. Os índios sabiam extrair da terra aquilo que ela lhes oferecia e assim que conseguiam o suficiente podiam se dedicar à arte, às brincadeiras e à festa. Na verdade, a arte, as brincadeiras e a festa estavam misturadas com a busca do sustento. O sentido do trabalho em um ambiente como este, certamente era diferente da realidade da Europa medieval e os portugueses da frota cabralina que foram buscar água e comida, *por este arvoredo até uma ribeira grande e de muita água*, também se deixaram folgar pelo caminho e mesmo assim, colheram *muitos e bons palmitos*. E essa percepção de um reino da abundância, não foi apenas dos portugueses, um anônimo inglês deixou o seguinte relato:

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque, *Visões do Paraíso*, pg. 184 – PUBLIFOLHA, 2000

¹⁰ Carta de Pero Vaz de Caminha

¹¹ Santo Isidoro de Sevilha, chamou as terras encontradas de Ilhas Afortunadas (*Insulae Fortunatae*) e assim o fez por considerar que possuem todos os bens necessários a uma vida feliz e ditosa. *“Espontaneamente dão muito rico fruto nas árvores; os bosques cobrem-se espontaneamente de vides; em vez de ervas há ali messes: de onde aquele erro dos gentios, e dos versos dos poetas quando julgam que tais ilhas, pela fecundidade do solo, constituem o Paraíso. Situam-se no Oceano, do lado esquerdo da Mauritània, próximas do Ocidente e separadas dela pelo mar”* (Visão do Paraíso, pg. 195)

¹² *de tantas prumagens*: de tantas variedades

”...aqueles que lá estiveram são acordes, sem exceção, que viram os melhores e mais verdes prados e campinas, os outeiros mais aprazíveis, cobertos de árvores e frutas de toda casta, os mais formosos vales, os mais deleitosos rios de águas frescas, providas de infinitas variedades de peixes, as florestas mais densas, sempre verdejantes, cheias de frutos, que possam exhibir no mundo inteiro”¹³

Mas no mesmo tempo que a riqueza natural da terra deslumbrou os visitantes, ela também despertou a cobiça e, quase que na mesma seqüência, a inveja em relação àqueles povos que prescindiam do trabalho para levar as suas vidas. Prescindiam do trabalho e também do Estado, dois dos principais axiomas da civilização ocidental. A falta da necessidade de um trabalho duro estava presente não apenas entre povos nômades, como também em relação aos agricultores tupis-guaranis; portugueses, franceses ou espanhóis não admitiam uma realidade assim, a ociosidade nativa os chocava. O antropólogo Pierre Clastres faz a seguinte descrição do ritmo de trabalho destes povos:

“Uma mesma área de cultivo era utilizada por um período ininterrupto de quatro a seis anos. Em seguida era abandonada, por esgotar-se o solo (...) O grosso do trabalho efetuado pelos homens consistia em arrotar, por meio de um machado de pedra e com o auxílio do fogo¹⁴, a superfície necessária. Essa tarefa no fim da estação das chuvas, mobilizava os homens durante um ou dois meses. Quase todo o resto do processo agrícola – plantar, mondar, colher -, em conformidade com a divisão sexual do trabalho, era executado por mulheres¹⁵.”

¹³ In. Visões do Paraíso, pg. 357

¹⁴ Cabe ressaltar que a tradição atribuída aos índios de atear fogo para abrir plantações, já era conhecida dos portugueses e utilizada na Ilha da Madeira em dimensões muito maiores do que a queimada localizada dos Tupis. Sérgio Buarque de Holanda descreve, a partir de relato de João Gonçalves Zarco, em 1455, a experiência dos portugueses na transformação da Ilha : “...não havia ali um palmo de terra que não fosse coberto por árvores grandíssimas. Para cultivá-la, tiveram os primeiros povoadores de recorrer ao sistema que depois usariam no Brasil, de destruir a mata deitando-lhe fogo. O qual fogo andou lavrando pela ilha grande espaço de tempo, e foi tamanho, que os moradores com suas mulheres e filhos, tiveram-se que acolher-se à água do mar, e assim estiveram com ela até o pescoço dois dias e duas noites, sem comer nem ber, pois de outro modo teriam morrido queimados. Desaparecendo por essa forma o bosque, tudo se tornou um terreno para cultivo, além das canas doces, de vinhas e trigo” (Visão do Paraíso, pg. 188). Ou seja, a queimada localizada é uma prática indígena; mas a queimada em proporções dantescas, antes de representar uma prova da preguiça nativa, é resultado da ganância e da busca do lucro sem medir conseqüências.

¹⁵ Mesmo no Paraíso, para que uns trabalhem menos, outros (outras) precisam trabalhar mais.

A esta constatação ele conclui que, para os homens havia a necessidade de apenas dois meses de trabalho duro a cada quatro anos, o tempo restante era passado em ocupações como a pesca e a caça¹⁶ que, apesar de proverem a comunidade de alimentos, não eram consideradas penosas e sim como prazer, estando misturadas, como dissemos, com festas e brincadeiras. Mesmo entre os índios da atualidade, a presença do trabalho na vida cotidiana é bastante reduzida. J. Lizot, antropólogo que viveu vários anos entre os yanomami da Amazônia venezuelana, estudou o tempo que os adultos dedicavam ao trabalho, marcando todas as atividades necessárias para o cumprimento da tarefa. Em qualquer situação esse tempo nunca ultrapassou três horas diárias¹⁷. A lógica destas sociedades não é exatamente da recusa do trabalho; eles trabalham pouco é verdade, mas enfrentam suas obrigações, a diferença [em relação aos europeus] é que param no momento que suas necessidades são satisfeitas. Ou seja, dependendo das condições ecológicas, podem trabalhar mais ou menos, no entanto, o sentido de suas vidas é encontrado no lazer, na busca do significado das coisas e não na acumulação de riquezas materiais. Essa foi a diferença encontrada pelos portugueses há quinhentos anos.

“Águas são muitas; infinitas”, de forma poética, Vaz de Caminha descreveu a realidade vista por ele em que a abundância de recursos naturais parecia inesgotável¹⁸, bem como o tipo físico e a ausência de malícia entre os povos da terra:

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso tem tanta inocência como em mostrar o rosto. (...) Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas ta altas, tão cerradinhas e

¹⁶ Engels e Marx, em uma concepção um tanto quanto romântica, conforme aponta Herbert Marcuse, devem ter se inspirado neste modelo de comunismo primitivo ao fazerem sua conhecida descrição da futura sociedade comunista: “onde cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico” (A ideologia Alemã – pg. 47) . No entanto, lembramos novamente que, entre os tupi-guaranis, a divisão de trabalho existia na diferença entre homens e mulheres.

¹⁷ In. *A sociedade contra o Estado* – Pierre Clastres – Modos de Produção na Antiguidade, pg. 66 – Editora Global. Pierre Clastres, mesmo sem uma contagem exata do tempo, constatou que em sua experiência pessoal no contato com os índios guaiáquis, do Paraguai, o tempo que eles dedicavam ao trabalho nunca superou metade do dia (“...passavam pelo menos metade do dia em quase completa ociosidade, uma vez que a caça e a coleta se efetuavam, e não todos os dias, entre, mais ou menos, 6 e 11 horas da manhã”).

¹⁸ Lamentavelmente essa idéia de que as riquezas naturais do Brasil são infinitas está presente até os dias de hoje, fazendo com que os recursos da terra sejam extraídos como se nunca acabassem. Até que um dia acabam. Inclusive as águas, que já foram muitas.

tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha”.

Ausência de malícia, recursos abundantes, despreocupação em estocar riquezas ou alimentos. Porque um povo que vivia nestas circunstâncias iria preferir o trabalho ao descanso? A própria organização da vida social prescindia de um corpo estatal, inexistindo um poder político que pudesse coagi-los a abandonar sua vida em ócio. Para os recém chegados europeus, era inaceitável que aquelas pessoas vivessem tão perto da felicidade e que isso acontecesse com tão pouco esforço. Mesmo com a recorrente comparação ao Paraíso (*...a inocência desta gente é tal, que a Adão não seria maior, quanto a vergonha*), a missão que eles se auto-colocaram foi a de salvar essa gente do pecado (como se houvesse pecado no Paraíso):

“...o melhor fruto que nela se pode fazer, me parece que será salvar essa gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar”

Claro que antes de sugerir a salvação dos moradores do Èden, Caminha descreve mais uma vez as riquezas da terra, sempre presentes nas intenções de todos que cruzaram o Oceano à procura do Novo Mundo:

“...um deles pôs olho no colar do capitão, e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata”

“Isto tomávamos nós por assim o desejarmos”. Ao menos Caminha foi sincero nos propósitos do Reino que, para realizar seus desejos, como que cumprindo uma ordem divina, desde então repetiu os versos do Gênesis para todo aquele povo que ainda vivia como Adão:

“Maldito é o solo por causa de ti! Com sofrimentos dele te nutrirás todos os dias de sua vida. Com o suor do teu rosto comerás teu pão.” (Gênesis, 3:17-9).

Estas palavras marcariam para sempre o destino dos moradores do continente que seria chamado de América, assim como marcaram o destino dos descendentes de Adão e Eva. Desde a expulsão do Paraíso o trabalho surge como pena divina a redimir uma vida em pecado e ligada indissolavelmente à preguiça. A vida ociosa e feliz do paraíso transforma-se em promessa que só será reconquistada após a morte e como prêmio para uma existência de virtudes e sacrifícios. Após a carta de Caminha, a terra de Vera Cruz deixou de ser Paraíso integrando a história dos homens.

Obter o sustento sem sacrifício não mais seria possível, até porque os índios não trabalhariam apenas para suas tribos. Era preciso domesticar aqueles selvagens, salvando-lhes a alma, mesmo que isso significasse a destruição de seu corpo e de suas mentes. O que se seguiu àquele primeiro encontro, em que houve espaço até para a dança, foi uma história de horror e extermínio. Os índios teriam que aprender a lidar com os rigores do trabalho, mesmo que Caminha tivesse atestado que “*a terra em si é de mui bons ares*”, o que não exigiria o armazenamento de alimentos para os rigorosos tempos de inverno ou estiagem. Mas apesar de dispor de uma produção que já era suficiente para todos, atendendo até mesmo aos visitantes mais inesperados, era preciso produzir mais.

Trabalho para purgar os pecados, mesmo representando um castigo, torna-se virtude. Marilena Chauí chama atenção ao paradoxo do que significa o desprezo à preguiça e a valorização do trabalho, pois ele surge como castigo divino e está presente “*...em quase todos os mitos que narram a origem das sociedades humanas como efeito de um crime cuja punição será a necessidade de trabalhar pra viver*”¹⁹. A origem da palavra trabalho é encontrada no latim *tripalium*, instrumento de tortura para empalar escravos, derivado de *palus*, estaca. O exército de escravos liderados por Espártacus, depois de derrotado por Roma, teve esse destino: a morte por empalamento, no *tripalium*. Da mesma forma, *labor*, que significa dobrar-se sobre o peso de uma carga, dor, sofrimento.

A etimologia do trabalho nos auxilia a perceber a contradição entre virtude e pecado como atribuições sociais desdobradas em preconceitos, condutas e mentalidades e por isso é importante que a levemos em consideração. Mas esta é uma construção ocidental de trabalho e seria um equívoco atribuir-lhe uma dimensão negativa em si. Para os povos do oriente, o conceito é outro:

¹⁹ Idem, pg. 11

“A idéia de trabalho no ocidente é construída (...) em oposição ao lazer e ao ócio. Por isso o trabalho associa-se, freqüentemente, à obrigação e mobiliza os sentimentos de castigo, sofrimento, pena, cruz que carrega, ao passo que o não trabalho se vincula ao ideário da recompensa, descanso, prêmio, etc... No oriente, a idéia de trabalho funda-se na oposição entre trabalho intelectual e manual. Neste sentido, o trabalho dignifica a vida se possibilitar o desenvolvimento da criatividade, inventividade e da capacidade cognitiva humana em suas múltiplas dimensões”²⁰

A noção de trabalho como sinônimo de escravidão é produto da expropriação do trabalho alheio, bem como da alienação imposta ao trabalhador expropriado, que se vê destituído do usufruto do resultado de seu trabalho e do próprio processo de produção, que é compartimentado e abstrato. Mas na perspectiva de uma sociedade emancipada, livremente regulada, o trabalho, ou um novo tipo de trabalho, continuará tendo uma função social vital. Deverá haver, isso sim, uma relação de maior equilíbrio entre o tempo de trabalho e o de não trabalho e neste caso, a humanização da vida social levaria por humanizar o próprio trabalho. Sobre o tema, Ricardo Carlos Gaspar, em recente publicação, apresenta uma significativa contribuição:

“A caracterização do ser humano livre como sendo aquele homem sem obrigação de trabalhar, cuja generalização coletiva supostamente caracterizaria a utopia comunista, parece-nos equivocada, não apenas por identificar exclusivamente o trabalho à necessidade – portanto, a atividade trabalho seria ontologicamente incompatível com a liberdade, o que contraria a legítima interpretação de Luckács acerca da ontologia marxiana do trabalho, na qual este aparece como domínio do indivíduo genérico sobre sua própria singularidade particular e, enquanto tal, modelo de toda a liberdade-, como por diluir as diferenças que sempre prevalecerão – embora não mais de caráter antagônico- entre a atividade produtiva socialmente regulamentada e o ócio, nas suas diferentes formas de manifestação”²¹

²⁰ BLASS, Leila Maria da Silva, in. *Desafios da Globalização* – Otávio Ianni (org), pg. 150 – Apud Ricardo Carlos Gaspar – *As Fronteiras do Possível* – Ed. Germinal - 2003

²¹ GASPAR, Ricardo Carlos – *As Fronteiras do possível: trabalho, lazer e civilização* – pg. 128 – Ed. Germinal, 2003

Voltando às imagens sociais...

“Mãe dos vícios!”, “Morada do demônio”, “Preguiçoso como um índio” (depois, como um negro, ou nordestino, ou pura e simplesmente como um pobre, um despossuído vítima de si mesmo), são imagens recorrentes da preguiça, onde “o laço que ata preguiça e pecado é um nó invisível que prende imagens sociais de escárnio, condenação e medo”²². Este modo de perceber a preguiça está incorporado ao cotidiano da sociedade e vai muito além de uma visão religiosa. Analisando o dicionário de língua portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda percebemos cinco diferentes significados para o ócio:

1. *Descanso do trabalho, folga, repouso;*
2. *Tempo que se passa desocupado, quietação, lazer;*
3. *Falta de trabalho, desocupação, ociosidade;*
4. *Preguiça, indolência, moleza;*
5. *Trabalho mental ou ocupação suave, agradável.*

A representação mais comum, no entanto, relaciona preguiça à indolência, um valor negativo, pecaminoso.

“O diabo sempre inventa uma maldade para quem está de mãos vazias”²³

Diz o ditado. Como se a ocupação e o trabalho possuíssem “a virtude milagrosa de transformar todos em virtuosos, maduros, livres, dignos de mérito e felizes”, e o ócio, em oposição, seria “promotor do enfraquecimento das virtudes, como a antecâmara de todas as perversões, como ocasião de tédio, violência e uso de drogas”²⁴. Penetrando no imaginário, nas pequenas atitudes, brincadeiras e comentários, essa percepção do ócio tem um efeito direto na vida prática, no comportamento familiar, educacional e social, bem como na definição de políticas públicas em áreas como: lazer, cultura, esportes, educação e a própria formação para o trabalho.

²² CHAUI, Marilena – Prefácio a *O Direito à Preguiça* – pg. 10 – Ed HUCITEC - 2000

²³ ditado lembrado por Bertrand Russel e citado por Domenico De Masi – *A Economia do ócio* – pg. 17 -Ed. Sextante – 2001

²⁴ DE MASI, Domenico – *A Economia do ócio* – pg. 22 – Ed. Sextante - 2001

Jacques Derrida demonstrou que os aspectos mais básicos da identidade humana podem ser encontrados na estrutura da linguagem que usamos para expressá-los, onde a disputa pelo conceito em torno das palavras é, sobretudo, uma questão política, de poder e controle social. Assim também acontece em relação ao ócio, à preguiça ou ao lazer. E esta disputa de idéias e conceitos começou na Europa, a partir do século XIX, com a intensificação da luta entre proletários e capitalistas. Primeiro o genro de Karl Marx, Paul Lafargue, escrevendo “*O direito à preguiça*” (que analisaremos mais à frente); depois, na década de 1930, o grande pensador britânico, Bertrand Russel, com “*O elogio ao ócio*”. Começamos pelo elogio ao ócio.

O elogio ao ócio

Poucos autores trataram do tema com tanta profundidade e clareza de raciocínio como o filósofo, matemático e pacifista, Bertrand Russel. Um dos grandes pensadores do século XX, ganhador do prêmio Nobel, não por uma área específica do conhecimento, mas pelo conjunto de sua obra, Bertrand Russel conclui que “*a crença nas virtudes do trabalho produz males sem conta e a moral do trabalho é “uma moral de escravos”*”²⁵. Inicialmente ele procura definir o que é o trabalho, identificando dois tipos de trabalho:

- a) *o que modifica a posição dos corpos na superfície da terra ou perto dela, relativamente a outros corpos;*
- b) *o que manda que outras pessoas façam o primeiro.*

Lembrando que o primeiro tipo é desagradável e mal pago e o segundo muito bem pago e agradável, conclui que, para o segundo tipo:

“...além daqueles que dão ordens, há os que dão conselhos a respeito das ordens que devem ser dadas. Geralmente dois tipos opostos de conselhos são dados simultaneamente por dois grupos organizados, a isso se chama de política. A qualificação necessária para esse tipo de trabalho não é o conhecimento do tema a respeito do qual se dão conselhos, mas o conhecimento da arte de falar e escrever convincentemente, isto é, da propaganda.”

²⁵ RUSSEL, Bertrand, O Elogio ao ócio – publicado no livro *A economia do ócio* (Domenico de Masi, org.) – pg. 49 – Ed. Sextante – 2001. Todas as citações seguintes referem-se ao texto de Bertrand Russel, que pode ser encontrado no livro *A economia do ócio*.

Ele também faz uma distinção para uma *terceira classe de pessoas*, os grandes proprietários de terra que, por meio de um direito de herança e de suas propriedades, fazem com que as outras pessoas “*paguem pelo privilégio de poder existir e trabalhar*”. Neste momento do texto, encontramos uma obra prima na arte da oratória. Utilizando-se da fina ironia das classes altas inglesas²⁶, Bertrand Russel provoca no leitor uma completa inversão de valores, os nobres e grandes proprietários de terra, acostumados a ter tratamento de primeira classe, agora são apontados como uma *terceira classe de pessoas*. Com uma única ironia, ele inverte uma representação social construída durante séculos e desmonta um dos pilares da ideologia dominante. Esses proprietários são classificados como ociosos, e ele alerta que a esse ócio não dedica elogio, pois...:

“...o seu ócio só é possível devido ao trabalho dos outros e, na verdade, a sua aspiração a um ócio confortável é, historicamente, a origem de todo o evangelho do trabalho. A última coisa que essa gente jamais desejou é que os outros seguissem o seu exemplo.”

Essa ética transformou ócio e preguiça em pecado apenas para os outros, invertendo o próprio sentido de trabalho e ócio. Até a Revolução Industrial, o excedente produzido por um único homem era pouco mais do que o necessário para sua própria manutenção e de sua família. A apropriação deste excedente está na origem do Estado, que era imposta pela força das armas (os guerreiros responsáveis pela defesa da tribo logo tornaram-se os coletores de impostos), ou pela força da crença religiosa (os sacerdotes adoravam receber seus tributos). Quando não havia excedente, a coleta continuava e os que não tinham força para extrair a parte dos outros, eram condenados à fome:

“Pouco a pouco, porém, descobriu-se que era possível induzi-los a aceitar uma ética segundo a qual era sua obrigação trabalhar duro, mesmo que uma parte desse trabalho fosse para sustentar o ócio dos outros. [...] A idéia do dever, historicamente

²⁶ Bertrand Russel também é filho desta classe, mas a sua lucidez faz com que se descole totalmente destes interesses.

falando, foi um meio usado pelos detentores do poder para convencer os demais a dedicarem suas vidas ao benefício de seus senhores”.

Bertrand Russel demonstrou que essa era uma forma “invertida” de consciência, em que “...os detentores do poder escondem tal fato de si mesmos, procurando acreditar que seus interesses particulares são idênticos aos interesses maiores da humanidade”. Em seguida ele conclui:

O lazer é essencial à civilização e, em épocas passadas, o lazer de uns poucos só era possível devido ao trabalho da maioria. Esse trabalho era valioso não porque o trabalho é bom, mas porque o lazer é bom. E com a técnica moderna, seria possível a justa distribuição do lazer sem nenhum prejuízo para a civilização”.

É claro que essa mudança de enfoque implicaria numa mudança no controle dos meios de produção, envolvendo muito mais interesses do que uma reflexão filosófica, por mais clara e precisa que seja...

“A idéia de que os pobres devem ter direito ao lazer sempre chocou os ricos”[...]”Quando alguns abelhudos vieram afirmar que a jornada era longa demais foi-lhes dito que o trabalho mantinha os adultos longe da bebida e as crianças afastadas do crime”.

Um discurso e postura que se mantém presentes até os dias atuais. Assim, a “necessidade de manter os pobres aplacados, levou os ricos a pregarem, durante milhares de anos, a dignidade do trabalho, enquanto tratavam de se manter indignos a respeito do mesmo assunto”²⁷. O trabalho é um meio para se atingir a felicidade e não um fim em si mesmo. Um “...instrumento capaz de tornar o homem capaz de viver”²⁸, disse Aristóteles que já apontava para um futuro em que as máquinas poderiam substituir a necessidade do trabalho, tornando

²⁷ Idem, pg 58

²⁸ Aristóteles in *Poética – 4 – OS PENSADORES – pg. 148*. Em *O Elogio ao ócio*, Bertrand Russel acrescenta que “movimentar a matéria em quantidades necessárias à nossa existência não é, decididamente, um dos objetivos da vida humana. Se fosse, teríamos que considerar qualquer operador de britadeira superior a Shakespeare”, ou seja, uma ética que tenha por princípio a emancipação da humanidade precisa superar uma existência de escravos, sejam eles (sejam nós) assalariados ou “inimpregáveis”.

desnecessária a escravidão (ou a exploração do trabalho alheio, se preferirmos transportar esse conceito para os dias atuais) e possibilitando o desenvolvimento de uma vida elevada, cheia de sentidos, o oposto da alienação gerada pelo culto ao tecnicismo e a busca desenfreada do lucro, o que é *“uma completa inversão da ordem das coisas”*. Para Bertrand Russel, *...pensamos demais na produção e de menos no consumo. Por isso, acabamos dando pouca importância ao desfrute e à felicidade e deixamos de avaliar a produção pelo desfrute que ela proporciona”*.

Independente da crítica ao ócio explorador, desfrutado por uma minoria, Bertrand Russel reconhece, assim como vários autores que vieram depois e mesmo Paul Lafargue, que escreveu antes dele, que as vantagens desfrutadas por uma pequena classe ociosa, foram fundamentais para contribuir...

“...com quase tudo o que hoje chamamos de civilização. Ela cultivou as artes e descobriu as ciências, escreveu os livros, inventou as filosofias e aperfeiçoou as relações sociais. Mesmo a libertação dos oprimidos foi geralmente iniciada a partir de cima. Sem a classe ociosa, a humanidade nunca teria saído da barbárie”.

No entanto, passados os anos, com a hereditariedade de bens, essas mesmas classes sem qualquer obrigação social, geraram um enorme desperdício. Para cada Darwin que produziram também geravam *“...dezenas de milhares de proprietários rurais que jamais pensaram em coisas mais inteligentes do que caçar raposas e punir invasores de propriedades”*.

Esse papel criativo do ócio (no sentido da liberação da necessidade de um trabalho ligado à subsistência mais imediata de modo a permitir o desenvolvimento do estudo e da pesquisa) deveria ser preenchido, nos tempos atuais, pelas Universidades. Porém, uma reflexão mais crítica, leva a uma constatação diferente:

“Hoje, espera-se que as universidades produzam de modo mais sistemático aquilo que a classe ociosa produzia apenas acidentalmente, como mero subproduto. Trata-se de um grande avanço, mas que tem seus inconvenientes. A vida universitária é tão diferente do mundo exterior que, no meio acadêmico, as pessoas tendem a ficar alheias às preocupações e problemas dos homens e mulheres comuns. Além disso, elas utilizam um jargão de tal forma especializado que em geral as opiniões que expressam deixam de exercer a influência que deveriam ter sobre o público em geral.

Outra desvantagem é que os estudos universitários são estruturados de tal forma que alguém que conceba uma linha original de pesquisa freqüentemente se sente desencorajado. As instituições acadêmicas, por mais úteis que sejam, não são os guardiões adequados dos interesses da civilização num mundo em que todos os que vivem fora de seus limites estão ocupados demais para dar atenção a atividades não utilitárias.”

A forma de romper com esse processo de alienação e auto-alienação em todos os seguimentos da sociedade seria a construção de uma nova sociedade do lazer. Sociedade em que o trabalho deixa de ser um fim para se transformar em meio para a conquista da plena realização humana onde os bens produzidos pelo trabalho sejam equitativamente distribuídos, permitindo a redução da jornada de trabalho e o aprofundamento dos estudos, da consciência e dos sentidos verdadeiramente humanos. Bertrand Russel era um humanista que chamava à reflexão os homens de seu tempo (e os do nosso tempo também e, infelizmente, daqueles que virão depois do nosso tempo):

“Num mundo em que ninguém tenha que trabalhar mais do que quatro horas diárias todas as pessoas poderão saciar sua curiosidade científica(...), todo pintor poderá pintar seus quadros, sem passar por privações, independente da qualidade de sua arte. Jovens escritores não precisarão buscar a independência econômica indispensável às obras monumentais. Pessoas que em seu trabalho profissional se tenham interessado por alguma fase da economia ou da política poderão desenvolver suas idéias sem aquele distanciamento acadêmico. [...]

O trabalho exigido será suficiente para tornar agradável o lazer, mas não levará ninguém à exaustão. E como não estarão cansadas nas horas de folga, as pessoas deixarão de buscar diversões exclusivamente passivas e monótonas. Uma pequena parcela dedicará, com certeza, o tempo não gasto na ocupação profissional a atividades de alguma utilidade pública, e, como não dependerão dessas atividades para a sua sobrevivência, não terão a originalidade tolhida e nem a necessidade de se amoldarem aos padrões estabelecidos pelos velhos mestres”.

O elogio ao ócio, manifesto de um homem que acreditava na humanidade. Bertrand Russel viveu quase um século e publicou *O Elogio ao ócio* com mais de sessenta anos de idade, pouco antes da Segunda Guerra Mundial, em 1935. Após essa publicação, ele assistiu à Guerra Civil Espanhola, o bombardeio de Guernica, o Holocausto, as bombas de Hiroshima e Nagasaki, a guerra da Coreia, a batalha de Argel...o Vietnã²⁹. Poderíamos chamar essa pequena grande obra de “Uma utopia do lazer”. Pena que tão poucos a leram.

O direito à preguiça

*“Preguiça mãe das artes e das virtudes nobres,
seja o bálsamo das angústias humanas!”*

È desta forma que Paul Lafargue, genro de Marx, encerra o seu panfleto, “O Direito à Preguiça”. Texto preciso em seus argumentos é, ao mesmo tempo, persuasivo e comovente, um clássico da literatura panfletária, podendo ser lido como instrumento de análise, crítica e, sobretudo, de ação revolucionária. Até o início do século XX, a publicação desta obra entre o movimento socialista internacional só foi inferior à circulação do Manifesto Comunista; na Rússia, ela foi traduzida antes mesmo que o Manifesto de Marx e Engels, sendo que entre 1905-1907, contou com 17 edições³⁰. O discurso no funeral de Paul e Laura Lafargue, (ambos cometeram suicídio³¹), foi proferido em 3 de dezembro de 1911, por Lênin, o líder da Revolução Russa, atestando a importância de Lafargue para o movimento comunista internacional:

“Os operários conscientes e todos os social-democratas da Rússia aprenderam a estimar Lafargue profundamente como um dos divulgadores mais dotados e mais

²⁹ Um dos primeiros livros de não ficção que li, no início da adolescência, foi de autoria de Bertrand Russel, *Crimes de Guerra no Vietnã*. Ele tinha mais de noventa anos quando o escreveu, mas mantinha o mesmo vigor e crença na humanidade.

³⁰ Foot Hardman, Francisco – prefácio à primeira edição brasileira de *O Direito à Preguiça* – 1980 – Ed. Kairós

³¹ Marilena Chauí lembra que a prática da eutanásia, como numa antecipação prévia da atitude do casal, havia sido elogiada numa nota de *O Direito à Preguiça*; essa nota diz: “*Os índios das tribos belicosas do Brasil matam seus inválidos e velhos; demonstram sua amizade pelo atingido pondo fim a uma vida que não se alegra mais com os combates, festas e andanças. Todos povos primitivos deram aos seus estas provas de afeto*”. Trinta anos depois, a carta escrita por ele dizia algo muito semelhante: “*São de corpo e de mente, eu me sinto antes que a velhice impiedosa, que me retirou um por um os prazeres e as alegrias da existência e que me privou dos recursos físicos e intelectuais, paralise a minha energia e destrua a minha vontade, fazendo com que eu me torne um peso para mim mesmo e para os demais*” (publicado por Domenico de Masi). Laura e Paul injetaram veneno nas veias, morreram com sessenta e cinco e setenta anos.

profundos do marxismo, cujas idéias foram tão brilhantemente confirmadas pela experiência da luta de classes na revolução e contra revolução russas³². [...] Para nós que tivemos a felicidade de buscar, nas obras de Lafargue e seus amigos, o conhecimento direto da experiência e do pensamento revolucionários dos operários europeus, é-nos agora particularmente evidente que o triunfo da causa, a cuja defesa Lafargue dedicou sua vida, aproxima-se rapidamente”.

De fato, seis anos depois, o mundo presenciaria a vitória da revolução proletária na Rússia e muitos dos líderes da revolução foram iniciados no marxismo lendo *O Direito à Preguiça*. É mérito desse manifesto recuperar o sentido grego de ócio e assim travar o primeiro combate aos ideais burgueses de trabalho e preguiça. Sua obra foi publicada na forma de artigos³³ e começa com a seguinte constatação:

“Uma estranha loucura tomou conta das classes operárias [...] Essa loucura trouxe consigo misérias individuais e sociais que há dois séculos torturam a triste humanidade. Essa loucura é o amor ao trabalho, levada até o esgotamento da energia vital do indivíduo e de seus filhos. [...] Na sociedade capitalista, o trabalho é a causa de todas as degenerações intelectuais, de todas as deformações orgânicas”.

Seu estilo literário é irônico, direto e ao mesmo tempo sagaz e elegante, dirigindo seus ataques não somente à ordem burguesa como também à hipocrisia cristã. Logo no início ele caracteriza a santificação do trabalho como uma *“aberração mental”* e toda sua argumentação desconstrói a idéia da preguiça como pecado capital. Declarando-se não cristão, ele apresenta o sermão da montanha, proferido por Jesus, como um louvor à preguiça:

“Contemplai os lírios dos campos: não trabalham ou tecem, porém eu vos digo que Salomão, em toda sua glória, jamais esteve mais nobremente vestido” (Evangelho segundo São Mateus, cap. VI)

Ou então invoca à própria conduta de Deus, que:

³² Lênin referia-se à primeira revolução russa, em 1905.

³³ Publicados no jornal socialista *L'Égalité*, entre 16 de junho e 4 de agosto de 1880.

“...deu aos seus adoradores o exemplo supremo de preguiça ideal: após seis dias de trabalho, descansou por toda a eternidade”

De fato, a Igreja Católica, prega a preguiça como pecado apenas para os fiéis; para eles próprios, os monges e clérigos, o ideal máximo para se aproximar de Deus é a vida em mosteiro, o estado de contemplação, mesmo que frugal.

“Nos tempos medievais, as interpretações cristãs de Aristóteles atribuíam uma índole sagrada à contemplação, à sabedoria e à beleza que deveriam ser cultivadas pelos monges dentro dos mosteiros. Nesse ambiente, o trabalho manual só era permitido depois da quietude alcançada pela contemplação da divindade³⁴”.

Essa é uma prática comum a todas as outras religiões que buscam se ‘religar’ com Deus isolando-se de todas e quaisquer preocupações mundanas, com exceção do protestantismo, como apontou Max Weber e que retomaremos um pouco à frente. Sebastian de Grazia aponta que São Tomás de Aquino, na *Summa Theológica*, via no trabalho uma necessidade da natureza que, porém, em havendo condições para que as pessoas pudessem viver sem trabalhar, a sociedade (ou parte dela) estaria desobrigada de fazê-lo. Para São Tomás de Aquino:

“...a atividade religiosa está por cima da atividade secular, porém a contemplação está por cima de tudo mais, coroando o homem da mais alta faculdade – o poder de conhecer a verdade – regozijando a quem a realiza. O homem contempla porque ama a verdade, porque quer conhece-la e entende-la. O fim do homem é contemplar Deus cara a cara, ato que o faria totalmente feliz; contempla-lo, considera-lo em sua mente lhe proporciona um brilho de verdadeira felicidade”³⁵

Ao apontar a contradição filosófica de colocar o ócio [a contemplação é um estado de ócio] como pecado capital, Lafargue também não é indulgente com os trabalhadores, e alerta:

³⁴ Uribe Ortega, Graciela – *Identidade Cultural, território e lazer – in Lazer numa sociedade globalizada – WorldLeisure - 2000*

³⁵ BRUHNS, Heloisa Turini, *De Grazia e o lazer como isenção de obrigações, in Lazer e Ciências Sociais – diálogos pertinentes* (Heloisa Turini Bruhns, org) pg. 23 – Ed. Chronos, 2002.

“E, no entanto, o proletariado, a grande classe que abarca todos os produtores das nações civilizadas, a classe que, ao se emancipar, emancipará a humanidade do trabalho servil e fará do animal humano um ser livre, o proletariado, traindo seus instintos, desconhecendo sua missão histórica, deixou-se perverter pelo dogma do trabalho. Seu castigo foi rude e terrível. Todas as misérias individuais e sociais nasceram de sua paixão pelo trabalho”

Ele lembra que a lógica do trabalho, além de produzir riquezas usufruídas apenas pelos detentores do capital, é uma lógica do controle sobre o povo que trabalha. *“Quanto mais meu povo trabalhar, menos vícios terá”*³⁶, escreveu Napoleão e até hoje tantos outros escrevem, ou repetem frases semelhantes. Para Lafargue, as fábricas modernas tornaram-se as *“prisões ideais”*, formas de *“dobrar os sentimentos de orgulho e de independência que [a preguiça] traz consigo”*. Mais uma vez, ele faz um alerta ao proletariado, particularmente o francês, defendeu a lei de doze horas de trabalho³⁷, como uma conquista republicana:

“Vergonha para o proletariado francês! Apenas escravos teriam sido capazes de tamanha baixeza. [...] Eles entregaram aos barões da indústria suas mulheres. Com suas próprias mãos, demoliram seu lar. Com suas próprias mãos, demoliram suas casas e secaram o leite de suas mulheres. Com suas próprias mãos estragaram a vida e o vigor de seus filhos.

Envergonhe-se proletariado!

[...] Dizem que nossa época é o século do trabalho. Na verdade é o século da dor, da miséria e da corrupção.”

³⁶ citado por Lafargue em *O direito à preguiça*

³⁷ Lafargue refere-se a uma análise feita por Marx, em *O Capital* (capítulo VIII) onde ele descreve o episódio em que Luís Bonaparte procurou mexer na jornada de trabalho, ao que, imediatamente, o proletariado francês protestou: *“A lei que reduz a jornada de trabalho a 12 horas é o único bem que nos restou da legislação da República!”* (*O Capital*, volume I, pg. 219 – Editora Abril, 1983). Devemos lembrar que *O direito à preguiça* também deve ser analisado como um documento histórico vibrante, instrumento de intervenção política e polêmica em relação aos debates do momento.

A recuperação da idéia grega de ócio

A recuperação da idéia grega de ócio, assim como de outros povos antigos, não é obra de Lafargue, mas a sua difusão, sem dúvida, é conseqüência da ampla repercussão alcançada por *O Direito á Preguiça*. Foi a partir dele que pesquisadores puderam avançar na análise etimológica do ócio, bem como de todos os sentidos e significados daí decorrentes. Até então, prevalecia a versão da *Encyclopédie*, organizada por Diderot, no século XVIII:

“Os egípcios, os espartanos e os lucanos tinham leis contra o ócio. Os atenienses eram ainda mais atentos em prevenir o ócio. Não podendo obrigar todos os cidadãos a ocupar-se de coisas similares, por causa da desigualdade de seus dotes, eles faziam com que abraçassem profissões de acordo com as faculdades de cada um. Com esse objetivo ordenavam aos mais pobres da república que se voltassem para a agricultura e ao comércio, uma vez que sabiam que o ócio é a mãe da pobreza e que a pobreza é a mãe do crime. Para os ricos, prescreviam que se dedicassem à arte da equitação, à caça e à filosofia, estando convencidos de que, deste modo, eles poderiam ser excelentes em qualquer uma destas artes, afastando-se assim de muitas formas de desordem”.

“Proletários embrutecidos pelo dogma do trabalho, escutem a linguagem desses filósofos”, conclamava Lafargue que, referenciando-se em Heródoto, apresentava uma outra interpretação:

“Não saberia afirmar se os gregos herdaram dos egípcios o desprezo pelo trabalho, porque encontrei o mesmo desprezo entre os trácios, citas, persas e lídios. Em suma, porque, na maioria dos povos bárbaros, aqueles que aprendem o artesanato mecânico e mesmo seus filhos, são olhados como cidadãos de última classe. Todos os gregos foram educados segundo esses princípios, sobretudo os lacedemonianos”.

Em 1840, o livro de *Da Abolição da Escravidão Antiga no Ocidente*, também apresentava esse ponto de vista:

“Em Atenas, os cidadãos eram verdadeiros nobres, que deviam ocupar-se apenas da defesa e da administração da comunidade, assim como faziam os guerreiros selvagens dos quais descendiam. Encarregavam os escravos do trabalho para que, no interesse da república, seu tempo ficasse livre para cuidarem do intelecto e do corpo.”

Xenofonte, afirmava que “o trabalho retira todo o tempo e não dá lugar para a república e os amigos”, acreditando, inclusive, que as pessoas que fazem trabalhos manuais estavam...

“...condenadas a permanecer sentadas durante o dia inteiro, sendo que algumas ficam continuamente junto ao fogo, não podem deixar de sofrer alterações no corpo e é muito difícil que o espírito não se ressinta disso³⁸.”

Foi na Grécia antiga que os pensadores e pesquisadores dos séculos XIX e XX encontraram a fonte para reconstruir os valores do ócio. E é exatamente no uso do tempo livre dedicado ao ócio que os fundamentos da cultura, da ética e da moral ocidental foram definidos. Sebastian DeGrazia percebia nesse ideal grego de ócio “*um elemento diferente, um tom ético, uma insinuação de que o tempo livre malbaratado não é lazer*”; para em seguida afirmar que “*...O lazer é uma condição ou um estado – o estado de estar livre da necessidade do trabalho*”³⁹ admitindo que o lazer independe do momento histórico, existindo em todas as civilizações. Dumazedier concorda em parte com essa afirmação, no entanto, para ele “*...o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida na Revolução Industrial*”⁴⁰ e deve ser analisado dentro de um contexto histórico.

Johan Huizinga, autor de *Homo Ludens*, acrescenta mais um aspecto nesta concepção helênica, onde o ócio estava associado à aprendizagem, ao cultivo do “eu” e era diferente da simples definição de tempo livre. Originalmente, *scholé*, significava “parar”, “cessar”, ou seja, parar para ter tempo disponível, tempo para si, sendo a raiz etimológica tanto de ócio como de escola:

³⁸ Textos citados por Lafargue, no apêndice de *O Direito à Preguiça*

³⁹ DeGrazia, Sebastian, *Of Time, Work and Leisure* – Twentieth Century Fund, 1962 p 14 – cit. por Stanley Parker

⁴⁰ Dumazedier – *Sociologia empírica do lazer* – pg. 26

“A sabedoria e a ciência dos gregos não eram produtos da escola, no sentido que atualmente damos à palavra. Ou seja, não eram produtos secundários de um sistema educacional destinado a preparar os cidadãos para funções úteis e proveitosas. Para os gregos, os tesouros do espírito eram fruto do ócio e para o homem livre todo o tempo durante o qual não lhe era exigida qualquer prestação de serviços ao Estado, à guerra ou ao ritual era tempo livre.[...] A palavra escola tem por trás dela uma história curiosa. Originalmente significava ‘ócio’, adquirindo depois o sentido exatamente oposto de trabalho e preparação sistemática”⁴¹

Atualmente, o grande propagador deste conceito é o sociólogo do trabalho, Domenico de Masi. Ele propõe um novo modelo que uniria trabalho, estudo e lazer de modo que as pessoas seriam educadas a partir da satisfação de necessidades radicais, como a introspecção, a amizade, o amor, as atividades lúdicas e a convivência. A esse novo modelo de educação e organização social, considerado muito mais produtivo e adequado às necessidades da sociedade pós-industrial, ele dá o nome de *Ócio Criativo*. Ao final do capítulo retornaremos a esta questão, sob o ponto de vista dos desafios atuais, mas antes disto é preciso recuperar o posicionamento dos dois campos ideológicos fundamentais para a compreensão do século XX.

Os comunistas e o direito ao ócio

Lafargue, militante da Associação Internacional dos Trabalhadores, membro da Comuna de Paris, fundador do Partido Operário Francês⁴² e da Segunda Internacional Socialista, foi contundente em sua crítica aos proletários da França. De certa forma essa contundência deve ter surtido efeito, pois a França é o país que mais editou *O Direito à Preguiça* sendo a nação que mais avançou no debate e na aplicação de uma efetiva redução da jornada de trabalho⁴³. Na série de artigos, depois publicados na forma de um pequeno livro, ele insiste na denúncia à armadilha do louvor ao trabalho e, com força poética, encadeando palavras, vai desmascarando a própria ideologia capitalista:

⁴¹ HUIZINGA, Johan – *Homo Ludens* – (este livro reúne de uma série de conferências e artigos apresentados a partir de 1903 e foi publicado em 1938, na Alemanha) pg. 165 – Ed. PERSPECTIVA, 2001.

⁴² O Partido Operário Francês transformou-se posteriormente no Partido Comunista Francês, mantendo-se assim até a atualidade.

⁴³ Retomaremos a análise da experiência francesa mais adiante.

“Os próprios operários, ao cooperarem para a acumulação de capitais produtivos, contribuem para o fenômeno que, cedo ou tarde, irá priva-los de parte de seu salário.[...]”

Trabalhem, trabalhem proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que, tornando-se mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e para ser miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista. [...]

Os proletários, embrutecidos pelo dogma do trabalho, não compreendem que o excesso de trabalho que eles se infligiram durante o tempo da propensa prosperidade⁴⁴ é a causa de sua miséria atual.”

Seu manifesto, no entanto, não é um ataque cego ao trabalho, conceito caro ao marxismo⁴⁵, pelo contrário, o que ele prega é distribuição dos benefícios do trabalho, em um trabalho não alienado, que rompa com a divisão entre trabalho intelectual e manual, cheio de sentidos, que libere e emancipe o indivíduo. E essa forma de trabalho, que não tenha por objetivo o lucro do capitalista, pode ser executada em uma jornada bem menor. Diz ele:

“o trabalho só se tornará um condimento do prazer da preguiça, um exercício benéfico para o organismo humano e uma paixão útil para o organismo social quando for sabidamente limitado a um máximo de três horas por dia.”

Para conquistar essa situação, Lafargue prega que é preciso inverter a lógica dominante, procedendo do mesmo modo que a burguesia fez quando, com a Revolução Francesa, assumiu até mesmo o controle do tempo, abolindo feriados, substituindo a semana bíblica de sete dias pela semana de dez, libertando os “operários do domínio da Igreja para melhor domina-los através do trabalho”. Assim como assumir o controle do tempo é fundamental, também é preciso assumir o controle da tecnologia, distribuindo os seus benefícios para todos, pois, do contrário, no lugar de trazer alívio, as máquinas aprisionarão e empobrecerão cada vez mais o trabalhador:

⁴⁴ Ele refere-se às crises industriais de superprodução

⁴⁵ Uma publicação de fundamental importância na obra de Engels leva o seguinte título: *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.*

“A paixão cega, perversa e homicida pelo trabalho transforma a máquina libertadora em instrumento de escravização dos homens livres: sua produtividade os empobrece.”

Posteriormente, em um apêndice, Lafargue encontra em Aristóteles a justificativa para essa inversão de lógica, tendo por objetivo um mundo sem senhores ou escravos:

“Se cada instrumento pudesse realizar seu trabalho obedecendo ou antecipando a vontade de outros, como as estátuas feitas por Dédalo, ou os trípodes giratórios de Hefesto, os quais, diz o poeta, “sozinhos entravam na assembléia dos deuses; se, da mesma maneira, a lançadeira do tear tecesse sozinha e a palheta tocasse a lira, os manufactureiros não precisariam de trabalhadores, nem os senhores precisariam de escravos”⁴⁶

“O sonho de Aristóteles é nossa realidade. [...] a máquina é a redentora da humanidade, o Deus que resgatará o homem das sórdidas artes e do trabalho assalariado, o Deus que lhe trará lazer e liberdade”

Essa parte do livreto reflete muito bem o pensamento da época, independente de ideologias, a crença na tecnologia e no que viria a ser a automação industrial, mas ele faz isso sem deixar de lado a necessidade fundamental do controle sobre essas mesmas máquinas que só pode acontecer a partir do controle coletivo dos meios de produção, pois, do contrário, no lugar de liberar energias humanas elas reduzem-se a um mero instrumento de concentração e lucro para o capitalista.

O Direito à Preguiça identifica na exploração fabril uma nova forma de escravidão e sua publicação foi um instrumento, uma ferramenta para a práxis política e estava em profunda sintonia com o movimento operário da época. Desde o Congresso de Genebra, da AIT⁴⁷, em 1866, a questão da redução da jornada de trabalho, com a limitação da jornada diária de 8 horas, assim como a supressão do trabalho noturno e a regulamentação do trabalho infantil, assumem

⁴⁶ Como analisamos várias traduções de *O direito à preguiça*, optamos por transcrever a citação de Aristóteles diretamente da *Política*. In *Os Pensadores – Aristóteles* – pg 148

⁴⁷ Associação Internacional dos Trabalhadores

vital importância e o Primeiro de Maio é expressão desse movimento. No Brasil, essa bandeira é colocada pela primeira vez no Congresso Operário Brasileiro, em 1906 e em 1907 houve a primeira greve geral pelas 8 horas. Francisco Foot Hardman, autor de *Nem pátria, nem patrão*⁴⁸, ao analisar a vida operária e a cultura anarquista no Brasil, identifica várias citações a Lafargue na imprensa operária em sua fase anterior a 1920, sendo que a primeira é de 1896, no jornal socialista, *A Questão Social*⁴⁹, de Santos, estado de São Paulo; no jornal de número 44, à página 3, há um resumo de outro popular panfleto escrito por Lafargue: *A religião do Capital*, demonstrando uma relativa sincronia entre o movimento socialista brasileiro e o movimento operário europeu. Porém, a primeira tradução de *O Direito à Preguiça* no Brasil só acontece em 1980, Foot Hardman identifica esse atraso no fato de que os textos “...são incômodos não só para a consciência burguesa, mas também para as ideologias conciliatórias do ‘sacrifício para todos’, da abnegação ao ofício, do ‘apertar’ o cinto, todas elas afinadas com a impostura de um consenso esquisito e arbitrário e apoiadas numa ética do trabalho, conservadora e puritana”⁵⁰.

A questão da preguiça, ou do lazer, no movimento operário sempre esteve dialeticamente ligada ao combate à exploração capitalista. Basta lembrar que um conceito central de *O Capital* é a redução da taxa de Mais-Valia, ou seja, do sobre trabalho. Quanto mais tempo liberado do trabalho, menor a taxa de exploração. Engels via na ampliação do tempo do lazer o impulso que faltaria à emancipação dos trabalhadores e a superação do capitalismo. Ele acreditava que com mais lazer, os trabalhadores se reuniram mais, teriam a possibilidade de aprofundar a sua organização, aumentando a consciência coletiva e a sua capacidade de mobilização. A realidade do século XX demonstrou que as motivações para a prática política são muito mais complexas. No entanto essa é uma indicação de como os revolucionários do século XIX percebiam a importância estratégica do lazer e do tempo liberado do trabalho, bem como de sua identificação com ideais libertários, humanistas:

“Nos dias de grande alegria para o povo, quando os comunistas e os coletivistas fizerem desaparecer as garrafas, correr os presuntos e revoar os copos [...] No regime da preguiça, para matar o tempo que nos mata a cada segundo, haverá sempre espetáculos e representações teatrais”.

⁴⁸ Foot Hardman, Francisco – *Nem pátria, nem patrão* – Ed. Brasiliense, 1983

⁴⁹ Órgão do Centro Socialista, editado por Silvério Fontes, Sóter de Araújo e Carlos de Escobar.

⁵⁰ FOOT HARDMAN, Francisco - In. Prefácio a *O Direito à Preguiça* – Ed. Kairós - 1983

E essa tradição libertária e humanista, podendo parecer utópica ou romântica, não estava dissociada do marxismo em sua preocupação científica, racional, estando profundamente identificada com a gênese do pensamento de Marx e Engels. Em um dos poucos momentos em que eles trataram do que viria a ser a sociedade comunista⁵¹, nos seus manuscritos de juventude, uma idéia muito semelhante à que vimos já estava expressa:

*“...na sociedade comunista, onde cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me assim a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico”*⁵²

Para eles, a questão da superação da exploração do trabalho e a emancipação humana com a conquista de um tempo efetivamente livre, entendido como liberdade e capacidade de escolha em relação ao que cada um pode e deve fazer com o seu tempo, estavam diretamente relacionadas à ruptura com a alienação do trabalho (a passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade). Sendo que essa alienação está intimamente relacionada à divisão social do trabalho onde *“...divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas”*⁵³

Na época, o lazer ainda era estruturado pelas próprias entidades sindicais e culturais do proletariado, ou então por círculos intelectuais ligados à social democracia⁵⁴ ou aos anarquistas. Ou seja, o lazer era inerente à auto-organização da classe trabalhadora, que programavam seus passeios, piqueniques, festivais, “teatro social”, espetáculos, jogos e festas. A questão do controle externo sobre o tempo do lazer em uma sociedade administrada será analisada posteriormente, pelos teóricos da Escola de Frankfurt; àquela época, a indústria cultural ainda dava os primeiros passos, não tendo assumido o (quase) pleno controle dos meios e veículos do lazer e da cultura.

⁵¹ Sempre é bom lembrar que o resultado principal da obra de Marx e Engels consiste na crítica à sociedade capitalista, bem como no desenvolvimento de um método de interpretação filosófica – o materialismo científico- e histórica – o materialismo histórico – da realidade, voltados para a práxis. A previsão do que viria a ser o comunismo e de sua primeira etapa, o socialismo, se restringiu a indicações, entre elas esta que extraímos da Ideologia Alemã, sendo uma de suas referências mais conhecidas.

⁵² Marx, K. ; Engels, F. – *A Ideologia Alemã* – p. 47 – Ed. Grijalbo -1977

⁵³ Idem, p. 46

⁵⁴ refiro-me à social democracia em sua origem

A influência da revolução russa na redefinição de um conceito de ócio

Paradoxalmente, a importância do lazer no movimento comunista é relativizada exatamente no momento em que o operariado tem, pela primeira vez, a oportunidade de construir o seu modelo de sociedade, emancipando-se do trabalho forçado. Com a Revolução Russa em 1917, as tarefas da construção do socialismo exigiam, antes do lazer, a exaltação ao trabalho. E não apenas exaltação, como a que se apresenta nas obras do realismo socialista, mostrando trabalhadores felizes dirigindo tratores ou forjando o aço, mas de trabalho pesado, estafante. Não pretendemos fazer uma descrição minuciosa desse período, muito menos um julgamento. Mas, para entendermos melhor essa relação dialética entre ócio e trabalho e a postura dos comunistas em relação à preguiça, é necessário avaliar o que aconteceu imediatamente após a Revolução Bolchevique.

A Rússia estava isolada, invadida por exércitos estrangeiros, além da movimentação de diversos exércitos leais ao regime czarista que ainda atuavam em seu território. A solidariedade à revolução era intensa, em todo mundo pipocavam greves, inclusive no Brasil, onde os anos de 1917/18 foram considerados anos vermelhos e a greve de 1917 praticamente paralisou São Paulo. Mas a revolução não vingou em nenhum outro país além da Rússia, apenas na Hungria, por um breve período em 1919 e por uma série de circunstâncias particulares, instalou-se uma república bolchevique, liderada por Bela Kun que, em seu discurso de renúncia, acusava o próprio proletariado pela falta de sustentação política necessária, de modo que essa experiência não se manteve por mais de noventa dias⁵⁵. Por outro lado, o Exército Vermelho que, ao contrário do que se pensa, avançou para além da Rússia, procurando expandir ao máximo a revolução, foi derrotado na batalha de Varsóvia, em 1920 e teve que recuar. O embaixador britânico Lorde D'Abernon, considerou a vitória polonesa, “*a décima oitava batalha decisiva da história do mundo*”⁵⁶. Esse dado de realidade impôs à Rússia a tarefa de construir o socialismo apenas em suas fronteiras.

Construir o socialismo sob intenso cerco capitalista era algo impensável nas previsões de Marx, mas não havia outra alternativa. Um milhão de russos morreram de fome, as indústrias e a infraestrutura estavam destruídas, era preciso trabalho, muito trabalho; trabalho e mais trabalho. Em maio de 1919, Lênin convocou os trabalhadores para os “*Sábados Comunistas*”. A

⁵⁵ In Stone, Norman – *Bela Kun – História do Século XX* – pg 1020 - Ed. Abril

⁵⁶ Wiskemann, Elizabeth – *A Guerra Russo-Polonesa* – História do Século XX p. 1069 – Ed. Abril

instituição dos *Sábados Comunistas* deveria acontecer em função de uma excepcionalidade de guerra, mas foi muito utilizada em todo o período de construção do socialismo na URSS e consistia num apelo à “autodisciplina voluntária”, muitas vezes convocada pela Cheka⁵⁷. Sobre esse momento, Eric Carr, autor da monumental *História da Revolução Russa*, constata que

“...milhares de trabalhadores em Moscou e Petrogrado se apresentaram como voluntários para trabalhar horas extras sem remuneração, a fim de intensificar o envio de soldados e suprimentos para as frentes de combate, e esse precedente foi seguido um ano mais tarde. A instituição dos *udarnik*, ou trabalhadores de choque, para realizar trabalho particularmente importante com grande rapidez, data desta época.” [e que, provavelmente] “...sem essa combinação de dura coação e entusiasmo espontâneo a guerra civil não poderia ter sido vencida”⁵⁸.

Durante toda a primeira fase da revolução russa, até a Segunda Guerra Mundial, a continuidade dessas convocações teve um papel estratégico (econômico e não apenas de mobilização ideológica) no desenvolvimento econômico da “pátria socialista” e certamente modificou a forma de “ver” e perceber o ócio e preguiça.

Após a Revolução Russa, a circulação de *O Direito à Preguiça* é arrefecida, mas a cada novo fluxo revolucionário, ela aparece com toda a força. A obra de Lafargue foi um dos textos políticos mais lidos na República Espanhola em particular no período da guerra civil, tendo sido o único a ser apreciado tanto por anarquistas como por marxistas; na França foi publicado clandestinamente pela resistência e ao final da Segunda Guerra contou com diversas edições patrocinadas pelo Partido Comunista Francês, sendo uma de suas obras de maior circulação. Quando das revoltas estudantis de 1968 estava traduzido em quase todos os idiomas, tendo sido assumido por diversos movimentos esquerdistas em todo o mundo e desde então tem sido constantemente difundido⁵⁹. Também inspirou o surgimento do *Movimento Situacionista* (entre 1958 e 1969), na França, que adotando uma postura de subversão de códigos, hábitos e formas de pensar, de certa forma profetizou “*o Maio de 68 em Paris com ‘A Sociedade do*

⁵⁷ Comissão Extraordinária para Todas as Rússias (Chekka) para “*combater a contra-revolução e a sabotagem*”

⁵⁸ Carr, E. H. – *A Revolução Russa de Lênin a Stalin* – p. 33 – Zahar Editores - 1981

⁵⁹ Chauí, Marilena – Prefácio a *O Direito à Preguiça* – Ed. Hucitec - 2000

*Espectáculo*⁶⁰, onde indica a entronização do mercado com respeito aos produtores de mercadorias de tal forma que a mercadoria ‘contempla a si mesma em um mundo que ela própria criou’⁶¹ Note-se que a França, onde Lafargue viveu a maior parte de sua vida e lá fundou o precursor do Partido Comunista Francês, sempre esteve presente nesses momentos de ressurgimento de *O Direito à Preguiça*, indicando que talvez não seja apenas uma coincidência o fato de ser esse o país que mais avançou nas ações pela redução da jornada de trabalho.

Do mesmo modo que aconteceu no período anterior às revoluções burguesas, quando era preciso travar um duro combate contra o parasitismo da aristocracia do Antigo Regime, no século XX, o movimento operário associou a preguiça ao parasitismo burguês. A crítica marxista ao lazer ficou muito mais concentrada na questão do controle do tempo de não trabalho do que propriamente na defesa da preguiça. Trotski retomou o tema em *Terrorismo e Comunismo*, onde ele considerava o homem como “*naturalmente preguiçoso*” e que esta era uma qualidade do progresso humano, pois “*se o homem não tivesse procurado economizar suas forças, ele não teria propiciado o desenvolvimento da técnica nem a aparição da cultura social*” imaginando o homem comunista do futuro como um “*feliz e genial preguiçoso*”⁶². Mas para a luta imediata, era preciso identificar a “*indolência parasitária da burguesia*” em caricaturas onde gordos capitalistas fumavam charuto e sobreviviam às custas do trabalho alheio.

“*Come ananás, mastiga perdiz*

Teu dia está prestes, burguês.”

Dizia Maiakovski em seu conhecido poema. Esse conjunto de fatores, explica o motivo de *O Direito à Preguiça* ter sido traduzido tão tardiamente no Brasil. Entre nós, o Partido Comunista só foi formado em 1922, sob o impacto da construção do socialismo na Rússia e ao mesmo tempo, travando um duro combate em relação ao latifúndio improdutivo, as terras ociosas. E isso em um país que nem havia tomado contato com a cultura puritana do trabalho; até

⁶⁰ Escrita pelo editor da revista *Internacional Situacionista*, Guy Debord, em 1957.

⁶¹ MATOS, Olgária – Prefácio a *O Direito à Preguiça* – Ed. Claridade – 2003. Olgária Matos também aponta o grupo Krisis e seu *Manifesto contra o trabalho* (1996) como herdeiro da tradição de *O Direito à Preguiça* “*O que, para que e com que consequência se produz, no fundo não interessa nem ao vendedor da mercadoria força-de-trabalho nem ao comprador. Os trabalhadores das usinas nucleares e das indústrias químicas protestam veementemente quando se pretende desativar as suas ‘bombas-relógio’.* E os ‘empregados’ da Volkswagen, Ford e Toyota são os defensores mais fanáticos do programa suicida automobilístico”. No Brasil constantemente nos deparamos com situação semelhante: centrais sindicais como a CUT ou Força Sindical defendendo incentivos fiscais para a indústria automobilística, modelos de carro popular. *Envergonhe-se proletariado!*, diria Lafargue.

⁶² Trotski, L. citado por Francisco Foot Hardman – prefácio a *O direito à preguiça* – Ed. Kairós - 1980

1888 suar o rosto com trabalho era degradante, coisa de escravos, depois, de imigrantes, “carcamanos”, gente suja, comedores de bucho de boi, por isso, bucheiros [comedor de víceras]. Antes de defender a preguiça, era necessário exaltar o trabalho.

Mas o fato de a nossa primeira edição de *O Direito à preguiça* ter sido tão tardia, com uma circulação relativamente restrita, menos de 20.000 exemplares em um total de 6 edições, de 1980 até os dias de hoje, não tira a atualidade e a importância deste manifesto. Longe de ter sido superado “...ele pode resgatar a dignidade e o auto-respeito dos trabalhadores quando, em lugar de se sentirem humilhados, ofendidos e culpados pelo desemprego, se erguem contra os privilégios da apropriação privada da riqueza social e contra a barbárie contemporânea porque podem conhece-la por dentro e aboli-la. Lutarão não mais pelo direito ao trabalho, e sim pela distribuição da riqueza e pelo direito de fruir todos os seus bens e prazeres⁶³”, são as palavras precisas de Marilena Chauí no prefácio a *O Direito à Preguiça*.

A preguiça sob a lógica do capitalismo

A sociedade capitalista condena milhões de almas ao desemprego e à impossibilidade de obterem seu sustento pelos seus próprios meios; isso faz parte da lógica econômica do sistema, que precisa de um exército de mão de obra de reserva. A função deste exército de reserva é a de possibilitar uma maior acumulação do capital através da regulação do custo da mão de obra, impedindo que os salários cresçam. Quando isso ocorre os trabalhadores empregados são substituídos por aqueles a quem se impôs uma preguiça forçada. A última vez que São Paulo presenciou esse processo de intensa demanda por trabalho, foi na década de 1970, com o Milagre Brasileiro. Nesse período a mão de obra excedente foi atraída pela migração, servindo para regular o custo do trabalho e permitindo uma maior acumulação do capital. Com a acumulação do capital surgem novos métodos de produção com maior economia de escala e automação, com isso mais trabalhadores são dispensados, contraindo ainda mais o custo do trabalho. Apesar deste utilíssimo papel do ócio forçado (o desemprego), no processo de acumulação capitalista, a ideologia burguesa construiu a idéia de que:

⁶³ In. *O Direito à Preguiça* – Prefácio à edição Hucitec, 2000.

“a prática do ócio é coisa contrária aos deveres do homem e do cidadão, cujo dever fundamental é ser bom para qualquer coisa e, em particular, de se tornar útil à sociedade da qual é membro”⁶⁴

Após o milagre brasileiro e a recessão que veio em seguida, duas décadas se passaram. Neste período, a lógica da produção é substituída pela lógica financeira que, agravada por desacertos econômicos, deixou uma herança de 1.941.000 desempregados na região metropolitana de São Paulo⁶⁵. Uma multidão de preguiçosos, gente inútil e perigosa, diz a lógica do capital.

Analisando esse processo de representação social, Marilena Chauí conclui que é esse imaginário que *“...enfim, força o trabalhador desempregado a sentir-se humilhado, culpado e um pária social.”⁶⁶* Recentemente um filme espanhol mostra magnificamente o dia a dia de um ócio forçado entre trabalhadores desempregados na Galícia. Em um domingo à noite, para inventar o que fazer, eles ocupam a balsa que transportava trabalhadores; na manhã de segunda-feira ela está no meio da baía, todos os passageiros imobilizados no porto e os amigos desempregados tomando sol no barco, um deles pergunta ao outro: *“-Que dia é hoje?*, o amigo responde: *“-Não sei”*. *Segundas-feiras ao sol*, é o nome do filme.

A função desta auto-imagem projetada é exatamente a de imobilizar o trabalhador desempregado, mantendo-o na mansidão de uma dócil espera por emprego. E quanto mais gente esperando por emprego, maior o contrapeso para impedir o aumento de salário ou das condições de trabalho ou lazer entre aqueles que ainda têm emprego. Essa é a função social do trabalhador levado ao ócio pelo desemprego: permitir uma maior acumulação do capital.

Do mesmo modo o capitalismo necessita da manutenção deste exército de reserva na mais completa imobilidade e fuga da consciência, também é necessário estimular o desenvolvimento de novos valores do trabalho. Max Weber fala em um novo *ethos* nascido sob a ética protestante, em que um castigo divino (a expulsão do Paraíso e a praga de que a partir de então os homens precisariam ganhar o alimento com o suor dos seus rostos) transforma-se em virtude, retirando qualquer sentido de ganância ou avareza no objetivo de se ganhar dinheiro em cada atitude e em cada minuto extraído do tempo:

⁶⁴ In. *As palavras no Tempo – Encyclopedie* de Diderot – José Olympio Editores - 2001

⁶⁵ Dados DIEESE – maio de 2003. Em dezembro de 2003 eles já passam de 2.000.000.

⁶⁶ Prefácio ao *Direito à Preguiça* – pg. 10 – Ed. Hucitec, 1990

*“Lembre-se que tempo é dinheiro. Para aquele que pode ganhar dez shillings por dia pelo seu trabalho e vai passear, ou fica ocioso metade do dia, apesar de não gastar mais que seis pence em sua vadiagem ou diversão, não deve ser computada apenas essa despesa; ele gastou, ou melhor, jogou fora, mais cinco shillings”*⁶⁷

Weber extrai deste aforismo de autoria de Benjamin Franklin, a conclusão de que este irrefreável desejo por ganhar dinheiro é resultado de um conjunto de normas e condutas⁶⁸ que racionalizaram a atividade econômica e a geração do lucro. Longe de representar uma simples hipocrisia, essa ética parte do princípio da virtuosidade cristã de apologia ao trabalho e ao sacrifício, confundindo *vadiagem com diversão*, condenando o passeio como uma atividade que tira tempo do trabalho, que joga fora *mais cinco shillings*. Essa lógica capitalista – e calvinista – coloca a acumulação de bens como o principal objetivo da vida, e a falta de trabalho é vista como uma barreira a essa acumulação. O tempo de lazer é visto como desperdício e o desemprego, como inabilitação ou incapacidade de conseguir trabalho, condutas preguiçosas, opostas ao ideal de um bom cristão:

*“De fato, o summum bonum dessa ética, o ganhar mais e mais dinheiro, combinado com o afastamento estrito de todo prazer espontâneo de viver é, acima de tudo, completamente isento de qualquer mistura eudemonista, para não dizer hedonista; é pensado tão puramente como um fim em si mesmo, que do ponto de vista da felicidade ou utilidade para o indivíduo parece algo transcendental e completamente irracional. O homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final de vida”*⁶⁹.

⁶⁷ FRANKLIN, Benjamin – citado por Max Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, pg. 46 – Ed. Martin Claret, 2003

⁶⁸ São apresentadas várias sentenças de Benjamin Franklin: *“Lembre-se que o crédito é dinheiro”*... *“O bom pagador é dono da bolsa alheia. Aquele que é conhecido por pagar exata e pontualmente na data prometida pode, a qualquer momento e a qualquer ocasião, levantar todo o dinheiro de que seus amigos possam dispor.”*... *“O som do teu martelo às cinco da manhã ou às oito da noite, ouvido por um credor, te tornará favorável por mais seis meses; mas se te vir à mesa do bilhar ou te ouvir na taverna quando deverias estar no trabalho, cobrará o dinheiro no dia seguinte”*... *“Fará com que pareças um homem tão honesto quanto cuidadoso, e isso aumentará teu crédito”*... *“Por seis libras anuais poderás desfrutar do uso de cem libras, desde que sejas um homem de reconhecida prudência e honestidade”*, entre outras sentenças morais sistematizadas pelo filho de um rígido calvinista.

⁶⁹ WEBER, Max – *A ética protestante e o espírito do capitalismo* – pg. 49 – Ed. Martin Claret, 2003.

Referindo-se a Weber, no prefácio a *O direito à preguiça*, Marilena Chauí entende que os seus estudos contribuíram decisivamente para esclarecer essa “*mudança na percepção do trabalho...[e que deu]... ao ócio um aspecto mais terrível do que tivera até então*”, mas, no entanto, ela alerta ao fato de que esse ideal do “*homem honesto, que trabalha, poupa e investe, é a auto-imagem do burguês e não a figura dos que trabalham para que o burguês poupe e invista*”. Ao mesmo tempo Chauí aponta que Weber não indaga se, para a classe trabalhadora, essa ética é racional e, da mesma forma, não percebe “*como a ética burguesa conseguiu tornar-se ética proletária*”. Esta foi exatamente a grande contribuição de *O direito à preguiça*⁷⁰.

Do mesmo modo que o capitalismo necessita da resignação e conformismo daqueles que trabalham para que o capitalista acumule cada vez mais, ele também combate qualquer ideal de vida que não coloque o dinheiro como um fim último (claro que uma contradição destas leva a sociedade a momentos de profunda esquizofrenia social, intercalando momentos de explosão ou então em uma violência que se manifesta cotidianamente). Karl Marx percebe que um dos aspectos fundamentais da engrenagem capitalista encontra-se exatamente neste processo de abstração na geração do dinheiro, levando ao corrompimento da própria natureza humana. Um corrompimento de caráter muito mais grave do que qualquer falta atribuída à preguiça:

*“O dinheiro [...] transforma as forças humanas reais e naturais em idéias meramente abstratas, e, portanto, em imperfeições, e, por outro lado, transforma as imperfeições reais e fantasias, as forças que só existem na imaginação do indivíduo, em forças reais...Transforma a lealdade em vício, os vícios em virtude, o escravo em senhor, o senhor em escravo, a ignorância em razão, e esta em ignorância... Quem pode comprar valores é um valente, embora seja um covarde”*⁷¹.

Mas o pensamento que prevalece em nossa sociedade é o do deus dinheiro, da coisificação do ser. Em que, além da ética protestante, um dos importantes passos nesse processo foi a consolidação do pensamento burguês em relação ao ócio, expressado na *Encyclopédie*, organizada sob o signo do Iluminismo. A *Encyclopédie* acrescentou novos fundamentos ao

⁷⁰ CHAUI, Marilena – *Prefácio a O direito à preguiça* – pg. 17 – Ed. HUCITEC, 2000

⁷¹ Marx, Karl, *Economia Nacional e Filosofia*, publicado em *Die Frühschriften*. Citado por Eric Fromm *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*, pg. 139.

conceito de preguiça, colocando-o sob uma lógica racionalizadora. O vocábulo ócio, diz o seguinte:

“O ócio indica a falta de uma ocupação útil e honesta. Existem, diz La Bruyère, criaturas de Deus chamadas homens, cuja vida é inteiramente ocupada e cuja atenção é toda concentrada em talhar o mármore. Há outros homens que se admiram disso, são de todo inúteis e passam o seu dia sem fazer nada. O ócio no qual eles afrouxam é fonte de desordem. [...]

Os homens que com auto-suficiência cuidam de apenas consumir os bens que a fortuna lhes propiciou, sem fazer nenhum trabalho, digo que tais homens são inúteis à sociedade, uma vez que nada fazem por ela. A indiferença em que vivem restringe-lhes o espírito, torna-os desprezíveis...A prática do ócio é coisa contrária aos deveres do homem e do cidadão, cujo dever fundamental é ser bom para qualquer coisa e, em particular, de se tornar útil à sociedade da qual é membro. Nada pode dispensar o homem deste dever, pois isto lhe é imposto pela natureza. É vergonhoso repousar antes mesmo de ter trabalhado. O repouso é uma recompensa e precisa ser merecida. [...]

*Tudo aquilo que a moral pode dizer contra o ócio será sempre pouco. Vejam-se os celerados que a justiça é obrigada a condenar à morte, os que não são nem artesãos, nem trabalhadores: foram crianças dedicadas ao ócio, expostas ao risco e ao crime. E é exatamente a essa forma de ócio que se pode atribuir a maior parte das crises e dos motivos que levaram à queda de Roma. Podemos, portanto, concluir que essa doença é igualmente funesta aos homens e aos impérios; e que multiplicar num Estado os tipos de ocupação significa assegurar a felicidade, a riqueza e a tranqüilidade dos indivíduos.”*⁷²

Poucas décadas depois de escrita a *Encyclopédie*, a França viveu sua Revolução, uma nova classe assumia o poder. Para vencer o Antigo Regime e assumir a nova ordem era necessário consolidar os valores da burguesia emergente e o esforço dos enciclopedistas caminhou em dois sentidos:

⁷² Verbete original da *Encyclopédie organizada por Diderot*, traduzido, reelaborado e editado por Dunia Pepe – *As Palavras no Tempo* – José Olympio Editora - 2001

- a) Condenação aos hábitos e condutas de uma aristocracia parasitária, o que dava um caráter revolucionário ao esforço enciclopedista;
- b) Um “enquadramento” dos pobres, à nova ética do trabalho e dos compromissos com a emergente sociedade burguesa.

Muito do significado que atualmente atribuímos ao ócio foi sistematizado no século XVIII, época em que a burguesia estava assumindo o controle, não só da economia, como também das instituições políticas, das idéias e valores que seriam repassados como universais para toda a sociedade. “*Crianças dedicadas ao ócio, expostas ao risco e ao crime*”, “*melhor ocupa-las com trabalho!*”, diriam os virtuosos filantropos do início da industrialização de São Paulo. E o discurso continua presente no século XXI. Basta olharmos para as regiões de carvoarias em Minas Gerais, as marmorarias da Bahia, os canaviais da Zona da Mata, ou nas sapatarias de Franca. Quem preferir a cidade de São Paulo, pode visitar o Pari, as confecções do Bom Retiro e as famílias de bolivianos e peruanos; todos trabalhando unidos, pai, mãe e filhos, dormindo ao lado de suas máquinas, combatendo a preguiça desde a infância, com 14 horas de trabalho diário. Mesmo os programas sociais com a sincera intenção de proteção às crianças continuam impregnados desse pensamento: “*tirar as crianças da rua*” (não seria melhor recuperar as ruas como um espaço de convivência?), “*esporte para combater o ócio*” (ou será que o esporte é apenas uma porta simbólica –e, além da música, talvez a única- para a ascensão social dos pobres?). Oferecer atividades, ocupar o tempo. Apesar das boas intenções, as pessoas continuam se atribuindo ao papel de donas do tempo dos outros.

O primeiro de maio e a redução da jornada de trabalho

Na sociedade capitalista, a luta pelo direito ao lazer está diretamente relacionada aos confrontos de classe e aos embates entre trabalhadores e proprietários. No cerne destes embates está a pela conquista de um maior tempo livre. Desde 1866, com o Congresso Internacional dos Trabalhadores, em Genebra, a luta pela redução da jornada de trabalho é vista como condição preliminar para a própria emancipação dos trabalhadores⁷³. Nos Estados Unidos, de forma concomitante, a percepção era a mesma:

⁷³ “*Declaramos a limitação da jornada de trabalho uma condição preliminar, sem a qual todas as demais tentativas para a emancipação devem necessariamente fracassar. (...) Propomos 8 horas de trabalho como limite legal da jornada de trabalho*”. Citado por Karl Marx (O Capital, vol. I, pg. 237)

“A primeira e mais importante exigência dos tempos presentes para libertar o trabalho deste país da escravidão capitalista é a promulgação de uma lei, pela qual deve ser estabelecida uma jornada normal de trabalho de 8 horas em todos os estados da União. Estamos decididos a empregar todas as nossas forças até termos alcançado esse glorioso resultado” (Congresso Geral dos Trabalhadores – Baltimore, EUA – agosto de 1866)⁷⁴

A insígnia da redução da jornada de trabalho tem um caráter libertário que talvez nenhuma outra bandeira trabalhista já tenha tido. Referindo-se à força desta bandeira nos Estados Unidos, Marx considera que ela foi *“o primeiro fruto da guerra civil”* e que da *“morte da escravidão nasceu imediatamente uma vida nova e rejuvenescida”* em que *“o trabalhador de pele branca não pode emancipar-se onde o trabalhador de pele negra é marcado com ferro em brasa”*⁷⁵. Ou seja, a luta pela redução da jornada de trabalho não deve ser encarada apenas em sua dimensão sindical, dizendo respeito à construção de novos valores de solidariedade e humanidade. Em *O Capital*, Karl Marx dedica um capítulo inteiro para esse debate, demonstrando que:

*“Em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Reduz o sono saudável para a concentração, renovação e restauração da força vital e tantas horas de torpor quanto a reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensável...”*⁷⁶

⁷⁴ In. *O Capital*, vol. 1, pg. 237

⁷⁵ *Idem*, pg. 237

⁷⁶ MARX, Karl – *O CAPITAL*, vol. 1 cap. VIII, pg. 211 – Editora Abril, 1983

Desde então, a luta pelo resgate do tempo necessário para *o consumo de ar puro e luz solar* deu a tônica nos embates de classe, basta lembrar que o evento internacional de maior significado para os trabalhadores, o Primeiro de Maio, está diretamente relacionado à luta pela redução da jornada de trabalho e conseqüente ampliação do tempo de lazer. A Internacional Socialista, em 1892, definiu essa data em homenagem aos operários mortos na manifestação acontecida no dia 1º de maio de 1886 na greve de Chicago –EUA. Foram cinco os grevistas condenados à forca: August Spies, Adolph Fischer, Albert Parsons, George Engel e Louis Lingg.

A princípio seria desnecessário lembrar o nome dos cinco operários condenados à forca, bastaria a referência ao fato que deu origem ao primeiro de maio e esta narrativa seguiria sem problemas. Operários condenados à morte; já foram tantos, assassinados em greves, deportados, massacres de camponeses... Em cada canto do mundo podemos encontrar exemplos semelhantes e dificilmente saberemos os nomes deles. Mas e se estivéssemos falando do estopim da I Guerra Mundial? Neste caso diríamos: *“Em Sarajevo foi assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro”*. Será que ninguém chorou pela morte de August Spies e seus companheiros? Os filhos que deixaram, as esposas que se tornaram viúvas. A classe pode ser referenciada no coletivo, mas é preciso conhecer as pessoas que compõem a classe, seus gostos, desejos; essas pessoas tem nome e sobrenome. Talvez algum deles nem fosse da liderança, apenas estava em greve por conta do movimento. No ensaio *Condição de classe e posição de classe*, Bourdieu lembra que...

“...a posição do indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas do ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior”, “média” ou “inferior”) numa dada estrutura ou num dado momento”⁷⁷

É preciso conhecer suas motivações. Antes que a memória de August Spies, Adolph Fischer, Albert Parsons, George Engel e Louis Lingg se perca, melhor repetir seus nomes, saber o porque. Do contrário, o dia do trabalhador vai se transmudando para dia do trabalho, um feriado que as pessoas não sabem muito bem qual a origem. Em *Contos Novos*, Mário de Andrade apresenta o personagem *Carregador 35*, assim mesmo, sem nome, o jovem carregador de malas da estação de trem da Luz, conhecido pelo número, 35. Esse é um personagem do conto

⁷⁷ BOURDIEU, Pierre – *A Economia das trocas simbólicas*, pg 7 – Ed. Perspectiva 2001

Primeiro de Maio, que neste dia observa bem o que não sabia exatamente o quê. Ele queria celebrar o seu dia. Os carregadores mais velhos caçoaram, melhor trabalhar, pois para eles não havia feriado. Mas 35 retrucava com altivez. *Dia dele...* Tomou um banho, fez a barba e saiu pela cidade. *Ele estava celebrando e não tinha o que fazer. Não sabia bem direito, ficava atordoado com as notícias, os jornais falavam tanta coisa, faziam tamanha mistura de Rússia, só sublime ou só horrenda.* De repente se viu no caminho do trabalho. *Pouca gente na rua. Bares fechados, praças vazias, só lhe sobrou a alternativa de sentar-se num banco e bem distante dos olhares dos camaradas carregadores, pois senão caçoariam dele, que estava folgando. Tinha mas era muito polícia, polícia em qualquer esquina.* Dirigiu-se para o Parque Dom Pedro, o Palácio das Indústrias. Aí encontrou gente, grupos se apinhavam, *operários endomingados*, conversando baixo, *com melancolia de conspiração. Polícias por todo lado.* O 35 tinha vinte anos, pensou que era moço, *precisava se sacrificar: si fizesse um modo bem visível de entrar sem medo no palácio, todos haviam de seguir o exemplo dele. Não fez.*

O 35 ganhou a palavra, mas continuou o carregador 35. Não sabemos o nome dele, só que no dia seguinte, lá estava o 35 *se dirigindo num passo arrastado para a Estação da Luz.* Talvez precisasse conhecer a memória de Spies, Fischer, Parsons, Engel e Lingg. A principal reivindicação deles: jornada diária de 8 horas de trabalho. A palavra de ordem: *“Oito horas de trabalho! Oito horas de repouso! Oito horas de educação!”*; educação entendida em sentido amplo, de formação integral da individualidade, compreendendo as necessidades pessoais, domésticas, familiares e sociais. O sentido que os proletários de Chicago atribuíram ao uso do tempo livre é muito semelhante ao proposto por Sêneca nos tempos de Roma (*“O ócio sem estudos é como a morte e a sepultura dos homens vivos”*, Epístolas, 82,3) assim como ao proposto por Marx, em *O Capital*, quando ele descreve o lazer como:

*“Tempo para a educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais”*⁷⁸

Ou seja, a própria identidade do dia internacional dos trabalhadores tem por marca a defesa de uma justa repartição do tempo, podendo ser interpretada como uma luta pelo direito ao

⁷⁸ MARX, Karl - *O CAPITAL*, vol. 1 cap. VIII, pg. 211 – Editora Abril, 1983

lazer. Quanto mais tempo livre menos mais-valia e com a liberação do tempo para si, as pessoas podem se encontrar mais, se organizar, refletir sobre sua própria vida e sobre a sociedade que os cerca, encontrando-se em sua dimensão verdadeiramente humana. Marx acreditava plenamente no potencial transformador que o tempo liberado do trabalho poderia produzir:

*“Economizar tempo de trabalho é aumentar o tempo livre, isto é, o tempo que serve ao desenvolvimento completo do indivíduo. O tempo livre para a distração, assim como para as atividades superiores, transformará naturalmente quem dele tira proveito num indivíduo diferente...”*⁷⁹

Desde então, ou antes disso, desde os primórdios do capitalismo, a luta pela ampliação do tempo livre tem sido uma constante na pauta dos trabalhadores.

A primeira vez em que ocorreu uma limitação formal da jornada de trabalho foi na Inglaterra, com o Moral and Health Act, de 1802, que assegurou uma jornada diária máxima de 12 horas. Na França, a jornada máxima de 12 horas foi resultado das revoluções da primeira metade do século XIX e mesmo essa conquista, em 1852, com Luís Bonaparte, esteve prestes a ser revogada. Já na Inglaterra, em 1847, a legislação estabeleceu um limite máximo de 10 horas diárias. Em todos os momentos essa redução esteve associada a uma intensa mobilização sindical e embate entre patrões e empregados. Em 1919, no contexto do pós Primeira Guerra Mundial e refletindo a “onda vermelha” que tomou conta da Europa após a revolução bolchevique, a convenção número 1 da Organização Internacional do Trabalho, estabelece a jornada semanal de 48 horas. Confirmando o processo de luta constante entre as classes patronais e trabalhadores, durante a Segunda Guerra, no governo colaboracionista (em relação aos invasores nazistas) de Vichy, a jornada semanal de trabalho é elevada para 60 horas, o que, se não foi totalmente cumprida, foi bastante aproveitada pelo empresariado francês, explicando em parte o colaboracionismo destes em relação à ocupação nazista. Analisando um período mais longo, podemos observar com clareza os efeitos deste processo de luta de classes, entre meados do século XIX e o último quarto do século XX, o total de horas trabalhadas por ano sofreu uma

⁷⁹ MARX, Karl – *Fondaments de la critique de l'économie politique* – vol. 2 (1857) – citado por DUMAZEDIER in. *A revolução cultural do tempo livre*, Studio NOBEL, 1994, pg. 47

redução de 50%⁸⁰. O recente trabalho de dois historiadores franceses, François Guedez e Gerard Vindt (*Le Temps de Travail, une histoire conflictuelle – 1997*) avança nessa discussão ao apresentar um minucioso levantamento histórico demonstrando que:

*“...um fato marcante na história do tempo do trabalho é, sem dúvida, a formidável resistência à sua redução, começando pelo patronato. Entre as razões disso destacam-se: a busca do lucro máximo; a necessidade de isolar os assalariados (antigos artesãos ou camponeses) de seu meio de origem e de lhes impedir uma atividade e, portanto, um rendimento complementar; a desconfiança sobre como os trabalhadores utilizariam o tempo livre; e a oposição, por princípio à intervenção do Estado no que se considera ser assunto privado”.*⁸¹

Constatando que “a história do tempo de trabalho é plena de avanços e recuos; conflitual e não linear” os autores fazem uma reflexão, envolvendo a medida do tempo do trabalho que, no século XIX, referia-se à jornada diária. No período entre as guerras mundiais a atenção se desloca para a jornada semanal e após a II Guerra, ao tempo anual (férias remuneradas, consumo no final de ano –participação nos lucros ou 13º salário, como no caso do Brasil- e ampliação de férias ou flexibilidade no tempo de trabalho); raramente as negociações sindicais envolviam questões como a idade mínima para a aposentadoria ou o trabalho para jovens pois esses são assuntos que ficaram muito mais ligados à esfera de governos ou políticas públicas mais abrangentes.

⁸⁰ **Horas médias trabalhadas por ano**

País	1870	1938	1970	1979
Alemanha	2941	2316	1907	1719
Austrália	2945	2110	1755	1619
EUA	2964	2062	1707	1607
França	2945	1848	1888	1727
Itália	2886	1927	1768	1566
Japão	2945	2391	2252	2129
Reino Unido	2984	2267	1735	1617

Fonte: Dieese (dados extraídos de Bosch, Daukins and Michon – 1994)

⁸¹ GUEDZ, François e GÉRARD Vindt – *Lês Temps de Travail, une histoire conflictuelle* – Editions la Découverte et Syros, Paris, 1997 – (tradução livre; grifo nosso)

Nas duas últimas décadas do século XX houve uma profunda alteração na esfera de discussão sobre o tempo de trabalho e de quem se apropria da produtividade geral da economia. Entre meados do século XIX e meados do século XX a produtividade da economia multiplicou-se por vinte, no mesmo período o tempo de trabalho foi reduzido em apenas 50%. Ou seja, a taxa de Mais-Valia se intensificou no período, criando margem para uma redução muito maior do tempo de trabalho. No entanto, esse tema desloca-se cada vez mais do confronto direto entre patrões e empregados, ou do campo sindical, para tornar-se uma questão de Estado, situando a discussão na esfera pública, deixando, assim, de ser visualizada com clareza, com todas as suas contradições. Antes, as lutas salariais ou por redução de jornada podiam ser facilmente identificadas; em torno delas os trabalhadores se mobilizavam, faziam greves e negociavam diretamente com os seus patrões. Agora, a discussão foi se tornando abstrata, atuarial, técnica, como se este fosse um tema neutro, um assunto de Estado e de um Estado descolado de interesses de classe⁸².

As propostas em torno do sistema previdenciário se resumem a um alongamento do tempo de trabalho e a uma redução do valor das aposentadorias, o que significa menos possibilidade de gozo do tempo livre na velhice. Em nenhum momento toca-se na questão de quem deve pagar pelo tempo livre a ser garantido no final de uma vida de trabalho.

No século XX a economia deu saltos de produtividade e gerou recursos suficientes para que fosse garantido um maior tempo de ócio e de criação individual. No entanto, esses recursos foram canalizados para a concentração de renda entre pessoas, classes, países e regiões do mundo. Falar em sociedade do lazer ou liberação do tempo livre é, fundamentalmente, falar em formas de apropriação da renda e da riqueza geradas por toda a sociedade. Sem tocar nos fundamentos do sistema e nos interesses do capital, a discussão sobre liberação do tempo de lazer ao final da vida estará sempre subordinada a uma prática social resignada, a uma “utopia do possível”. Ou bem decidimos que caminhamos para uma sociedade do lazer e do bem estar, ou

⁸² A força do “pensamento único”, também conhecido como Consenso de Washington, tirou o debate do campo ideológico, de modo que as políticas para a previdência são muito semelhantes, independente de país ou posição ideológica do partido que está no poder. Essa postura pode ser percebida no processo brasileiro de reforma previdenciária, aprovada parcialmente no governo Fernando Henrique Cardoso, e aprofundada no governo Lula. Independente da intenção ou subjetividade de cada um, o compromisso de classe desses dois governos deveria ser distinto. Enquanto o governo Fernando Henrique expressava a aliança entre a social democracia com base acadêmica e a elite financeira, o governo Lula expressaria a cara do povo, representando, pela primeira vez na história do Brasil, a chegada de um trabalhador à presidência da república. No entanto, suas políticas para o tempo livre após uma longa jornada de anos e anos de trabalho, são as idênticas.

nos atolamos em uma sociedade cada vez mais excludente e injusta. Essa é uma decisão política e não há como escapar dela.

Concomitante à discussão sobre o tempo livre ao final da vida, ocorre um deslocamento nas referências do tempo de trabalho daqueles que ainda estão em atividade. A jornada semanal ainda é a principal referência sindical, legislativa e social, mas estão ocorrendo transformações efetivas no mundo do trabalho, particularmente no que diz respeito aos assalariados e isto tem reflexo direto nos modos de vida da sociedade. O banco de horas, presente em diversas negociações sindicais, principalmente entre metalúrgicos, caminha no sentido da sazonalidade, mesmo que o contrato de trabalho garanta um emprego mais prolongado. Esse processo pode levar a um tempo maior de férias (dois, até três meses de férias coletivas) e finais de semana mais longos (a redução da jornada de trabalho na França e na Alemanha está tornando comuns os finais de semana de três dias), com repercussão direta na definição de políticas públicas para o lazer. Outra consequência também pode ser a de um maior comprometimento e disponibilização do tempo do trabalhador em relação ao seu empregador, transformando o tempo de ócio, ou lazer, em uma longa espera por um chamado para o retorno ao trabalho, limitando a capacidade de decisão sobre o que fazer em relação ao tempo disponível. O trabalhador pode ter tempo para se matricular em um curso, por exemplo, mas não pode fazê-lo uma vez que fica na expectativa de ser chamado para retomar o trabalho a qualquer tempo, em qualquer horário. Também são comuns os casos, principalmente nas grandes cidades, de trabalhadores qualificados que ganham telefone celular de suas empresas e ficam, desta forma, completamente disponíveis para atender chamados e assumir tarefas, independente de estarem usufruindo de seu tempo livre ou não.

Ainda com referência na pesquisa de François Guedez e Gerard Vindt, podemos distinguir três fases na evolução do tempo de trabalho. No início da industrialização, a jornada aumentou generalizadamente “*por toda parte, onde se podia trabalhar à luz do candeeiro*”⁸³, atingindo entre 12 e 15 horas, seis dias por semana. À medida que a industrialização se consolida, e ela acontece em momentos diferentes para cada país (na Inglaterra em meados do século XIX, no Brasil em meados do século XX) vai havendo uma ligeira diminuição. A introdução da “Semana Inglesa”, com o término do turno de trabalho na metade do dia de sábado é um indicador desse processo, mas há também a limitação da jornada máxima e o combate ao

⁸³ A invenção da lâmpada elétrica facilitou e racionalizou o trabalho noturno, acentuando ainda mais essa situação.

trabalho (ou pelo menos à super exploração) infantil. Depois há um processo de redução mais acentuada da jornada de trabalho, que acontece na Europa ao final do século XIX. No entanto esse processo de limitação da jornada atende apenas aos assalariados de grandes empresas. O fato é que, durante o liberalismo do século XIX esse processo é essencialmente resultado de um embate direto entre patrões e empregados, onde cada redução é conquistada fábrica a fábrica, categoria a categoria, havendo pouca legislação a consolidar esse processo, o que só acontece após a Primeira Guerra Mundial e no Brasil, em 1943, com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Nos últimos vinte anos, há uma nova redução da jornada semanal de trabalho, principalmente na Europa⁸⁴, provocando novos comportamentos e hábitos sociais. E esse processo de redução do tempo de trabalho e ampliação do tempo livre está relacionado ao trabalho diário ou semanal. Mas não existe apenas uma medida do tempo; na atualidade, apesar de as pautas sindicais estarem circunscritas à jornada semanal de trabalho, essa discussão acontece muito mais em relação ao tempo anual e os seus efeitos são diferentes na vida das pessoas. Voltar uma hora mais cedo para casa, mas gastar esse tempo em congestionamentos (o tempo de transporte não pode ser considerado tempo livre), ou então na frente da televisão, é muito diferente do que ter mais uma semana ou um mês de férias mesmo que, ao final de uma conta matemática, haja uma redução semelhante de tempo. De um lado há uma mudança no comportamento social, as pessoas que já adquiriram renda suficiente procuram ficar mais tempo com seus filhos e familiares, ou então viajar⁸⁵; por outro lado essa mudança reflete uma

⁸⁴ **Redução da Jornada Semanal**

PAÍS	1979	1994
Alemanha	41,9	38,3
Austrália	35,5	33,2
EUA	35,7	34,7
França	41,2	38,9
Japão	47,3	43,5
Reino Unido	42,4	40,1

Fonte: OIT (Dieese) – Anuário de Estadísticas Del Trabajo

⁸⁵ Sem dúvida a indústria do turismo é uma das que mais cresce no mundo, ampliando as possibilidades de viagens (pelo menos para aqueles que podem pagar)

necessidade do processo produtivo onde várias empresas organizam-se de modo sazonal e para eles é até interessante que aconteça uma maior flexibilização na gestão do trabalho humano.

Em 1998, com a lei 9.601, a flexibilização da jornada foi regulamentada no Brasil, antes disso, tanto a Força Sindical, como a Central Única dos Trabalhadores, as duas principais centrais sindicais brasileiras, e com orientação político-ideológica aparentemente distintas, firmaram acordos para a criação de “Banco de Horas”. Não é o caso de avançarmos na discussão sobre as motivações que os levaram a isso, que estavam relacionadas à tentativa de evitar demissões, mas sim à flexibilização em si. A princípio, poderíamos deduzir que esta é uma situação em que há convergência de interesses entre capital e trabalhadores. Mas essa convergência é apenas aparente.

Em agosto de 2000 a Fiat Automóveis do Brasil, ganhou o prêmio de melhor empresa para se trabalhar, da revista EXAME (segundo a revista 80% da avaliação foi feita pelos próprios trabalhadores), entre os motivos estava a flexibilidade da jornada. Na mesma época, a esposa de um metalúrgico, que assina sob o pseudônimo “Uma amiga”, entrega uma carta ao sindicato dos metalúrgicos de Betim, Minas Gerais:

“Eu, como esposa de um funcionário da Fiat, venho trazer o meu apoio a todos que estão lutando pelos seus direitos. Uma pessoa, para ser funcionária não pode ter nenhum outro compromisso. Nem mesmo com a família. Pois seus funcionários só vão em casa para dormir. Nem nos fins de semana tem a liberdade de firmar um compromisso com a família. Primeiro tem que saber se a Fiat “deixa”. É sempre assim:

- *Se a Fiat “deixar” eu levo você ao parque, filho.*
- *Se a Fiat “deixar”, nós vamos passear no zoológico.*

*E assim por diante. Quando é que isso vai acabar? Isso já passou a ser invasão de privacidade...”*⁸⁶

Ou seja, o interesse na flexibilização da jornada de trabalho está diretamente relacionado ao tempo que o trabalhador mantém disponível para a empresa que desta forma se apropria, inclusive, de seu tempo livre. No lugar de o trabalhador ganhar tempo para si próprio, o

⁸⁶ in Revista Debate Sindical, n. 36, janeiro de 2001 – grifo nosso

que acontece é um aumento do controle e da submissão deste à lógica da produção. Cláudio Gonzáles, em um artigo sobre a jornada de trabalho, cita o jurista Sadi Dal Rosso, autor do livro “*A jornada de trabalho na sociedade – o castigo de Prometeu*”, neste trabalho Sadi afirma que a jornada de trabalho na Brasil:

*“.. acrescida de inumeráveis horas extras, coloca o Brasil no restrito grupo das jornadas mais longas” e que “a política de redução da jornada continua na agenda social pelas duas razões históricas que sempre a sustentaram: trabalhar menos é importante por criar espaços de não trabalho, nos quais os atores sociais podem definir seus interesses e lutar por projetos sociais com significado; e lutar pela diminuição do tempo de trabalho é também procurar construir uma sociedade compartilhada com mais justiça e igualdade, em que o trabalho, que é fonte do rendimento e dos direitos, seja acessível a todos e não elemento da exploração sobre o homem, mas como elemento de auto-realização”.*⁸⁷

Em *Os sentidos do trabalho*, Ricardo Antunes lembra que Marx colocava a redução da jornada como condição preliminar para uma vida emancipada⁸⁸, e afirma que a redução de jornada, além de ser um importante mecanismo para tentar minimizar o desemprego estrutural, transcende em muito *essa esfera de imediatividade*, pois:

“...configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o tempo, o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e tempo de vida. E, por

⁸⁷ In. Debate Sindical n.....

⁸⁸ Ricardo Antunes apresenta a seguinte síntese tematizada em *O Capital*: “*De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfaze-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisso: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana> Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. **E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho**” In. ANTUNES, Ricardo – *Os sentidos do trabalho*, pg 173 – BOITEMPO Editorial, 2002 (grifo nosso)*

*outro, ao possibilitar o afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho”.*⁸⁹

É na busca dos sentidos para o tempo, tanto do não trabalho, como do trabalho, que está o cerne da luta por um ócio emancipador. Há mais de 2.000 anos Aristóteles já alertava para essa necessidade da busca dos sentidos. Mas como compatibilizar o trabalho assalariado, fetichizado e estranhado/alienado com tempo (verdadeiramente) livre?

*“Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela omnilateralidade humana, somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. Uma sociabilidade tecida por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados, na qual ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio [...] possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. Em formas inteiramente novas de sociabilidade, em que liberdade e necessidade se realizem mutuamente. Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo”*⁹⁰

A defesa de um lazer que atenda efetivamente as necessidades humanas não está dissociada de antagonismos de classe e do combate às formas capitalistas de organização do trabalho (que, como vimos, tiram-lhe os sentidos, alienam os indivíduos) e que penetra, inclusive, no tempo de não trabalho. Por outro lado, um tempo livre dotado de sentido também tem a capacidade de penetrar nesse mundo do trabalho, subvertendo-o, humanizando e emancipando o ser social. Uma política pública para o lazer que leve em conta estes pressupostos tem um caráter transformador, de subversão de comportamentos e atitudes, mexendo com a

⁸⁹ ANTUNES, Ricardo, *Os sentidos do trabalho*, pg. 174 – BOITEMPO Editorial, 2002

⁹⁰ Idem, 177

forma pelo qual a sociedade se percebe. Falar em lazer é falar em trabalho e redução de jornada (em ganho de tempo para o lazer). É também falar da conquista da auto-consciência, do momento em que as pessoas deixam de levar uma vida em si, apoderando-se de suas próprias vidas tornando-as fonte de realização e de satisfação.

Em 1998, sob governo socialista, a França aprovou a lei Aubry ampliando a RTT (*reduction du temps de travail, de 1981 e que instituiu a jornada semanal de 39 horas*) que reduziu a jornada de trabalho para 35 horas semanais. Por resultado até as margens do Sena ganharam mais cor com os encontros de namorados ou pessoas lendo ao sol. Os dados da experiência francesa são eloqüentes: até a aprovação da lei Aubry, a França apresentava a segunda maior taxa de desemprego da Comunidade Européia, sempre na casa de dois dígitos (12,5% em 1996), dois anos após ela se reduz para 9,5% da População Economicamente Ativa (PEA); no ano de 2.000 foram 500.000 novos postos de trabalho, um índice recorde, ainda mais se levarmos em conta a população total do país (60 milhões de habitantes). Cabe ressaltar que a cobertura dos custos para a geração destes novos postos de trabalho foi dividida entre subsídios governamentais, redução de impostos e aumento da produtividade. Em casos específicos, é claro, também houve uma redução da taxa de lucro o que, se de um lado contribui para uma sociedade mais igualitária, por outro gera conflitos entre patrões e empregados, demonstrando, mais uma vez, que o lazer e o tempo livre não são temas neutros.

Com a vitória do governo conservador, em 2002, este assunto volta com toda a força e a MEDEF (Movimento das Empresas da França) de um lado e a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) de outro, se mobilizam pelo desmantelamento ou consolidação ou ampliação da Lei.

No Brasil, o movimento pela redução da jornada de trabalho ainda não ganhou força suficiente para garanti-la em lei, mas tramitam dois projetos no congresso: um, dos deputados Inácio Arruda (PcdoB/CE) e Paulo Paim (PT/RS), com uma Proposta de Emenda Constitucional, reduzindo a jornada para 40 horas e aumentando o valor das horas extras (tornando essa opção pouco atrativa do ponto de vista econômico e assim estimulando a abertura de novos postos de trabalho); outro, do senador Geraldo Cândido (PT/RJ), busca uma redução maior, de 35 horas semanais. Na justificativa de ambos argumenta-se:

“...além de necessária para combater o desemprego, essa medida atende também a um requisito de justiça social. Com efeito, não é justo que os aumentos de produtividade sejam apropriados apenas pelos empregadores e não beneficiem

*também os empregados, pois o progresso científico e tecnológico é uma conquista da humanidade como um todo e não um patrimônio de apenas parte dela”.*⁹¹

Como na França, a reação dos empresários também é grande e o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), em 2000, deputado federal Moreira Ferreira, declarou em nome do empresariado: “...a redução da jornada de trabalho não pode ser pré-determinada e submetida a uma camisa de força, sob pena de se tornar um elemento engessador da economia”⁹². Ou seja, só a luta social poderá indicar se caminharemos para a ampliação do tempo de lazer e se esse tempo significará uma verdadeira emancipação social, ou se o país continuará mergulhado no desemprego, no desencanto e na violência da exclusão dos direitos e do esgarçamento social.

Tempo liberado por falta de trabalho

Do mesmo modo que é inadequado confundir lazer com ociosidade, também seria impróprio supor que lazer é sinônimo de “tempo livre”. Do contrário entenderíamos que os milhões de desempregados, ou crianças jogadas ao léu, sem escola ou futuro, ou mesmo de populações inteiras vivendo em vilarejos perdidos, sem muitas opções para ocupar o tempo além da luta pela sobrevivência, estariam gozando deliciosamente de uma vida de pleno lazer. Como sabemos, não é exatamente o que acontece. Emir Sader distingue dois tipos de ausência de trabalho na sociedade capitalista⁹³:

*“tempo liberado após o trabalho e tempo liberado por falta de trabalho – desemprego. Conforme o tipo de relação que se tenha com o trabalho, o tempo livre pode significar lazer ou desemprego”*⁹⁴

E o grande embate desta virada de século se dá entre uma sociedade que garanta para todos o direito a alguma ocupação, “uma sociedade da produção ou uma sociedade de

⁹¹ In. Debate Sindical n. ...

⁹² In. Debate Sindical, n.

⁹³ Cabe ressaltar que ele refere-se às pessoas em idade adulta, na sua fase produtiva excluindo, portanto, crianças, aposentados e mesmo os capitalistas rentistas.

⁹⁴ SADER, Emir – *Trabalho, Desemprego e Tempo Livre – in Lazer numa sociedade globalizada – pg. 191 – Worldleisure – anais do Congresso Mundial de Lazer, realizado em 1988, em São Paulo – Ed SESC - 2000*

especulação, uma sociedade financeira”⁹⁵. A questão que se coloca é se o lazer e o tempo livre (com direito a usufruir dos benefícios culturais e tecnológicos da sociedade) será um direito exclusivo de poucos ou socializado para o conjunto da população. Para Featherstone, o século XXI está construindo uma nova ordem social, em que a classe média será muito reduzida, uma “*sociedade 20/80%*”⁹⁶ (evidentemente a maioria destes 20% estará concentrada nos países ricos, o que torna o problema nos países periféricos ainda mais grave, exceto na China que tem apresentado índices impressionantes de crescimento econômico aliado à inclusão social), o emprego “*com carteira assinada*” vai perdendo espaço, dando lugar à informalidade que, pela própria insegurança quanto à renda no final do mês, exige muito mais trabalho.

Na segunda metade do século XX, São Paulo viveu três ondas de desemprego: 1965, 1980 e a mais prolongada, iniciada em 1997 e que se mantém até 2003. O quadro de desemprego pode ser retratado com dados estatísticos, 1.941.000 desempregados na região metropolitana de São Paulo, como já apresentamos anteriormente, mas que é sempre bom repetir, pois os números impressionam. Mais forte que os números, porém, é o depoimento das pessoas que viveram um desemprego prolongado, desses que não se sabe até onde irão durar. Na primeira onda de desemprego, houve uma recuperação relativamente rápida e dois anos depois o país já tinha retomado o caminho da expansão econômica e do emprego. O atual presidente do Brasil, Lula, viveu essa experiência:

“Eu sobrevivía fazendo bico para ganhar algum dinheiro. Eu comia o pão que o diabo amassou. Eu lembro que chegava na hora de comer e não tinha o que comer; se tinha, era arroz e batatinha cozida no molho. [...] Eu procurava trabalho na empresas, fazia tudo à pé, não tinha dinheiro para ônibus [...] Tem coisa mais humilhante do que você sair com uma carteira profissional de manhã e voltar com

⁹⁵ Idem, pg 191

⁹⁶ FEATHERSTONE, Mike – *A globalização da mobilidade, experiência, sociabilidade e velocidade nas culturas tecnológicas* – pg. 82. Featherstone, lembra que essa situação de fechamento de postos de emprego inclui não somente a base dos trabalhadores, mas também os postos mais altos. A previsão para os 50 maiores bancos do mundo é de que, até 2010, aconteça um corte de 50% no pessoal empregado. Apenas na Alemanha, estima-se a extinção de meio milhão de empregos de altos salários. Emir Sader apresenta estudos de que, em 2025, apenas 2% da população econômica do mundo será suficiente para produzir e satisfazer as necessidades da humanidade. Atualmente 50% da população economicamente ativa já pode ser considerada excedente.

ela de tarde, com ela suadinha, sem arranjar emprego, meses após meses? [...] Eu às vezes parava no meio do caminho e chorava muito”⁹⁷

Passando uma situação destas, por mais tempo liberado que a pessoa tenha, não é possível falar em lazer. E é exatamente essa situação que um número cada vez maior de cidadãos e cidadãs está presenciando, pondo em xeque a sua própria condição de cidadania. As pessoas ganham tempo, mas perdem vínculos sociais, são excluídas de direitos, marginalizadas. O desemprego prolongado pós desregulamentação econômica e predominância dos interesses especulativos sobre as forças da produção, está gerando uma nova classe de pessoas, jovens que estão condenados a passar uma existência sem nunca terem experimentado a condição de um trabalho minimamente estável e regular. A esses jovens que nunca encontrarão um emprego, se somam os adultos que, após serem demitidos, também viverão situação semelhante. Nem falamos da tão cobiçada *carteira assinada*⁹⁸ e todos os (poucos, mas que parecem significativos em um quadro de profunda exclusão do emprego) direitos trabalhistas assegurados por ela, mas da própria condição de ausência de um trabalho regular, impedindo que, no ato de levantar-se pela manhã, as pessoas possam saber para onde se dirigir, onde trabalhar e o que produzir.

A ausência do direito ao trabalho tem implicações diretas no lazer, as pessoas perdem referências que lhe dão um sentido de organização social, familiar e individual. Lazer deveria ser *o tempo para si mesmo*⁹⁹, mas, mesmo tendo todo o tempo do mundo, as pessoas não tem tempo para si, estão preocupadas com o jantar, com o dia seguinte, com o *dinheiro para a condução* e assim se perdem em um tempo inutilizado, morto.

O tempo livre gerado pelo desemprego é transformado em tempo desperdiçado, levando a um contínuo processo de agravamento da desintegração social. Esse foi um fenômeno cíclico, gerando diversas crises de desemprego, mas que eram logo substituídos por períodos de ampliação da oferta de postos de trabalho. Nesse período, entre os anos 30 e 80, o Brasil e particularmente São Paulo, cresceram de forma extraordinária. Independente das condições de trabalho, do valor dos salários ou da própria democracia, esse crescimento incorporou pessoas ao

⁹⁷ Depoimento de Luis Ignácio Lula da Silva in. *Lula, o filho do Brasil* – Denise Paraná – Editora Perseu Abramo, 2002

⁹⁸ Emir Sader ressalta que “*por mais burocrática que possa parecer, essa vinculação [com a carteira de trabalho] dá ao trabalhador, pelo menos, condições mínimas de produção para garantir sua vida, condições mínimas de associação com outros e sua identidade social conferida pelo trabalho, mesmo que este seja realizado em condições precárias e com salário reduzido*” (in. Trabalho, Desemprego e Tempo Livre)

⁹⁹ Conforme definição de Dumazedier

mercado formal de trabalho, abriu perspectivas de vida, possibilitou planos e sonhos, foi um dado de socialização, de inclusão social¹⁰⁰. A conquista da “*carteira de trabalho assinada*” era vista como um ícone da própria identidade do trabalhador, sendo um elemento fundamental na coesão social. A perda desse processo, com o desemprego prolongado e crônico (iniciado na última década do século XX e que adentra no século XXI) é um fator de esgarçamento dessa coesão. E não somente pelo empobrecimento das pessoas, mas também porque

“...a pessoa que não tem garantido seu direito ao trabalho não tem o mínimo de dignidade e de emancipação, de possibilidade de planejar sua vida familiar e profissional, de organizar sua individualidade”¹⁰¹.

Ou seja, uma das matrizes da violência urbana não é somente o fato de a pessoa estar desempregada, mas a falta de perspectivas de vida gerada a partir desse desemprego; à falta de sonhos. Em distritos pobres de São Paulo, como o Capão Redondo, a maioria dos jovens nunca teve (e, a continuar esse modelo econômico, provavelmente nunca terá) uma *Carteira de trabalho assinada*¹⁰². Por mais que esses jovens (e também adultos) tenham todo o tempo do mundo, o seu tempo não pode ser considerado um tempo de lazer, pois apenas ficam andando nas ruas do bairro, de uma esquina a outra, parando em pequenas rodas, observando uma sociedade que nada tem a lhes oferecer a não ser um tempo que nunca termina.

A viabilidade da redução da jornada de trabalho no Brasil

Os dados e a análise histórica indicam que a diminuição da jornada de trabalho, mesmo reduzindo momentaneamente o lucro de alguns, é positiva para a economia como um todo, cria postos para complementar as horas não trabalhadas, assim como para a ocupação dos novos serviços gerados por uma maior demanda pelo lazer. O exemplo francês, com a jornada de 35 horas semanais, nos dá uma boa dimensão do que essa redução desencadeia em termos de

¹⁰⁰ In. SADER, Emir – *Trabalho, desemprego e tempo livre* – pg. 195 – *Lazer numa sociedade globalizada* – SESC/WORLDLEISURE, 2000.

¹⁰¹ SADER, Emir – *Trabalho, desemprego e tempo livre* – pg 196 – in *Lazer numa sociedade globalizada* – SESC/WORLDLEISURE, 2000.

¹⁰² Em uma atividade de recepção a jovens paulistanos que iriam participar do programa de Agentes Comunitários de Lazer, recebendo bolsa de 60% do salário mínimo por parte dos programas sociais da prefeitura de São Paulo, tive a oportunidade de perguntar sobre quantos dos presentes já tinham trabalhado com carteira assinada. Eram 120 jovens entre 16 e 20 anos, apenas um levantou a mão.

mudança de comportamento e de crescimento econômico. O aspecto mais evidente é a redução do desemprego e, como vimos, os resultados são inquestionáveis. Com um menor índice de desemprego a capacidade contributiva da sociedade aumenta na mesma razão que as despesas com seguro social ficam menores. O primeiro efeito disto é um menor déficit público, ampliando a capacidade de investimento do Estado ou então permitindo uma redução de impostos, a depender da orientação política do governo. A jornada semanal de 35 horas também possibilita que o acréscimo de dias livres por ano (entre 11 e 16 dias livres para cada assalariado francês) provocando um expressivo crescimento de vendas -e lucro- em atividades ligadas a hobbies e serviços caseiros do tipo “faça você mesmo”. Outro efeito percebido nas grandes cidades da França foi a redução de congestionamentos às sextas feiras que, por sua vez provocaram uma maior lotação dos trens aos fins de semana; também aumentou a venda de livros, a ida a cafés... Novamente nos lembramos das fotos com uma maior concentração de namorados e pessoas às margens do rio Sena e que foram publicadas em jornais de todo o mundo; pena que essas imagens sejam tão insignificantes para os donos do poder. Com isso diminuiu a tensão social e a própria violência urbana, o que também influencia positivamente nos resultados macroeconômicos (para os que acham que macroeconomia é tudo).

Apesar deste quadro evidente em que a França foi o país da Comunidade Econômica Européia que teve o maior crescimento do Produto Interno Bruto, bem como o que obteve melhores resultados na redução dos índices de desemprego, o empresariado insiste em combater a redução de jornada muito mais por motivos ideológicos do que propriamente econômicos. Levando em conta o próprio raciocínio neoliberal podemos perceber a contradição desta postura.

Um dos dogmas do pensamento econômico dominante é o combate ao déficit público, assim como a diminuição da carga tributária. Se houver uma melhor repartição do emprego, a base contributiva da sociedade aumenta, podendo haver uma melhor distribuição da carga tributária. Com mais pessoas empregadas a previdência social arrecada mais, com mais arrecadação diminui o déficit da previdência. Não é exatamente esse um dos grandes objetivos da política econômica neoliberal? Com um menor desemprego as pessoas recorrem menos ao salário desemprego e a pressão sobre os gastos sociais do governo também diminui e estes recursos podem ser canalizados para novos investimentos ou então para a própria redução do déficit público. Mais uma vez, não é exatamente esse um dos grandes objetivos da política econômica vigente?

No caso do Brasil, com a redução do déficit público os juros podem diminuir (ou pelo menos esse é o discurso). Não é exatamente essa uma das principais reivindicações do empresariado (e também de todo o país)? Com juros menores sobram recursos para o país investir mais na atividade produtiva, com mais investimento a economia cresce, com crescimento econômico os lucros podem aumentar, mesmo que em termos relativos aconteça uma melhor distribuição dos ganhos entre o capital e o trabalho. A ampliação dos postos de trabalho resultante da redução da jornada de trabalho também tem outro efeito. Pessoas com emprego estável podem planejar melhor a sua vida, com isso os gastos de longo prazo são retomados e a capacidade de consumo da sociedade aumenta. Não é exatamente a ausência de um consumo de longo prazo que inibe os investimentos produtivos?

Seguindo estritamente a lógica capitalista de consumo...

Com mais tempo livre aumentam as despesas com lazer. E o lazer é o ramo da economia que tem maiores possibilidades de crescimento, pois a sua satisfação é ilimitada ao contrário de outros ramos da produção em que a capacidade de consumo tem um limite físico. Mesmo que uma pessoa não sofra restrições de consumo, não há motivo para que essa pessoa tenha dez geladeiras em sua casa, por exemplo, desta forma o crescimento da venda de geladeiras só pode acontecer se uma maior quantidade de pessoas tiver renda e se dispuser a comprar geladeiras. Mas em relação ao lazer a situação é outra. Quanto melhores forem as condições para que as pessoas se estimulem a sair de casa maiores serão os seus gastos com vestuário, ida a restaurantes, transporte,... . Em uma noite as pessoas podem preferir ir ao cinema, e depois a um restaurante; na noite seguinte podem ir a uma festa e, com isso, novas necessidades de consumo. Ou então as pessoas podem decidir viajar e ao chegar de uma viagem podem decidir viajar novamente, escolhendo outro lugar. Ou seja, o lazer tem a capacidade de renovar constantemente os interesses, impulsionando a economia como nenhum outro ramo de atividade pode fazê-lo. E o capitalismo já percebeu essa dimensão, tanto é que penetrou em todos os campos da atividade de lazer. No entanto, em uma contradição inerente ao próprio sistema capitalista, onde os micro interesses (tirar o maior lucro a partir da super exploração do negócio e no menor tempo possível) normalmente se sobrepõem aos interesses gerais do sistema, essa percepção fica limitada.

A vitória eleitoral de Lula abre um novo caminho para a conquista da jornada de 40 horas semanais. Dados do DIEESE indicam que apenas a reposição de mão de obra implicará na criação imediata de 1.700.000 postos de trabalho. E a situação econômica brasileira, ao contrário

do que a ideologia patronal tenta fazer crer, reúne condições excepcionais para a redução de jornada, inclusive com uma redução superior às 4 horas pretendidas. Entre 1989 e 1999, o rendimento mensal médio pago na região metropolitana de São Paulo teve uma queda real de 18%¹⁰³ (em valores atualizados para janeiro de 2000 o rendimento mensal em 1989 era de 1.079 reais e em 1999 havia caído para 886 reais). Em situação inversa, a produtividade industrial subiu continuamente, chegando a alcançar 14,9% em um único ano, 1996. Neste ano em que o crescimento físico da produção foi de apenas 1,7%, com uma queda de 11,2% no pessoal ocupado e apenas 3,7% de aumento salarial para os trabalhadores que permaneceram no emprego¹⁰⁴. Ou seja, uma redução imediata de jornada de trabalho na ordem de 20% é perfeitamente sustentável pela economia brasileira e nem estamos levando em conta o aumento da produtividade. Poder-se-ia alegar que o ganho de produtividade é necessário para a conquista e manutenção de mercados, e abrir mão destes ganhos representaria perda de competitividade para os produtos brasileiros. Evidentemente a idéia de que os ganhos de produtividade são repartidos no consumo é uma lógica distorcida em favor do capitalista, pois ele, efetivamente, recolhe para si a maior parte destes resultados.

Observando o achatamento dos salários sofrido na década de 1990 podemos perceber que é possível manter os salários com igual valor e mesmo assim a jornada média de trabalho pode ser reduzida em, no mínimo, 20%. A economia brasileira já suportou rendimentos salariais médios em valor muito superior ao praticado na última década, ou seja, uma redução de jornada,

¹⁰³ FONTE: Pesquisa de emprego e Desemprego – convênio DIEESE/SEADE
¹⁰⁴

TAXA DE PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Taxa de crescimento industrial	Produção física	Pessoal ocupado	Horas pagas	Produtividade	Salário médio real
1992	(-) 3,7	(-) 7,7	(-) 8,0	4,6	11,5
1993	7,5	(-) 1,9	(-) 1,9	9,5	6,9
1994	7,6	(-) 2,2	(-) 2,9	10,8	5,7
1995	1,8	(-) 1,9	(-) 2,3	4,3	8,7
1996	1,7	(-) 11,2	(-) 11,5	14,9	3,7
1997	3,9	(-) 5,8	(-) 6,2	10,7	1,5
1998	(-) 2,2	(-) 9,2	(-) 9,6	8,4	2,1
1999	(-) 0,7	(-) 7,3	(-) 7,7	7,6	(-) 2,9
2000	6,5	0,6	0,2	5,7	(-) 1,1

FONTE: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal.

sem redução de salários não afetaria em nada a economia ou a competitividade do Brasil. O próprio salário mínimo teve uma perda real de 34,52% no período de 1989 a 1999¹⁰⁵, não havendo motivos racionais e econômicos (para não dizer éticos) que justifiquem o argumento de que a economia brasileira não suportaria sua recomposição. Uma forma mais rápida de recompor esse valor seria com a redução de jornada que, no caso do salário mínimo, teria que vir combinada de um aumento de salário; vale lembrar que este é o menor salário mínimo pago entre os países do Mercosul, apesar de a economia do Brasil ser a maior de todas.

Poder-se-ia alegar que o aumento de produtividade não tem tanta relevância no setor de serviços e comércio, que ainda depende fundamentalmente do trabalho humano. No entanto, o setor de serviços e comércio é exatamente o que mais se beneficia da redução da jornada. Com uma jornada menor, mais pessoas se incorporam ao mercado formal de trabalho; havendo mais pessoas com renda, o comércio vende mais, há mais demanda por serviços. E o aumento de consumo pode compensar em muito a eventual contratação de mais trabalhadores, pois o comércio e os serviços só ganharão produtividade se houver um consumo em escala. De que adianta ter comerciários parados em lojas onde entram poucas pessoas? A produtividade do comerciário se mede pela quantidade de vendas e não pelo tempo que ele permanece na loja. Mesmo que o comerciante seja obrigado a contratar mais pessoas em função da redução de jornada, ainda assim ele estará tendo um ganho largamente compensado pelo aumento de vendas.

No serviço público a jornada de 40 horas semanais já é regra, mas ela pode ser reduzida ainda mais. Em sã consciência, alguém acredita que um funcionário público não consegue produzir em seis horas o que ele faz em oito? E a redução de jornada para o funcionalismo é uma questão até mesmo de recomposição salarial, em virtude do arrocho a que foram submetidos na última década. Todos sabem que, a continuar o quadro econômico, dificilmente o Estado brasileiro terá condições de recompor integralmente o salário de dez anos

¹⁰⁵ “O salário mínimo, importante instrumento distributivo e de regulação do mercado de trabalho, continuou sua caminhada melancólica, sem uma política de valorização contínua, conseguindo apenas pequenos aumentos esporádicos em seu valor real, contribuindo para a manutenção de amplos segmentos da população na pobreza e exclusão social. Ao longo da década, o salário mínimo perdeu 34,52% do que valia em 1989. A estagnação relativa do salário mínimo é responsável também pelo aumento do desemprego, que sobe em função da pressão de contingentes que ou permanecem no mercado de trabalho, como é o caso de trabalhadores aposentados, ou entram prematuramente, como é o caso de jovens em idade escolar”. (in. *A Situação do Trabalho no Brasil*, relatório DIEESE, 2002)

atrás. Reduzindo a jornada haveria um ganho relativo dos salários, compensando parte deste arrocho e sem que isso implicasse em novas despesas ou em redução da capacidade de atendimento do governo. Em áreas específicas, como saúde e educação¹⁰⁶ haveria necessidade de novas contratações, é fato, mas isso também seria positivo em termos de qualidade de serviços, compensando em muito as despesas decorrentes destas contratações. As condições estão dadas, cabe à nação enfrentar o problema e decidir qual será o seu caminho.

A moral do trabalho

Provavelmente nenhum país de economia diversificada reúne tantas condições para reduzir a jornada de trabalho como o Brasil. Os salários daqui são tão baixos que a redução de jornada pode e deve ser feita sem redução de salários, funcionando como um impulsionador do desenvolvimento econômico. Neste aspecto, a redução da jornada deve ser encarada como o principal instrumento de redistribuição de renda no país. Evidentemente há um custo na redução das horas trabalhadas e este custo deve recair sobre aqueles que concentram a maior parte da renda. Ao contrário do que o discurso patronal tenta fazer crer, o aumento de custo decorrente da redução de jornada precisa ser encarado como o investimento social que pode recolocar a economia brasileira no caminho do crescimento.

Se a redução da jornada é positiva até mesmo para o crescimento econômico capitalista, porque há tanta resistência em diminuí-la?

Bertrand Russel demonstra de uma forma clara que a sociedade já tem todas as condições para uma drástica redução da jornada de trabalho (ele escreveu na década de 1930). E isso sem afetar a economia, muito pelo contrário, até impulsionando-a. Tomemos o exemplo da guerra:

¹⁰⁶ Nestes setores a jornada de trabalho em um único emprego normalmente já é inferior às 40 horas semanais. No entanto, os trabalhadores da saúde e educação, em virtude dos baixos salários, tem mais de um emprego. Mas a recomposição dos salários destas categorias, dando-lhes condições de trabalhar menos, é imperiosa. Ou será que a sociedade prefere que seus filhos tenham aulas com professores estressados, que não dispõem de um mínimo de tempo para o ócio e o estudo? (evidentemente, os filhos dos pobres são os que mais sofrem, mas oferecer educação de qualidade é um dever de civilização) E a jornada de trabalho dos médicos? Pode haver algo mais insano? Plantões de 24 horas seguidas, e as pessoas se deixam examinar e até operar por trabalhadores que nem ao menos pararam para dormir. .

“Todos os membros das forças armadas, todos os homens e mulheres engajados na produção de munições, na espionagem, na propaganda de guerra e nas funções de governo ligadas à guerra foram sacados das ocupações produtivas. [apesar disso a produção econômica manteve sua capacidade de atender às necessidades da sociedade] A guerra demonstrou claramente que, por meio da organização científica da produção, uma pequena parte da capacidade de trabalho do mundo é suficiente para que a população desfrute um nível de conforto satisfatório (...) E se, ao final da guerra, tivesse sido preservada a organização científica criada para liberar os homens para a tarefa de lutar e municiar, e se a jornada de trabalho tivesse sido reduzida a quatro horas, estaria tudo certo. Em vez disso foi restaurado o antigo caos”¹⁰⁷

Sendo possível manter a produção mesmo retirando da atividade produtiva um grande contingente de mão de obra, que estarão imobilizados para guerra, por que não mudar o sistema de trabalho em tempo de paz? *O Direito à Preguiça*, cinquenta anos antes, fala do vício do trabalho que está, inclusive, *diabolicamente encravado no coração dos operários* e que a quantidade de trabalho requerida pela sociedade é limitada pelo consumo, bem como pela oferta de matéria prima. Em razão disso ele também pergunta: *por que razão devorar em seis meses o trabalho de todo o ano? Por que não distribuí-lo uniformemente por doze meses [cortando a jornada de trabalho pela metade]?¹⁰⁸*

“Porque o trabalho é um dever e as pessoas não devem receber salários proporcionais à sua produção, mas à virtude demonstrada em seu esforço. Essa é a moral do Estado escravista”¹⁰⁹

Quem responde é Bertrand Russel, em uma linha de raciocínio muito semelhante à de Lafargue: *“Embrutecidos por seu vício, os operários não conseguiram ter inteligência suficiente para perceber que, para ter emprego para todos, era preciso racional-lo, como água num navio*

¹⁰⁷ O Elogio ao ócio, pg. 54 (in. *A economia do ócio*).

¹⁰⁸ *O Direito à Preguiça*, pg. 59 – Ed. Claridade, 2003

¹⁰⁹ *O Elogio ao Ócio*, pg 55

em perigo”¹¹⁰. E esta moral ainda prevalece neste novo século, atestando o quão forte é o embrutecimento pelo vício do trabalho, tantos são os trabalhadores a se apegarem às horas extras. Mas esses dois manifestos nos brindam com uma clareza de raciocínio impecável que merecem ser observadas mais um pouco:

*“Suponhamos que uma certa quantidade de pessoas produz todos os alfinetes de que o mundo necessita, trabalhando, digamos, oito horas por dia. Então surge um invento com o qual as pessoas podem produzir o dobro da quantidade de alfinetes. (...) Num mundo sensato todas as pessoas envolvidas na produção de alfinetes passariam a trabalhar quatro horas por dia. Mas no mundo em que vivemos permanece a jornada de oito horas, sobram alfinetes, alguns empregadores vão à falência e a metade dos homens perde seu emprego.”*¹¹¹

Se somarmos o tempo de trabalho e de não trabalho de todas as pessoas que originalmente estavam empregadas na fábrica, percebemos que ele continua rigorosamente o mesmo, só que, enquanto metade está completamente sem trabalho, a outra metade é “*submetida ao sobretrabalho*”. Assim, as classes patronais construíram uma ideologia, que é incorporada por quase todos, de que “*...o inevitável lazer causará a miséria por toda parte, em vez de ser uma fonte universal de felicidade*”¹¹². O que acontece é exatamente o contrário. As pessoas são jogadas na miséria não pelo excesso de lazer, mas pelo excesso de trabalho a que uma parte da população é submetida. A solução apresentada por Russel é a redução da jornada de trabalho a um máximo de quatro horas diárias, mas ele lembra que “*...essa idéia choca as pessoas abastadas, que estão convencidas de que os pobres não sabem o que fazer com tanto lazer*”. Como se a capacidade de gozar o lazer com qualidade fosse um direito exclusivo dos ricos.

Provavelmente a elite econômica deve achar que suas fanfarrônicas e avidez com que consomem marcas e produtos supérfluos são belos exemplos de um uso dignificante do tempo.

¹¹⁰ *Direito à Preguiça*, pg. 61

¹¹¹ *O Direito à Preguiça* apresenta exemplo semelhante utilizando declaração de um dos maiores fabricantes da Alsácia, Boucard de Guebwiller, em 1860: “*...a jornada de doze horas era excessiva e deveria ser reduzida a onze horas, assim como o trabalho deveria ser suspenso às 14 horas aos sábados. Posso aconselhar a adoção dessa medida, ainda que pareça curiosa à primeira vista. Há quatro anos nós a pusemos em prática em nossos estabelecimentos industriais e temos tido sucesso. A produção média, em vez de diminuir, aumentou*”.

¹¹² O elogio ao ócio, pg. 55

Nicolau Sevchenko, em *Orfeu Estático na Metrópole*, seleciona um interessante editorial do jornal O Estado de São Paulo (4/12/1920) falando do uso do automóvel:

“Vão se repetindo ultimamente, com frequência apavorante, os desastres de automóveis, funestos muitos deles, e ocasionados quase que sempre pelo abuso de velocidade (...) Os condutores de São Paulo parece que são a única classe de gente que escapa completamente à ação repressiva das leis e regulamentos que norteiam o viver geral”

E o lazer vai demonstrando a maneira de ser, o comportamento, das classes sociais...

Mas além dos preconceitos e da idéia de que a capacidade de usufruir livremente do seu tempo é atributo de poucos há outro motivo que leva a classe dos capitalistas a repudiar a diminuição da jornada de trabalho. Na medida que os trabalhadores vão ganhando autonomia no uso de seu tempo, sua capacidade de questionamento do sistema pode sair do controle¹¹³ e algum dia eles podem perceber que a grande classe ociosa (no sentido de desnecessária) é a dos capitalistas e a produção pode seguir seu rumo prescindindo deles. Assim é melhor manter as pessoas ocupadas o maior tempo possível, ocupando-as inclusive em seu parco tempo de lazer, com programas fúteis e inúteis. Uma jornada de trabalho mais longa dificulta que as pessoas utilizem seu tempo para refletir sobre sua própria condição.

Quanto às pessoas que ficam sem ocupação alguma, vivendo no desemprego, como vimos, também lhes é reservado um papel, qual seja: servir de contra-peso, impedindo que aconteça uma pressão por maiores salários ou melhores condições de trabalho. Desta forma, o capitalista prefere condenar milhões de pessoas à miséria, mesmo que isso represente se auto-condenar à insegurança. Melhor a insegurança diária da violência social do que correr o risco de que, algum dia, se forme uma nova consciência em torno do direito ao trabalho (verdadeiramente emancipado, cheio de sentido, não alienado) e ao ócio. È a racional opção do capitalista.

¹¹³ Sobre a questão do controle do lazer, ver capítulo III

O ócio na sociedade pós industrial

A sociedade pós-industrial faz com que o debate sobre o ócio ganhe nova dimensão. Os países centrais do capitalismo -EUA, Japão e Europa Ocidental- vivem um processo econômico em que o conteúdo imaterial agrega muito mais valor às mercadorias do que a produção física destas mercadorias. Em muitos casos, como previa o Manifesto Comunista há quase 160, a própria materialidade da mercadoria chega a se desfazer, se desmanchar.

Afora o ganho com a especulação financeira, em que dinheiro produz dinheiro, a grande fonte de riqueza está na produção de bens imateriais e na produção de conhecimento. Para a especulação financeira a forma de acumulação de capital está na própria lógica do sistema, onde o aporte de recursos valoriza cada vez mais o patrimônio, no caso, os títulos públicos, as ações ou estoques imobiliários (que, se são tangíveis por um lado, tem a sua valorização muito mais calcada no processo especulativo do que no material especificamente agregado a estes bens). Outra forma de concentração do capital se dá pela coerção econômico jurídica a que são submetidas as economias dos países de fora do eixo central do capitalismo. Nós brasileiros conhecemos bem esse sistema, onde a dívida externa já foi paga em quatro ou cinco vezes o seu valor original e mesmo assim continua crescendo e impondo um processo de dependência e subordinação. Essa lógica também vale para a dívida pública interna que, em oito anos, apesar de todos os valores pagos na forma de juros estratosféricos, multiplicou por dez o valor apurado em 1994.

Em relação aos bens imateriais a produção de tênis é um bom exemplo de como se processa essa economia. “*Nós não vendemos tênis, nós vendemos sonhos*”, diz o departamento de marketing da mais rentável marca de tênis do mundo, a Nike, e que não possui uma única fábrica. Seu produto não é um calçado, mas o símbolo que o uso do tênis provoca, a afirmação de status, a auto-realização. Assim, jovens da periferia de São Paulo (ou de Nova York, ou de Johannesburg) gastam todas as suas economias, até as que não dispõem, para adquirir um produto cujo efetivo valor material é inferior a 20% do valor de venda do mesmo produto.

Essa nova economia sobrevive da venda de serviços, informações e valores simbólicos. São produtos intangíveis. É claro que o mundo continua produzindo coisas, mas vai havendo um deslocamento geográfico e econômico destas coisas produzidas. É mais rentável criar marcas e gerenciar sistemas de vendas, deixando o trabalho estritamente físico para as outras partes do mundo. Um exemplo é a transformação da bauxita em alumínio, que exige uma

alta concentração de energia (10% da energia produzida no Brasil¹¹⁴), mas que não passa de uma lata leve que só ganha valor quando agregada a produtos de alta tecnologia; estes sim, produzidos nos países ricos. Também se transferem curtumes que exportam couro tratado a um preço cada vez menor e que poluem as águas em um ritmo cada vez maior; a fabricação e colagem de calçados; a movelaria...¹¹⁵. E os países da periferia do capitalismo até aplaudem (mais que aplaudem, oferecem incentivos fiscais e subsídios) essa transferência como sinônimo de progresso e desenvolvimento, competindo entre si para serem escolhidos, pois, quando não conseguem essa atração (como a maior parte dos países da África), ficam ainda mais excluídos. Entre os países que ainda competem para abrigar a produção de produtos tangíveis, encontra-se o Brasil. Mas mesmo no Brasil também vai ocorrendo esse processo de desmaterialização¹¹⁶ da economia. E com a desmaterialização da produção, novos valores vão surgindo, com ênfase na flexibilidade, na criatividade e na estética.

Esse novo conjunto de necessidades gera profissões e trabalhos que agregam valor a partir de seu conhecimento e atividade criadora: programadores de computador, designers, publicitários, analistas financeiros, estilistas, etc... No entanto, a forma de medir esse trabalho é imaterial e só pode ser constatada posteriormente, se ele, efetivamente, adicionou valor à mercadoria. São as emoções, as marcas, que agregam valor às mercadorias e não o produto em si. Um exemplo bem concreto (se é que podemos falar de coisas concretas em uma situação destas) se dá em relação aos jogos para computador, os “games”. Muitas vezes esses jogos são resultados de anos e anos em que garotos ficaram na frente de computadores, apenas jogando, em pleno ócio, diriam os seus pais. De repente, esse conhecimento e habilidade (a capacidade de ultrapassar barreiras virtuais) é a fonte de criação de um novo jogo. Se o jogo vender muito, o garoto pode ficar rico. Como distinguir a fronteira entre trabalho e ócio? Contabilizamos todo o tempo que o jovem ficou na frente do computador, apenas jogando? O seu ócio transforma-se em trabalho a partir do momento que o novo jogo ganhou mercado? E se o jogo não desse certo, não

¹¹⁴ Quando o Brasil viveu a experiência do “Apagão”, com a falta de energia elétrica para as cidades e indústrias, bastaria interromper por dois o fornecimento de energia elétrica para as indústrias de alumínio e não seria necessário impor o sacrifício a toda população do país

¹¹⁵ Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em 1996 a exportação de móveis produzidos no Brasil equivalia a US\$ 300 milhões. Eram móveis encomendados por empresas americanas, européias ou japonesas e que forneciam o projeto dos móveis. Caso essa mesma quantidade de produtos fosse exportada com design brasileiro o seu valor subiria para US\$ 1 bilhão e isso sem que se vendesse uma única cadeira a mais. Ou seja, neste caso o design valia 2/3 do produto final. Em palestra proferida no V Congresso Mundial de Lazer (São Paulo, 1998), Domenico de Masis diz que a tecnologia, de certa forma, igualou a qualidade dos produtos e, dando exemplo da produção de relógios, entende que “*o que distingue dois relógios, não é o uso, mas sim o design*”.

¹¹⁶ Um fenômeno conjunto à desmaterialização da economia é a precarização do trabalho.

encontrasse compradores? O tempo de desenvolvimento do jogo deixaria de ser trabalho e voltaria a ser ócio? Enfim, a nova economia exige novas categorias de análise. Mas certamente percebe-se que, para essas atividades crescentes, o tempo de trabalho passa por novas formas de produção e de medidas: a virtualidade, o tele-trabalho.

Do mesmo modo que o trabalho passa por modificações, o consumo também passa por uma profunda metamorfose, estando cada vez mais associado à imaginação, à fantasia e à exploração de impulsos emocionais:

“Assim, a atividade essencial do consumo não é a seleção, a aquisição ou o uso real dos produtos, mas a procura imaginária do prazer a que se presta a imagem do produto”¹¹⁷

A esse processo dá-se o nome de pós-modernidade, Mike Featherstone lembra que o termo pós-modernismo foi empregado pela primeira vez em referência ao modernismo artístico para em seguida ser adotado por filósofos e cientistas sociais, sendo posteriormente disseminado pela sociedade, particularmente os formadores de opinião. Apesar de relativamente comum, ainda existe muita confusão em relação ao que vem a ser o pós-modernismo. Featherstone classifica os principais traços do pós-modernismo da seguinte forma:

“Primeiramente é um movimento que se afasta das ambições universalísticas das narrativas mestras, em que a ênfase se aplica à totalidade, ao sistema e à unidade, e caminha em direção a uma ênfase no conhecimento local, na fragmentação, no sincretismo, na ‘alteridade’ e na ‘diferença’.

Em segundo lugar é a dissolução de hierarquias simbólicas que acarretam julgamentos canônicos de gosto e de valor, indo em direção ao colapso populista da distinção entre a alta cultura e a cultura popular.

Em terceiro lugar é uma tendência à estetização da vida cotidiana, que foi impulsionada pelos esforços, no âmbito da arte, a fim de diluir as fronteiras entre a arte e a vida e o movimento em direção a uma cultura simuladora, na qual o véu das

¹¹⁷ CAMPBELL, in *O Desmanche da cultura* – Mike Featherstone, pg. 45 – Ed. Nobel, 1995

imagens, reduplicado de maneira alucinatória e interminável, apaga a distinção entre a aparência e a realidade.

Em quarto lugar, é uma descentralização do sujeito, cujo senso de unidade e cuja continuidade biográfica dão lugar à fragmentação e a um jogo superficial com

imagens, sensações e ‘intensidades multifrênicas’”¹¹⁸

Esse é o tempo de uma ruptura do senso de identidade do indivíduo, e essa quebra de identidade se revela na perda de referências mais precisas, como na relação das pessoas com o seu trabalho. Na fase industrial, a definição de classe social era mais permanente e, na maioria das vezes durava a vida toda, incluindo gerações passadas e futuras. Mas nos tempos atuais, a mobilidade impõe uma outra relação, que precisa ser observada empiricamente. Quem visita portas de fábrica na periferia de São Paulo (ou de qualquer outra grande cidade industrial do mundo) consegue perceber claramente essa perda de referências que davam um sentido de identidade às pessoas. Tudo é móvel e de um dia para o outro um metalúrgico pode se transformar em pequeno-burguês, dono de uma “birosca” na frente da fábrica em que antes trabalhava. De proletário a proprietário de um pequeno negócio. Mas, ao contrário do que essa mobilidade poderia fazer crer, não há mobilidade na escala social, sendo que muitas vezes há um decréscimo no padrão de vida deste ex-operário. E provavelmente ele nunca mais retornará à condição de “peão” de fábrica. Proletário, desempregado, proprietário de pequeno negócio, biscateiro, guarda de porta de fábrica (com sorte sua carteira de trabalho pode voltar a ser assinada graças à crescente indústria da segurança), desempregado novamente, guardador de carros, vendedor ambulante.... Essa é a realidade de milhões de pessoas que habitam as grandes e médias cidades do Brasil. Como ponto de identidade há a pobreza, mas dificilmente poderemos nos referir a eles como uma única classe, apesar de carregarem interesses bastante comuns.

O termo *identidade multifrênica* foi criado por Fredric Jameson e indica a ruptura do senso de identidade do indivíduo. Vivemos em um tempo de mobilidade em relação ao trabalho e em relação às informações e referências culturais recebidas. O indivíduo se perde na multidão, mas desta vez a multidão deixa de ser uniforme. Há um bombardeio de imagens fragmentadas, de signos contraditórios, tudo ao mesmo tempo, desfazendo todo senso de continuidade ou de

¹¹⁸ FEATHERSTONE, Mike – *O desmanche da cultura* – pg. 69 – Ed. Studio Nobel, 1997

construção de um coerente sistema de valores. Passado, presente e futuro se misturam de tal forma que as pessoas perdem até mesmo o senso de realidade, impossibilitando o encadeamento de significados e levando ao imediatismo e à estetização da vida. Mas ao contrário do que pode aparentar a primeira vista, essa não é uma marcha inexorável, devendo ser contextualizada na própria lógica do sistema capitalista. A estetização da vida, o hedonismo, também compõem o cardápio de mercadorias deste sistema e são reforçados na medida que podem produzir mais e mais dinheiro. É dentro deste contexto que reaparece a discussão sobre o ócio.

De um lado estão as pessoas inseridas no processo produtivo (talvez fosse mais apropriado dizer: no processo de ganhar dinheiro), as profissões emergentes, os autores das necessidades imaginárias. Para estes, constrói-se a idéia de que estão envolvidos em atividades puramente criativas (onde a repetição e cópia de anúncios publicitários é a expressão da criatividade pós-moderna), dando um novo status ao ócio. A difusão, e ampla aceitação nos altos meios empresariais das idéias do sociólogo italiano Domenico de Masi, expressa claramente este processo, em que no fundo o que se procura é uma justificativa e conforto intelectual aos superexcitados executivos e jovens criadores inseridos neste árduo sistema de ganhar dinheiro:

“O trabalho criativo requer ‘tempo integral’: alguém empenhado em resolver um problema cuja solução comporte uma idéia nova (seja ele um artista, um publicitário, um profissional liberal, um empresário ou artesão) não pode interromper o pensamento perdendo o fio da meada, como fazia o operário que, ao soar da sirene, largava o serviço na cadeia de montagem.”¹¹⁹

E esta percepção é sintetizada no conceito de que:

“...o futuro pertence a quem souber libertar-se da idéia tradicional do trabalho como obrigação ou dever e for capaz de apostar numa mistura de atividades, onde trabalho se confundirá com tempo livre, com estudo e com o jogo, enfim, com o ócio criativo”¹²⁰

¹¹⁹ DE MASI, Domenico – *A economia do ócio* – pg. 15 – Ed. Sextante, 2001

¹²⁰ DE MASI, Domenico – *O ócio criativo* – pg. 10 – Ed. Sextante, 2000. Em outro livro, De Masi exemplifica sua teoria lançando mão do pensamento Zen: “*Quem é mestre na arte de viver distingue pouco entre o trabalho e o tempo livre, entre a própria mente e o próprio corpo, entre a sua educação e a sua recreação, entre o seu amor e a sua religião. Com dificuldade sabe o que é uma coisa e outra. Busca simplesmente uma visão de excelência em tudo*”

Essa idéia tem o mérito de resgatar o sentido original do ócio, dando-lhe uma dimensão criadora e humanista e abrindo caminho para colocar a questão sob uma outra perspectiva. No entanto, apesar de simpático e sedutor, esse conceito assume um conteúdo idealista, focado no convencimento do indivíduo, sem levar em conta o fato de que há uma apropriação desigual dos resultados da riqueza produzida. E no mundo que vivemos, apenas uma parcela da população do globo poderá caminhar no rumo do chamado ócio criativo e mesmo assim, de uma criatividade subordinada à lógica capitalista. Ou seja, a capacidade de *libertar-se da idéia tradicional do trabalho* está muito mais relacionada à força política dos agentes históricos do que a um ato de escolha individual, e muito menos de uma inexorável racionalidade econômica e social. Mas é possível mudar essa ordem.

Neste aspecto, Joffre Dumazedier atenta para o fato de que:

“Tudo se passa, em certos discursos políticos, como se o trabalho pudesse caminhar para ‘novos paraísos’ desde que triunfe uma política de tempo escolhido, de círculo de qualidade, de popularização do corpo de acionistas ou de autogestão, etc. Isto não seria perder de vista os limites institucionais do trabalho? Sem dúvida é esquecer a distância irreduzível que separa as propriedades do tempo escolhido dentro dos limites deste tempo obrigado do trabalho, das propriedades do tempo escolhido na extrema variedade de atividades do tempo livre”¹²¹

Sem dúvida, a discussão sobre o lazer não é uma discussão neutra. Existem interesses e formas desiguais de apropriação do tempo. Um tempo que se transforma em dinheiro desigualmente apropriado. Mas talvez uma postura saudável para entender o agitado mundo a nossa volta, fosse a de retornarmos a uma prática comum nos tempos de Baudelaire, na Paris de meados do século XIX. Walter Benjamin lembra que àquela época...

“Havia o transeunte, que se enfia na multidão, mas havia também o flâneur, que precisa de espaço livre e não quer perder sua privacidade. Ocioso, caminha como uma personalidade, protestando assim contra a divisão do trabalho que transforma

que faz, deixando que os outros decidam se está trabalhando ou brincando. Ele pensa sempre em fazer ambas as coisas ao mesmo tempo” (A Economia do ócio, pg. 26)

¹²¹ DUMAZEDIER, Joffre, *A revolução cultural do tempo livre* – pg. 102, Studio Nobel, 1994.

as pessoas em especialistas. Protesta igualmente contra a sua industriiosidade. Por algum tempo, em torno de 1840, foi de bom tom levar tartarugas a passear pelas galerias. De bom grado o flâneur deixava que elas lhe prescrevessem o ritmo de caminhar. Se o tivessem seguido, o progresso deveria ter aprendido esse passo”¹²²

Em resumo, a hiper-velocidade da sociedade pós-moderna precisa encontrar um novo ritmo de caminhar. Quem sabe as tartarugas vagarosas nos ensinam o ritmo.

Perspectivas para uma sociedade que revê os sentidos do ócio

O movimento ecológico insere a questão do ócio em uma outra perspectiva, relacionada à própria manutenção da vida no planeta, onde as matas intocadas deixam de ser consideradas inativas, ociosas. Pelo menos uma grande parte da população começa a tomar de consciência de que a qualidade de vida na Terra está diretamente relacionada à permanência de terras e sistemas intocados. E mesmo assim elas produzem: o nosso ar, a nossa água limpa...

A percepção deste sentido do ócio, em que ele deve ser visto associado à utilidade foi constatada originalmente na literatura, por Tolstói. Na quarta parte de *Guerra e paz* há uma reflexão sobre o tema:

“Se o homem pudesse encontrar-se numa situação em que, embora se mantivesse ocioso, sentiria ser útil e cumprir com o seu dever, reencontraria uma das condições da felicidade original. Pois toda uma classe, a classe militar, goza dessa ociosidade que lhe é imposta e não pode ser censurada. Nessa ociosidade irrepreensível e obrigatória é que tem sempre residido e residirá sempre o atrativo principal da vida militar”

Partindo de um rigoroso estudo sociológico, Dumazedier sugere que:

“Preparemos a população para viver períodos sem trabalho profissional, quando atividades voluntárias de trabalho familiar ou de ‘trabalho livre’ ordinariamente

¹²² BENJAMIN, Walter – *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*, pg. 51 – Ed. Brasiliense, 1994

limitados pelo trabalho profissional, poderão se desenvolver com redução provisória ou mesmo sem este último” ¹²³

...e propõe seis alternativas de atividades a serem desenvolvidas fora do tempo de trabalho profissional e que receberiam uma subvenção pública em dinheiro:

1. Para o grupo de pessoas que valorizam sobremaneira o seu trabalho profissional e que, de repente, vêm-se desempregados, ele propõe uma reeducação do tempo livre de modo que essas pessoas possam readquirir confiança em si mesmos e descobrir outras atividades de caráter sociocultural, sociopolítica e socioespiritual;
2. Para os jovens recém saídos da universidade, ele sugere uma reorientação para atividades de auto-formação e orientadas para a solidariedade¹²⁴;
3. Para as pessoas que entendem o trabalho apenas como uma necessidade para se ganhar a vida, a sugestão é a da reordenação do trabalho doméstico, auxiliando no cuidado com os filhos, reorganização da casa, bem como o desenvolvimento de uma economia mais *convivial*, orientada para a solidariedade entre vizinhos;
4. Para os jovens em situação de risco, e que deixaram a escola antes de completar o segundo grau, sugere-se o desenvolvimento intensivo de *atividades de utilidade coletiva* e estágios chamados de inclusão social
5. Para as pessoas que já estão sensibilizadas em relação ao trabalho social propõe-se uma continuidade desta ação em atividades de autoformação e junto com iniciativas solidárias;
6. A sociedade também precisa da ação militante, de jovens idealistas, ativistas políticos ou sociais; nada mais justo do que subvencioná-los, afinal, muito das

¹²³ DUMAZEDIER, Joffre, *A revolução cultural do tempo livre* – pg. 117, Studio Nobel, 1994.

¹²⁴ Recentemente a UNE – União Nacional dos Estudantes apresentou a proposta da reedição do projeto Rondon. Este projeto levava jovens estudantes universitários para prestar serviços voluntários em comunidades carentes, principalmente no interior do Brasil. A idéia e a homenagem ao Marechal Rondon não podia ser mais adequada. Este projeto avançou no tempo da ditadura militar e teve sua imagem diretamente afetada por isso, mas o conceito é extremamente correto, direcionando o tempo livre dos estudantes para a tomada de contato com o Brasil e o desenvolvimento de ações solidárias. Passados quase 20 anos é muito louvável o resgate destas idéias sob novas bases, ainda mais em tendo partido de iniciativa dos próprios estudantes.

mudanças de valores e novos direitos conquistados, são herança destes movimentos, como os originados nas revoltas estudantis de 1978

A experiência da prefeitura de São Paulo (vide anexo), com os programas sociais e a distribuição de bolsas de aproximadamente 60% salário mínimo por mês (R\$ 140,00) caminha neste sentido. Entre 2001 e 2002, 3.500 pessoas, entre jovens e adultos com mais de 40 anos, participaram do programa de agentes comunitários de lazer e destes, 1.700 concluíram as atividades. Além da distribuição de renda, essa ação representou “...uma ruptura na ordem de ocupação do tempo livre nas comunidades, que passam a contar com intermediários orgânicos, filhos da própria comunidade e que conseguem reinterpretar as imposições da indústria do tempo livre”¹²⁵. Ou seja, os programas sociais de requalificação profissional e distribuição de renda precisam repensar as suas ações, saindo do antigo modelo de formação de mão de obra tradicional (os cursos de corte e costura, pedreiro, introdução à informática) que muitas vezes apenas servem para isentar o poder público de responsabilidade quanto à colocação profissional. Um pensamento sintetizado na idéia de que: “...o poder público oferece o curso profissional e depois disso, se as pessoas não encontram emprego o problema é delas” numa reafirmação do processo de responsabilização das vítimas sobre o seu próprio infortúnio. A sociedade do século XXI produz recursos suficientes para o subsídio e manutenção de atividades consideradas improdutivas, de caráter solidário. E essas atividades assumem um papel cada vez mais importante no cultivo de novos valores da civilização.

Mas é, sobretudo, a partir de uma ampla redistribuição dos recursos gerados pela sociedade, que construiremos um sistema mais avançado de convivência social. É neste momento que a questão do lazer e do tempo livre, ou do ócio, assume um papel estratégico no redirecionamento da ordem social, econômica, política e cultural.

Um exemplo? O modelo de aposentadoria. Nossa sociedade não prepara as pessoas para a aposentadoria e a interrupção do trabalho é, normalmente abrupta. Durante toda uma vida de trabalho as pessoas são condicionadas a pensar apenas na produção; de repente, de um dia para o outro essa pessoa se aposenta e não tem mais nenhuma atividade a desenvolver. Seria mais sensato ir reduzindo as horas de trabalho paulatinamente. Digamos, nos cinco anos que precedem a aposentadoria a jornada cairia 50% (e o sistema previdenciário assumiria 50% do salário, em

¹²⁵ TURINO, Célio – *O Lazer nos programas sociais* – pg. 26 – Ed. Anita Garibaldi, 2003

uma espécie de pré-aposentadoria; os outros 50% continuariam pagos pelo empregador), com isso o trabalhador vai se adequando aos novos tempos e sua atividade no trabalho assume um papel muito importante na transmissão de conhecimento para os mais jovens, que também poderiam ingressar no mercado de trabalho em meia jornada. Alguns poderão considerar essa idéia custosa, mas até do ponto de vista de recursos para a previdência (retardando o pagamento de uma aposentadoria completa) ela é eficaz, assim como no estímulo à geração do primeiro emprego.

Como tentamos demonstrar anteriormente, a questão do lazer (com um sentido verdadeiramente emancipador) está no cerne da luta de classes (por mais que tentem nos fazer crer o contrário, a luta de classes não acabou) e envolve uma decisão sobre o modelo de sociedade que desejamos para os nossos filhos e netos. Para uns pode ser o socialismo renovado, para outros uma sociedade solidária; mas, sem dúvida, o caminho liberal (o neoliberalismo nada mais é do que a recuperação dos valores liberais, do individualismo e da ganância exacerbados), do cada um por si, só nos levará à barbárie e ao esgotamento dos recursos do planeta. Por isso a discussão sobre o lazer está intimamente relacionada à questão da redução da jornada de trabalho e à adoção de um programa de renda mínima para todos os cidadãos.

O senador Eduardo Suplicy é autor de uma proposta que, combinada com uma consistente redução da jornada de trabalho, pode se constituir na mais valiosa oportunidade de reequilíbrio social no Brasil¹²⁶. Ele propõe uma renda de cidadania, onde todos, ricos pobres jovens velhos e crianças, receberiam uma renda mínima para garantia de uma subsistência digna. Posteriormente, aqueles que ganham mais devolveriam esse valor quando da declaração do seu imposto de renda. O princípio é de que todos devem receber uma parte dos frutos da sociedade de maneira igualitária, sem superposição de clientelas, pulverização de recursos públicos ou disputa entre instituições. Como fonte de financiamento ele aponta a experiência do estado norte americano do Alasca, onde 50% da receita com *royalties* da extração do petróleo é destinada a um Fundo Público que redistribui os recursos uniformemente para todos os cidadãos do estado. No Brasil poderia haver um Fundo semelhante, que comporia uma cesta de ativos de propriedade comum (petróleo, gás, minérios, *royalties* da biodiversidade, etc...).

O princípio do senador é de uma simplicidade e humanismo que precisa ser compreendida em uma dimensão que vai muito além de qualquer raciocínio meramente

¹²⁶ E talvez esta seja a única oportunidade de o país promover esse reequilíbrio sem a necessidade de uma ruptura revolucionária. Se é possível realmente, só o tempo dirá.

econômico (ou melhor, financista, pois esta proposta é extremamente racional do ponto de vista econômico):

“Se o objetivo é erradicar a fome e a miséria, é preciso compreender de que a pessoa necessita mais do que matar a fome. Se está fazendo frio, precisa comprar um agasalho ou um cobertor. Se a telha ou a porta estão avariadas, é preciso consertá-las. Se um filho ficou doente, é preciso comprar remédio com urgência. Se é o dia do aniversário de uma filha, é possível que a mãe queira lhe dar de presente um par de sapatos. Se a vizinhança está vendendo um tipo de alimento muito barato, é bom comprar, porque vai sobrar para outras coisas”¹²⁷

E ele nos apresenta um eloqüente exemplo, de uma senhora, moradora de Campinas, cidade que, junto com Brasília, foi a primeira a aplicar esta proposta. Ela gastou o recurso de um mês para adquirir uma dentadura e *“ter a coragem de sorrir de novo, sem precisar tapar a boca, sem sentir vergonha, tendo até mesmo melhores condições para conseguir um emprego, ou ser amada”¹²⁸*

O que isso tem a ver com lazer?

Tudo, pois o lazer só é livre quando as pessoas sentem-se bem, felizes, quando tem a *“coragem de sorrir”*. Sabem que podem se divertir e tem segurança do que encontrarão em casa. E assim as pessoas dedicam-se ao trabalho com satisfação e não mais por necessidade premente, adquirindo melhores as condições para negociar o seu trabalho. Podem optar por serem poetas no lugar de pedreiros. Mas se preferirem ser pedreiros, podem fazer casas como poetas. E isso só será possível com a combinação de uma jornada menor e uma renda mínima garantida para todos.

Pode parecer utópico¹²⁹, mas a humanidade tem capacidade técnica para prover a todos de condições dignas de existência. O que falta são valores para uma civilização mais elevada. Bertrand Russel conclui que *continuamos preferindo o sobretrabalho para alguns e a penúria para os demais*” e que isso é sinal de tolice e não há razão para continuarmos em tolice

¹²⁷ SUPLICY, Eduardo Matarazzo – *RENDA DE CIDADANIA, a saída é pela porta* – pg. 143 – Ed. Cortez, 2002

¹²⁸ Idem, pg. 141

¹²⁹ Triste a época em que somos obrigados a amesquinhar nossas utopias

para sempre. Pois, “*dentre todas as qualidades morais, a boa índole é aquela que o mundo mais precisa, e ela é resultado da segurança e do bem-estar, não de uma vida de luta feroz*”.

Com mais tempo para o lazer “*...haverá felicidade e alegria de viver, em vez de nervos em frangalhos, fadiga e má digestão. O trabalho existente será suficiente para tornar agradável o lazer, mas não levará ninguém à exaustão. E como não estarão cansadas nas horas de folga, as pessoas deixarão de buscar diversões exclusivamente passivas e monótonas. Uma pequena parcela dedicará, com certeza, o tempo não gasto na ocupação profissional a atividades de alguma utilidade pública, e, como não dependerão dessas atividades para a sua sobrevivência, não terão a originalidade tolhida e nem a necessidade de se amoldarem aos padrões estabelecidos pelos velhos mestres.*”¹³⁰

Não foi uma sociedade assim que os portugueses encontraram por aqui? E não foi dançando e folgando que esses povos se aproximaram pela primeira vez?

*“Além do rio, andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio, Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras, e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito” (Pero Vaz de Caminha, TERRA DE VERA CRUZ, abril de 1500)*¹³¹

¹³⁰ RUSSEL, Bertrand – *O elogio ao ócio* – pg. 62 – Ed. Sextante, 2001

¹³¹ In. Carta de Pero Vaz de Caminha – Catálogo da Mostra do Redescobrimento – São Paulo, 2000

Capítulo II

LAZER: O ÓCIO PERMITIDO

(compondo conceitos para a definição de uma política pública para o lazer)

A diferença entre ócio e lazer

Lazer é o ócio socialmente aceito; do latim *licere*, ser lícito, permitido. É o momento em que o ócio ganha função no processo de acumulação do capital¹³² e na reprodução social. Segundo a maioria dos sociólogos do lazer, as definições de lazer estão intimamente ligadas à idéia de tempo e atividade (busca do prazer):

*“Lazer é tempo livre de trabalho e de outras obrigações, e também engloba atividades que se caracterizam por um sentimento de (relativa) liberdade”*¹³³

É desta forma que o lazer se constitui em um atributo de grupo, dependente de experimentações individuais ou coletivas, se estruturando em torno de instituições e organizações de modo a satisfazer necessidades, intermediar conflitos e implementar políticas. Do ponto de vista da recomposição das forças humanas para um trabalho mais produtivo, podemos dizer que o papel do divertimento e da recreação tem a sua importância percebida desde a antiguidade:

“Os legisladores instituíram dias de festa nos quais nos reunimos para nos divertirmos em comum, porque consideram necessário que o trabalho fosse de

¹³² Em O Capital, Marx define que o processo de domínio da lógica do capital se estende por todo o tempo humano e que, sob essa lógica, a “... jornada de trabalho compreende diariamente as 24 horas completas, depois de descontar as poucas horas de descanso, sem as quais a força de trabalho fica totalmente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à auto-valorização do capital” (O CAPITAL, vol. I, pg. 211 - seção III, A produção da mais-valia absoluta – Editora Abril, 1983)

¹³³ Parker, Stanley – A sociologia do lazer – Zahar Editores, 1978 – pg. 10

tempos em tempo interrompido por descanso”¹³⁴

No tratado, *Da Tranqüilidade da Alma*, Sêneca afirmava:

“É preciso saber recrear o espírito: ele se mostrará depois do repouso mais resoluto e mais vivo. Do mesmo modo que não se deve fazer um solo fértil (pois uma fecundidade sempre ativa brevemente se esgotaria), assim um trabalho ininterrupto diminuirá o ardor do espírito: um instante de repouso e de distração lhe devolverá sua energia”¹³⁵

Essa percepção da necessidade de cultivar um tempo que é interrompido para o descanso se mantém até a atualidade e, freqüentemente, lazer é associado a uma positiva forma de recomposição de energias sendo comum a criação de grêmios recreativos em grandes corporações ou fábricas, ou mesmo partir de organizações patronais, como SESI e SESC,¹³⁶ voltadas especialmente para a promoção do lazer e convívio social entre trabalhadores. Do mesmo modo, remonta a Aristóteles o conceito de que o prazer é um elemento indispensável à *limpeza do corpo* e hoje nem teríamos como imaginar uma organização social que não levasse em conta a dimensão agradável do ato de divertir-se. De um modo geral esses momentos permitem que os sentimentos sejam mais estimulados e as pessoas experimentem fortes emoções em público. No sentido aristotélico, a estimulação dos sentimentos decorrentes do divertimento tinha um efeito terapêutico, de purgação, expulsando sensações nocivas ao homem. Norbert Elias, no artigo *A busca da excitação no lazer*, identifica em Aristóteles o uso do termo “*pharmakon*” para designar os efeitos do prazer e do divertimento na “*limpeza do corpo*”.

Mas seria um anacronismo interpretarmos esse entendimento do papel do divertimento, como “re-criação” (do latim, *recreatio*) de forças, no sentido que atualmente damos ao lazer. Em primeiro lugar, como vimos no capítulo anterior, o ócio era interpretado como direito natural, aristocrático, e mantinha uma íntima relação com o aprendizado; *scholé* tanto designava ócio¹³⁷ como escola e aprender (no sentido da elevação do espírito) era um privilégio

¹³⁴ SÊNeca, in “*Alternar trabalho e o divertimento*” pg. 222 – OS PENSADORES - 1973

¹³⁵ In. *Da Tranqüilidade da Alma – SÊNeca – pg. 222 – Os Pensadores - 1973*

¹³⁶ Serviço Social da Indústria e Serviço Social do Comércio, estruturadas ao final do Estado Novo e postas em funcionamento logo após a deposição do presidente Getúlio Vargas.

¹³⁷ Alguns tradutores substituem ócio por lazer.

de poucos. Ou seja, não havia a distinção entre trabalho (para muitos) e lazer (para poucos). O ócio na antiguidade era associado à sabedoria, ao desenvolvimento do homem completo, em corpo e espírito e, neste caso, formando um ideal de vida sem trabalho.

Graciela Uribe Ortega, recorre a Aristóteles lembrando sua afirmação de que “*a felicidade completa consiste igualmente no ócio* (Ética a Nicômano – vol 10, cap. 7) ¹³⁸. De Masi ressalta que o trabalho escravo caracterizava esse período pela rejeição da tecnologia, tornando desnecessário o uso de máquinas e lembra que, para Aristóteles “*tudo o que servia a vida prática já havia sido descoberto*”¹³⁹, cabendo concentrar esforços na busca dos “*sentidos*”, na qualidade das coisas, enriquecendo-as de significado.

O ócio estava associado à própria natureza do homem livre e só a plena capacidade de usa-lo adequadamente é que poderia garantir a realização/emancipação do ser. Como vimos em Sêneca, havia uma distinção entre divertimento, que era mais ligado a efeitos terapêuticos, de recuperação da dor e da fadiga, e o ócio, que era concebido como um “estado de ser”. Para os filósofos gregos apenas duas atividades eram dignas da atividade ociosa: a música e a contemplação. Platão entendia que à música cabia cultivar o espírito, mas somente com a contemplação o...

*“homem é um homem livre. De nada necessita. Portanto, nada determina ou deturpa seu pensamento. Ele faz aquilo que ama fazer, e o que faz é feito por prazer”*¹⁴⁰

Esse ideal de ócio, evidentemente, limita o próprio campo das experiências do lazer, pois há todo um conjunto de atividades recreativas e culturais que também podem elevar o espírito. Mas no caso desta análise, o que nos interessa é perceber a ligação que a filosofia grega fazia entre ócio e cultivo do ser, no sentido de humanidade. Se observarmos a própria prática grega, percebemos que a sua ação era mais larga que a preconizada por seus filósofos. Os Jogos Olímpicos – assim como os jogos cotidianos –, fundamentais para o processo de educação individual e coletiva da sociedade grega, incluíam corridas a pé e de carros, lutas corporais, arremessos de dardos e competições de oratória. Eram atividades ligadas diretamente às necessidades práticas, particularmente as militares, que exigiam precisão, coragem e resistência e

¹³⁸ Uribe Ortega, Graciela – *Identidade Cultural, território e lazer – In Lazer numa sociedade globalizada – p. 165 – WorldLeisure / SESC-SP – 2000.*

¹³⁹ In *O ócio criativo* – De Masi, Domenico – pg. 36 - Ed. Sextante - 2000

¹⁴⁰ Platão – citado por Parker S. – *A sociologia do Lazer* – pg. 27

formando um processo de educação coletiva, de classe (os guerreiros, os políticos), com objetivos claramente definidos e, por isso mesmo, muito mais amplos que a contemplação.

Enfim, toda essa experiência foi vital para o desenvolvimento cultural e civilizador da humanidade, mas mesmo assim ela não pode ser considerada lazer¹⁴¹, pois “... *não se define em relação ao trabalho, ela não é nem um complemento nem uma compensação; é um substituto do trabalho*” e lazer “...*não é a ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe*”¹⁴².

Outro aspecto fundamental para a diferenciação entre lazer e ócio é o de que não havia uma nítida demarcação entre trabalho e atividades lúdicas. Neste período, “...*trabalho e jogo estão integrados....possuem significações de mesma natureza [onde] a festa engloba o trabalho e o jogo*”¹⁴³. Nas sociedades pré industriais o trabalho está inserido nos ciclos naturais (o tempo da sementeira, o tempo da colheita, as longas esperas em virtude das estações climáticas) não havendo um nítido recorte entre trabalho e descanso. As pessoas se acostumavam a esperar, a “ver o tempo passar”, assim como cantavam e se divertiam ao mesmo tempo em que estavam realizando a colheita. Observando as grandes plantações da América, que utilizavam trabalho escravo até o século XIX, este exemplo fica bem nítido, os negros do Mississipi criando o blues enquanto colhiam algodão, o gingado dos negros brasileiros enquanto plantavam ou colhiam, o batuque noturno e depois as canções dos imigrantes durante a colheita de café.

Mesmo nas cidades, o ciclo natural era determinante na organização do trabalho, que se encerrava ao fim do dia claro e que contemplava diversos momentos de parada. Até a revolução industrial, praticamente havia um feriado para cada três dias de trabalho; sob o pretexto da separação entre Estado e Religião, esses momentos de parada, intimamente relacionados às festas religiosas, foram paulatinamente eliminados, liberando tempo para que as pessoas pudessem produzir cada vez mais mercadorias, praticamente duplicando a jornada de trabalho em relação à Idade Média¹⁴⁴.

Com as revoluções burguesas e o advento da economia industrial as pessoas começaram a ser apartadas de sua vida cotidiana. Até essa época o trabalho acontecia próximo da moradia, tanto na atividade rural como urbana, com a produção artesanal sendo realizada em

¹⁴¹ Mesmo quando procuramos semelhanças entre o circo romano e os grandes espetáculos esportivos da atualidade existem profundas distinções.

¹⁴² Dumazedier, Joffre, *Sociologia Empírica do lazer*, Perspectiva, pg 28

¹⁴³ DUMAZEDIER – Sociologia empírica do Lazer – pg. 26 – Ed. Perspectiva 2001

¹⁴⁴ Parker apresenta estudos que indicam que apenas no século XX o trabalhador urbano conseguiu recuperar o tempo livre de que dispunha o camponês do século XIII. Dados de Domenico de Masi, comparando expectativa de vida, trabalho e estudo apontam em outra direção, mas sobre isso abordaremos mais adiante.

pequenas oficinas e o comércio organizado, muitas vezes, em área anexa à da própria casa. Mesmo que fosse penoso do ponto de vista físico¹⁴⁵, esse trabalho se misturava com conversas, brincadeiras, com a vida cotidiana. Foi a necessidade da produção em série e das grandes máquinas que trouxe, por conseqüência, a brusca ruptura com esse modo de vida.

O trabalho descolado do tempo natural e do jogo surge com a revolução industrial e é nesse processo que surge o lazer. O trabalho passa a ser artificialmente controlado, subordinando-se a uma lógica e racionalidade próprias. A invenção da energia elétrica e da lâmpada, para usarmos um exemplo conhecido, antes de representar uma conquista para o convívio social estendendo o lazer noite adentro, possibilitou o trabalho noturno e a jornada diária de 14, 16 horas; os grandes galpões industriais: o trabalho infantil; a produção em série: o homem-máquina e os trabalhos repetitivos tão bem demonstrados em “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin. Esses são eloqüentes exemplos de que tecnologia e qualidade de vida nem sempre andam juntas, pelo contrário. Mas esse é um tema que exigiria uma discussão à parte. No momento, cabe perceber a relação histórica entre o lazer e a eficiência, a técnica e a funcionalidade ou, situando historicamente, entre lazer e o pensamento racionalista. De um lado, as idéias racionais possibilitaram que a tecnologia avançasse como nunca, de outro, as pessoas foram cada vez mais apartadas de sua própria humanidade. Edgar De Decca aponta que, na obra do historiador inglês E. P. Thompson, o lazer tanto pode ser entendido pela lógica do conformismo como pela da negação às imposições criadas pelo sistema fabril. Ele aponta que...

“Neste sentido, tanto podemos ver nas atividades de lazer a manutenção das tradições e valores das sociedades anteriores ao capitalismo, como podemos apreendê-lo em suas dimensões complementares ao trabalho disciplinado. Assim, o lazer pode ser percebido nos interstícios do sistema de fábrica, como espaços e parcelas de tempo não administrados pelo capitalismo, como pode, também, ser visto sob o ângulo da administração do tempo livre complementar ao trabalho organizado oriundo da racionalização moderna do capital.”¹⁴⁶

¹⁴⁵ Até em relação ao trabalho escravo nas grandes plantações da América, nós identificamos situação semelhante, do contrário teríamos que admitir que o batuque das senzalas brasileiras ou o blues no Mississipi, foram resultado do lazer usufruído pelos escravos, o que nem de longe pode ser aventado, pois essas criações artísticas foram produzidas no próprio ambiente de trabalho e não em um tempo livremente escolhido.

¹⁴⁶ DE DECCA, Edgar – E. P. Thompson: *Tempo e lazer nas sociedades modernas* – pg. 61, in. Lazer nas Ciências Sociais – diálogos pertinentes (Heloísa Turini – org) Ed. Chronos, 2002

Foi o pensamento racionalista que deu suporte conceitual para que o capitalismo pudesse se firmar como a única opção de desenvolvimento e progresso para a humanidade, como se até então o mundo fosse dominado por trevas e miséria. E foi desta forma que o lazer passou a se subordinar a esta lógica gerando uma tensão que, constantemente, abafa o componente de resistência do lazer. Entre os grandes filósofos do século XX, Theodor Adorno se debruçou sobre o problema:

“Se, como ensinou Marx, a sociedade capitalista é ou não conduzida à sua ruína mediante sua dinâmica própria, não constitui somente uma questão racional, enquanto ainda não manipulamos o questionar: constitui uma das mais importantes questões de que a ciência social pode se ocupar. [...] A sociedade dominante não despojou a si e aos homens, coagidos em seus membros, daquela dignidade, mas nunca permitiu que se convertesse num dos seres emancipados a que, conforme Kant, corresponde dignidade”¹⁴⁷

Mas existem outros caminhos. O antropólogo Pierre Clastres demonstra o quão relativo é o efeito da tecnologia (e da organização racional do trabalho) na qualidade de vida dos povos¹⁴⁸, acontecendo normalmente um efeito inverso. Ele faz uma comparação entre o machado de metal e o machado de pedra:

“...podemos, no mesmo tempo, realizar com o primeiro dez vezes mais trabalho que com o segundo; ou então executar o trabalho num tempo dez vezes mais curto. Mas foi exatamente o contrário que se verificou, pois, com os machados metálicos,

¹⁴⁷ ADORNO, Theodor – *Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã*, pg. 159- in. *Os Pensadores* – Ed. Nova Cultural, 1999.

¹⁴⁸ Em *Costumes em Comum*, Thompson caminha no mesmo sentido quando ele coloca que: *“O ponto em discussão não é o do ‘padrão de vida’. Se os teóricos do crescimento querem de nós esta afirmação, podemos aceitar que a cultura popular mais antiga era sob muitos aspectos ociosa, intelectualmente vazia, desprovida de espírito e, na verdade, terrivelmente pobre. Sem a disciplina do tempo, não teríamos as energias persistentes do homem industrial; e adotando as formas de metodismo, do stalinismo ou do nacionalismo, essa disciplina chegará ao mundo em desenvolvimento. O que precisa ser dito não é que um modo de vida seja melhor do que outro, mas que esse é um ponto de conflito de enorme alcance, que o registro histórico não acusa simplesmente uma mudança tecnológica, mas também a exploração e a resistência à exploração; e que os valores resistem a ser perdidos bem como a ser ganhos.”* (Costumes em Comum, pg. 300)

irromperam no mundo primitivo dos índios a violência, a força, o poder, impostos aos selvagens pelos civilizados recém-chegados”¹⁴⁹

E este impacto ocorrido com os índios da América, foi o mesmo nas sociedades capitalistas quando a jornada de trabalho se expandiu de forma nunca vista, ao limite da força humana. Do mesmo modo que a tecnologia permitiria uma ampliação do lazer, melhorando a qualidade de vida e comodidade para uma boa parcela da população, ela também serviu para uma exploração ainda maior e até mesmo para uma redução (com a quase completa eliminação) do tempo que viria a ser chamado de lazer. Não pela tecnologia em si, mas pela relação de força, pela capacidade que cada classe social tem em controlá-la, utilizando-a de acordo com seus interesses e necessidades; quem tinha força política ganhou lazer, os outros (a maioria) ganharam mais trabalho. E assim, o trabalho, e com ele o tempo de não trabalho, foram se descolando das forças naturais em um processo que torna o ciclo de produção e de vida cada vez mais abstratos. Neste processo emerge o lazer.

A definição do lazer

“No dia 22 de agosto de 1795 começaram as festas reais...em regozijo do nascimento do príncipe da Beira...constatando as mesmas festas de solenidade religiosa, procissão formatura de tropa, cavalcadas, touros, danças de máscaras e espetáculo de teatro, havendo, nessa ocasião, o governador e capitão-geral Bernardo José de Lucena expedido o seguinte: “...Concedo, que toda pessoa de qualquer qualidade, e condição, que seja possa mascarar-se em todos os dias da festa”¹⁵⁰.

E os paulistas puderam *mascarar-se em todos os dias de festa*. Este exemplo, já no final do século XVIII, demonstra que a própria espontaneidade da festa (no caso, o direito de mascarar-se) estava subordinada a uma decisão superior, de mando. Era desta forma que os moradores da distante e pequena São Paulo se ligavam às festas do Reino: criando eventos que os

¹⁴⁹ CLASTRES, Pierre – *A Sociedade contra o Estado* – in. Modos de Produção na Antiguidade (Jaime Pinsky, org) pg. 67 – Global Editora, 1982.

¹⁵⁰ MARTINS, Antonio Egídio – *São Paulo antigo (1554 – 1910)* vol. II, pg. 156 – Livraria Francisco Alves – 1911 (grifo nosso).

lembravam de que ainda eram súditos de Portugal, a quem estavam unidos tanto nas comemorações como na sujeição às determinações.

A festa real em regozijo ao nascimento do príncipe da Beira estava muito mais associada a obrigações de subordinação, (que tanto acontece em relação ao Estado como em relação aos rituais e cerimônias religiosas) do que propriamente à uma liberação do trabalho. Era uma festa obrigatória, compromissada¹⁵¹ que, até em sua dimensão lúdica ou pseudo-espontânea, dependia do consentimento da autoridade. Mesmo participando da festa, os paulistas daquela época ainda não tinham tomado contato com o lazer. E com este exemplo, apresentamos um segundo aspecto fundamental para a definição do lazer moderno que envolve a liberação, ou pelo menos um sentimento de (relativa) liberação das obrigações.

Somente após a liberação das obrigações profissionais, familiares, sócio-espirituais e sócio-políticas (e também fisiológicas) é que se pode falar em lazer. O lazer seria o “*único conteúdo orientado para a realização da pessoa com fim último*” um tempo em que o indivíduo “*...se libera ao seu gosto da fadiga, descansando; do tédio, divertindo-se; da especialização funcional, desenvolvendo de maneira interessada as capacidades de seu corpo e de seu espírito*”¹⁵² (definição de Dumazedier e a usualmente mais aceita na formulação de políticas públicas para o lazer). Mas esse tempo liberado não é resultado de uma decisão individual e sim resultado da luta política, do contexto econômico, social e de valores estabelecidos, surgindo como um “*novo valor da pessoa*”, um “*novo direito social*” que se traduz no direito de se dispor de um tempo que leve em conta, apenas e tão somente, a auto-satisfação.

Dumazedier também distingue quatro períodos de lazer: o lazer do fim do dia, o do fim de semana, o do fim do ano (férias), o do fim da vida (aposentadoria)¹⁵³ e os define (os lazeres) a partir de interesses específicos, sendo eles: físicos, práticos, artísticos, intelectuais e sociais¹⁵⁴. E essas necessidades e interesses devem se situar dentro dos “*limites do*

¹⁵¹ Até hoje vemos situações semelhantes em festas religiosas de pequenas paróquias onde todos os membros da comunidade são, de certa forma, coagidos a participar; há uma cobrança sutil, velada, tornando a própria ida à festa, uma obrigação (ai de quem se ausentar...).

¹⁵² Idem, pg. 92

¹⁵³ Registre-se que esta é uma classificação feita a partir de uma sociedade estruturada, como a França em 1960.

¹⁵⁴ Existem outras classificações, principalmente elaboradas pela sociologia americana, mais voltada para as preferências e o consumo no tempo destinado ao lazer. Foote e Cottrel (*Identity and interpersonal competence. A new direction in family research – 1955*) fazem uma interessante classificação estabelecendo uma relação entre formas de jogos e lazer (1. Jogos físicos; 2. Jogos manuais; 3. Devaneio; 4. Jogos intelectuais; 5. Jogos artísticos). Ainda na escola da sociologia do lazer norte americana, Kaplan (*Leisure in América*) estabelece uma relação entre atividades do lazer e centros de interesse (1. Sociabilidade = Pessoas; 2. Associação = Interesses; Jogos = Regras; Artes = Tradições; Exploração = ir para o mundo; Imobilidade = receber o mundo)

condicionamento econômico, social, político e cultural de cada sociedade” que no caso da sociedade capitalista pressupõe uma concepção abstrata do tempo (ao que Robert Kurz irá chamar de ditadura do tempo abstrato) e a introdução do dinheiro na regulação das relações de tempo com o trabalho.

E estes limites envolvem tanto imposições da sociedade de consumo, como relações sociais heterogêneas, englobando obrigações familiares e relações de gênero, por exemplo. Ou seja, a relação do lazer com trabalho é fundamental, pois diz respeito à própria conquista dos meios para a subsistência e posterior liberação das obrigações daí originadas¹⁵⁵. Mas seria uma redução definir o lazer apenas na sua relação com o trabalho¹⁵⁶. E podemos conhecer muito a respeito do comportamento das sociedades e de seu jeito de ser, observado a trama de relações, interesses e desejos estabelecidos no campo do lazer. Mas o campo do lazer é amplo e envolve questões de natureza biológica e psicológica, referindo-se à atitude, aos comportamentos e predileções das pessoas, misturando lazer e prazer, lazer e jogo.

“O lazer não é uma categoria definida do comportamento social...podendo ser encontrado em não importa qual atividade: pode-se trabalhar com música, estudar brincando, lavar a louça ouvindo rádio...misturar o erotismo com o sagrado, etc... Toda atividade pode pois vir a ser um lazer”¹⁵⁷.

Em *Sociologia Empírica do Lazer*, Joffre Dumazedier cria um sistema de classificação voltado às características específicas do lazer na sociedade contemporânea. São identificadas quatro propriedades:

a) *Caráter liberatório* – o lazer implica na liberação de obrigações institucionais, mas ao mesmo tempo está sujeito às obrigações e condicionantes sociais, ou interpessoais (ir a um casamento de quem não se gosta, por exemplo). Da mesma forma, o que pode ser lazer para alguns é trabalho para outros (tocar música por

¹⁵⁵ Evidentemente, pessoas ricas que não necessitam do próprio trabalho para financiar o seu lazer também curtem o lazer, neste caso, de um modo quase que permanente, mas ele continua sendo sustentado pelo trabalho, a diferença é que este trabalho é dos outros.

¹⁵⁶ Dumazedier identificou (recenseou) em Marx (com a ajuda do estudioso de marxismo, M. Rubel) cinco definições do lazer. Mas todas o definem exclusivamente em relação ao trabalho profissional.

¹⁵⁷ DUMAZEDIER, Joffre, *Sociologia empírica do lazer* –PG.88 – Ed. Perspectiva, 2001

hobby ou profissão, cozinhar por obrigação do dia a dia ou fazer um jantar especial para receber amigos).

b) *Caráter desinteressado* – não há um fim pré determinado, ou utilitarista para as ações, mas sim o próprio prazer em se fazer algo porque se gosta, e apenas isso, do contrário seria um *semilazer*.

c) *Caráter hedonístico* – a busca de um estado de satisfação; a procura do prazer, da felicidade e da alegria; quando isso não acontece, temos um lazer *empobrecido*, frustrante.

d) *Caráter pessoal* – o lazer mais *completo* envolve três necessidades do indivíduo: 1. liberação da fadiga física ou nervosa; 2. liberação do tédio, das tarefas repetitivas; 3. abrir caminho para uma livre superação de si mesmo.

Desta forma, o lazer é a combinação de dois critérios: tempo e atitude. Por isso tem significados diferentes para cada pessoa, depende do interesse, da experiência de cada um, bem como da forma com que o indivíduo ganha (ou perde) o mundo, se é conformista ou questionador. Do mesmo modo que há diferenças entre os indivíduos, a idade, o sexo, a origem étnica e a classe social também atribuem diferentes valores para uma mesma atividade¹⁵⁸. E estas diferenças de valores ocorrem do ponto de vista pessoal e social, precisando ser situadas historicamente.

Norbert Elias, um original pensador e só recentemente estudado no Brasil¹⁵⁹, apresenta um outro método de classificação, que não contradiz com o de Dumazedier, mas coloca questões novas, mais relacionadas à tensão e auto-controle, e que serão muito úteis para o desenvolvimento do nosso estudo, nos auxiliando a entender a influência do lazer e do chamado “tempo livre” na formação das identidades e comportamentos sociais. Para ele, “*as formas de excitação desempenham um papel central nas atividades de lazer*”:

¹⁵⁸ Robert Havigurst desenvolveu um estudo em que primeiramente faz uma diferenciação entre as satisfações sentidas e as razões para o envolvimento com interesses específicos do lazer. As principais razões, foram, pela ordem: mero prazer da atividade em si; fazer algo completamente distinto do trabalho; o contato com amigos; a busca de uma nova experiência; passar o tempo; buscar uma sensação de criatividade. Dentre essas diferenças verificou-se que um grupo muito maior de mulheres identificava-se com o aspecto “criativo” e que entre as classes operárias, a maior menção era em relação a “passar o tempo”. Citado por Parker, Stanley em *A Sociologia do Lazer*.

¹⁵⁹ Mesmo na Europa, Norbert Elias só foi academicamente reconhecido ao final da vida, na década de 1980. Sobre sua obra mais conhecida, *O processo civilizador*, Richard Sennett considera que: “*Trata-se da mais importante peça de sociologia histórica escrita desde a época de Max Weber. Sua importância não apenas está no tema, mas também no método, pois aqui encontramos integradas a história, a teoria social e a psicanálise*”.

“Nas ocupações do lazer, sentimentos aparentemente antagônicos como medo e prazer não são apenas opostos um ao outro mas partes inseparáveis de um processo de satisfação de lazer (...), pequenas frações de medo a alternarem com agradáveis esperanças, breves alvoroços de antecipadas agitações de deleite (...) resultando num clímax catártico, no qual todos os medos e ansiedades podem resolver-se temporariamente, deixando só por breves momentos, o gosto da fruição da agradável satisfação”¹⁶⁰

E estas formas de excitação são definidas a partir de oportunidades construídas antecipadamente, moldadas pelo estímulo social (que define gostos), fazendo com que as pessoas assumam um caráter mimético, de adaptação aos padrões e posturas do meio social. Seria um gradual processo de domesticação social¹⁶¹ em que as pessoas vão exprimindo (ou reprimindo) emoções, controlando sentimentos, até chegarem a um “*estado de sensibilidade*”, uma maneira de ser.

Assim como Dumazedier, ele distingue tempo livre de lazer, estabelecendo a seguinte classificação:

- 1- *Trabalho privado e administração familiar* – da provisão da casa à orientação dos filhos, caindo, freqüentemente, na rotina, fazendo com que essa atividade se distancie do lazer;
- 2- *Repouso* – dormir, os devaneios, o não fazer nada (que pode ser considerado lazer, mas que ao mesmo tempo se distancia deste, sobretudo em seu aspecto mimético);
- 3- *Provisionamento das necessidades biológicas* – incluindo comer, beber, fazer amor e que podem cair na rotina ou introduzir o sentido de mudança, aproximando-se da sociabilidade;
- 4- *Sociabilidade* – que envolvem desde relações formais (encontros sociais com objetivos de trabalho) até relações muito informais (estar com amigos, ir a festas para conhecer novas pessoas), passando por níveis intermediários;

¹⁶⁰ ELIAS, Norbert – *A busca da excitação* – pg. 160 – DIFEL – Lisboa , 1985

¹⁶¹ ver *O processo civilizador* – Norbert Elias, Jorge Zahar Editor – 1990 (edição original publicada em 1939)

5- *Atividades miméticas ou jogo* – neste campo é que estão as atividades de lazer propriamente dito (e mesmo assim há restrições, pois muitas pessoas participam do jogo enquanto profissão).

Feita esta classificação parte-se para a necessidade de definir as formas de uso do tempo liberado do trabalho, sendo feito uma divisão em três blocos:

- a. *Rotinas do Tempo Livre* – Provisão rotineira das próprias necessidades biológicas, cuidados com o próprio corpo, governo da casa e rotinas familiares;
- b. *Atividades intermediárias* – Envolvendo a formação, auto-satisfação e auto-conhecimento (participação política, religiosa, cívica, filantrópica, estudo privado, atividades amadoras que exijam dedicação, etc...), enfim, o desenvolvimento pessoal;
- c. *Atividades de lazer* – Envolvendo as atividades sociáveis, lazer comunitário e o jogo (as atividades miméticas, a representação);

A contribuição teórica de Norbert Elias é significativa e original quando faz a abordagem no campo do jogo ou das atividades miméticas no sentido da destruição da rotina e das formas de controle, que são substituídas por outras, aceitas e partilhadas voluntariamente. Ou seja, *licere*, a licença para sair da rotina, o lazer. A diferença desta “licença” em relação ao exemplo com que iniciamos este sub-capítulo está na subordinação à autoridade que, por isso mesmo, ainda não poderia ser considerado lazer, no máximo uma transição. O lazer é a “*esfera da vida que oferece mais oportunidades às pessoas de experimentarem uma agradável estimulação das emoções, uma divertida excitação que pode ser experimentada em público, partilhada com outros e desfrutada com aprovação social*”¹⁶², criando uma tênue “*destruição dos controles individuais*” por meio de uma excitação moderada, um “*descontrole controlado das emoções*”. Em alguns momentos este equilíbrio é rompido.

Regulando os relacionamentos sociais

“O elemento de civilização entra em cena com a primeira tentativa de regular esses relacionamentos sociais. Se essa tentativa não fosse feita, os relacionamentos ficariam sujeitos à vontade arbitrária do indivíduo, o que equivale a dizer que o

¹⁶² ELIAS, Norbet, *A busca da excitação* – pg. 151 – DIFEL-Lisboa, 1985

homem fisicamente mais forte decidiria a respeito deles no sentido de seus próprios interesses e impulsos instintivos. Nada se alteraria se, por sua vez, esse homem forte encontrasse alguém mais forte do que ele” (Sigmund Freud)¹⁶³

Dizer que lazer implica em controle e auto-controle social é uma redundância, portanto, mas precisa estar bem explicitado (como vimos no latim, lazer, *licere*). O controle acontece da sociedade em relação às pessoas e das pessoas em relação a elas mesmas e o lazer surge num determinado momento histórico e a partir de uma liberação consentida onde a satisfação e a felicidade individuais são elementos secundários, mas necessários para este sistema de regulação imposto pelo capitalismo:

“Como o capitalismo (ou seja, ‘o mercado’) recriou a natureza humana e as necessidades humanas, a economia política e seu antagonista revolucionário passaram a supor que esse homem econômico fosse eterno. Vivemos o fim de um século em que essa idéia precisa ser posta em dúvida. Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas para renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano.”¹⁶⁴

O lazer, contemporâneo do racionalismo, aparece a partir da idéia da renúncia, dirigindo os sentidos e reprimindo-os a partir de uma ordem de valores onde...

“...o ser humano se divide em faculdades superiores, espirituais, e inferiores, sensíveis, que se relacionam entre si de tal maneira que as faculdades superiores e a razão são determinadas e definidas por oposição às pretensões dos sentidos, das pulsões”¹⁶⁵

¹⁶³ FREUD, Sigmund – *O mal-estar na civilização* – in. Os Pensadores, FREUD, pg. 155 – Ed. Abril, 1978

¹⁶⁴ THOMPSON, E. P. – *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional* – pg. 23 – Companhia das Letras, 1998

¹⁶⁵ MARCUSE, Herbert extraído da conferência *A noção do progresso à luz da psicanálise* In. *Cultura e Psicanálise*, pg. 117 – Paz e Terra, 2001

Segundo esta idéia “...a liberdade é definida em relação à coação das pulsões e dos sentidos”¹⁶⁶. Deste modo, o homem forte, da referência de Freud, precisa controlar os seus instintos na busca de sua satisfação, subordinando-os aos interesses gerais da sociedade. E na sociedade capitalista os interesses gerais estão voltados para a acumulação de uma riqueza crescente, dominando o meio humano e natural, produzindo bens que geram novos bens. Mas essa não é uma riqueza distribuída socialmente, mas sim acumulada de forma privada, seja concentrada em indivíduos muito ricos ou em corporações abstratas. O *homem forte* encontrou *alguém mais forte do que ele*.

Como resultado das frustrações individuais, as pessoas sentem o desejo (necessitam) de se apresentarem como mais fortes, vencendo adversários hipotéticos. Evidentemente, o desejo de pessoas que vivem numa sociedade altamente reprimida (no sentido de uma repressão não apenas política, mas em termos da inacessibilidade à plena realização dos desejos), em que diariamente são confrontados com os confortos do progresso tecnológico (e também símbolos de sucesso) e a impossibilidade de acesso a estes confortos é o de recorrer à violência. E isto acaba acontecendo. Normalmente na forma de violência individual, por meio da criminalidade pois quando a violência é coletiva, a forma é de uma revolução. Mas uma revolução exige um elevado grau de auto-consciência, atingido apenas em raros (e luminosos) momentos da história. Assim, a criminalidade é a forma de descontrole que as sociedades se deparam com mais freqüência.

Os Estados Unidos, a mais rica (e doente) nação que o mundo já conheceu, nos fornece vários elementos deste processo de repressão e liberação dos impulsos. Como indicador de repressão a estas situações de descontrole, temos a maior população do planeta vivendo em cárcere, 2,1 milhões de pessoas¹⁶⁷, 1 para cada 143 habitantes (equivalendo a 5% da população masculina – 1% da feminina-, 17% dos homens negros, 7,7% dos hispânicos e apenas 2,6% dos brancos, numa inversa adesão ao sistema de cotas, tão em voga nos Estados Unidos), sendo que de 37 adultos, um estava preso ou havia passado algum tempo na prisão. Essa sociedade também desenvolveu outras formas de vazão à liberação destes impulsos: o consumismo (que também estimula o aumento da violência ao produzir frustrações por falta de acesso aos bens de consumo ou então pelo vazio que a própria aquisição destes bens proporciona), o constante estado de beligerância e guerra contra outros povos (esta é uma característica mais acentuada, mas não exclusiva, na sociedade norte americana; certamente em função de seu poderio bélico,

¹⁶⁶ Idem, pg. 117

¹⁶⁷ Dados de 2002 – Escritório de Estatísticas Judiciárias – Departamento de Justiça dos EUA.

intimidando outras nações a partirem para um embate semelhante, mas que tem se mostrado ineficaz em relação a grupos terroristas) e o lazer.

A forma de permitir a sensação de uma relativa liberação dos instintos no tempo de lazer pode ser bem percebida no caso dos esportes. O esporte tem essa dimensão mimética, de jogo, em que é realizado um espetáculo de simulação do combate. As pessoas vibram numa luta de boxe como se fossem elas próprias que estivessem surrando o adversário. E um bom combate é aquele difícil, em que o lado pelo qual se torce também sofre reveses, mas ao final, em um momento catártico, de clímax, ele assume a liderança, liberando tensões em todo o público, numa forma de contrabalançar o controle dos impulsos que ocorre cotidianamente na vida em sociedade. O jogo, para ser bom, exige tensão e equilíbrio de forças. Um jogo ruim é aquele em que o time para o qual as pessoas torcem é muito superior ao do adversário, tornando-se monótono, sem excitação. Um empate também não é o melhor resultado, mas quando esse empate intercala momentos de profunda excitação, as pessoas saem satisfeitas, liberaram seus impulsos nos gritos de torcida. Talvez por isso o futebol seja tão popular em quase todo o mundo (com exceção dos Estados Unidos, o que pode ser um caso bem interessante para análise do comportamento desta sociedade tão agressiva e auto-reprimida), ele é um jogo de equilíbrio, de imponderáveis. O gol é raro, sofrido, fazendo com que o instante em que ele acontece seja um momento de profunda excitação, de plena liberação dos impulsos. As pessoas saem de si e, muitas vezes, continuam com este estado de excitação ao saírem dos estádios (ou da frente da televisão, mas nesse caso o embate é mais localizado na relação com familiares ou vizinhos); nestes momentos, pessoas que vivem em estado de extrema frustração e controle, liberam suas energias mais profundas e explodem, arrebatando tudo que virem pela frente. Neste momento o lazer deixa de regular as relações sociais, cedendo espaço para as pulsões instintivas. Na seqüência dos enfrentamentos de torcidas, da repressão policial e da quebradeira nas ruas, acontecem os momentos de indignação e perplexidade; os comentaristas debatem, falam os dirigentes de futebol, os patrocinadores, o governo, a imprensa, os torcedores..., todos protestam, clamam por mais segurança. Com o tempo a vida volta à normalidade (normalidade da sociedade contemporânea), para dali algum tempo tudo acontecer novamente. Intercalando estes momentos de profunda explosão, o lazer vai regulando os instintos em situações mais moderadas.

A teoria de Norbert Elias nos oferece chaves bastante interessantes para o entendimento deste processo ao mostrar que o estudo do lazer contemporâneo deve ir além da interpretação de que este é exclusivamente um produto da urbanização e da industrialização. Sem

dúvida esse conceito mais abrangente dá um caráter mais cultural, orgânico (no sentido do ser humano) à interpretação do lazer. No entanto, como aponta Edgar De Decca há um *déficit de historicidade*:

“Trata-se de um modelo sociológico a-histórico que procura tematizar o controle e a satisfação das emoções, sem levar em consideração que este é um problema típico da sociedade pós-industrial e protestante em que se questiona, atualmente, o valor do trabalho. Porque estas sociedades organizadas hierárquica e disciplinadamente segundo os valores do protestantismo percebem a inoperância dos valores dignificantes do trabalho, elas procuram valorizar as práticas do tempo livre sem que este esteja associado à ociosidade. Por tal motivo, há nessas sociedades um movimento crescente à esportivização do cotidiano, como um novo modo de controle emoções, na vã esperança de que essa mudança de valores, na adequação do trabalho produtivo, pudesse assegurar um melhor equilíbrio social e uma melhor distribuição das emoções”¹⁶⁸.

Evidentemente, a justa preocupação de De Decca funciona muito mais como um alerta para evitar excessos do que propriamente uma crítica, pois Elias é um pesquisador rigoroso e com forte preocupação histórica. Mas aqui não estamos analisando especificamente a metodologia de Elias e sim a sua contribuição nesta perspectiva cultural da abordagem do lazer, em que as escolhas do ‘tempo livre’ formam “pólos de tensões” no seio da sociedade. É neste aspecto, de autocontrole dos impulsos, que se desenvolve uma “*segunda natureza*” dos indivíduos compondo o “*processo civilizador dos costumes*”¹⁶⁹ onde ele está associado a mudanças na estrutura da personalidade dos indivíduos, no estilo de vida e nas diversas configurações existentes¹⁷⁰. Neste aspecto é que nos interessa a teoria de Elias, pois essas mudanças, em que o lazer assume um papel fundamental, estiveram relacionadas com formas de controle social mais eficazes, como a parlamentarização do esporte e esportivização do parlamento¹⁷¹. Desta forma o lazer que deveria ser a antítese das rotinas, torna-se também o seu

¹⁶⁸ DE DECCA, Edgar – E. P. *Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas*, pg. 67. in. *Lazer nas Ciências Sociais*, Ed. Chronos, 2002.

¹⁶⁹ Ver *O processo civilizador* – ELIAS, Norbert, Jorge Zahar editor, 1990

¹⁷⁰ Daí o fato de definir-se a teoria de Elias como Configuracional

¹⁷¹ Esclareceremos sobre essa questão no sub-capítulo seguinte.

complemento, por isso as explosões pós jogos de futebol (onde os torcedores vão para os estádios com a clara intenção de explodirem após sucessivas sensações de excitação) .

Mas nesse processo de autocontrole o lazer também assume um caráter rotineiro, tedioso e repetitivo. Geoffrey Godbery define esse processo como o antilazer.

“Por antilazer refiro-me à atividade que é empreendida compulsivamente, meio e não fim em si mesma, a partir de uma percepção de necessidade, com alto grau de pressões impostas de fora para dentro, considerável ansiedade, alto grau de preocupação com o tempo, com um mínimo de autonomia pessoal e que impede a auto-realização e a autenticidade”¹⁷².

Todos devem lembrar-se de exemplos em suas próprias vidas, quando o lazer de tão controlado e subordinado a condicionantes sociais transforma-se igualmente em rotina. E abstrata, desprovida de sentidos, de tal modo que este processo de abstração das atitudes e do tempo é definido por Robert Kurz como a *“ditadura do tempo abstrato”*.

Lazer, esporte e combate à violência. Mito ou realidade?

Os casos de lazer associado à violência são constantes. Poderíamos relacionar uma série de exemplos: brigas irracionais entre torcidas, chegando a provocar mortes em estádios; tráfico de drogas em Escolas de Samba, festas ou raves (o senso comum diz que o lazer combate as drogas); alta taxa de homicídios em bares, aos finais de semana, etc... Mas então, de onde vem a idéia de que o lazer e o esporte combatem a violência?

Norbert Elias desenvolveu um estudo sobre a gênese do desporto como um problema sociológico. É consenso entre os estudiosos do esporte moderno que ele nasceu na Inglaterra; a própria palavra que designa esse tipo de atividade, traduzida para todos os idiomas, é de origem especificamente inglesa, *Sport*, de *Disport* (desporto), ou seja: divertimentos com um rígido sistema de regras, que deve ser seguido por todos. Assim o esporte esteve associado a jogos e passatempos, e sua origem esteve ligada à revolução industrial e à especialização decorrente deste processo, sendo que praticamente todos os esportes difundidos no século XIX (football,

¹⁷² Godbery, G. *Anti-leisure and Public Recreation Policy* in *Sport and Leisure in Contemporary Society* (Polytechnic of Central London, 1975)

tênis, boxe, etc...), tiveram suas regras definidas a partir da Inglaterra. Mas há uma outra associação feita por Norbert Elias:

“A emergência do desporto como uma forma de confronto físico de tipo relativamente não violento encontrava-se, no essencial, relacionada com um raro desenvolvimento da sociedade considerada sob a perspectiva global: os ciclos de violência abrandaram e os conflitos de interesse e de confiança eram resolvidos de um modo que permitia aos dois principais contendores pelo poder governamental solucionarem as suas diferenças por intermédio de processos inteiramente não violentos, e segundo regras concertadas que ambas as partes respeitavam”¹⁷³.

O surgimento do desporto esteve associado ao processo de pacificação na Inglaterra. No século XVII, o país passou por uma violenta guerra civil; em 1641 o rei Carlos I invadiu a Câmara dos Comuns para prender alguns membros do parlamento ligados à pequena nobreza e associados aos puritanos. Eles fugiram e a partir de então se estabeleceu um processo de violência de lado a lado, até que o rei foi executado. O líder dos puritanos, Cromwell, assumiu o poder e a violência continuou até que as classes altas se re-estabelecessem no poder. Foi um processo revolucionário intenso, que causou profundas fissuras na sociedade inglesa, particularmente entre os grandes e pequenos proprietários e o equivalente a uma classe média, que se desconfiavam mutuamente. O convívio entre estes dois lados se tornou de tal forma insuportável que desencadeou a massiva emigração dos puritanos para a América. Entre os que ficaram, o regime parlamentar foi posto em risco permanente, ou um dos lados se sobrepunha pela violência física ou era necessário re-estabelecer um grau mínimo de confiança entre as partes. Diferente de revoluções em outros países, a liderança da revolução inglesa envolveu uma disputa entre as classes proprietárias, *whigs e tories*, nobres e cavalheiros. Esta circunstância específica levou à necessidade de uma nova costura social e as partes necessitavam de garantias de que o acontecido no século XVII não voltaria a se repetir. Era preciso moderar a desconfiança, o medo e o ódio. Do contrário, aí sim, poderia haver uma revolução de dimensões diferentes, como aconteceu na França.

¹⁷³ ELIAS, Norbert -*A busca da excitação*-, pg. 49, DIFEL-Lisboa, 1985

O re-estabelecimento da confiança entre essas frações da elite era vital para a sobrevivência da própria monarquia. Mas isso levou tempo envolvendo mudanças de conduta e de sensibilidade, aprendizagem de competências e a aquisição de novos hábitos sociais:

“Foi esta alteração, a maior sensibilidade quanto à utilização da violência, que, refletida nos hábitos sociais dos indivíduos, encontrou também expressão no desenvolvimento de seus divertimentos. A ‘parlamentarização’ das classes inglesas que possuíam terras teve a sua contrapartida na ‘desportivização’ dos seus passatempos”¹⁷⁴.

Era preciso confiar de que mesmo na derrota, haveria um código de honra, de cavalheirismo (*fair play*), e foi o esporte que atenuou o ciclo de violência, moderando as querelas de modo que houvesse uma luta de forma respeitosa. Antes, havia jogos de bola, mas com regras diferentes para cada lugar; era preciso unificar as regras para que todos pudessem jogar da mesma forma e assim pudessem se encontrar para disputas amigáveis. O boxe envolvia o uso das pernas e dos braços como armas, não havia limite na luta; o esporte regulou os movimentos que se concentraram na utilização dos punhos e mãos, adotou luvas para diminuir o impacto dos murros, estabeleceu categorias para peso e alturas diferentes, definiu regras para que a vitória acontecesse sem que o adversário fosse levado à derrota total. Foi esse sistema de regras e limites que diferenciou o desporto dos jogos da antiguidade, ou medievais, ou comunais. É claro que sempre houve disputas, jogos e competições e os Jogos Olímpicos são a melhor expressão, mas o padrão de tolerância era diferente, não havendo um conceito de justiça no sentido contemporâneo do termo. Analisando as competições que envolvem lutas, podemos entender melhor essa diferença de atitudes geradas a partir da instituição do desporto. Uma luta típica da antiga Grécia, o pancrácio (seu similar contemporâneo é a luta greco-romana):

“No pancrácio os adversários lutavam com todas as partes do corpo, as mãos, os pés, os cotovelos, os joelhos, os pescoços e as cabeças; em Esparta usavam mesmo os pés. Os lutadores do pancrácio podiam arrancar os olhos uns aos outros(...) podiam também obstruir, agarrar os pés, narizes e orelhas, deslocar os dedos e braços e

¹⁷⁴ ELIAS, Norbert, *A busca da excitação* – pg. 59 – DIFEL-Lisboa, 1985

aplicar estrangulamentos. No caso de conseguirem derrubar o outro, podiam sentar-se sobre ele e bater-lhe na cabeça, cara e orelhas, também podiam dar-lhe pontapés e pisa-los (...) lutavam com unhas e dentes, mordiam e rasgavam os olhos uns dos outros”¹⁷⁵.

Era um outro padrão de civilidade e convivência, a luta ia ao limite da vida e da morte. E assim o público se excitava e torcia, onde a principal regra era vencer. Com o parâmetro de sensibilidade oferecido pelo desporto as pessoas foram aprendendo a confiar umas nas outras e, por analogia, perceberam que a alternância no parlamento não significaria a eliminação do outro lado. Por esse motivo também, o esporte era uma prática destinada apenas aos cavalheiros, daí o amadorismo, ou seja, apenas as pessoas que tinham uma vida em ócio (o ócio dos proprietários) é que poderiam pratica-lo. Desta forma, o esporte se tornou um precioso instrumento de educação de classe, mudando padrões de comportamento, pacificando famílias e indicando-lhes que o único caminho da sobrevivência seria a união e a confiança mútua. E os ingleses sobreviveram à revolução que tomou conta da Europa. Assim surge a idéia, repetida até os dias de hoje e em todo o mundo, de que o esporte combate a violência.

Nos detivemos de uma forma mais detalhada em relação ao esporte pelo impacto desta expressão cultural (sim, esporte é cultura e um dos grandes erros dos gestores e analistas culturais é o de desprezar essa importante dimensão da cultura; como se fosse possível falar da identidade cultural do povo brasileiro sem lembrar do futebol, apenas para ficarmos em um caso mais evidente), mas existem outros exemplos da relação entre lazer e violência. Podemos citar os cassinos de Las Vegas, um dos grandes pólos de lazer dos Estados Unidos, e sua relação com a Máfia, que antes de criar uma cidade de puro lazer, no meio do deserto, cuidava de cassinos e hotéis em Havana, sustentando a ditadura de Fulgêncio Batista. Também podemos associar lazer a prostituição, consumo de drogas; é nas festas que as pessoas mais consomem drogas, algumas são produzidas exclusivamente para “embalar” as noites da juventude, como o ecstasy. As estatísticas da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo indicam que grande parte dos casos de homicídio estão associados à abertura de bares após um determinado horário¹⁷⁶. As cidades da região metropolitana de São Paulo que determinaram o fechamento de bares após um

¹⁷⁵ MEZOE, Franz, citado por Norbert Elias, *artigo A Gênese do Desporto*.

¹⁷⁶ O cientista social Guaracy Mingardi realizou uma pesquisa em 1995 indicando que em 14 distritos policiais da zona sul de São Paulo, 12% dos homicídios era resultado de brigas em bar.

determinado horário obtiveram uma drástica redução nos índices de violência¹⁷⁷. Ir a bar é uma típica atividade de lazer.

Lazer e violência: um pequeno retrato da periferia de São Paulo

Como vimos, a associação simplificadora de lazer e esportes como instrumentos de combate à violência é um mito. Mas a experiência da Inglaterra, mesmo que restrita ao campo das classes dominantes, demonstra que o lazer e o esporte podem ser fundamentais na construção de um novo padrão de comportamento, no distencionamento da violência e na formação de um novo *habitus* de cooperação e solidariedade. No entanto, uma ação isolada do lazer e do esporte pouco contribuirá neste sentido, pois é preciso que ela esteja inserida em um processo de mudança de atitudes e mentalidades. Dar como solução apenas uma maior oferta de equipamentos de lazer não resolve o problema. São notórios os casos em que quadras esportivas, pistas de skate ou salões sociais, construídas sem o necessário acompanhamento, bem como sem programação dirigida ou manutenção permanente, antes de transformarem-se em espaços integradores, são áreas que se degradam, transformando-se em espaço de segregação, discórdia e violência.

Ainda não foi feito um minucioso levantamento sobre ocorrências policiais em áreas esportivas e de lazer, mas a realidade nos faz perceber que essas ocorrências, formalizadas ou não, são significativas. No acompanhamento de Campos de Futebol de várzea (aproximadamente 300 em São Paulo¹⁷⁸), áreas públicas por excelência, encontramos vários os casos em que acontece uma acirrada disputa pelo controle da agenda destes campos, fonte de prestígio e poder local. Isso para não falarmos do quão excludentes são esses espaços livres, masculinos e adultos por excelência.

Estudos realizados sobre a questão da violência social urbana, dão conta de que os altos índices de violência e depredação, consumo de drogas, agressões físicas, maus tratos domiciliares e mesmo homicídios, mantêm estreita relação com a precariedade ou ausência de opções de convivência que dignifiquem o convívio social e elevem o espírito, oferecendo um

¹⁷⁷ Diadema chegou a ter uma taxa de 140 homicídios por 100 mil habitantes, dando-lhe o índice de cidade mais violenta do Brasil, após a “lei seca”, o número de mortes caiu sucessivamente (360 em 1999, 271 em 2000, 238 em 2001 e 199 em 2002).

¹⁷⁸ Dados DUEAT (Departamento de Unidades Esportivas Autônomas) – Secretaria de Esportes e Lazer, Prefeitura de São Paulo

novo sentido à existência das pessoas, principalmente entre os jovens. Em 1997 o Brasil alcançou a marca de 40.000 homicídios (a desproporção com regiões e países em conflito aberto é gritante – um ano e meio de Intifada, no conflito entre Israel e palestinos, provocou 1.500 mortes em ambos os lados), dos quais 38,8% concentrados nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Deste total de homicídios, a maior parte das vítimas concentra-se entre jovens do sexo masculino e moradores dos bairros mais pobres.

Em São Paulo, o cemitério do Jardim São Luis, na zona sul da cidade, poderia ser tombado como um monumento, um registro deste genocídio brasileiro. Uma colina, totalmente desprovida de árvores ou grama, apenas cruzeiros de madeira, compondo uma imensa floresta de estacas no peito de nossa juventude. Fizemos algumas visitas discretas ao local e chamou-nos atenção os velórios silenciosos, o choro contido, o sentimento de medo e impotência. Perto de 50% dos corpos enterrados são de jovens vítimas de mortes violentas e com idade entre 12 e 21 anos. Ao redor do cemitério, infinitas moradias, a perder de vista, e no fim da vista, mais uma colina, e outra colina, e mais outra. Antes tomados por Mata Atlântica, esses morros estão completamente adensados. Segundo a Organização Mundial de Saúde cada pessoa necessita de, no mínimo, 12 m² por habitação, a área construída das habitações dos bairros mais pobres de São Paulo é de 40 m² para núcleos familiares de 5 pessoas em média. Residências sem quintal, sem espaço interno, umas coladas às outras, apinhadas de gente, construções inacabadas, apartamentos de arquitetura única, ruas estreitas sem recantos sem árvores sem quadras esportivas ou pistas de caminhada ou parques ou qualquer canto que convide a um respiro, uma parada de descanso. Poucos são os equipamentos públicos a indicar a presença da república, da idéia do bem comum, da coisa de todos, da “res” pública. Este é um cotidiano que banaliza a própria existência. A letra de um rap de Mano Brown, morador do Capão Redondo e um dos mais conhecidos rappers brasileiros, expressa bem essa realidade em torno do lazer nos bairros pobres e do risco da ausência de um lazer com mais sentido:

Fim de semana no parque

(.....)

“¹⁷⁹Aqui não tem nenhum clube poliesportivo

¹⁷⁹ Distrito da Zona Sul de São Paulo e um dos que apresenta os maiores índices de violência e desemprego.

*pra molecada freqüentar nenhum incentivo
O investimento no lazer é muito escasso
e o centro comunitário é um fracasso
Mas aí, se quiser se destruir
está no lugar certo
Tem bebida e cocaína, sempre por perto
a cada esquina,
cem, duzentos metros,
Nem sempre é bom ser esperto
Shimitch, Taurus, Rossi,
Dreher ou Campari
Pronúncia agradável
Estrago inevitável
Nomes estrangeiros que estão no nosso meio
pra matar.
(...)
Refrão
Vamos passear no parque, deixa o menino brincar”.*

O esporte, o lazer e a recreação poderiam contribuir para mudar este quadro, pois estão diretamente relacionados à qualidade de vida. E essa possibilidade é conhecida. Em 1957, o Prof. Luiz de Anhaia Mello em seu curso de urbanismo na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, já alertava para o assunto:

*“convêm fazer referência especial à estreita correlação entre problemas sociais e esses diversos parques. Em New York constatou-se experimentalmente, quando da abertura de um Play Groud, que o índice de criminalidade infantil caiu verticalmente. Note-se que, em São Paulo, 40% dos crimes são praticados por menores”.*¹⁸⁰

¹⁸⁰ In. Apostila de curso, FAU/USP. (Biblioteca da Faculdade de Arquitetura – USP)

Pelo visto poucos alunos prestaram atenção a suas aulas. Mas a situação atual é muito mais complexa e apenas a abertura de espaços não basta.

Retornando ao rap de Mano Brown:

(.....)

To cansado dessa porra, de toda essa bobagem

Alcoolismo, vingança, treta, malandragem

Mães angustiadas, filho problemático

Famílias destruídas, fins de semana trágicos

O sistema quer isso

A molecada tem que aprender

Fim de semana no Parque Ipê

Refrão

Vamos passear no parque, deixa o menino brincar.

Para esta análise, pesquisamos boletins de ocorrência no distrito policial de Capão Redondo e uma ocorrência nos dá conta de que a própria oferta de equipamentos de lazer, quando dissociada de um contexto emancipador, também não resolve o problema, podendo até agrava-lo:

*“No dia 28 de março de 2001, às 9:00 horas, os senhores O.J.R.O., 26 anos e R.S.C., 22 anos, faleceram vitimados por confronto fatal entre si. **Local da ocorrência:** quadra esportiva do Parque Santo Dias da Silva (operário da Caloi assassinado ao participar de uma das primeiras greves metalúrgicas no ano de 1979). **Motivação do confronto:** o senhor R. assistia, com seu cão, a um jogo de basquetebol; em determinado momento, seu cachorro correu atrás da bola e a furou; o jogador O. iniciou uma briga com o dono do cão; no dia seguinte, em um novo jogo de basquete, R. deu um tiro em O, que também estava armado e revidou”.*

Ambos usufruíam o lazer.

Estes jovens estavam em um parque público, repleto de vegetação nativa remanescente da Mata Atlântica; no parque existem quadras esportivas (mal conservadas, mas em condições de uso) que possibilitam o encontro com os amigos. Numa análise simplista, esta seria uma situação ideal para evitar um fato como este. Mas existem muitas outras implicações que precisam ser levadas em conta. O desemprego prolongado e a falta de perspectiva decorrente disto. O lazer também cai na rotina e com isso perde sentido; a expressão simbólica do domínio da quadra, representando mais uma afirmação de poder do que propriamente o exercício de uma atividade lúdica. Em um quadro destes, as relações se banalizam e as pessoas voltam-se contra elas mesmas; nesta situação elas literalmente se anularam. Ou seja, tão importante quanto a oferta de espaços apropriados para o lazer, é a qualidade, o sentido que se dá ao uso do tempo livre. Do contrário a violência continua e o lazer pode até agrava-la.

Lazer, classes sociais, gênero, faixas etárias e etnia

Como vimos, lazer envolve atitude, escolhas. E as escolhas nunca são neutras. Neste aspecto, Pierre Bourdieu, e sua teoria dos campos e o *habitus*, apresenta o melhor instrumental para entender essas complexas relações de escolha. Analisando a relação entre esporte e classes sociais e as suas respectivas escolhas e preferências (que, inclusive, dependem do nível de instrução, idade, gênero, profissão), ele aponta que é preciso se...

“...se interrogar não apenas sobre as relações entre estas práticas e estas variáveis, mas sobre o próprio sentido que estas práticas assumem nestas relações”¹⁸¹.

Para ele, toda prática cultural é portadora de valores socialmente definidos onde o *habitus* completa a interiorização das estruturas de cada campo. No caso do lazer esportivo, as modalidades, instituições e agentes e assim sucessivamente para cada campo específico. É o *habitus* que faz a mediação entre as estruturas objetivas e as práticas, sendo que ele deve ser entendido como...

¹⁸¹ BOURDIEU, Pierre – “Como é possível ser esportivo?” (no inglês: *Sport and social class*) in. Questões de Sociologia, pg. 136 Ed. Marco Zero.

“...um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções apreciadas e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por esses resultados”¹⁸².

Desta forma, as condições sociais determinam as possibilidades de apropriação dos diversos tipos de lazer, influenciando posturas e gosto. Entre as condições sociais, a classe social é um elemento fundamental, mas não único E deve ser entendida como um ‘elemento’ que não existe por si mesmo, como ‘parte’ afetada ou qualificada pelos elementos com os quais coexiste determinando sua integração na estrutura. Bourdieu conclui que a ...

“...ignorância das determinações específicas que uma classe social recebe do sistema de suas relações com as outras classes pode levar-nos a estabelecer identificações falsas e a omitir analogias reais”¹⁸³.

Exemplificando. Pessoas das classes altas de uma cidade do interior país podem identificar-se culturalmente muito mais com as rodas de violeiros e as festas de rodeio (manifestações culturais das camadas mais pobres destas regiões) do que com o gosto e aspirações de seus pares que vivam numa grande cidade. Assim percebemos que classe social não é o único determinante sobre as preferências e interesses no de lazer. Como estas escolhas não são exatamente livres e dependem de condicionantes e imposições historicamente construídas, as combinações são muito complexas. Envolve até mesmo a *construção social dos corpos*, conforme apontou Durkheim. Quem tiver dúvida que observe o jeito de caminhar de pessoas com origens diferentes, um skatista da periferia, uma menina funkeira, um roqueiro, os jovens com chapelão de rodeio, que podem ser pobres ou ricos. São formas de andar, jeitos de falar que vão muito além do que uma única determinação.

¹⁸² BOURDIEU, Pierre – *A economia das trocas simbólicas*, pg. LXI – Ed. Perspectiva, 2001

¹⁸³ BOURDIEU, Pierre – *Condição de Classe, posição de classe*, pg. 4 – in. *A Economia das trocas simbólicas* – Ed. Perspectiva, 2001

Entre as condicionantes sociais impostas ao lazer, uma das mais acentuadas diz respeito às obrigações doméstico-familiares (organização e limpeza da casa, cuidado com os filhos, preparo das refeições). E este é um condicionamento que representa uma das primeiras expressões da divisão social do trabalho, estando historicamente reservado às mulheres. Na relação de poder entre os sexos, esse é um tipo de trabalho considerado improdutivo, além de ser rotineiro e continuado, impossibilitando um nítido recorte entre trabalho e lazer. Exceto para as classes mais abastadas, que podem contratar serviços domésticos, essas são obrigações que não tiram férias, nem conhecem os feriados. Mas um dos pressupostos para vivenciar o lazer é a liberação das obrigações sociais no tempo de não trabalho. Um almoço de domingo na casa da “mama”, por exemplo. Até meados da década de 1980 esse era um “típico” evento de lazer para os paulistanos de origem italiana (mas não só). Toda a família reunida, pais, filhos casados, filhos solteiros, netos, genros, noras, talvez sobrinhos. Mas quem prepara a macarronada? Quem lava os pratos e limpa a casa (para receber as visitas e depois que as visitas vão embora)? Com certeza a “mama”, provavelmente com a ajuda das filhas e noras. A predominância do pensamento masculino construiu a idéia de que este é um momento de profunda satisfação para todos, onde a “mama” se realiza ao ver a família reunida, comendo sua macarronada tão especial e evocativa. E se perguntarmos para a mãe, muito provavelmente ela se dirá feliz com esse dia. Mas será que o seu dia pode ser considerado de lazer?

A questão da apropriação do lazer tem que ser analisada não somente sob o ponto de vista de classes, como também de níveis de educação (dentro de uma mesma classe social também existem diferentes níveis de educação que implicam nas escolhas feitas), diferenças de gênero e faixas etárias. Historicamente, a presença feminina no lazer sempre foi diferenciada e sofria um controle muito maior do que o exercido para os homens. Até a década de 1870, a própria aparição da mulher nas janelas das casas de São Paulo ainda era restrita. Mesmo em relação a outras cidades brasileiras, como Rio de Janeiro ou Recife. Enquanto nessas cidades a presença das rótulas das janelas e dos balcões nas residências urbanas, que permitiam que o movimento da rua fosse visto sem que se avistassem, já estavam abolidos desde o início do século XIX.¹⁸⁴, em São Paulo, as mulheres continuavam afastadas dos olhares públicos.

Essas diferenças criam interesses distintos. Em relação a homens e mulheres a diferença está diminuindo. As mulheres saem sozinhas com as amigas para tomar cerveja (um

¹⁸⁴ in. BARTALINI, Vladimir – *Parques Públicos Municipais de São Paulo* – pg. 15 – tese de doutorado – FAU/USP – 1999.

hábito tipicamente masculino até a década de 1960), praticam mais esporte (Eric Dunning desenvolve um estudo sobre esporte e gênero onde aponta que o esporte seria a última atividade em que o homem sedentário poderia sentir-se herói –a vitória, a conquista de medalhas, os feitos em campo- mas que rapidamente essa reserva simbólica masculina estará extinta), em São Paulo já são mais de 600 times cadastrados de futebol feminino¹⁸⁵. Novamente surge a questão da escolaridade e neste caso as mulheres destacam-se cada vez mais, comprando mais livros e na própria atividade social ou gostos artísticos.

Também é preciso fazer uma intersecção entre as faixas etárias, as preferências juvenis, dos mais idosos. Vários sociólogos do lazer apontam o seguinte movimento: na infância uma forte demanda por jogos recreativos sob o acompanhamento de adultos; na adolescência uma necessidade de desenvolver atividades próprias, afirmativas da idade, distanciadas de outros públicos; na fase adulta, principalmente após o casamento, há uma retração (que precisa ser relativizada na medida que cresce o número de casais sem filhos, ou de adultos solteiros), que dirige o lazer mais para atividades familiares, ou de pequenos grupos, praticado em espaços fechados; a medida que os filhos crescem há uma nova procura por atividades de lazer menos privadas e mais coletivas. Neste caso nota-se uma grande distinção entre homens e mulheres, onde estas mostram-se mais preparadas para enfrentar (e usufruir) o seu tempo liberado de obrigações do que os homens que normalmente entram em depressão no momento pós aposentadoria.

E também devemos levar em conta as preferências étnicas. Mesmo no Brasil onde há uma grande miscigenação, essas diferenças são visíveis. Os grupos de negros procuram bailes próprios, preferem o rap, o funk, o basquete de rua. Os jovens brancos e de classe média buscam a música eletrônica ou o rock, ou as “Lan Houses” (casas de jogos por computador), vários são “clubbers”. Mas também há a mistura.

Enfim, as variáveis são múltiplas e nunca podem ser vistas sob um único ângulo. Qual o desafio para os administradores públicos do lazer? Programar as atividades para gostos diferenciados? Manter grupos específicos, que não se comunicam entre si?

Em relação a jovens, idosos e crianças essa diferença é bem nítida. Os grupos da terceira idade, as casas da juventude, os programas exclusivos para a infância. Antes de representar uma ação integradora e um convite a uma maior participação das pessoas, as ações

¹⁸⁵ Dados DUEAT - 2000

dirigidas a públicos específicos apenas reforçam a exclusão e a falta de comunicação entre os membros da sociedade. Não estamos propondo unicamente atividades indiferenciadas. É claro que crianças preferem brincar de pega-pega e jovens preferem um tipo de música bem diferente do gosto musical dos mais velhos. Mas é possível realizar ações que aproximem estes lados. Por exemplo: um Festival de Dança¹⁸⁶ pode reunir o trabalho de crianças, jovens, adultos e idosos, apresentar dança de rua, balé, ginástica artística e assim reunir jovens da zona leste a senhoras dos bairros de classe média. Todos se misturando. Uma coreografia tradicional de dança de salão, depois um maculelê, uma dança urbana ao ritmo do rap, meninhas (e por que não menininhos?) graciosas em um balé clássico. Cada grupo mostrando algo diferente. Ou então uma brinquedoteca que também reúna adultos, contadores de histórias, restauradores de brinquedos. Essas ações não significam uma mudança imediata de comportamento. Mas quem sabe desta forma, incentivando o contato entre as diferenças, não estaremos auxiliando as pessoas a se entender na diversidade, formando um novo *habitus*, mais tolerante e criativo. Pelo menos é o que se deseja.

Esse é o grande desafio para os planejadores do lazer, unir diferentes gerações, etnias, origens sociais e gênero. Diminuir os guetos e ao misturar tudo isso, questionar a própria distinção entre elas e as barreiras construídas. Para, quem sabe um dia, também derrubar estas barreiras.

Lazer e sociedade de consumo

“Antigamente [1855], as famílias saíam às ruas apenas para uma ou outra visita, sempre acompanhadas pelo paterfamilias; desconheciam-se os passeios para fins higiênicos ou recreativos. Cafés não existiam e se um jovem entrava num restaurante para tomar uma cerveja ou mesmo ‘água com açúcar’, era tido como extravagante e talvez imoral. Não eram poucas as carruagens que os cidadãos acorriam às janelas para identificar o possuidor de alguma que passasse. Mas agora [1882] havia pedestres sem número – inclusive damas desacompanhadas – atraídos pelas lojas de

¹⁸⁶ A Secretaria de Esportes e Lazer de São Paulo realiza um evento intitulado “Arte em movimento”, já foram várias edições e a última contou com 48 apresentações de dança, de grupos de idosos a crianças participantes do programa Mais Esporte.

modas, confeitarias, cafés, restaurantes e concertos de jardim”. (Antonio de Paula Ramos Junior)¹⁸⁷

Em apenas trinta anos, os moradores da São Paulo do século XIX haviam mudado por completo o seu comportamento social nas horas livres¹⁸⁸. O consumo começava a dominar os desejos e as horas das pessoas. No século XX esta situação se aprofunda e o lazer é cada vez mais utilitário. A própria atitude das pessoas em relação ao seu momento de parada assume esse sentido utilitário, da reprodução de forças para que se possa produzir cada vez mais e melhor. O lazer deixa de ser parte da vida comunitária ou familiar para tornar-se um produto de compra e venda.

Parte do tempo liberado do trabalho e da recomposição natural do organismo (o sono e necessidades fisiológicas) é utilizada para os afazeres obrigatórios (manutenção da casa, alimentação, cuidado com os filhos) e outra parte, que deveria ser mais lúdica e livre, depende cada vez mais do poder de compra e aquisição de satisfações – tangíveis ou não. Em uma cidade grande o simples deslocamento para visitar parentes ou a ida a uma cerimônia religiosa gera, no mínimo, despesas com transporte (em São Paulo, uma família com 5 pessoas que dependa de uma única passagem de ônibus para ir e outra para voltar, gasta R\$ 17,00 com deslocamento, ou 8,5 % de um salário mínimo¹⁸⁹); se esse passeio em família envolver uma caminhada por um Parque Público com direito a pipoca e algodão doce, podemos concluir que mesmo o mais singelo dos lazeres, tem um custo e esse custo é inacessível a boa parte do nosso povo. Mas a relação entre lazer e consumo vai muito além da aquisição de bens em si.

O dinheiro, antes um meio de troca, é cada vez mais abstrato (e a racionalização dos pagamentos on-line e o dinheiro de plástico, os cartões de crédito, fazem com que esse sentimento de abstração seja cada vez maior), ganhando uma finalidade em si, de produzir mais dinheiro, gerado apenas pelo dinheiro, até mesmo sem a necessidade de produzir coisas. O capitalismo gera uma constante necessidade de acumulação de recursos, e eles precisam estar cada vez mais concentrados. Cidades crescem, se aglomeram com outras; empresas se fundem, outras desaparecem; profissões são extintas simultaneamente à abertura de novas funções nunca antes pensadas; o tempo é controlado em cada segundo, buscando a eficiência em seu nível

¹⁸⁷ In. MORSE, Richard – *Da comunidade à metrópole* – pg. 212 – Comissão do IV Centenário - 1954

¹⁸⁸ Apresentaremos novos exemplos e retornaremos a esta questão no IV Capítulo.

¹⁸⁹ Dados de janeiro de 2003

máximo. Mesmo no final do século XX, com a consolidação (que em lugares como o Brasil pretende-se desconsolidar) de direitos trabalhistas, o que percebemos é uma busca incessante por extrair lucro otimizando ao máximo as ações humanas através do controle do tempo. Notebooks para levar o trabalho a qualquer lugar, pagers e celulares para acionar as pessoas em qualquer tempo; isso para ficarmos apenas nos exemplos que se confundem com símbolos de status e poder profissional (para muitos trabalhadores graduados ganhar um notebook ou um celular da empresa é uma distinção e tanto).

Da idéia original de que o lazer é a antítese do trabalho, expressão máxima dos desejos e vontades individuais, podemos dizer que houve uma frustração, ou derrota em que o capital também se apoderou desse espaço da vida humana. A indústria do lazer, e também da cultura, e dos esportes, e da comunicação, e do turismo, e da jardinagem, e das brincadeiras..., enfim, a indústria do tempo livre (sim, o capitalismo cria uma indústria para o tempo livre e transforma em lucro até mesmo as nossas sensações intangíveis) ocupa cada segundo de um tempo tão penosamente conquistado. O lazer torna-se alienado tal qual acontece no tempo do trabalho em que os homens e mulheres ficam impedidos de estabelecer finalidades autônomas aos interesses do capital, ou seja, a geração de lucro.

Analisando essa tentativa constante de controlar/dominar por completo os seres humanos, Adorno e Horkheimer, da Escola de Frankfurt, alertaram sobre a desumanização do ser humano em um mundo onde predomina “*uma sociedade totalmente administrada*” não apenas pelas elites dominantes mas “*pela nova consciência tecnológica*” que se apossou da sociedade de massa. A indústria cultural se apodera do ócio com o objetivo de mecanizá-lo, tornando-o um prolongamento do trabalho. E essa mecanização assumiu tamanha proporção que dirige a própria felicidade das pessoas ao fabricar produtos para a distração. O conteúdo deixa de ser importante, havendo um deslocamento para a forma, as operações reguladas.

Para Adorno, este processo tolhe a consciência das massas e “*instaura o poder da mecanização sobre o homem*”, criando as condições favoráveis para um “*comércio fraudulento, no qual os consumidores são continuamente enganados em relação ao que lhes é prometido mas não cumprido*”¹⁹⁰. O filósofo Paulo Arantes apresenta o exemplo das situações eróticas no cinema:

¹⁹⁰ ADORNO, Theodor, -*Introdução a textos escolhidos*, pg. 9- in. Adorno – Os Pensadores, Nova Cultural, 1999

“Nelas o desejo suscitado ou sugerido pelas imagens, ao invés de encontrar uma satisfação correspondente à promessa nelas envolvida, acaba sendo satisfeito com o simples elogio da rotina. Não conseguindo, como pretendia, escapar a essa última, o desejo divorcia-se de sua realização que, sufocada e transformada em negação, converte o próprio desejo em privação. A indústria cultural não sublima o instinto sexual, como nas verdadeiras obras de arte, mas o reprime e sufoca”¹⁹¹.

Podemos perceber esse exemplo na transmissão de uma partida esportiva, a focalização no dorso nu do jogador ou o ângulo da câmara ao transmitir as pernas de uma jogadora de vôlei. Há uma excitação de prazer que ao mesmo tempo precisa ser sublimada. Uma promessa que não é cumprida; oferecimento e privação em um único ato. Nesse processo de criar necessidades em que, a todo tempo, é colocado ao consumidor de que ele deve contentar-se apenas com o que lhe é oferecido é que se instaura a dominação ideológica, que é naturalizada. É a coisificação das pessoas.

Como instituição social, o lazer, ou melhor, a indústria do lazer, contribuiu para modelar o gosto e a forma com que as pessoas gozam de seu tempo livre. Para Robert Kurz:

“...o tempo do lazer não consiste em tempo liberado, mas transforma-se em espaço funcional secundário do capital. Na realidade esse tempo não está à livre disposição, pois caso isso fosse verdade, também deveria ocorrer com respeito à atividade produtiva. Não se trata de ócio no sentido antigo, mas de tempo funcional para o consumo permanente de mercadorias”.

De um fator de realização individual, ou simplesmente de combate ao estresse, o lazer na sociedade capitalista padece da mesma lógica do mundo do trabalho, ou seja: competição, busca incessante da produtividade (as imagens de turistas japoneses tirando fotos sem nem ao menos usufruírem daquelas paisagens, são um bom exemplo dessa busca de produtividade no mundo do lazer) e a exibição de símbolos de conquista. A prática de esportes de prestígio (o tênis, a frequência em academias “*fashion*” de “*fitness*”, incluindo as corridas orientadas por “*personal trainers*”, como as que presentemente prosperam no Parque Ibirapuera, um parque

¹⁹¹ ARANTES, Paulo – *Adorno, vida e obra – in. Adorno – Os Pensadores*, Nova Cultural, 1999.

público, símbolo de um lazer descontraído e gratuito para todos os paulistanos. Todos?) ou a troca de visitas entre casais de classe média, em que cada um exhibe suas fotos ou *souvenirs*, são bons exemplos de como as atividades do lazer servem para demonstrar status social onde a lógica burguesa comanda cada espaço da vida, ou da alma. Robert Kurz fala em “*quase-economização da alma, da personalidade e até mesmo da sexualidade*”. Enfim, no lazer dos tempos atuais, não há espaço para o relaxamento e o descanso.

As “escolhas” no lazer sofrem um conjunto de influências que vão da condição de classe ao contexto cultural, político e econômico. Como dissemos nos sub-capítulos anteriores, é neste contexto que a indústria do lazer modela o gosto e a forma com que as pessoas irão usufruir de seu “tempo livre”. E esta indústria é ágil e eficaz, suprindo até mesmo a “falta de tempo” a que as pessoas são submetidas na vida de uma grande cidade (o cinema em casa, “*home theater*”, a academia de ginástica ao lado do escritório).

Com o avanço da lógica burguesa as pessoas efetivamente se afastaram de obrigações rituais tradicionais (ir às missas aos domingos, não consumir carne vermelha na quaresma) desviando-se para um lazer individual, desprovido de compromissos religiosos. No entanto, a ruptura com o conformismo tradicional, característico das sociedades rurais, não trouxe mais liberdade individual; mesmo que exista uma aparente sensação de mais liberdade¹⁹² as pressões do mercado de consumo tornaram-se muito mais fortes. Neste processo o lazer se amalgamou com os valores do mundo do trabalho: a produção em série e padronizada, a repetição e a rotina e a concentração do processo de decisão em um número cada vez menor de pessoas. Um mundo que cria um número cada vez maior de espectadores a observarem um número cada vez menor de pessoas com efetiva participação.

Esse processo de transferência de papéis é tão forte que está além da própria decisão de forças políticas comprometidas com um outro modelo social e econômico. Entre 1989 e 1992, a cidade de São Paulo foi governada por um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores; nesta época, o desfile das Escolas de Samba foi transferido da av. Tiradentes para um local especialmente construído para esse fim, o Sambódromo. Essa ação de racionalização do espaço urbano, ou de funcionalidade, trouxe uma série de conseqüências para o *habitus* no lazer. Antes, as escolas de samba, ganhavam as ruas, atrapalhavam o trânsito e forçosamente faziam se ver;

¹⁹² Nos anos 70, um anúncio comercial muito famoso de calça jeans, dizia: “*Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada, que você pode usar do jeito que quiser*” e assim, milhões de jovens usaram a mesma calça velha, azul e desbotada.

agora estavam enquadradas (confinadas?) em uma passarela que fazia uma nítida distinção entre palco e platéia. Também se faziam ver, em transmissão ao vivo, para todo o Brasil e com um valor monetário muito bem definido. Tudo muito funcional, cada coisa em seu lugar. O ato de ganhar as ruas nos dias de carnaval, ao menos com o samba, foi perdendo significado para transformar-se em espetáculo. Outra consequência da construção do Sambódromo foi a eliminação de 14 campos de futebol de várzea¹⁹³, antes tão freqüentes nas margens do rio Tietê, daí o próprio nome: campo de várzea (de rio). E junto com a diminuição crescente desses campos de futebol varzeano, também foram desaparecendo os jogos de futebol entre times de bairro, as peladas de domingos. Gradativamente estas experiências foram substituídas pelo hábito de assistir aos grandes espetáculos de futebol. Mais recentemente, a própria prática de ir ao estádio, que de certa forma tem um componente ativo, está sendo substituída por uma assistência via televisão. Primeiro jogadores, depois torcida, agora audiência. Enfim, essa é a lógica da indústria do lazer.

Herbert Marcuse afirma que o lazer seria uma “*alienação, uma ilusão*” pois não diz respeito às necessidades próprias do indivíduo e sim a determinações manipuladas pelas forças econômicas e a cultura de massa. Ao contrário do que a ideologia ocidental (e capitalista) nos faz crer, o grande valor da sociedade contemporânea é a opressão e não o progresso. Essa opressão se dá na supervalorização da liberdade econômica -como tão bem podemos constatar nesses tempos de neoliberalismo-, produzindo o consumismo e subordinando a política aos preceitos desse mesmo individualismo exacerbado. E quanto mais o capitalismo avança, mais as necessidades humanas são artificialmente fabricadas. A economia da informação (ou desinformação) talvez seja o melhor exemplo desse processo e em nosso caso é um exemplo absolutamente colado ao mundo do lazer. O tempo livre doméstico é cada vez mais absorvido por essa lógica; um lar brasileiro sem televisão é raridade, para os que tem renda (e mesmo para aqueles que se apertam em prestações a perder de vista), o aparelho de TV está presente na sala, no quarto, na cozinha... Assim todos se sentem informados, vêem as mesmas notícias, das mesmas agências, conhecem detalhes da vida dos outros, fofocas; pessoas se deixam bisbilhotar em programas cuja única função é esse olhar indiscreto e fútil, anônimos se tornem celebridades do nada e desapareçam na mesma velocidade com que chegaram. E da necessidade de bisbilhotar o vazio, em uma apologia à futilidade, novas necessidades vão surgindo. A TV por assinatura

¹⁹³ Dados DUEAT – Departamento de Unidades Autônomas – Secretaria de Esportes – Prefeitura de São Paulo

oferece a liberdade de escolha entre dezenas de canais que não servem para nada, e também a internet, que precisa ser rápida, e mais rápida – e quanto mais rápida mais cara – para oferecer mais e mais informações desconexas, como se o mundo estivesse à nossa frente, tudo num frenesi por mais informações, cada vez mais voláteis e inúteis. É na falsificação das necessidades reais das pessoas que o sistema se reproduz – e ganha muito dinheiro com isso.

Marcuse afirma que é exatamente por esse processo que se desencadeia a busca por *“lazers irracionais e perdulários, como o esporte”* (neste caso ele deve ter sido tomado por um preconceito típico dos anos sessenta porque o esporte não é único na oferta de um lazer irracional) abafando as formas mais racionais de organização da sociedade, ou de contestação ou protesto. No lugar da crítica, o consumo, sempre crescente. Aparentemente a escolha de ir ao cinema num domingo à noite é uma livre opção de lazer para boa parte das pessoas que podem pagar um ingresso. Mas o lançamento de um filme “arrasa quarteirão”, ou *blockbuster*, como se auto-definem os controladores (*majors*) de Hollywood, nos faz indagar sobre a liberdade de escolha das milhares de pessoas que “decidem” ao mesmo tempo assistir ao mesmo filme. Esses filmes chegam a ser lançados simultaneamente em centenas de salas de cinema e fazem parte de uma estratégia que envolve a abertura de inúmeros conjuntos multiplex, reunindo num só lugar mais de uma dezena de salas. No mesmo ritmo em que acontece a super oferta de salas de cinema há uma sub oferta na variedade de filmes. Esse fenômeno da imposição de gosto também pode ser percebido em diversos outros campos do lazer, dos roteiros de turismo à escolha de uma música “livremente” apreciada em um momento de descontração. Para Marcuse *“...esses comportamentos sociais e culturais padronizados limitam a criatividade e a autenticidade da comunicação dos indivíduos e dos grupos”*.

Essa sociedade de liberdade ilusória e repressão dos sentidos é definida por Marcuse como uma sociedade unidimensional; para ele:

“...essa sociedade é irracional como um todo. Sua produtividade impede e livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas, sua paz é mantida pela ameaça constante da guerra, e seu crescimento depende da repressão das possibilidades reais de se pacificar a luta pela existência – individual, nacional e internacional”.

São as falsas necessidades, como ele define:

“...aquelas que são superimpostas ao indivíduo por interesses sociais específicos, voltados para a sua repressão: aquelas necessidade que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça. (...) Grande parte das necessidades predominantes de relaxar-se, divertir-se, comportar-se e consumir são determinadas segundo a publicidade; amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertencem à essa categoria de falsas necessidades”.

Vivendo em um mundo tão consumista, atemorizado por guerras e terrorismos (de grupos e de Estado), tudo parece completamente irracional (mas para a lógica do capital essa irracionalidade é bem lucrativa). Impossível dar as costas para estes argumentos.

Mesmo assim, seria abusivo confundir esse conjunto de condicionamentos e repressões com a absoluta supressão da subjetividade dos indivíduos. São tempos de guerra, mas as pessoas vão às ruas e protestam. O consumismo toma conta de nossas vidas, penetra em cada casa buscando ocupar cada minuto do nosso tempo livre; mesmo assim as pessoas resistem. Carlos Drummond de Andrade, o grande poeta brasileiro, talvez nos ajude a expressar, ou entender, melhor essa tensão:

*“São tão fortes as coisas,
mas eu não sou as coisas,
e me revolto”.*

Para completar, Marcuse nos apresenta mais uma reflexão:

“Em última análise, a questão do que sejam verdadeiras e falsas necessidades deve ser respondida pelos próprios indivíduos, mas só em última análise; ou seja, se e quando forem livres para dar suas próprias respostas. Na medida em que são doutrinados e manipulados, suas respostas à essa questão não poderão ser tomadas como sendo deles próprios. Do mesmo modo, contudo, nenhum tribunal pode, com justiça, arrogar-se no direito de decidir quais necessidades devam ser desenvolvidas e satisfeitas”¹⁹⁴.

¹⁹⁴ MARCUSE, Herbert *One-dimensional man*, pg. 6 – Beacon Press Boston, 1964 (tradução própria)

A tarefa dos planejadores de lazer que pretendam uma ação emancipadora é difícil. De um lado precisamos entender que gostos e vontades são impostos e nem tudo que brota do povo é autêntico e verdadeiramente livre. Por outro, não somos os donos da verdade. Talvez o caminho seja o da ampliação do repertório cultural, da disponibilização de práticas não usuais e não padronizadas. Uma ação de contra-cultura, de questionamento, de tensão e ruptura. Pelo menos em um primeiro momento é isso que deve ser feito para, na seqüência, as pessoas tomarem as suas decisões. Mas neste momento elas já terão tido contato com outras formas de expressão e análise. É claro que mesmo quando esta ação de contra-cultura, ou contra-hegemonia (talvez este conceito gramsciano seja o mais apropriado) conta com o respaldo governamental, a correlação de forças é ingrata. Uma luta entre a indústria e o artesanato. Em todo o caso, não resta alternativa senão continuar na guerrilha. Em alguns (poucos) casos ela vence.

Alain Touraine faz uma distinção entre atividades de lazer ativas e passivas, em que “...o fato essencial é que a atividade cultural é determinada pelo nível de participação social”¹⁹⁵. Essa distinção refere-se à forma com que as pessoas participam do lazer de massa, seja como público, ou adquirindo “*mensagens culturais*” com o fim específico de organizar a carreira (uma prática usual das classes médias urbanas), ou como interpretadores culturais mais profundos, praticantes de atividades ou reelaboradores de significados. Sua interpretação é mais otimista e ele acredita que um grande número de pessoas consegue “...*escapar de algumas das influências que sobre elas se exercem e agir de maneira autônoma*”. O grande movimento mundial contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos foi um exemplo onde dez milhões de pessoas de diversas cidades do mundo, escapam dessas influências. O Psicanalista Erich Fromm, porém, reforça um sentido mais pessimista, afirmando que essa busca constante da novidade nada mais é do que a atitude de “*viver de boca aberta*”, sendo igualmente alienada e subordinada ao consumo.

“A atitude alienada com relação ao consumo não existe apenas existe em nosso modo de adquirir e consumir mercadorias, mas determina, além disso, o emprego do tempo livre. Que podemos esperar? Se um homem trabalha sem verdadeira relação com o que está fazendo, se compra e consome utilidades de um modo abstrato e alienado, como pode ele fazer uso de seu tempo de lazer de um modo ativo e significativo?”

¹⁹⁵ TORAINE, Alain - *A Sociedade pós industrial*, p. 206 – Jorge Zahar Editor

Continua sendo sempre o consumidor passivo e alienado. “Consome” partidas de beisebol, filmes, jornais e revistas, livros, conferências, paisagens, reuniões sociais do mesmo modo alienado e abstrato em que consome as mercadorias que compra. Não participa ativamente, quer “absorver” tudo o que possa ser retirado, e gozar todo o prazer possível, toda a cultura possível e também tudo o que não seja cultura. Na realidade não está livre para gozar “seu” tempo disponível; seu consumo das horas de lazer é determinado pela indústria, como acontece às mercadorias que compra; seu gosto é manipulado, quer ver e ouvir o que se lhe obriga a ver e ouvir; a diversão é uma indústria como qualquer outra, fazendo-se o consumidor comprar diversão assim como se lhe faz comprar roupa ou sapatos. O valor da diversão é determinado pelo seu êxito no mercado, e não por algo que possa ser medido em termos humanos”¹⁹⁶.

Isso foi escrito há cinqüenta anos e é tão absurdamente atual. Novamente um problema. Em 1992 houve o movimento dos “*caras-pintadas*”, jovens estudantes que pintaram o rosto e saíram pelas ruas a exigir a renúncia do presidente Collor de Mello. Foi um movimento exitoso, mas que não resultou em grandes avanços sociais além da deposição de um presidente corrupto. Pelo contrário, as idéias do consumismo e individualismo exacerbados até avançaram depois disto. Concomitante às passeatas estudantis estava sendo exibida uma novela na rede Globo de Televisão, “*Anos Rebeldes*”, sobre o movimento estudantil dos anos sessenta. Até hoje muitos se perguntam sobre o papel da novela na mobilização dos “*caras-pintadas*”. Também existem outras situações, os anúncios de prédios de apartamentos que oferecem jardim Zen e banheira de Ofurô (é claro que cobrando a mais por isso), os modismos intelectuais tão ao gosto da academia (palavras chave repetidas constantemente). Mostramos estes exemplos apenas para indicar que o consumismo dirigido não atinge apenas as ditas classes incultas.

No entanto, como explicar os grandes momentos de ruptura criativa da sociedade? Vejamos em relação ao esporte e ao lazer propriamente dito. A força do skate e o basquete de rua no país do futebol? O Brasil é o segundo país com maior número de praticantes de skate (10 % das moradias do estado de São Paulo contam com pelo menos um skate em casa). São jovens de classe média e da periferia. Nos bairros mais pobres de São Paulo, principalmente da Zona Sul,

¹⁹⁶ E. Fromm, *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*, Jorge Zahar Editores, 1959.

centenas de ruas contam com tabelas de basquete em paredes e postes¹⁹⁷ O próprio significado do esporte; será que ele é tão alienante assim? Eric Hobsbawm lembra que entre todas as expressões culturais com alcance mundial, apenas o futebol não tem a influência direta da indústria cultural norte-americana (o que não significa que o futebol também não faça parte da indústria cultural). Esse é um dado importante sobre a expressão da identidade dos povos. Um jogo simples e de colaboração e que se impôs sobre o império americano. Não é pouco.

No século XX, afirma Hobsbawm em *A Era dos Impérios*, “...as influências culturais (e aí podemos incluir as escolhas do lazer – observação nossa) começaram pela primeira vez a mover-se sistematicamente de baixo para cima”. A força das ruas também abre caminho, dita regras, condutas, moda. E com a moda, o capitalismo também se apropria dessa conduta, re-elaborando-a e a despojando de sentidos. E novamente vem a força das ruas; e novamente os sentidos se perdem. E mais uma vez, e mais outra. As boinas, camisetas e biquínis¹⁹⁸ estampando a figura de Che Guevara, talvez sejam o exemplo mais eloqüente desse processo, mas também a moda street, skatista. Essa é uma tensão permanente, contraditória, dialética. E nesse caso, recorremos novamente a Marcuse para tentar encontrar alguma luz quando ele nos lembra que: “É a racionalidade da contradição, da oposição de forças, tendências e elementos, que constitui o movimento do real e, se o entendermos, o conceito do real”.

Lazer e jogo

Como já analisamos, lazer está relacionado à liberação de obrigações, tanto econômicas como sociais; ou seja, ao tempo institucionalizado, com demarcações definidas entre diversão e compromisso, dando a idéia de movimento. Neste aspecto, o lazer se assemelha ao jogo como lugar de socialização. Mas assim como o lazer não pode ser confundido com ócio, ele também não pode ser interpretado como jogo. No caso do jogo, o imaginário social e a filosofia o colocam como uma atividade não séria, paradigma de fantasia ou representação, sendo que a função de relaxamento que vem desde os tempos de Aristóteles:

“Não é portanto no jogo que consiste a felicidade. De fato, seria estranho que o fim do homem fosse o jogo, e que se devesse ter incômodos e dificuldades durante toda a

¹⁹⁷ A Secretaria de Esportes e Lazer já distribuiu 400 tabelas de basquete para ruas catalogadas

¹⁹⁸ No ano de 2001, em desfile da São Paulo Fashion Week (para serem coerentes com o idioma do evento, a cidade sede do evento deveria ser grifada como St Paul), a modelo Gisele Bündchen, desfilou com biquini com incontáveis estampas de Che Guevara gerando infundáveis controvérsias.

vida a fim de poder se divertir! [...] Divertir-se para ter uma atividade séria, eis, parece, a regra a seguir. O jogo é efetivamente uma espécie de relaxamento, pelo fato de que temos necessidade de descanso. O relaxamento não é, pois, um fim, visto que só ocorre graças à atividade. E a vida feliz parece ser aquela que está de acordo com a virtude; ora, uma vida virtuosa não existe sem um sério esforço e não consiste em um mero jogo”¹⁹⁹.

Mas esse caráter de fantasia e representação do jogo, e também da brincadeira, é fundamental na definição da relação com o outro, na delimitação de espaços, na apropriação da cultura e, sobretudo, como um exercício para o processo decisório e a invenção. Poderíamos dizer que, mesmo com todas as imposições e condicionantes sociais e econômicas, é no momento do jogo (neste caso como parte do lazer) que surgem as melhores oportunidades para que o indivíduo se perceba como agente histórico.

Se bem jogado²⁰⁰, o lazer possui um componente de incerteza, com um forte aspecto aleatório e imponderável tal qual o jogo ou a brincadeira. È neste momento que as pessoas podem evitar aquilo que não gostam e assim apoderarem-se de seu tempo, tornando-se senhores de seu destino (ou pelo menos experimentando a sensação deste assenhoreamento). Nesta dimensão, o jogo assume um papel essencial na definição de padrões de comportamento e na própria vida social. Segundo Huizinga:

“O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana”²⁰¹.

Uma noção de jogo muito semelhante à que estabelecemos ao esporte, fazendo com que exista uma estrutura, um sistema de regras que subsiste abstratamente, independentemente dos jogadores que aderem a este rígido sistema de forma espontânea e lúdica. Em determinados

¹⁹⁹ ARISTÓTELES, *Ética a Nicômano*, X, 6 – Apud Brougère – *Jogo e Educação*.

²⁰⁰ Refiro-me à possibilidade de construção de um lazer crítico, com sentido emancipador e anti-alienante.

²⁰¹ HUIZINGA, Johan – *Homo Ludens* – pg. 33 – Ed. Perspectiva, 2001

estágios, o treinamento esportivo se assemelha ao treinamento militar, mas mesmo assim a adesão é espontânea e os atletas comparecem ao treino com satisfação e vontade. Mas existem outras identificações de modo que diferentes atividades são designadas pelo mesmo termo: o jogo amoroso, o jogo cênico, o jogo político, entre outros jogos e combinações. Gilles Brougère procura em Wittgenstein a chave para um entendimento mais preciso desta noção “*que todos falam, todos consideram como evidente e ninguém consegue definir*”²⁰², enfim, são amplas e difusas as noções atribuídas ao “Jogo”. Wittgenstein constrói sua noção de jogo comparando-os empiricamente:

“Consideramos, por exemplo, os processos que chamamos de ‘jogos’. Falo dos jogos de damas e de xadrez, de cartas, de bola, das competições esportivas. O que há de comum em todos? – Não diga: é necessário que tenham algo em comum, senão não seriam chamados de ‘jogos’ – mas veja primeiramente se tem algo em comum. [...] Pois se você considerar, sem dúvida não descobrirá o que é comum a todos, mas verá analogias, afinidades, e verá uma série delas. Como já disse, não pense, veja! Veja, por exemplo, os jogos de tabuleiros com suas múltiplas afinidades. Depois passe aos jogos de cartas: neles você encontrará muitas correspondências com a classe anterior, vários traços comuns desaparecem, outros aparecem. Se agora passarmos aos jogos de bola, ainda restará alguma coisa, mas muito se perderá. [...] Todos esses jogos são recreativos? Compare o xadrez à amarelinha. Ou há em todos eles um modo de ganhar e de perder, ou uma competição de jogadores? Pense no jogo de paciência. Nos jogos de bola, ganha-se ou perde-se, mas quando uma criança joga uma bola contra a parede e a segura novamente esse caráter se perde [...] Podemos percorrer assim muitos outros grupos de jogos: ver surgirem e desaparecerem analogias. E o resultado desta consideração será: constatamos uma rede complexa de analogias que se entrecruzam e se envolvem umas as outras. Tanto analogias de conjunto quanto de detalhes”²⁰³.

²⁰² BROUGÈRE, Gilles – *Jogo e Educação* – pg. 17 – Ed. Artes Médicas, 1998 (citando Jacques Henriot).

²⁰³ WITTGENSTEIN – *Investigações Filosóficas* – citado por Brougère, in. *Jogo e Educação* - pgs, 20/22.

Com esse método ele vai estabelecendo “*grupos de família*” na medida que encontra analogias que permitem passar de um jogo ao outro, buscando semelhanças que se entrecruzam e se mesclam:

*“Como o conceito de jogo é delimitado? O que ainda é jogo, o que não é mais? Você pode indicar seus limites? Não”.*²⁰⁴

É esta fronteira indeterminada do jogo, tanto em relação às suas atividades específicas como em relação à sociedade que faz dele um fato social dos mais significativos. No conceito de Wittgenstein, que ele chama de “*jogo de linguagem*”, cada sistema é ligado ao contexto histórico e modo de vida. É a partir da diversidade da utilização da linguagem²⁰⁵ que se evidencia o “falar” e os significados dados à palavra, permitindo o entendimento sobre o “porque” de utilizarmos o mesmo termo para situações tão diferentes, que no caso do jogo, engloba atividade lúdica, sistema de regras e competições (podendo ser com os outros ou consigo mesmo). O jogo envolve movimento e também competição (mas nem sempre) e nos remete aos jogos de sociedade, assumindo a forma de regras, bem como aos jogos de habilidade ou construção, quando “*constituem uma estrutura pré-existente ao material*”²⁰⁶.

Mas é na relação com o termo brinquedo que o jogo ganha toda a sua imponderabilidade, deixando de haver uma identificação direta entre um sistema de regras e o próprio uso do material. É comum encontrarmos pais frustrados por comprarem um lindo (e caro!) brinquedo que, logo ao ser aberto, é imediatamente substituído pela colorida caixa que o embalava. Do mesmo modo, um brinquedo que deveria ter um uso pré-determinado assume um outro, totalmente diferente daquele previsto. É essa indeterminação que assegura a riqueza do jogo, onde:

²⁰⁴ WITTGENSTEIN – *Investigações Filosóficas* – citado por Brougère, in. *Jogo e Educação* – pg. 22.

²⁰⁵ Brougère esclarece que: “*A noção do jogo como o conjunto de linguagem funciona em um contexto social; a utilização do termo jogo deve, pois, ser considerada como um fato social: tal designação remete à imagem do jogo encontrada no seio da sociedade em que ele é utilizado*” (pg. 16). Em outro momento ele aprofunda seu conceito sobre o processo da linguagem assumindo que “*A língua é um mecanismo de socialização. A criança aprende o que pode ou não dizer em sua língua. O mundo que ela descobre é então dividido em categorias e os signos são por ela solidariamente organizados. Nesta medida a língua modela a representação*” (pg. 17)

²⁰⁶ BROUGÈRE, Gilles – *Jogo e Educação*, pg. 15 – Ed. Artes Médicas, 1998.

“...o brinquedo não é a materialização de um jogo, mas uma imagem que evoca um aspecto da realidade e que o jogador pode manipular conforme sua vontade”²⁰⁷.

Segundo Vygotsky, essa atividade simbólica assume uma função *organizadora* específica *“que invade o processo do uso do instrumento e produz formas fundamentalmente novas de comportamento”²⁰⁸*, levando a um processo de interação social, transformação da atividade prática, moldando a própria identidade da pessoa:

“...o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem”²⁰⁹.

Ou seja, durante a formação da personalidade humana, mais especificamente das crianças, as pessoas vão se deparando com problemas cada vez mais complicados que, ao mesmo tempo, fazem surgir uma complexa variedade de respostas a serem escolhidas, envolvendo *“...tentativas diretas de atingir o objetivo, uso de instrumentos, fala dirigida à pessoa que conduz o experimento ou fala que simplesmente acompanha a ação e apelos verbais diretos ao objeto de sua atenção”²¹⁰.*

A dimensão da contingência e da incerteza deveria fazer com que a teoria dos jogos assumisse um papel mais importante na própria teoria da história e na definição de políticas pró-ativas, de modificação da realidade social. Nos jogos, os jogadores devem tomar decisões e o resultado deste processo lhes diz respeito direto, mesmo quando *“passam”* (deixam de jogar) ou se tornam *“invisíveis”*. E essa aparente auto-exclusão do jogo também é uma imponderável a ser levada em conta, determinando estratégias e caminhos a serem escolhidos na busca do objetivo final do jogo. Em *Ludwig Feuerbach e o fim da ideologia clássica alemã*, Engels formulou um conceito sobre a capacidade transformadora dos homens e mulheres (no texto ele fala em *“homens”* no coletivo mas, passados 150 anos, não faz sentido continuar referindo-se à

²⁰⁷ BROUGÈRE, Gilles – *Jogo e Educação*, pg. 15 – Ed. Artes Médicas, 1998.

²⁰⁸ VYGOTSKY, L. S. – *A Formação Social da Mente* – pg. 27 – Ed. Martins Fontes, 1989

²⁰⁹ VYGOTSKY, L. S. – *A Formação Social da Mente* – pg. 27 – Ed. Martins Fontes, 1989

²¹⁰ VYGOTSKY, L. S. – *A Formação Social da Mente* – pg. 33 – Ed. Martins Fontes, 1989

humanidade no coletivo masculino e certamente Engels concordaria com esse acréscimo) em relação à história. Esse conceito é muito semelhante à teoria dos jogos:

“Os homens fazem a sua história, quaisquer que sejam o rumo desta, na medida em que cada um busca os seus fins próprios, com a consciência e a vontade do que fazem; e a história é, precisamente, o resultado dessas numerosas vontades projetadas em direções diferentes e de sua múltipla influência sobre o mundo exterior”²¹¹.

Vygotsky encarregou-se de aprofundar esse conceito, desenvolvendo uma psicologia da aprendizagem com base no materialismo histórico e dialético. Como ponto central ele entendia que todos os fenômenos da mente deveriam ser estudados como processos em movimento e em mudança:

“Não quero descobrir a natureza da mente fazendo uma colcha de retalhos de inúmeras citações. O que eu quero é, uma vez tendo aprendido a totalidade do método de Marx, saber de que modo a ciência tem que ser elaborada para abordar o estudo da mente”²¹².

Apesar de não utilizar uma bibliografia explicitamente marxista, Gilles Brougère também caminha por este mesmo terreno, inserindo o jogo e a brincadeira no processo social:

“Com efeito, os conteúdos ou matérias do jogo são tomados das formas e situações sociais, depois abstraídos, aperfeiçoados, modificados para deles fazer uma situação lúdica com suas restrições, como por exemplo, a igual probabilidade de vencer para

²¹¹ ENGELS, Friedrich – *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* – pg. 108 – in. TEXTOS Marx e Engels – Ed Alfa Omega, 1977

²¹² VYGOTSKY, L. S. – extraído de manuscrito, publicado na Introdução à *A Formação Social da Mente* – pg. 9 – Martins Fontes, 1989. Vygotsky encerra seu livro com uma citação de Engels que vai exatamente neste sentido da capacidade humana de transformar a realidade: “A grande idéia básica de que o mundo não deve ser visto como um complexo de objetos completamente acabados, mas sim como um complexo de processos, no qual objetos aparentemente estáveis, nada menos do que suas imagens em nossas cabeças (nossos conceitos) estão em incessante processo de transformação [...] Aos olhos da filosofia dialética, nada é estabelecido por todos os tempos, nada é absoluto ou sagrado. Vê-se em tudo a marca do declínio inevitável; nada resiste exceto o contínuo processo de formação e destruição, a ascensão interminável do inferior para o superior – um processo do qual a filosofia não passa de uma simples reflexão no cérebro pensante”.

cada jogador. Assim o conteúdo que é fornecido ao jogo advém de momentos liberados do trabalho. Mas para fazê-lo, toda consequência no seio da realidade é suprimida. As ciências sociais se reapropriaram dos conteúdos que remetem ao mundo social reinterpretação e ruptura com o mundo sério, onde toda ação tem consequências. Não se estaria às vezes reencontrando no jogo o que todas as gerações passadas nele colocaram?”²¹³

O jogo, em sua dimensão de brincadeira é a primeira forma de agir do ser humano, estando desde cedo associado à vida da criança, como se constituísse uma necessidade instintiva, inata, pré-cultural. Huizinga radicaliza ainda mais essa idéia estendendo-a como uma necessidade dos animais, com uma função *significante*, que encerra um sentido determinado e próprio:

“Os animais brincam tal como os homens. Bastará que observemos os cachorrinhos para constatar que, em suas alegres evoluções, encontram-se presentes todos os elementos essenciais do jogo humano. Convidam uns aos outros para brincar mediante um certo ritual de atitudes e gestos. Respeitam a regra que os proíbe morderem, ou pelo menos com violência, a orelha do próximo. Fingem estar zangados e, o que é mais importante, eles, em tudo isto, experimentam imenso prazer e divertimento”²¹⁴.

Sem dúvida, não há como negar que no jogo existe “*algo que transcende as necessidades imediatas da vida*”²¹⁵, conferindo um sentido à ação. No entanto, agir pressupõe capacidade de operar, atuar, transformando a realidade a partir de uma forma mentalmente planejada. Em *O Capital*, Marx salienta que:

“...mesmo o pior dos arquitetos difere, de início, da mais hábil das abelhas, pelo fato de que, antes de fazer uma caixa de madeira, ele já a construiu mentalmente”. [...] O arquiteto não só modifica a forma que lhe foi dada pela natureza, dentro das restrições impostas pela natureza, como também realiza um plano que lhe é próprio,

²¹³ BROUGÈRE, Gilles – *Jogo e Educação* – pg. 26 – Ed. Artes Médicas, 1998

²¹⁴ HUIZINGA, Johan – *Home Ludens*, pg. 3 – Ed. Perspectiva - 2001

²¹⁵ idem, pg. 4

definindo os meios e o caráter da atividade aos quais ele deve subordinar sua vontade”²¹⁶.

Sob esse ponto de vista, o jogo ganha uma dimensão humana, pois o seu sistema de regras é mentalmente sistematizado permitindo a formulação de diferentes táticas e estratégias para alcançar um objetivo. Mas esse poder de mover novos processos não significa um pleno domínio sobre os resultados que deveriam ser obtidos conforme o planejamento original. O jogo envolve infinitas possibilidades e, depois de lançado, independe da vontade exclusiva dos jogadores. Neste aspecto, o companheiro intelectual de Marx, Engels, oferece uma decisiva contribuição:

“Aos olhos da filosofia dialética, nada é estabelecido por todos os tempos, nada é absoluto ou sagrado. Vê-se em tudo a marca do declínio inevitável; nada resiste exceto o contínuo processo de formação e destruição, a ascensão interminável do inferior para o superior – um processo do qual a filosofia não passa de uma simples reflexão do cérebro pensante”²¹⁷.

Até esse ponto a interpretação marxista da história tem grande identidade com a teoria dos jogos. No entanto, quando se defronta com o conceito de progresso há um distanciamento, sendo inevitável reconhecer que neste aspecto houve uma incorporação da crença na inexorável capacidade de planejamento técnico e do racionalismo. Walter Benjamin alertou para isso lembrando que o enfoque exclusivo nos sistemas de aperfeiçoamento técnico e de controle da capacidade transformadora da vontade humana, revelam uma concepção positivista cujo *“...interesse se dirige apenas aos progressos na dominação da natureza, e não aos retrocessos na organização da sociedade*”²¹⁸. Georges Friedmann (*La crise du progrès*, 1936) foi além, argumentando que o marxismo não só incorporou, como levou adiante a idéia de progresso formulada no século XVIII²¹⁹. Um reflexo desta certeza na capacidade inventiva da ciência foi o

²¹⁶ in. VYGOTSKY, *A Formação Social da Mente* – introdução – Ed. Perspectiva - 2001

²¹⁷ ENGELS, Friedrich, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia alemã* – Ed. Alfa Omega, in *Obras Escolhidas* - 1977

²¹⁸ BENJAMIN, Walter – *Sobre o Conceito de História*, pg. 228 – in *Magia e Técnica, Arte e Política* – Ed. Brasiliense, 1985

²¹⁹ in. BOTTOMORE, Tom – *Dicionário do Pensamento Marxista*, pg. 303 – Jorge Zahar Editor – 1988. Em uma nota no fim da introdução aos *Grundrisse*, Marx escreve textualmente: *“...o desenvolvimento completo das potencialidades humanas depende do pleno desenvolvimento do domínio humano sobre as forças da natureza”*.

histórico distanciamento das economias socialistas de uma preocupação mais ecológica. Ou seja, a planificação econômica era definida sem que se levasse em conta uma série de variáveis. Não é o caso de nos estendermos na análise do pensamento filosófico na economia socialista, afinal estamos tratando de jogo e brincadeira, mas apenas como exemplo podemos lembrar desastres ecológicos como o da usina nuclear de Chernobyl, a desertificação do mar de Aral (resultante do sistema de irrigação da agricultura no Cazaquistão) e os exageros do *Grande Salto à Frente* (1958) como a idéia de criar micro usinas siderúrgicas nas comunas agrícolas da China que aproveitava até panelas e caçarolas como matéria prima para fundir aço em fornos de fundo de quintal. E imensas áreas agrícolas da China tomaram contato com a modernidade a partir da poluição por carvão.

Mas esses equívocos (aberrações) não são exclusividade do socialismo, muito pelo contrário, apenas começamos por ele para demonstrar o quanto o jogo desandou e, no caso dos Estados socialistas, a maioria deles pagou com a sua própria existência. O capitalismo também é pródigo de exemplos desastrosos que foram resultado de uma convicção e certeza em um caminho de progresso que ao final só nos leva ao inferno. As pessoas com poder de decisão definem um caminho econômico sem levar em conta todas as diferenças e regras que envolvem um jogo. A diferença em relação ao socialismo é que no caso do capitalismo nem há preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, pois o sistema apenas se submete à lógica do lucro. Mas para não desnivelar o jogo é bom também oferecer alguns exemplos. Na década de 1950 os Estados Unidos realizaram testes nucleares em seu próprio território, no deserto de Nevada, não muito distante de centros urbanos²²⁰, e o uso abusivo dos combustíveis fósseis, a prioridade para os carros, a liberação de CFC e os buracos na camada de ozônio. No momento, acontece a luta pelo cumprimento do (tímido) Protocolo de Kyoto (que mesmo assim os países ricos recusam-se em cumprir, notadamente o governo norte-americano) ou a polêmica em torno dos transgênicos, da clonagem... São tantos e tão atuais os exemplos que nos dispensamos (em um misto de preguiça e desalento) de um exercício histórico mais detalhado. Mas antes de ir em frente, vem-nos a recordação de *Doutor Fantástico*, filme de Stanley Kubrik, onde o poder da ciência transforma-se em medo. Esses são jogos de adultos, onde poucos decidem, mas todos participam, inclusive os que irão nascer.

²²⁰ Um filme de Hollywood com título bem poético, *Céu Azul*, mostrou os preparativos para a explosão sobre a ótica de uma estudante colegial moradora do estado de Nevada. Ao final do filme toda família sai de casa para ver aquele imenso cogumelo, azulando o céu, pura invenção da engenhosidade humana.

Uma maior percepção da lógica dos jogos permitiria entender que quando ele é desencadeado novos processos se põem em movimento. E esta é uma necessidade que as pessoas do século XIX terão cada vez mais presente:

“Viver no universo da alta modernidade é viver num ambiente de oportunidade e risco, concomitantes inevitáveis de um sistema orientado para a dominação da natureza e para a feitura reflexiva da história”²²¹.

É o que Anthony Giddens define como “*um mundo de deslocamentos e incertezas, um ‘mundo fugitivo’*” onde a imprevisibilidade cada vez mais envolve a realidade. Uma “*incerteza manufaturada*” em que o risco é resultado da intervenção humana, na natureza e na vida social, havendo muito mais um “*controle de danos*” e “*reparo*” do que propriamente um domínio sobre os processos²²². E a cada movimento vai surgindo uma nova rede de relações humanas e destas com a natureza. Depois disso ninguém mais consegue controlar suas ramificações e desdobramentos. Como desafio do jogo e deste como componente do lazer, devemos estimular as pessoas a conquistarem o máximo possível de autonomia de ação e de reinterpretação da realidade de modo que elas sejam capazes de sobreviver e forjar suas vidas em um mundo cada vez mais incerto. Essa é a impoderabilidade do jogo, que também podemos chamar de história.

²²¹ GIDDENS, Anthony – *Modernidade e Identidade*, pg. 104 – Jorge Zahar Editores, 2002

²²² GIDDENS, Anthony – *Admirável mundo novo: o novo contexto da política-* in. Reinventando a Esquerda (David Miliband – org) pg. 37 – Editora UNESP, 1997

Reprodução social, lazer e educação

Nelson Marcellino propõe um novo “jogo do saber”²²³ “...onde se exercite a recusa das velhas regras ditadas, que de tão frágeis e absurdas precisam ser impostas a cada geração, fornecendo-lhes o alibi para o conformismo”²²⁴. Em seu trabalho ele refere-se especificamente à escola, mas aqui vamos tratar dessa relação entre lazer e educação de um modo mais abrangente.

Primeiramente é preciso deixar claro que não se trata de simplesmente instrumentalizar o lúdico, um equívoco muito comum, de caráter funcionalista, que também se aplica ao lazer, como já falamos anteriormente. O jogo não pode ser visto apenas como uma forma agradável de inculcar uma cultura estabelecida, como se houvesse um mundo pronto, com ordens e normas a serem seguidas. Pelo contrário, o papel do jogo é o de valorizar a cultura dos participantes, no caso da criança permitindo que ela se perceba como reprodutora de cultura²²⁵ e no caso das classes populares, assumindo uma conduta de respeito ao seu saber ao mesmo tempo em que se questiona os valores e condutas tidos como superiores. Este seria um jogo em que se detona “...um processo irreversível de questionamento criativo do ‘jogo da realidade’, fundamental para o processo educativo na escola e fora dela, na sociedade como um todo”²²⁶.

Para ser eficiente, esse “jogo do saber” deve ser praticado ludicamente e apresentar uma crítica da realidade (não é o que víamos no carnaval?) constituindo-se em um espaço de resistência, conforme Thompson já apontou em *Costumes em Comum*. Esse jogo precisa ser mediado, é claro, e essa mediação deve ser feita por agentes (sejam professores, artistas, gestores, intelectuais, ou agentes da comunidade) que tenham condições de estabelecer um diálogo e tensão entre diferentes valores e culturas. Se enlameando dessa cultura, indo ao “húmus”, como propunha Gramsci, estaremos desenvolvendo uma práxis contra-ideológica, de gestação de uma nova consciência social.

²²³ Nelson Marcellino é uma das principais referências teóricas sobre o lazer em atividade no Brasil. Como professor da UNICAMP, criou o grupo de estudos em políticas públicas em lazer influenciando toda uma nova geração de gestores públicos. Essa ação resultou em políticas efetivas, como nas cidades de Porto Alegre, Belém, São José dos Campos e Caxias do Sul, além do estado do Mato Grosso do Sul, que desenvolve uma experiência bastante original. A influência do professor Marcellino vai da organização de Seminários nacionais com a publicação coletânea de ensaios e artigos, que hoje são referência na área além de sua especial contribuição para o aprofundamento teórico sobre a relação entre lazer e Educação.

²²⁴ MARCELLINO, Nelson – *Pedagogia da animação*, pg. 94 – Papyrus Editora, 2003.

²²⁵ Florestan Fernandes desenvolve um original estudo sobre a cultura infantil (*As trocinhas do bom Retiro*), que foi escrito em 1940. Neste trabalho, publicado na Revista do Arquivo Municipal ele demonstra que a transmissão de culturas, jogos e brincadeiras – e neles embutidos uma série de valores e preconceitos- ocorre no próprio círculos das crianças, onde as ligeiramente mais velhas passam os seus conhecimentos para as mais jovens.

²²⁶ MARCELLINO, Nelson – *Pedagogia da Animação*, pg. 95 – Papyrus Editora, 2003.

Walter Benjamin apontava que a verdadeira essência da educação tem que ser a observação. Não existe nenhum momento mais propício à observação que o lazer, no sentido de um ócio contemplativo, uma atitude de “*parar para pensar*”. Quando a pessoa se encontra consigo mesma ela se situa na realidade social e assim ganha condições de enfrentar a realidade, rompendo com uma determinada situação ou a assimilando, a depender dos interesses e posicionamentos em jogo. Mas pelo menos que essa atitude seja a partir de um ato consciente e não uma simples reprodução do estabelecido.

*“O rei está rodeado de pessoas que só pensam em diverti-lo e em impedi-lo de pensar em si mesmo. Porque se pensa em si mesmo, é infeliz, por mais rei que seja”*²²⁷.

Em um ciclo de palestras promovido pela Secretaria de Esportes e Lazer de São Paulo²²⁸, o rapper Mano Brown levantou um pensamento semelhante. O objetivo do ciclo de palestras “*Fazer Acontecer*” era o de ligar o Estado, a gestão pública, à mobilização reflexiva na sociedade, particularmente os jovens. Com essas atividades se pretendia (se pretende) gerar uma política que permita às pessoas e grupos que assumam aquilo que acham justo, que *façam as coisas acontecer*. Dessa forma Mano Brown expressou o seu sentimento em relação à consciência das coisas:

“Eu preferia ser como alguns ‘manos’ da periferia que só vivem falando de futebol ou nas ‘minas’ que vão pegar no fim de semana. Eles são mais felizes porque não ficam preocupados com os outros, nem com eles mesmos. Quando a gente começa a perceber o que está em volta, vai ficando com raiva, infeliz, tentando entender porque as coisas são daquele jeito”.

Esse deveria ser o papel do lazer em um sentido humanista, libertador: possibilitar a parada, a reflexão e fazer isso com brincadeira, fantasia e jogo. E é claro que a partir de uma infelicidade inicial, de um sentimento de impotência, vai surgindo a felicidade da descoberta de

²²⁷ Blaise Pascal (*Pensamentos*, pg. 72) Apud MARCELLINO, Nelson – *Lazer e Educação*- pg. 41- Papyrus Editora, 2002

²²⁸ Em 2003 o Departamento de Lazer da Prefeitura de São Paulo realizou 10 palestras com Mano Brown, Fernando FF (escritor e ex-presidiário) e Paulo Magrão (produtor cultural do distrito do Capão redondo). O tema das palestras era *Fazer Acontecer* e o público alvo, jovens da periferia da cidade. Ao todo participaram 2.000 jovens, entre rapazes e moças (a citação de Mano Brown é resultante de uma anotação em uma das suas palestras).

que é possível mudar essa realidade. Como vimos há pouco, Anthony Giddens aponta que vivemos em um mundo de alta reflexibilidade e que, em um mundo assim, o indivíduo “...*deve alcançar um certo grau de autonomia de ação como condição para ser capaz de sobreviver e forjar uma vida*”. Isso implica em consciência e autonomia, mas autonomia não é egoísmo e pressupõe “*reciprocidade e interdependência*”²²⁹. O lazer, com suas expressões lúdicas e de jogo aliadas à ociosidade contemplativa, pode cumprir este papel de reparar solidariedades, criando uma *confiança ativa* de responsabilidade social e pessoal. Marcellino considera que:

*“...só tem sentido se falar em aspectos educativos do lazer, se esse for considerado, como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social. Em outras palavras: só tem sentido se falar em aspectos educativos do lazer, ao considera-lo como um dos campos possíveis da contra-hegemonia”*²³⁰.

Essa é uma atividade em constante tensão e implica na subversão de valores. E valores não mudam com rapidez. Os valores são cultivados e reproduzidos pelo sistema de ensino, pelos meios de comunicação e pela própria difusão de usos e costumes. É a partir destas estruturas de reprodução social que se reproduz a “*estrutura das relações de força e das relações simbólicas entre as classes, contribuindo assim para a reprodução da distribuição do capital cultural entre as classes*”²³¹. Ou seja, não basta apenas “*oferecer*” produtos culturais ou expressões artísticas mais elaboradas, é preciso tocar, encantar as pessoas, fornecer-lhes ferramentas para que adquiram um novo repertório cultural, pois:

“...o legado de bens culturais acumulados e transmitidos pelas gerações anteriores, pertence realmente (embora formalmente seja oferecido a todos) aos que detêm os meios para dele se apropriarem, quer dizer, que os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais (ao lado das satisfações

²²⁹ GIDDENS, Anthony, *Admirável mundo novo: o novo contexto da política* – in. Reinventando a Esquerda (David Miliband, org) pg. 47 – Editora UNESP, 1997

²³⁰ MARCELLINO, Nelson, *Lazer e educação*, pg. 63 – Papirus Editora, 2002.

²³¹ BOURDIEU, Pierre – *A Economia das trocas simbólicas*, pg. 295 – Ed. Perspectiva, 2001

simbólicas que acompanham tal posse) por aqueles que detêm o código que permite decifra-los”²³².

Desde julho de 2001 a Prefeitura de São Paulo desenvolve um programa chamado *Recreio nas Férias* (vide anexo). Por uma semana crianças da rede pública de ensino (já foram realizadas 5 edições sendo que a última, julho de 2003, contou com 215.000 inscritos) participam de pólos de férias e fazem visitas a museus, teatros, parques e centros esportivos e culturais. Com a recorrência dessa atividade, vai se introduzindo o elemento lúdico na educação, bem como as crianças vão conquistando espaços formalmente oferecidos a todos, mas que contemplam barreiras invisíveis, que impedem que a maioria da população se aproprie deles. O *continuum* desta atividade pode transmitir novos códigos e assim possibilitar a apropriação pública da cidade pelo lazer.

Além da ampliação do repertório cultural das pessoas, é preciso levar em conta a própria atitude delas em relação à apropriação desses bens, se ativa ou passiva. Mas a própria definição de ativo ou passivo é relativa, estando eivada de preconceitos. Quem é o juiz para definir sobre a ação alheia? Ir ao cinema, sentar-se numa sala escura e deixar-se levar por um filme; será que é uma atitude totalmente passiva? Ou ir a um recital, um concerto de música barroca; é apenas uma atitude de audiência? Alguém imagina um vibrante espetáculo de futebol sem a torcida no estádio?

Comumente se associa o lazer ativo ao ato de fazer (tocar um instrumento, cuidar de um jardim) ou à reflexão (ler um livro). Mas sob uma idéia assim, o assíduo freqüentador de concertos sinfônicos estaria para sempre classificado como o praticante (mas prática não é necessariamente ativa?) de um lazer passivo. Joffre Dumazedier aponta que:

“...a atitude ativa e a atitude passiva não se opõem de modo absoluto. Existem, sim, situações nas quais há pontos dominantes que variam de acordo com os indivíduos e as circunstâncias, obedecendo um ‘continuum’, que deveria se medido por escalas de intensidade”²³³.

²³² BOURDIEU, Pierre – *A Economia das trocas simbólicas*, pg. 297 – Ed. Perspectiva, 2001

²³³ DUMAZEDIER, Joffre – *Lazer e cultura popular*, pg. 257 – Ed. Perspectiva, 2001

Ele classifica essas atitudes em: *elementar ou conformista; média ou crítica; superior ou inventiva*. A atitude ativa implicaria em uma *participação consciente e voluntária na vida social (...) acompanhada de um desejo de assumir em todos os níveis, um grau variável de responsabilidade na vida do grupo*. Essa atitude é seletiva e pressupõe uma insubmissão às práticas rotineiras e às idéias preconcebidas exigindo sempre um progresso pessoal livre, equilibrando repouso e distração e *o desenvolvimento contínuo e harmonioso da personalidade*. Desta forma a atitude ativa é: *um conjunto de disposições físicas e mentais suscetíveis de assegurar o desabrochar ‘optimum’ da personalidade, dentro de uma participação ‘optima’ na vida cultural e social*²³⁴. Em outras palavras, a reciprocidade e interdependência necessárias a reparar *as solidariedades danificadas* associando *confiança ativa* a um sentimento de renovação *da responsabilidade pessoal e social para com os outros*²³⁵.

Sem dúvida, o lazer é parte fundamental entre as grandes necessidades sociais de nosso tempo. E uma outra forma de percebê-lo e uma outra atitude se fazem necessárias, pelo menos se quisermos caminhar no sentido da civilização e não do egoísmo e da barbárie. Esse deveria ser o sentido do lazer aliado-o à educação da sociedade e à construção de uma nova cultura voltada para a paz e o entendimento humano.

²³⁴ DUMAZEDIER, Joffre – *Lazer e cultura popular*, pg. 257/258 – Ed. Perspectiva, 2001

²³⁵ GIDDEENS, Anthony – *Admirável mundo novo*, pg. 47 – in. *Reinventando a Esquerda* - Ed. UNESP, 1997.

Capítulo III

NA TRILHA DE MACUNAÍMA

Ai! que preguiça...

O brilho inútil das estrelas

Quando a Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo apresentou uma pesquisa sobre a origem da população carcerária do estado, muitas pessoas se espantaram. O senso comum indicava que essa população marginal vinha de outros estados, de outros cantos do país, mas para espanto geral 70% da população carcerária havia nascido em São Paulo.

A imagem da preguiça associada à criminalidade sempre foi imputada aos “de fora”, pessoas com hábitos diferentes, de lugares desconhecidos, sem referências sobre suas famílias e amizades, com hábitos e gostos exóticos. No último quarto do século XX, essa associação foi estabelecida, principalmente, em relação aos brasileiros do nordeste, gente preguiçosa (deve dar uma preguiça assentar tijolos no alto de um prédio depois de enfrentar horas na condução; mesmo assim os edifícios são erguidos, cada vez maiores) que veio para São Paulo com o objetivo de ganhar muito dinheiro. “-*Meu filho, cresce depressa pra você ir pra São Paulo ganhar muito dinheiro*”, recomendava o esperto Macunaíma ao filho que teve com Ci, a Mãe do Mato. E como um centro que recebeu grandes migrações, sempre os que chegam por último (normalmente de pele escura), são os que carregam a marca preguiça:

“Uma feita a Sol cobrira os três manos duma escaminha de suor e Macunaíma se lembrou de tomar banho. [...] Então Macunaíma enxergou numa lapa bem no meio do rio uma cova cheia d’água. [...]

Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho pra indiada brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco louro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas.

Nem bem Jiguê percebeu o milagre, se atirou na marca do pezão do Sumé. Porém a água já estava muito suja da negrura do herói e por mais que Jiguê esfregasse feito

maluco [...] só conseguiu ficar da cor do bronze. Maanape então foi se lavar [...] Tinha só um bocado lá no fundo e Maanape conseguiu molhar só a ponta dos pés e das mãos. Por isso ficou negro”.

A epopéia de Macunaíma apenas traduziu uma das muitas histórias sobre as raças do mundo, todas contadas inocentemente pelas avós aos seus netos. E os que chegam por último vão se amontoando onde dá, muitas vezes se acomodando pelas ruas: vagabundos, prostitutas, mendigos, crianças sem rumo. Gente desconhecida, suja, perigosa, um monte de crianças sem ninguém, como se tivessem brotado da rua em geração espontânea, fumando crack, cheirando cola de sapateiro. Na década de 1990, uma região de São Paulo, nas imediações do antigo bairro da Luz, passou a ser conhecida como “*Cracolândia*” (terra do crack), um lugar de crianças e adolescentes praticando pequenos furtos para alimentar seu vício, que depois se estendiam pelas calçadas e por lá ficavam.

E a crise econômica prolongada, faz com que cada vez mais gente tenha por única opção viver nas ruas: flanelinhas, catadores de papel e latinhas de alumínio, vendedores ambulantes, mendigos, hippies maltrapilhos, adolescentes que aprenderam malabarismo em projetos sociais²³⁶ e que agora tentam ganhar a vida com pequenas demonstrações, dando plasticidade ao “espetáculo da pobreza”²³⁷. O arrocho salarial tem sido tão intenso que até pessoas empregadas, mas com baixos salários, começam a se habituar a ir para casa apenas aos finais de semana. Seu salário não lhes permite pagar uma(s) passagem(s) em transporte coletivo para o caminho entre a casa, o trabalho e a casa, precisam economizar e só conseguem estar com a família aos finais de semana. Uma vida nas ruas, gente preguiçosa, desconhecida, inútil. Mas será que são realmente inúteis?

Em 2000, o serviço de coleta seletiva do Sistema de Limpeza Pública da cidade de São Paulo, recolhia 0,2% do lixo da cidade. Os catadores de papel, os carroceiros e moradores de rua, freqüentemente vistos como mendigos e vagabundos, recolhiam e vendiam para reciclagem

²³⁶ Desde o final da década de 1980, um projeto do governo do estado de São Paulo passou a oferecer escolas de circo para crianças em áreas carentes. Sem dúvida foi um projeto de vanguarda, introduzindo o lúdico como elemento de inclusão social. Desde então vários circos escola foram abertos junto a áreas de grande concentração de crianças em situação de risco. O projeto envolve motricidade, equilíbrio, “tira as crianças das ruas” (um conceito discutível, mas recorrente em programas sociais para crianças e jovens) sob uma perspectiva da cultura e não da formação para o trabalho. Mas, e depois? Qual a perspectiva que a sociedade apresenta para essas crianças que vão crescendo? Sem crescimento econômico e a distribuição da riqueza gerada, os programas de inclusão social podem resultar em malabarismos nas esquinas; e apenas isso.

²³⁷ Conforme definição de Stella Bresciani

10% de tudo que a cidade jogava fora. Com latas de alumínio, a reciclagem ultrapassava 80%²³⁸. Ainda não se fez um estudo de quanto essa “vagabundagem” representa em economia para os cofres públicos, mas ela é significativa e podemos estima-la em, no mínimo, cinquenta milhões de reais/ano, 10% do que o município de São Paulo gasta em contratos de limpeza pública²³⁹, além do aumento da vida útil do aterro sanitário da cidade, permitindo que a cidade economize ainda mais. A “vagabundagem” dos catadores de papel toma conta das ruas centrais da cidade, homens puxando carroças com carga de centenas de quilos, e também mulheres, envelhecidas pela vida na rua, ou moças bonitas com o rosto camuflado de sujeira. Esses catadores também são acompanhados por cachorros e crianças; muitas crianças a auxiliam em sua jornada preguiçosa.

Nas imediações da avenida Paulista o início da noite ganha um intenso fluxo com esses carrinhos improvisados, são catadores recolhendo sacos cheios de papel jogados fora após um dia de trabalho nos escritórios da avenida símbolo de São Paulo. E esse movimento também gera empregos formais, renda, impostos, economia de energia elétrica²⁴⁰. Mesmo assim são pessoas invisíveis, gente de dar medo “...melhor seria se esse populacho não existisse”, ou então “...que voltassem em sua terra natal e, quem sabe, a violência diminuiria”²⁴¹. Essas são opiniões recorrentes dos paulistanos que vivem há mais tempo na cidade e fazem parte da própria composição do raciocínio médio, refletindo o modo com que percebem a realidade social, em que a preguiça é sempre um pecado atribuído aos “outros”, principalmente quando não se conhecem os “outros”.

Stella Bresciani lembra que Paris e Londres, no século XIX, viveram situação semelhante à que presenciamos em São Paulo. Desde o final do milagre brasileiro, onde uma multidão sem emprego ou estatuto de cidadania foi ficando à parte da sociedade (tanto em termos de direitos que lhes são negados, como em termos de possibilidade de controle), este *populacho* vai causando cada vez mais incômodo aos cidadãos estabelecidos:

²³⁸ Dados Latasa

²³⁹ Dados Limpurb - 2000

²⁴⁰ A quantidade de energia elétrica necessária para a transformação de uma lata de alumínio reciclado em uma nova lata é de 20% do utilizado na transformação de bauxita em alumínio e atualmente o ciclo de retorno do alumínio reciclado é de apenas 35 dias.

²⁴¹ No início do governo Lula, o ministro da Segurança Alimentar, ao discursar para empresários paulistas, refletiu bem essa maneira de pensar do cidadão comum de São Paulo e de outros grandes centros. Certamente foi um equívoco retórico e por isso mesmo ele se desculpou no dia seguinte, mas seu discurso foi claro ao associar o aumento da criminalidade com migração.

“...esse povo completamente anônimo, mereceu o cognome de ‘população’, este vasto residuum, que se desloca para onde quer”²⁴².

Ao incômodo, e não só incômodo, mas também medo, a sociedade londrina respondia com as Casas de Trabalho, “*workhouses*”²⁴³ oferecidas na forma de caridade, onde o trabalho purgaria os vícios do ócio, da fraqueza da alma. Lugares...

“...pouco atraentes para que seus ocupantes procurassem sair de lá o mais rápido possível. Não deviam se sentir confortados em suas instalações, a vida em família e a boa refeição representam privilégios, a merecida recompensa aos que ocupam seus dias com o trabalho produtivo”²⁴⁴.

Essa caracterização das *workhouses* não é uma exclusividade da revolução industrial inglesa. No livro *Parque Industrial*, Patrícia Galvão, a Pagu, militante comunista, assim descreve uma manhã de segunda feira nas tecelagens paulistas da década de 1930:

*“Na grande penitenciária social dos teares se elevam e marcham esgoelando.
Bruna está com sono. Estivera num baile até tarde. Pára e aperta com raiva os olhos ardentes. Abre a boca cariada, boceja. Os cabelos toscos estão polvilhados de seda.
-Puxa! Que este domingo não durou...Os ricos podem dormir à vontade.
-Bruna! Você se machuca. Olha as tranças!
É o seu companheiro de perto.
O chefe da oficina se aproxima, vagaroso, carrancudo.
-Eu já falei que não quero prosa aqui!
-Ela podia se machucar...
-Malandros! É por isso que o trabalho não rende! Sua vagabunda!*

²⁴² BRESCIANI, Maria Stella – *Londres e Paris no século XIX, o espetáculo da pobreza* – p. 40 – Ed. Brasiliense

²⁴³ No capítulo VIII de *O Capital*, Marx apresenta o conceito das *workhouses*, apresentado por um dos seus idealizadores, Eckart: “É necessário tornar tal casa uma casa de terror (*house of terror*). Nesta época ‘casa de terror’, nesse ‘ideal de trabalho’, devem ser trabalhadas ‘14 horas diariamente, inclusive porém o tempo adequado para as refeições, de modo que restem 12 horas completas de trabalho”. As *workhouses* objetivavam “...a extirpação da preguiça, da licenciosidade e das divagações românticas” assim como “para a redução da taxa de pobres, para o incentivo do espírito da indústria e rebaixamento do preço do trabalho nas manufaturas”. (*O CAPITAL*, vol. I , pg. 219) Ao menos os seus idealizadores eram bem sinceros.

²⁴⁴ BRESCIANI, Maria Stella – *Londres e Paris no século XIX, o espetáculo da pobreza* – p. 46 – Ed. Brasiliense

*Bruna desperta. O moço abaixa a cabeça revoltada. É preciso calar a boca!
Assim em todos os setores proletários, todos os dias, todas as semanas, todos os anos.
Nos salões dos ricos, os poetas lacaios declamam:
-Como é lindo o teu tear!”*

Esse processo de responsabilização dos deserdados apenas se agravou. Além de haver diminuído a oferta de trabalho em oficinas e teares. Mas a responsabilização, inclusive de crianças, por sua própria má situação continua sendo um componente do jeito, da maneira de ser, do próprio comportamento social de grande parte dos cidadãos de São Paulo e se reflete em opiniões descompromissadas, em pequenos gestos que podem ser observados nos cruzamentos de trânsito.

Quando os carros param em um sinal fechado, os motoristas, e as motoristas, assumem um comportamento que mistura indiferença e medo: apressam-se em subir o vidro da janela de seus carros (muitos nem precisam subir o vidro, pois, prevendo esse incômodo, já compram carros com ar condicionado e até mesmo blindagem), como se aquela fina camada de vidro representasse uma proteção contra a feia visão da cidade, bem como de possíveis ataques. Enquanto os veículos estão parados, uma multidão de miseráveis vende balas, pede esmolas, oferece serviços de limpeza de pára-brisas (que até geram uma tecnologia, com um pequeno rodo de mão, uma esponja acoplada no lado oposto e uma garrafa plástica vazia funcionando como uma bisnaga com água e detergente). Também existem os preguiçosos que preferem exercitar o corpo correndo entre carros parados. Assim que o sinal fecha distribuem saquinhos com balas e doces, em sua maioria de baixa qualidade. Um pequeno recorte de papel em fotocópia acompanha os saquinhos. Diz o texto:

“...estou desempregado, tenho quatro filhos. Prefiro estar vendendo do que roubando”.

São pequenas variações, mas o sentido é sempre o mesmo, um não muito sutil alerta de que na próxima vez ele pode circular entre os carros, não mais para vender, mas para assaltar. Os saquinhos são colocados no espelho retrovisor externo e eles voltam em disparada recolhendo os saquinhos ou então o dinheiro, normalmente um real. O semáforo dá sinal verde, os motoristas respiram aliviados, os carros começam a andar (os motoristas prefeririam correr, mas o grande

volume de carros faz com que a partida seja bem lenta) e aqueles homens e adolescentes (e, em menor quantidade, mulheres e crianças, pois a atividade exige força física) continuam se exercitando nas avenidas da cidade. Pouco mais adiante um novo semáforo. E o espetáculo se repete.

Desvalidos na rua, gente assustada nos carros, ou então com raiva, raiva de uma miséria que é exposta escancaradamente. Muitos motoristas até reservam algumas moedas para se livrarem rápido dessas imagens. Outros vivem minutos de pavor, algumas vezes nem um minuto completo, apenas segundos, mas que parecem horas em que estão imobilizados no trânsito, sentindo medo da gente que se aproxima de seus carros. A idade dessa gente preguiçosa? Pouco importa, são tantos, de velhos a crianças, muitas crianças. Crianças de doze, oito,...quatro anos, todas assustando senhores e senhoras nos cruzamentos e esquinas da cidade. Décadas de estagnação econômica em uma sociedade historicamente excludente, produziram um cenário de profunda insensibilidade (ou insensatez) social onde os adultos, antes de amparar crianças, tem medo delas.

E o espectro dos preguiçosos e desocupados reaparece a cada esquina.

Um preguiçoso para cada época

Mário de Andrade imortalizou as primeiras palavras de Macunaíma, “*herói de nossa gente*”, com a exclamação: “*Ai! que preguiça!...*”; Monteiro Lobato também tratou do tema, mas neste caso desdenhando Jeca Tatu, o caipira indolente, que “*de qualquer jeito se vive*”, atormentado por bichos do pé, devorado por vermes²⁴⁵. Esses registros literários, em forma de sátira ou de condenação, expressam (mesmo passados 80 anos da publicação dessas obras literárias, seria impróprio conjugar o verbo no tempo passado) uma opinião corrente, um imaginário social presente nos muitos momentos da história do Brasil. De um lado a preguiça como fraqueza da alma, fonte de males, de outro, a preguiça transformadora, o ócio criativo do brasileiro.

No início da dominação portuguesa, os colonizadores encontraram por aqui uma sociedade de recusa do trabalho, provocando um misto de admiração e escândalo com a nudez do

²⁴⁵ Posteriormente Monteiro Lobato se redime da imagem criada para o caipira: “*Quando sarei, quando comecei a sentir em todo o seu horror o horror da miséria humana (de que o Jeca não passa de umilde ilustração) era tarde – minha obra literária já havia criatalizado e morto estava meu interesse pelas letras*” (O arrependimento de Lobato, publicado no Estado de São Paulo – 11//07/1948) in *Monteiro Lobato – furacão na Botocúndia* – Ed SENAC - 1997

índio preguiçoso (e saudável, e robusto, e feliz...). Talvez por isso os colonizadores se dedicaram com tanto afincado à evangelização do gentio: caçando-os, escravizando-os, livrando-os do reino do pecado, oferecendo-lhes o mundo do trabalho. Convertendo índios do sertão, os paulistas encontraram o seu primeiro ciclo econômico antes teve a produção de marmelada, mas não produziu tanto lucro), apresentando sua entrada (e também bandeiras e monções) na história. Com o tempo a imagem negativa da preguiça se transfere para o negro, principalmente após a abolição. Os bandos de negros sem trabalho, expulsos das fazendas de café, vagando nas estradas, habitando os bairros pobres dos extremos das cidades grandes, vivendo de biscates, inventando a capoeira, e a feijoada, e o samba....

Em 1914, por ocasião da apresentação do projeto de implantação do futuro Parque Dom Pedro II, em São Paulo, o prefeito da cidade, sr. Washington Luis, expressa muito bem a opinião média dos paulistanos em relação às populações de ex-escravos ou descendentes e que se dirigiam cada vez mais para a cidade, associando-as à vagabundagem, à preguiça e ao perigo:

“É ahi que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetas do Tamanduatehy, pelas arcadas das pontes, pela vegetação em moitas, pela ausência de iluminação, se reúne e dorme e se encacha à noite, a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos innominaveis e vencidos de todas as nacionalidades, e em todas as edades, todos perigosos”²⁴⁶.

Essa imagem de “negros vagabundos”, bem como de “vencidos de todas as nacionalidades”, “todos perigosos”, foi amplamente difundida nas colunas sociais da época (“Última Hora” do *Diário da Noite* e “Notícias” de *O Estado de São Paulo*) e refletia a insegurança da população e o medo dos novos povos que chegavam. Nesta época São Paulo passava por uma contínua explosão demográfica, tendo crescido 270% no curto período de apenas 10 anos, entre 1890 (65.000 habitantes) e 1900 (240.000), nos vinte anos seguintes a população havia mais que dobrado (580.000 habitantes) e até 1940 essa população mais que dobraria de novo (1.326.000). Eram pessoas novas chegando todos os dias, principalmente

²⁴⁶ Apud. KLIASS, Rosa – *Parques Urbanos de São Paulo* – pg. 115 - Editora PINI, 1993

imigrantes que compunham mais da metade da população de São Paulo²⁴⁷ e que se somariam à gente do interior, caipiras e ex-escravos. Na atualidade, o paulistano médio associa criminalidade e vagabundagem à onda migratória, aos nordestinos e negros, que provavelmente devem ter vindo de algum lugar, mas certamente de fora de São Paulo, pelo menos gostariam que assim fosse. Em *Crime e cotidiano*, Boris Fausto analisa esse período:

“Nos anos 1920, a vida de muitos imigrantes que haviam desembarcado jovens em terra estranha nos últimos anos do século, para ‘fazer a América’, se definira para o bem ou para o mal. Na luta pela sobrevivência e pela ascensão social, famílias se desigualaram, convivências se romperam no espaço urbano. Os sonhos se realizaram para alguns e as ilusões se desfizeram para muitos (...) Os negros e mulatos foram cristalizados em sua maioria no subemprego ou nos empregos inferiores, não obstante sua convivência física com os brancos pobres”²⁴⁸.

Desta convivência física, foi nascendo uma nova gente, conforme podemos perceber na obra de Antônio de Alcântara Machado, *Brás, Bexiga e Barra Funda – notícias de São Paulo*. Esse filho de uma das mais antigas famílias paulistas também se juntou a Mário de Andrade e os modernistas e, sem a pretensão de aprofundar uma teoria sobre o seu povo, “*tenta fixar tão somente alguns aspectos da vida trabalhadeira, íntima e quotidiana desses novos mestiços nacionais e nacionalistas*”. *Brás, Bom Retiro e Barra Funda*, nos foi legado como um jornal (e não como livro) desta época permitindo que, conforme previsto pelo autor, a análise fosse desenvolvida pelos historiadores do futuro. Mas para tanto ele nos deixa registros, como o de Gaetaninho:

“Do consórcio da gente imigrante com o ambiente, do consórcio da gente imigrante com a indígena nasceram os novos mamelucos.

Nasceram os italianinhos.

O Gaetaninho.

A Carmela.

²⁴⁷ Em 1910, para uma população de 450.000 habitantes, 100 mil eram italianos, 40 mil portugueses, 40 mil espanhóis, 10 mil alemães e 5 mil sírios)

²⁴⁸ FAUTO, Boris – *Crime e cotidiano*

Brasileiros e paulistas. Até bandeirantes.

E o colosso continuou rolando”²⁴⁹.

Mas essa convivência não era fácil, e os brasileiros mais antigos, brancos da cidade, caipiras ou negros, assim se referiam aos novos trabalhadores:

“Carcamano pé de chumbo

Calcanhar de frigideira

Quem te deu a confiança

De casar com brasileira?”

E os imigrantes logo retrucavam:

“Hoje é dia de branco!”

A afirmação funcionava para demarcar diferenças de caráter entre eles, que pretendiam construir uma auto-imagem de dedicação e trabalho em oposição aos os caipiras da terra e aos negros, ex-escravos, gente preguiçosa, sem vontade de trabalhar. Como se o açúcar, e o ouro, e o café, tivessem brotado sem o suor do negro, apenas com a vontade do senhor; como se São Paulo não fosse resultado desse trabalho. Não obstante, o criminoso mais famoso da época, e pelas décadas seguintes, era um imigrante: Amleto Gino Meneghetti, o “*Gato do Telhado*”²⁵⁰. Mas ao mesmo tempo em que se referiam a si mesmos como virtuosos trabalhadores, os imigrantes italianos começaram a perceber o quão inútil era o seu esforço, pois a ilusão de “*fazer a América*” se desfez para muitos. E assim cantavam:

“Oh, vida apertada

não dianta fazer nada

pra que se esforçar

²⁴⁹ ALCÂNTARA MACHADO, Antônio – *Brás, Bom Retiro e Barra Funda, notícias de São Paulo* – Ed. Itatiaia, 2001

²⁵⁰ Meneghetti era uma espécie de Robin Hood paulistano, apesar de não constar nenhuma grande doação de seus roubos para os pobres, mas essa foi a sua fama. Anarquista por convicção, desafiava a polícia em fugas espetaculares e apenas roubava os ricos, sem nunca ter cometido atos de violência física.

se não vale a pena trabalhar...”.

Na Barra Funda, área de várzea e alagamento, às margens do Tietê, os brancos pobres se encontraram fisicamente com os ex-escravos e assim começam a compor uma nova cultura²⁵¹. A Barra Funda era, e continua sendo, um bairro pouco valorizado na cidade de São Paulo, no entanto sua localização, próxima da área central e das vias de acesso e do rio, fez com que houvesse uma confluência de populações pobres. Gente em busca de trabalho que, em seu tempo liberado, se entrelaçaram no samba (a Camisa Verde e Branca, uma das mais antigas escolas de samba de São Paulo é de lá), na várzea do rio, os times de futebol, daí o nome: futebol de várzea (Corinthians, Palmeiras, São Paulo e Portuguesa também nasceram assim). Do enlace, famílias se mestiçaram.

Tudo em pouco tempo. Cinquenta anos antes, os proletários brancos nem viviam nesse continente, deixaram a terra de nascimento (poderíamos dizer: deixaram a sua terra, mas a terra não era deles, pois na Itália do século XIX, o latifúndio ainda predominava; melhor dizer terra de nascimento), cruzaram o Atlântico (mais de 40 dias no mar, em completo desconforto). Primeiro foram para as fazendas de café, mas, percebendo que “*não valia a pena se esforçar*” em latifúndios ainda maiores que os da velha Itália. Deixaram a vida na colônia e ganharam a cidade.

A trajetória dos africanos teve mais tempo de Brasil. Antes de serem obrigados a deixar seu canto, foram arrancados de lá; o desconforto nos navios era maior, viajaram acorrentados, nos porões; muitas gerações viveram nas fazendas, famílias eram separadas quando, de repente, são emancipados do trabalho escravo (também podemos dizer de outra forma: os senhores de escravos foram emancipados do compromisso com suas peças que perdiam produtividade quando envelheciam e desta forma preferiram substituí-las por colonos assalariados²⁵²). Deixaram as fazendas em que passaram a vida e ganharam a cidade.

A barra do rio Tietê, em plena São Paulo, foi o primeiro ponto em que esses povos efetivamente se encontram:

²⁵¹ Outro bairro da cidade em que houve esse encontro foi o Bexiga. Outros bairros que concentravam imigrantes, como Brás, Mooca, eram mais homogêneos.

²⁵² O filme *Queimada*, de Gillo Pontecorvo (e a excelente trilha sonora de Enio Morriconi), fala do processo de independência de uma colônia portuguesa, a ilha fictícia de Queimada. Neste filme há uma passagem em que o enviado do almirantado britânico (representado por Marlon Brando) faz uma explicação sobre as vantagens do trabalho assalariado em relação à escravidão. A uma platéia de latifundiários, ele compara o trabalho escravo a uma esposa, que precisa ser mantida pelo marido mesmo quando perde seus encantos; em compensação, o homem pode utilizar-se de uma prostituta, pagando apenas pelo serviço utilizado, sem nenhum compromisso além, como com os assalariados. O filme foi censurado na década de 1970 e só pode ser visto ao final da ditadura militar.

“Antigamente, a barra do Tietê na região era muito funda – daí o nome do bairro. Nos últimos anos do século 19 a chácara foi loteada e, por estar próxima do centro e receber trilhos da São Paulo Railway em suas terras, cresceu rapidamente. Com os trilhos e os moradores vieram as indústrias, o que fez a região crescer depressa e desordenadamente. Uma parte da Barra Funda tornou-se bairro operário em que as epidemias de febre amarela, varíola e cólera eram constantes devido às más condições das moradias e aos freqüentes alagamentos do Tietê. Ao longo dos trilhos da ferrovia moravam os negros que trabalhavam no ensacamento das mercadorias produzidas pelas muitas fábricas da região. Estava na Barra Funda o Largo da Banana, onde os ensacadores vendiam os excedentes dos cachos. Foi no largo que se fundou uma das mais queridas escolas de samba de São Paulo – a Camisa Verde e Branca”²⁵³.

Mais que em outros bairros característicos de São Paulo, a Barra Funda presenciou o encontro simultâneo de diferentes povos, unindo a cultura de imigrantes pobres com a de escravos. E os seus descendentes continuam habitando o bairro, sendo comuns os casos de famílias que se mestiçaram. O Brás, por exemplo, foi um bairro tipicamente imigrante, com forte presença italiana, depois vieram os nordestinos, havendo uma substituição étnica, de culturas, com uma pequena comunicação entre elas; na medida que os migrantes chegavam, os italianos e seus descendentes iam se retirando, transferindo-se para a Mooca e outros bairros próximos. Assim também ocorreu no Bom Retiro, a própria atividade comercial, antes dominada por gregos e judeus, foi sendo transferida para coreanos e chineses; a mão de obra de imigrantes europeus foi substituída pela dos migrantes nordestinos, mais recentemente, por novos imigrantes, agora da América do Sul, em especial peruanos e bolivianos. No caso da Barra Funda, houve uma fusão, uma simbiose, facilitada pela própria configuração geográfica. Era preciso enfrentar os constantes alagamentos da várzea; como o poder público era ausente, foram criando redes de solidariedade entre vizinhos que moldaram o jeito ser daquela comunidade. Da solidariedade na adversidade ao encontro nas festas, a troca de experiências no Largo da Banana e a venda dos

²⁵³ In. PONCIANO, Levino – *Bairros Paulistanos*, pg. 24 – Ed. SENAC - 2001

excedentes dos cachos a *cinco bananas por tostão*²⁵⁴. Dando liga a esse encontro: o lazer, as rodas de samba, a escola Camisa Verde e Branca, o futebol na várzea do rio. Observando esse encontro de gente preguiçosa: Mário de Andrade, nascido e criado na Barra Funda.

Introdução a Macunaíma

“Assim, o sociólogo que estuda o Brasil não sabe mais que sistema de conceitos utilizar. Todas as noções que aprendeu nos países europeus ou norte-americanos não valem aqui. O antigo mistura-se com o novo. As épocas históricas emaranham-se umas nas outras. Os mesmos termos como ‘classe social’ ou ‘dialética histórica’ não tem o mesmo significado, não recobrem as mesmas realidades concretas. Seria necessário, em lugar de conceitos rígidos, descobrir noções de certo modo líquidas, capazes de descrever fenômenos de fusão, de ebulição, de interpretação, noções que se modelariam conforme uma realidade viva, em perpétua transformação. O sociólogo que quiser compreender o Brasil não raro precisa transformar-se em poeta”²⁵⁵.

Um dos fundadores da Universidade de São Paulo, Roger Bastide, francês que aqui chegou na década de 1930, junto com Claude Lévi-Strauss, após anos de tentativa em compreender o Brasil, aproximou-se bastante deste jeito meândrico e contraditório se ser. Era um admirador de Macunaíma.

“Não se pode encontrar um livro mais especificamente brasileiro que Macunaíma”, disse Bastide, identificando no livro “...uma selvageria lírica atropelando, com seu riso, uma civilização de importação”²⁵⁶ e comparando-o a Gargântua, de Rabelais, na construção de um herói popular com origem no folclore e que dá uma nova dimensão para os costumes, jeitos e

²⁵⁴ In. PUPO, Benedito Barbosa – *Cinco Bananas por tostão* foi o título de seu livro, que falava de um bairro com características semelhantes, a Vila Industrial, em Campinas (lembrando das *cinco bananas por tostão*, sendo uma pequena homenagem a este historiador já falecido)

²⁵⁵ BASTIDE, Roger – *Brasil terra de contrastes* –, pg. 15, DIFEL, 1964 (grifo nosso).

²⁵⁶ BASTIDE, Roger – *Macunaíma visto por um francês* – in. Revista do Arquivo Municipal – vol. 106 – janeiro de 1946

falares do povo²⁵⁷. E foi assim mesmo que Mário de Andrade procedeu, unindo campos geralmente separados, a magia e a razão.

Mário de Andrade se assumiu na função de rapsodo e reuniu minuciosamente as fantasias e histórias que compõem o imaginário de nossa gente da mesma forma que Homero reuniu as aventuras de Ulisses, as batalhas troianas e a alma do povo grego. Em *Macunaíma*, definida por Mário de Andrade como uma rapsódia brasileira, a (falta de) identidade dos brasileiros vai se revelando ao compasso da música (Mário de Andrade era musicólogo), na descrição de causos e personagens populares (Mário de Andrade era etnólogo), na desgeografização de territórios (Mário de Andrade foi turista aprendiz) e na destemporalização de histórias (Mário de Andrade foi narrador). A história nos apresenta um herói sobre-humano, *nascido no fundo do mato virgem* que tem, na busca da muiraquitã perdida, a construção de sua aventura. A obra foi escrita em seis dias, com o autor deitado em uma rede, trocando idéias com crianças. Foi assim que ele descortinou o caráter de seu povo:

“O que me interessou por Macunaíma foi incontestavelmente a preocupação em que vivo de trabalhar e descobrir o mais que possa a entidade nacional dos brasileiros. Ora depois de pelejar muito verifiquei uma coisa que me parece certa: o brasileiro não tem caráter. Pode ser que alguém já tenha falado isso antes de mim, porém a minha conclusão é uma novidade para mim porque tirada da minha experiência pessoal. E com a palavra caráter não determino apenas uma realidade moral não, em vez entendo a realidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes na ação exterior na língua na História na andadura tanto no bem como no mal. O brasileiro não tem caráter porque não possui nem civilização própria nem consciência tradicional.

Os franceses têm caráter e assim os iorubas e os mexicanos. Seja porque civilização própria, perigo iminente, ou consciência de séculos tenham auxiliado, o certo é que esses uns tem caráter. Brasileiro não. Está que nem o rapaz de vinte anos: a gente mais ou menos pode perceber tendências gerais, mas ainda não é tempo para afirmar coisa nenhuma. [...] Pois quando matutava nessas coisas topei com Macunaíma no

²⁵⁷ “Jiguê viu que a maloca estava cheia de alimentos, tinha pacova, tinha milho, tinha macachira, tinha aluá e cachirí, maparás e camerins pescados, maracujámichira, até, abio, sapotá, sapotilha, tinha passoca de veado e carne seca de putiara....”.

*alemão de Koch-Grünberg. E Macunaíma é um herói surpreendentemente sem caráter. (Gozei)”*²⁵⁸

A lógica da história é não ter lógica, uma contradição de si mesma e a cada página vão sendo reveladas as cores do Brasil, o povo, a alma aventureira (que alguns anos depois foi analisada pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*), cheia de brincadeiras sem culpas (Macunaíma adorava brincar, principalmente com Ci, mãe do mato, mas não só com ela). E essa identidade procurada em Macunaíma nem era exatamente brasileira:

“Sou americano, meu lugar é na América. A civilização européia de certo escolhamba a inteireza de nosso caráter”. (Mário de Andrade)²⁵⁹

...e por isso, a viagem do nosso herói e suas fugas espetaculares vão dos *cerros da Venezuela a Mendoza, no pé dos Andes*, havendo tempo para tomar um *vinho de Ica*, produzido no deserto do Peru.

Feita a apresentação, melhor entrar na história. Fez...

O herói de nossa gente

Macunaíma, herói de nossa gente era preto retinto e filho do medo da noite. Nascido Tapanhuma, índio das margens do Uraricoera em essa tribo inventada para designar os negros vistos pelos povos da terra. Em tupi, os povos de fora recebiam duas designações: *tapuy-una-ô* - gente preta e *tapuitinga* – gente branca²⁶⁰, Macunaíma era um *tapuy-una-ô*, um tapanhuma e foi brilhantemente representado no cinema por Grande Otelo.

Após seis anos sem falar, Macunaíma proferiu sua primeira frase:

- Ai! que preguiça!...

²⁵⁸ ANDRADE, Mário – prefácio (não publicado) a *Macunaíma* – Publicado ao final da edição de *Macunaíma* – pg. 169 - Ed. Livraria Garnier - 2001

²⁵⁹ Apud. Roteiro de Macunaíma – Cavalcanti Proença, pg. 38 – Edições Anhembi - 1955

²⁶⁰ CAVALCANTI PROENÇA, Manuel – *Roteiro de Macunaíma* – pg. 331 – Edições Anhembi - 1955

Em uma só frase, duas culturas, dois idiomas, uma onomatopéia e um pleonasma. *Ai*, em tupi, significa um estado de comportamento e também um animal: o bicho-preguiça; o mamífero com seus hábitos lentos e que tanto surpreendeu os primeiros europeus. Logo no século XVI, Gabriel Soares de Souza (*Notícias do Brasil* – 1587) assim o descreveu:

“Nestes matos se cria um animal mui estranho, a que os índios chamam ai, e os portugueses preguiça, nome certo mui acomodado a este animal, pois não há fome, calma, frio, água, fogo, nem outro nenhum perigo que veja diante, que o faça mover uma hora mais que outra; o qual é felpudo como cão d’água, e do mesmo tamanho; e tem a cor cinzenta, os braços e pernas grandes, com pouca carne e muita lã; tem as unhas como cão e muito voltadas; a cabeça como gato, mas cobertas de gadelhas que lhe cobrem os olhos; os dentes como gato”²⁶¹.

Ai! que preguiça!... Palavras com o mesmo sentido, a serem entendidas por idiomas e culturas diferentes. A própria pronúncia inicial lembrando o som natural que fazemos ao despertar, estirando os músculos e membros de modo preguiçoso, preparando-os para mais um dia. Exclamação a ser explorada em todos os sentidos, inclusive estéticos, como se houvesse um espelho entre as duas palavras. O português do Brasil procurando o tupi de Pindorama. Quando lemos *Ai*, pensamos em preguiça; repetindo as mesmas palavras em idiomas distintos, cria-se um pleonasma que confere mais vigor e clareza à expressão.

Nascido índio e sem pai, como é comum aos verdadeiros heróis, quem avisou sobre a inteligência do herói, foi rei Nagô, africano. Tomados por grande fome, os irmãos de Macunaíma, Maanape [semente de abóbora – *Ma’n’ape*] e Jiguê [pulga da areia, bicho do pé], seguiram as suas ordens em busca de comida. Nada encontraram, mas os *manos se admiraram com a inteligência do menino* que soube explicar a razão de não terem achado o que comer:

“-Acharam?

-Que achamos nada!

²⁶¹ Apud GERALDO DA CUNHA, Antônio – *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*, pg. 46 – Ed. Melhoramentos, 1978

-Pois foi aqui mesmo que enxerguei timbó. Timbó já foi gente um dia que nem nós... Presenciou que andavam campeando ele e sorveteu. Timbó foi gente um dia que nem nós...”

Agora é a língua do caipira que se apresenta: *sorveteu* [desapareceu por encanto, sumiu de repente]. E foi com a astúcia da preguiça que, mais uma vez, Macunaíma saiu vitorioso, vencendo o Curupira, aquele que *vive no grelo do tucunzeiro* [palmeiras espinhosas, cujas fibras são usadas para tecer] e *pede fumo pra gente*:

“-Meu avô, dá caça pra mim comer?”

-Sim, Curupira fez.

Cortou carne da perna, moquecou e deu pro menino...

[...]

Macunaíma agradeceu e pediu pro Curupira ensinar o caminho pro mucambo dos Tapanhumas. O Curupira estava querendo mas era comer o herói, ensinou falso:

-Tu vai por aqui menino-home, vai por aqui, passa pela frente daquele pau, quebra a mão esquerda, vira e volta por debaixo dos meus uaiariquinizês [para os nhambiquaras: testículos].

Macunaíma foi fazer a volta porém chegando na frente do pau, coçou a perninha e murmurou:

-Ai! que preguiça!...

e seguiu direito”.

Como Curupira percebeu que o curumim não chegava, montou seu veado e saiu gritando em desespero:

“-Carne de minha perna! Carne de minha perna!

Lá de dentro da barriga do herói, a carne respondeu:

-Que foi?”

O herói se fez adulto, mas manteve a *carinha enjoativa de piá* [criança]. Já adulto, seguiu caminho com os *manos* e penetrou mato adentro:

“De repente Macunaíma parou riscando a noite do silêncio com um gesto imenso de alerta. Os outros estacaram. Não se escutava nada porém Macunaíma sussurrou:

- Tem coisa [...]

Era Ci, mãe do mato

A cunhã era linda”.

Amazona guerreira, icamiaba. No filme de Joaquim Pedro de Andrade Ci era uma guerrilheira linda [a atriz Dina Sfat] e valente, a cara da nova mulher que se fazia no Brasil e que, como tantas jovens de 1968, derramou seu sangue. Juntos com a nova companheira, os três *manos* seguiram *sobre os matos misteriosos*:

“Atravessaram a cidade das Flores, evitaram o rio das Amarguras passando por debaixo do salto da felicidade, tomaram a estrada dos Prazeres e chegaram ao capão de Meu Bem, que fica nos cerros da Venezuela”.

Nessa viagem que *os dois brincavam e depois ficavam rindo um pro outro*, usando a rede que Ci tecera com os fios de seus cabelos. Dessas brincadeiras nasceu um filho, que ganhou presentes de todos os cantos, uma tesoura encantada, buscada da Bolívia, sapatinhos de lã tricotados por dona Ana Francisca de Almeida Leite Moraes [tia de Mário de Andrade], de São Paulo, rendas pernambucanas, tecidas a mão por dona Joaquina Leitão, também conhecida por Quinquinha Cacunda, tamarindo de Óbitos, filtrado pelas irmãs Louro Vieira e que servia para o menino engolir *o remedinho pra lombriga*. Mas certa noite a *Cobra Preta chupou o único peito vivo de Ci*. Dia seguinte o curumim foi chupar o peito da mãe, *chupou mais, deu um suspiro envenenado e morreu*. Só restava enterrar o anjinho no centro da taba. Depois de muita dança e de se beber muito Pajuari, o vinho dos beijus [ou da própria fermentação da mandioca ralada]²⁶², a companheira de Macunaíma, toda enfeitada, *tirou do colar um muiiraquitã famoso, deu-a pro companheiro e subiu pro céu por um cipó*. Livre das formigas, virou estrela.

Desse amor, nasceu uma plantinha do corpo do filho morto, e um fruto bem pequeno, cheio de energia: o guaraná.

²⁶² Apud. *Roteiro de Macunaíma* – Viagem de Martius e Spix – pg. 314 – Edições Anhembi, 1955.

O vilão Piaimã

Padecendo de saudades da companheira inesquecível, o herói *furou o beijo inferior e fez da muiraquitã um tembetá*, cuja forma labial é conhecida por todos os que viram a imagem de Raoni, o índio. E partiram.

Por toda parte o herói recebia homenagens *e era sempre acompanhado por um séqüito de araras vermelhas e jandaias*. Correndo, correndo, encontraram o bacharel de Cananéia [quem será esse homem misterioso? Será mesmo que chegou antes de Cabral?], atravessaram os Sambaquis [e todo o resto de comida deixado pelos primeiros habitantes do lugar, um pequeno morro contendo séculos de conchas e ossos] do Caputera e do Morrete. Da Amazônia ao sul do Brasil num só tempo. Nestas andanças, Macunaíma *pôs reparo que perdera o tembetá*, a única lembrança de Ci.

Tanto procuraram sem encontrar até que o *Negrinho do Pastoreio* se apiedou de Macunaíma e mandou o passarinho uirapuru para ajuda-lo. Passarinho com canto mágico; foi assim que Macunaíma descobriu que para trazer de volta o seu talismã era preciso ir para a cidade *macota* [grande, forte], *lambida pelo igarapé Tietê*. A muiraquitã estava em posse de um rico morador de São Paulo.

Venceslau Pietro Pietra, o regatão. Para quem não está acostumado em observar as coisas do interior do Brasil, o negociante da Amazônia, aquele que regateia, que transforma em mercadoria cada coisa ou pessoa que encontra.

Venceslau Pietro Pietra, o piaimã. Para quem não está acostumado em observar as coisas dos índios, o gigante comedor de gente; da mitologia taulipangue, estudada por Koch Grünberg, o mesmo que apresentou *Maku Ima*.

Venceslau Pietro Pietra, o mercado. Para quem não está acostumado em observar além das notícias, o ente abstrato, onipresente, onisciente, aquele que quer decidir tudo, do dinheiro que sai da saúde e das escolas ao dinheiro que infla os juros; aquele que quer controlar tudo, do tempo de trabalho ao tempo que deveria ser livre.

Ganhou nome o vilão que será combatido pelo herói travesso.

A consciência deixada na ilha de Marapá

Antes de partir para sua epopéia, Macunaíma seguiu a tradição dos seringueiros e deixou a sua consciência na ilha de Marapatá, na foz do rio Negro. Só depois pegou o rio Araguaia, espantou mosquitos e tomou viagem.

“Na época da exploração da borracha dizia-se que todos que entravam nos seringais a dentro deixavam a consciência na ilha de Marapatá e sem ela estavam aptos a tudo fazer para conseguir riquezas”. (Osvaldo Orico – Vocabulário)²⁶³

Despido de consciência, o herói acordou em São Paulo. Sua inteligência estava muito perturbada. Pela manhã vinham berros e barulhos da rua, que estavam lá embaixo, pois Macunaíma havia dormido em uma maloca bem alta. *“Que mundo de bichos! Que despropósito de papões roncando, mauaris juruparis sacis e botatatás”*. Para descer, foi necessário tomar um sagüim, que chamava elevador e era máquina.

“...todos aqueles piados berros cuquiadas sopros roncos esturros não eram nada disso não, eram mas cláxons campainhas apitos buzinas e tudo era máquina. As onças pardas não eram onças pardas, se chamavam fordes hupmobiles chevrolés dodges mármons e eram máquinas. Os tamanduás os boitarás as inajás de curuatás de fumo, em vez eram caminhões, bondes autobondes anúncios-luminosos relógios faróis rádios motocicletas telefones gorgetas postes chaminés... Eram máquinas e tudo na cidade era só máquina!”

Cidade estranha; ao mesmo tempo que produziam coisas maravilhosas iam se distanciando de si mesmos, tornando-se alheios à natureza na qual vivem. *“A máquina era que matava os homens, porém os homens é que mandavam na máquina... .* Nosso herói estava nostálgico, só matutando sobre as brigas sem vitória dos filhos da mandioca [uma gente tão branca só poderia ser filha da mandioca]. Como Macunaíma, muitos estudiosos refletiram sobre tema. Um deles, Mészáros, sociólogo marxista, chegou à seguinte conclusão:

²⁶³ Apud Cavalcanti Proença, Manuel - *Roteiro de Macunaíma*, pg. 167 – Edições Anehmby, 1955

“A questão central não se restringe em saber se empregamos ou não a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas – posto que é obvio que o temos que fazer -, mas se seremos capazes ou não de redireciona-las radicalmente, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade de perpetuação do processo de maximização dos lucros (...) A contradição dinâmica subjacente que conduz a uma drástica reversão da tendência, de modo algum inerente à tecnologia empregada, mas à cega subordinação tanto do trabalho como da tecnologia aos devastadores e estreitos limites do capital como árbitro supremo do desenvolvimento e controle sociais”²⁶⁴.

Subordinados à lógica do lucro, que só podia ser apropriado por alguns, os habitantes da cidade macota foram se auto-alienando. De tal feita que o herói deu uma grande gargalhada e concluiu:

“Os homens é que eram máquinas e as máquinas é que eram homens”

Haviam construído uma imagem imperfeita do mundo, transferindo para os outros uma autoridade que seria soberana sobre si mesmos. Ao construir esse processo de conhecimento em Macunaíma, Mário de Andrade baseou-se na compreensão de Rousseau sobre a oposição estabelecida entre o homem natural e o homem social, fazendo uma comparação entre o sujeito não alienado e o auto-alienado.

A idéia de alienação e desalienação também é um conceito fundamental para o pensamento hegeliano, onde a auto-alienação aplica-se ao Absoluto. A própria Idéia Absoluta, que para Hegel é a única realidade, é um Eu dinâmico, vivendo em um contínuo processo de alienação e desalienação, onde o sujeito é capaz de emancipar-se na medida em que se reconhece como ser histórico.

A alienação percebida por Macunaíma também expressa o alheamento do produtor em relação aos objetos produzidos. Uma característica do ser histórico é produzir coisas, expressar-se em objetos. Na medida em que perde o controle destes objetos, ele se aliena de si próprio, afastando-se da natureza na qual vive, bem como da sociedade que o cerca. Um

²⁶⁴ MESZÁROS, István – *A necessidade do controle social*; apud Valquíria Padilha *Tempo livre e capitalismo, um par imperfeito*, pg. 92, Editora Alínea, 2000

exemplo? As pessoas que não enxergam as ruas e o que está à sua volta, mesmo que passem diariamente por avenidas poluídas e tomadas por gente miserável. Só enxergam para dentro de seus veículos, no conforto do ar condicionado. Ou então canalizam os rios. A retificação dos rios Tietê e Pinheiros e as marginais que os emparedaram. Quase que diariamente as pessoas passam por eles, mas o que era rio transformou-se em esgoto. E as pessoas nem enxergam; sua capacidade de olhar – e cheirar - desaparece, são tomadas por sentimentos de distanciamento.

De sujeito ativo a objeto do processo social. Era (é) preciso romper com essa enfermidade, pois a alienação vai além do sentimento, transformando-se em um fato objetivo, uma maneira de ser.

“Macunaíma amanheceu com uma grosseira pelo corpo todo. Foram ver e era a erisipa, doença comprida (...) O herói passou uma semana de cama. (...) Então Macunaíma gastava o dia lendo todos esses anúncios de remédios para erisipa. E eram muitos anúncios!

Andou banzando banzando, e muito fatigado por causa da fraqueza parou no parque do Anhangabaú”.

Acometido por tamanho banzo, o ruído da fonte do parque trouxe-lhe a visão das águas do mar. Um filme de Fellini não teria criado imagem mais expressiva:

“uma embarcação muito linda vinha boiando sobre as águas. (...) Era um transatlântico enorme. Vinha iluminado, relampeava todo de ouro e prata embandeirado e festeiro. (...)

Gente! Adeus, gente! Vou pra Europa que é melhor”.

A alienação também traz um desejo de se projetar naquilo que é de fora. No caso dos brasileiros, ficando de costas para o Brasil. Mas se não é possível eliminar toda a alienação, pode-se estimular o desenvolvimento de indivíduos emancipados, o que seria, na interpretação marxista, a formação de indivíduos realmente humanos. E essa transformação só pode ser fruto

da própria atividade humana, promovendo uma tomada de consciência pelo desenvolvimento de seres realmente livres e criativos²⁶⁵.

Macunaíma é um herói e aos heróis não é dado o direito de alienar-se. Neste momento já havia enfrentado Piaimã muitas vezes, mas sem sucesso e este partira para a Europa com a família. Acometido por um sentimento de impotência e banzo, Macunaíma planejava ir para a Europa, pois sabia que assim poderia encontrar mais facilmente o gigante capitalista (se a história de Macunaíma acontecesse nos dias de hoje, talvez o Gigante tivesse ido para Miami). E este é o seu destino, enfrentar Piaimã.

Mas para chegar a essa parte da história, melhor contar as batalhas desde o início, até porque Macunaíma não partiu para a Europa, preferindo esperar que o gigante voltasse.

Começa a batalha pela reconquista da muiiraquitã

Macunaíma estava abatido por toda essa mosquitada dos trópicos. Era preciso espantar os mosquitos mais uma vez para que pudesse voltar a ficar taludo, ganhar força. *Maanape deu guaraná pro mano*, a frutinha da energia e do refrigerante mais saboroso do mundo. Macunaíma queria enfrentar o gigante em sua casa; foi quando resolveu engana-lo de modo que as portas de Piaimã lhe fossem abertas.

Enfiou um membi [flauta feita com o osso da tíbia; se for um troféu de guerra, feita numa tíbia humana] *na goela, virou Jiguê na máquina telefone e telefonou para Venceslau Pietro Pietra que uma francesa queria falar com ele a respeito da máquina negócios*. Macunaíma virou uma francesa tão linda e depois seguiu na direção do palácio do comedor de gente. Após muitos salamaleques, ele encontrou:

“Era a muiiraquitã! Macunaíma sentiu um frio por dentro de tanta comoção e percebeu que ia chorar. Mas disfarçou bem perguntando si o gigante não queria vender a pedra”.

²⁶⁵ Cabe esclarecer que o processo de desalienação vai muito além do que a simples mudança nas relações econômicas, devendo haver uma igual ênfase nas outras esferas da vida social (a política, a vida privada, as artes, a moral...) pois, do contrário, a predominância da esfera econômica, mesmo que alterando as relações de propriedade, apenas reproduzirá o processo de alienação.

Venceslau era um homem rico e não se assumia mais como regatão, agora ele era colecionador e a peça não seria vendida. Aquela jóia em forma de jacaré, comprada por mil contos da imperatriz das Icamiabas [as guerreiras Amazonas] agora era o grande talismã da coleção do gigante. Nunca seria vendida, mas, quem sabe...dada em troca de algo. E a francesa/Macunaíma passou a temer as insinuações e gracejos do gigante:

“Cai fora, peruano [Venceslau Pietro Pietra havia começado a carreira de regatão, lá pelos lados de Iquitos, na Amazônia peruana] senvergonha!...”

...foram as únicas palavras que se antepuseram a Piaimã, que estava mesmo é querendo “brincar” com a francesa, que saiu correndo pelo jardim.

Cavalcanti Proença identifica nesta cena de perseguição um processo bem característico do método usado na construção de Macunaíma, a superação do tempo e do espaço, a narrativa em forma de brincadeira infantil e a fusão de personagens da cultura popular:

“Mário de Andrade fundiu neste enredo a história do Macaco e a velha, colhida por Silvio Romero e também Lindolpho Gomes. [...] Em primeiro lugar a substituição na lenda taulipangue, do laço pela boneca de cera, e cera de carnaúba, que é do Nordeste. A preta se chama Catirina, nome que vem na história mineira de Lindolpho Gomes. A certa altura o herói se aborrece com a Catita, que é como se designa a negra do Bumba meu Boi, registrado por Gustavo Barroso em Ao som da Viola. E há uma ligação estreita, pois o nome mais comum da preta do Bumba é Mãe Catirina”²⁶⁶.

E segue a perseguição:

O gigante correu atrás. A francesa pulou numa moita para se esconder porém estava uma pretinha lá. Macunaíma cochichou para ela:

-Catirina, sai daí sim?

Catirina nem um gesto, Macunaíma já meio impinimado com ela cochichou:

²⁶⁶ CAVALCANTI PROENÇA, Manuel – *Roteiro de Macunaíma*, pg. 175 – Edições Anhembi - 1955

-Catirina, sai daí sinão ti bato!

A mulatinha ali. Então Macunaíma deu um bruto dum tapa na peste e ficou com a mão grudada nela.

Catirina, me larga minha mão e vai-se embora que te dou mais um tapa, Catirina!

Catirina era mais uma boneca de cera de carnaúba posta ali pelo gigante. Ficou bem quieta. Macunaíma deu outro tapa com a mão livre e ficou mais preso. Catirina, Catirina! Me larga as minhas mãos e vai-te embora pixaim! Sinão te dou um pontapé!

Deu o pontapé e ficou mais preso ainda. Afinal o herói ficou inteirinho grudado na Catita. Então chegou Piaimã com um cesto. Tirou a francesa da armadilha e berrou pro cesto:

-Abra a boca, cesto, abra a vossa grande boca!

O cesto abriu a boca e o gigante despejou o herói nele”.

Não foi desta vez que o herói venceu o gigante. Mas ao menos ele se safou:

“Então assoprou raiz de cumacá em pó que bambeia cordas, bambeou o amarelho do cesto e pulou pra fora. Ia saindo quando topou com o jaguará do gigante, que chamava Xaréu, nome de peixe pra não ficar hidrófobo. O herói teve medo e desembestou numa chispada parque a dentro. O cachorro correu atrás. Correram, correram Passaram lá rente, à Ponta do Calabouço, tomaram rumo de Guajará Mirim e voltaram pra leste. Em Itamaracá Macunaíma passou um tanto folgado e teve tempo de comer uma dúzia de manga-jasmim que nasceu do corpo de dona Sancha, dizem. Rumaram para sudoeste e nas alturas de Barbacena [...] Macunaíma fez uma oração assim:

Valei-me Nossa Senhora,

Santo Antonio de Nazaré,

a vaca mansa dá leite,

a braba dá si quisé!

Assim o herói, com Venceslau Pietro Pietra e seu terrível cão em seu encalço, percorre novamente o Brasil. *Atravessando o Paraná já de volta dos pampas, desviando de cada castanheira de cada pau-d'arco, de cada cumaru bom de trepar, passando pela Serra do Espírito Santo onde quase arrebentou a cabeça numa pedra com muitas pinturas esculpidas que não se entendia.* Mas que motivaram o padre Francisco de Meneses a percorrer o Brasil a procura dos tesouros escondidos pelos jesuítas e holandeses e, que ele acreditava, estavam enterrados sob pedras com inscrições. *De certo era dinheiro enterrado... Porém Macunaíma estava com pressa.* Correu para as ilhas do Bananal, enxergou um formigueiro, bem grande, de trinta metros, e entrou buraco a dentro:

“Meu tesouro está aqui” murmurou o gigante. [...] Piaimã arrancou da terra com raiz e tudo uma palmeira inajá e nem deixou sinal no chão. Cortou o grelo do pau e enfiou pelo buraco por amor de fazer a francesa sair. Porém jacaré saiu? Nem ela! Abriu as pernas e o herói ficou como se diz empalado na inajá. Vendo que a francesa não saía mesmo, Piaimã foi buscar pimenta. Trouxe uma correição das formigas anaquilãs que é pimenta de gigante, botou-as no buraco, elas ferraram no herói. Mas nem assim mesmo a francesa saiu. Piaimã juoru vingança. Pinchou para fora as anaquilãs e gritou pra Macunaíma:

-Agora que te agarro mesmo porque vou buscar a jararaca Elitê!

Quando ouviu isso o herói gelou. Com a jararaca ninguém não pode não. Gritou pro gigante:

-Espera um bocado, gigante, que já saio.

Porém para ganhar tempo tirou os mangarás do peito e botou na boca do buraco falando:

-Primeiro bota isso pra fora, faz favor.

Piaimã estava tão furibundo que atirou os mangarás longe. Macunaíma presenciou a raiva do gigante.

Tirou a máquina decoletê, pôs ela na boca do buraco, falando outra vez:

Bota isso pra fora, faz favor.

Piaimã inda atirou o vestido mais longe. Então Macunaíma botou a máquina cinta, depois a máquina sapatos e foi fazendo assim com todas as roupas. O gigante isso já

estava fumando de tão danado. Jogava tudo longe sem nem olhar o que era. Então bem de mansinho o herói pôs o sim-sinhô dele na boca do buraco e falou:

-Agora me bote fora só mais essa cabaça fedorenta.

Piaimã cego de raiva agarrou no sim-sinhô sem ver o que era e atirou no sim-sinhô com herói e tudo légua adiante. E ficou esperando pra sempre enquanto o herói lá longe ganhava os mororós”.

E quem quiser se divertir com essa e outras aventuras adaptadas ao gosto do tropicalismo dos anos sessenta, que veja *Macunaíma*, o filme de Joaquim Pedro de Andrade (mas não deixe de ler o livro).

A luta pela reconquista da muiiraquitã, revela a personalidade brasileira, o jeito gingado de buscar soluções, enfrentar os problemas. O ócio criativo, enfim. Também conhecemos as histórias de nossa gente, as mangas Jasmim, que nos remetem ao tempo da ocupação holandesa e a uma linda e triste história de amor. Segundo o *Dicionário Geográfico de Pernambuco*, de Galvão, essa é uma manga extinta e célebre, mas cuja semente deu origem às *estimadas mangas Primavera*. Em torno dela, a lenda do amor do Padre Ayres:

Antônio Homem de Saldanha e Albuquerque desejou casar com a donzela de quinze anos D. Sancha Coutinho. Os pais não consentiram. Desgostoso, Antonio Homem senta praça no exército que ia combater os holandeses invasores, tornando-se herói no assalto ao forte de Cabedelo. Mais tarde esteve em Bom Jesus. Em 1646 volta a Pernambuco já como padre. Era o padre Ayres Ivo Correa. Já eram mortos os pais de D. Sancha, e morava ela ‘triste, abatida, ralada de saudades’ em companhia do irmão Nuno Coutinho. Ao conhecer o desventurado amante morreu subitamente. O padre plantou sobre o túmulo de D. Sancha uma mangueira que ficou célebre pelos frutos cheios de ‘aroma e delicado sabor’:

E no lugar do sepulcro

Uma mangueira plantou

Onde o hálito de Sancha

Até morrer aspirou

*Inda em torno da mangueira
Se vê um lindo jardim
E as mangas do Padre Ayres
São as mangas de jasmim”.*
(Poema de José Soares de Azevedo)²⁶⁷

Na visita à casa de Piaimã são encontrados desde utensílios de cerâmica pesquisados por Emílio Goeldi nas cavernas do rio Gunani (*Numas bacias enormes originárias das cavernas do rio Gunani fumegava tacacá com tucupi*) até carne vinda dos frigoríficos da Continental –na história, carne de gente, de paulista, bem ao gosto antropófago- (*sopa feita com um paulista vindo dos frigoríficos da Continental*), bombons Falchi, biscoitos do Rio Grande. E também louça de Breves, fabricadas por mulheres “...sem torno, à mão livre, e com a maior habilidade” segundo maravilhada descrição de Von Martius em sua expedição pelo interior do Brasil.

Na fuga também há a história da empalação, o instrumento de tortura *tripalium*, usado para empalar escravos na Roma antiga, derivado de *palus*, estaca que dá origem à palavra trabalho, conforme nos apresentada Marilena Chauí em seu consistente prefácio a *O direito à preguiça*, de Lafargue (pena que Mário de Andrade não trocou cartas com esse crítico do trabalho e amante da preguiça). Em *Poranduba*, Barbosa Rodrigues colhe a história do “...irmão que manda que o outro suba a uma fruteira, e quando esse o faz, abrindo a perna entre dois galhos, o espeta matando-o”²⁶⁸, ou seja, o *tripalium* cruzou o oceano e veio para a nova Roma, fazendo parte até mesmo do nosso folclore.

Antes de enfrentar o gigante, Macunaíma toma precauções, “...se defumou com jurema e alfinetou um raminho de pinhão paraguaio no patriotismo pra evitar quebranto”. A Jurema é a árvore do culto indígena, usada em liturgia por feiticeiros e mandingueiros; o pinhão roxo é usado em exorcismo, o pinhão de purga, conforme assinalado no *Folclore Mágico do Nordeste*. O mesmo pinhão de efeito purgativo a que se refere Cornélio Pires, o poeta da fala caipira do interior de São Paulo: “*Dei uma purga de pinhão paraguaio, num deantô nada*” (Quem conta um conto, pg. 139)²⁶⁹.

Mas a batalha continuaria.

²⁶⁷ *Dicionário Geográfico de Pernambuco*, pg. 330 – Apud *Roteiro de Macunaíma*.

²⁶⁸ Apud *Roteiro de Macunaíma*, pg. 177 – Edições Anhembi, 1955

²⁶⁹ Idem

Escolhas e contradições do herói

“Macunaíma estava muito contrariado. Não conseguia reaver a muiraquitã e isso dava ódio” Foi aí que o herói pensou em vingança, tomou um trem para o Rio de Janeiro e procurou Exu, o diabo. Afinal, Macunaíma tem o nome começado por *má*, sinal de má sina e ele se considerava parente, tanto do Exu africano como de Icação, o diabo dos índios canixauás. Fizeram uma macumba.

“E Macunaíma ordenou que o eu de Venceslau Pietro Pietra recebesse o guampaço de um marruá, o coice de um bagual, a dentada dum jacaré e os ferrões de quarenta vezes quarenta mil formigas-de-fogo e o corpo de Exu retorceu sangrando empolando na terra, com uma carreira de dentes numa perna, com quarenta vezes quarenta mil ferroadas na pele já invisível, com a testa quebrada pelo casco dum bagual e um furo de aspa aguda na barriga”

Lá no palácio da rua Maranhão [no bairro de Higienópolis] em São Paulo ... Venceslau Pietro Pietra sangrava todo urrando. Mas foi apenas vingança que apesar de fazer o gigante sofrer não foi capaz de reconquistar a muiraquitã.

Na volta, Macunaíma descobriu a origem da expressão “*Vá tomar banho! Que os brasileiros empregam se referindo a certos imigrantes europeus*”, afinal, os povos desta terra ensolarada adoram tomar banho; e conheceu Vei, a sol. Foi na ilha de Marajó que a encontrou e ali chegou carregado pela Lua. Macunaíma havia tomado banho, precisava se aquecer. Vei é sol em taulipangue, e dita no feminino, diferente do que acontece em nossa cultura que trata esta estrela no masculino, como o astro rei e não rainha. Vei gostou de Macunaíma e queria que ele casasse com uma de suas três filhas, *afinal de contas ele era um herói:*

“Meu genro: você carece de casar com uma das minhas filhas. O dote que dou pra ti é Oropa França e Bahia. Mas porém você tem de ser fiel e não andar assim brincando com as outras cunhãs por aí”

Nem bem Vei e as três filhas deixaram Macunaíma sozinho e ele ficou *cheio de vontade de brincar com uma cunhã*. Decretando solenemente que **POUCA SAÚDE E MUITA**

SAÚVA, *OS MALES DO BRASIL SÃO!*, Macunaíma se pôs a brincar com uma portuguesa. No que foi flagrado por Vei e suas filhas.

“-Pois si você tivesse me obedecido casava com uma das minhas filhas e havia de ser sempre moço e bonito. Agora você fica pouco tempo moço talqualmente os outros homens e depois vai ficando mocetudo e sem graça nenhuma.

Macunaíma sentiu vontade de chorar. Suspirou:

-Si eu soubesse...”

Já era tarde demais, Macunaíma entrara em descaminho, havia dado as costas para uma civilização ensolarada e só restou-lhe a possibilidade de *dormir com a Portuga na jangada*. Assim ele se perde no artificialismo, na linguagem anacrônica, fica pedante, como todo brasileiro que julga saber um pouco mais que os outros. Nem que seja apenas um alfabeto malaio, transformado em javanês inventado. Na carta que envia às Icamiabas, *as mui queridas súditas nossas, Senhoras Amazonas*, ele abusa do latim, cria palavras com sentidos absurdos, é bacharelesco; mas ainda assim nos revela muito da *macota* cidade de São Paulo e de sua luta pela reconquista do *velocino* [se Jasão e os argonautas gregos se lançaram na aventura pela reconquista do velocino de ouro, por que Macunaíma e seus irmãos também não poderiam reconquistar a muiraquitã?] *roubado*. Diz na carta:

“Estávamos ainda abatido por termos perdido a nossa muiraquitã, em forma de sáurio, quando talvez por algum influxo metapsíquico, ou, qui lo Sá, provocado por algum libido saudoso, como exploca o sábio tudesco, doutor Sigmund Freud (lede Fróide), se nos deparou em sonho um arcanjo maravilhoso. Por ele soubemos que o talismã perdido estava nas mãos do doutor Venceslau Pietro Pietra [...] E como o doutor demorasse na ilustre cidade anchietana, sem demora nos partimos para cá”.

A influência da psicanálise entre os modernistas é inquestionável, mas em Macunaíma, Mário de Andrade a escancara. *Lede Fróide...por ele soubemos que o talismã perdido estava nas mãos do doutor Venceslau*. Marina Pacheco Jordão nos auxilia a compreender essas influências a partir de sua tese de doutorado em psicologia *“Macunaíma gingando entre contradições”* e logo na apresentação de seu trabalho a psicanalista Ana Maria

Lofredo nos revela as infundáveis interpretações que o texto assume, de tal modo que Macunaíma é:

“... um exemplo radical de uma forma de narrativa que, ao não se fundar num tipo de construção totalizante, mantém brechas na tessitura do texto, provocando movimentos desconcertantes e desestabilizantes no leitor. Que assim é convocado a participar da obra, como se pudesse pensar pelo que falta”²⁷⁰.

E o que nos falta é exatamente a natureza da consciência que, para Freud, está ligada ao tabu. *“Que esta teria surgido após um tabu ter sido violado então poder-se-ia dizer de um senso de culpa tabu, dando origem à consciência”²⁷¹*. Neste processo, o elemento mágico, abundante em Macunaíma, está ligado à onipotência do pensamento que consiste em *“tomar equivocadamente uma conexão ideal por uma real”* criando uma *semelhança entre o ato executado e o resultado esperado*²⁷². É por esse motivo que a análise de Macunaíma em um estudo científico sobre ócio, lazer e jogo, se revela tão esclarecedor, pois:

“Apenas em um único campo da nossa civilização foi mantida a onipotência de pensamentos e esse campo é o da arte. Somente na arte acontece que um homem consumido por desejos, efetue algo que se assemelhe à realização desses desejos e o que faça com um sentido lúdico produza efeitos emocionais – graças à ilusão artística – como se fosse algo real. As pessoas falam com justiça da ‘magia da arte’ e comparam os artistas aos mágicos”²⁷³.

Macunaíma é, portanto, ao mesmo tempo sagrado e impuro, possuindo o mesmo sentido duplo da palavra tabu, em um texto ambivalente e revelador. O *muiraquitã (sapinho) como talismã, ligado às amazonas [as Icamiabas] vai permear o texto. Objeto sagrado cuja perda e ganho dirigirão as ações do herói*²⁷⁴. Talvez a muiraquitã perdida pelos habitantes de

²⁷⁰ LOFREDO, Ana Maria – Apresentação a *Macunaíma, gingando entre contradições*, pg 17 – Ed. Annablume, 2000

²⁷¹ FREUD, Sigmund, *Totem e Tabu*, pg. 83 – 1974 – Apud PACHECO JORDÃO, Marina – *Macunaíma, gingando entre contradições*, pg. 172 – Ed. Annablume, 2000

²⁷² Idem.

²⁷³ Ibidem

²⁷⁴ PACHECO JORDÃO, Marina – *Macunaíma, gingando entre contradições*, pg. 175 – Ed. Annablume, 2000

São Paulo seja o rio (trataremos especificamente sobre o tema no capítulo seguinte), bem como os seus antigos (e hoje inexistentes) meandros preguiçosos.

Em *Sonora Política*, Oneyda Alvarenga, amiga e íntima colaboradora de Mário de Andrade, nomeada por ele diretora da discoteca municipal, expressa o pensamento do autor sobre arte e política. Ela escreveu um ano após sua morte e talvez nos auxilie a entender melhor o papel da luta pela muiraquitã na estrutura temática do texto:

“A política em Mário de Andrade é uma luta encarniçada pelo respeito ao homem e pelo advento de uma sociedade sem classes”²⁷⁵.

Também é ela quem nos revela o pensamento de Mário de Andrade sobre o papel da arte, e que em sua primeira parte muito se aproxima da concepção freudiana:

“Um dia Mário de Andrade me disse que por vezes duvidava de que fosse artista. O artista era uma espécie de monstro, um ser deformado pela unilateralidade de visão, pelo egocentrismo, pelo egoísmo mesmo, e acima de tudo interessado na beleza. Ele era um ser interessado em tudo e com facilidade acedera em sacrificar a beleza permanente das suas criações pela utilidade transitória delas.

Mário de Andrade se enganava nesta hora e se esquecia da distinção tão exata que ele mesmo fizera. Evidentemente, ele não foi um artista estético, não fez da arte um fim em si e não transformou a beleza em finalidade da arte, mas concebeu-a justamente como o instrumento de que a arte se serve. Foi um artista mesmo, isto é, consciente de que a arte é um fenômeno social carregado de outros valores que não os da beleza e que são inerentes a todos os fatos sociais. Consciente de que a obra de arte tem sempre função social, quer o autor queira quer não. E que, se o autor não o quer, a função social e política que a obra de arte assume é prejudicial aos direitos do homem: distanciando-se das aspirações comuns da humanidade, vai servir de instrumento de distinção e de opressão classista daqueles que ele chamava os donos

²⁷⁵ ALVARENGA, Oneyda – *Sonora política* – pg. 43 – in *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 106 – Departamento de Cultura de São Paulo, 1946.

*da vida, daqueles José do Egito que ‘amontam no posto de comando só pra mandar nos irmãos’*²⁷⁶.

Mário de Andrade também nos oferece a sua visão de mundo, seu ideal de sociedade e seu conceito de civilização:

*“Sou incapaz de odiar, porque sou excessivamente curioso dos homens e da vida pra afastar de mim quem quer que seja. Minha experiência mais irônica e mais amarga foi conquistar uma certa fama de indivíduo bastante culto entre os que me chamaram de ignorante e inculto quando foi das minhas primeiras obras de literatura revolucionária para o Brasil. Não posso lhe dizer o que mais lastimo, porque há muitas coisas na sociedade contemporânea que lastimo com igual intensidade. Minha maior esperança é que se consiga um dia realizar no mundo o verdadeiro e ainda ignorado Socialismo. Só então o homem terá o direito de pronunciar a palavra ‘civilização’”*²⁷⁷.

Voltando à Carta pras Icamíabas...

Nesta carta, Macunaíma descreve São Paulo *“construída sobre sete colinas, à feição tradicional de Roma, a cidade cesárea, ‘capitá’ da Latinidade de que provimos [atualmente São Paulo concentra mais descendentes de italianos do que a população de cidades propriamente italianas, como Milão ou Roma]; e beija-lhe os pés a grácil e inquieta linfa do Tietê*. Irônico, o herói mais uma vez mente.

“As águas são magníficas, os ares tão amenos (...) Cidade é belíssima, e grato o seu convívio. Toda cortada de ruas habilmente estreitas tomadas por estátuas e lampiões graciosíssimos e de rara escultura; tudo diminuindo com astúcia o espaço de forma tal, que nessas artérias não cabe a população. Assim se obtém o efeito dum grande acúmulo de gentes, cuja estimativa pode ser aumentada à vontade, o que é propício às eleições que são invenção dos inimitáveis mineiros; ao mesmo tempo que os edis

²⁷⁶ Idem, pg. 44

²⁷⁷ MÁRIO DE ANDRADE – *Perguntas de Macauley and Company e respostas de Mário de Andrade* – in. Revista do Arquivo Municipal, pg. 246 - volume 180, janeiro-março de 1970.

dispõem de largo assunto com que ganhem dias honrados e a admiração de todos, com surtos de eloqüência do mais puro estilo e sublimado labor”.

Fala das artérias da cidade, das fontes que deveriam ser de vida, cobertas por finíssima poeira, *e mui dançarina*, e das mil e uma *espécimens de vorazes macróbios, que dizimam a população*. E assim, aponta a solução de um grave problema de circulação de gente, “...pois tais insetos devoram as mesquinhas vidas da ralé e impedem o acúmulo de desocupados e operários”. E descreve as “*urrantes máquinas a que chamam automóveis (empregam alguns a palavra Bond, voz espúria, vinda certamente do inglês)*”, uma civilização formada por “*paulistas, gente ardida e avalentoadada, e muito afeita às agruras da guerra*” (...) “*não raro, tombam na arena da luta, centenas de milhares de heróis, chamados bandeirantes*. Herdeira desta tradição, São Paulo está dotada de “*mui aguerrida e vultosa Polícia. A essa polícia compete ainda equilibrar os excessos da riqueza pública*”, promover paradas e ginásticas de recomendável Eugênia. Também protegem os incautos burgueses “*que regressam do seu teatro, do seu cinema ou dão a sua volta de automóvel*”. Além, é claro, de divertir a “*classe das criadinhas (...) em parques tais como Dom Pedro II e o Jardim da Luz*”.

Em seguida, Macunaíma sentencia:

“Em breve seremos novamente uma colônia da Inglaterra ou da América do Norte!...Por isso e para eterna lembrança desses paulistas, que são a única gente útil do país, e por isso chamados locomotivas, nos demos ao trabalho de metrificarmos um dístico, em que se encerram os segredos de tanta desgraça:

*POUCA SAÚDE E MUITA SAÚVA,
OS MALES DO BRASIL SÃO”*

São Paulo, terra de *palácios alterosos e bairros miseráveis*, onde vive uma multidão de *rapazes e raparigas bulhentos, a que chamamos ‘italianinhos’; destinados a alimentarem as fábricas dos áureos potentados, e a servirem, escravos, o descanso aromático dos Cresos*”. Lazer para alguns, escravidão para outros. Os gregos já conheciam essa história, mas felizmente a aproveitaram bem, nos legando sua cultura e filosofia. Mas, para Macunaíma, o original povo da *mais bela cidade terráquea*, também tem a oferecer uma curiosidade em sua cultura:

“A sua riqueza intelectual é tão prodigiosa, que falam numa língua e escrevem noutra”

Um dos grandes marcos do modernismo foi exatamente a procura de incorporar a fala popular na literatura, dando legitimidade a uma cultura até então renegada. Algo não muito diferente do que fez Dante Alighieri, ao romper com o latim e escrever a Divina Comédia em vulgar Fiorentino que depois se transformou em italiano. Mas essa busca por um modo de falar brasileiro, contou com várias outras contribuições, muitas de antes do modernismo como Valdomiro Silveira, de Cachoeira Paulista, com uma linguagem tipicamente caipira:

*“...nhá Candoca, vancê queria casar co’ele?
(...)si esse home fosse um desinfeliz de cara manchadinha, o que vancê respondia,
nhá Candoca?
(...) Eu casava co’ esse home, seo Chico Luis”²⁷⁸.*

E também Cornélio Pires, natural da cidade interiorana de Tietê; e o próprio Monteiro Lobato que, se esteticamente era um adversário dos modernistas, era, acima de tudo, um nacionalista, amante das coisas de seu país.

A esse linguajar tipicamente interiorano, caipira, somaram-se contribuições urbanas, resultantes do falar imigrante, principalmente de italianos. Entre estas contribuições, além da oferecida pelo modernista Alcântara Machado, destaca-se Juó Bananere, pseudônimo do arquiteto Alexandre Ribeiro Marcondes Machado que, por sinal, não era descendente de italianos. Sua obra *La Divina Incrensa*, cria um novo jeito de falar, típico dos italianos moradores de São Paulo:

*“Tegno sodades dista Paulicéia
Dista cidade chi tanto dimiro!
Tegno sodades distu céu azur,
Das bellas figlias lá du Bó Ritiro”²⁷⁹.*

²⁷⁸ “Cena de Amor”, conto de *Os Caboclos*.

²⁷⁹ *Juó Bananere* – Folco Masucci, 1996.

Alguns anos depois, unindo o caipirês com o italianês, o compositor Adoniran Barbosa, nascido em Valinhos, então distrito de Campinas e criado em São Paulo, imortaliza esse jeito de falar nos lazeres de rodas de samba e mesas de bar:

Samba do Brás

*“Arnesto nos convidô
Pro samba, ele mora no Brás
Nóis fumo e num encontremo ninguém
Encontremo uma baita duma reiva.
Da outra veiz nois não vai mais.
Nois num samo tatu”*

Samba do Bixiga

*“Domingo nós fumo num samba do Bixiga
Na rua Major, na casa do Nicola
À mezza notte o'clock saiu uma baita duma briga
Era só pizza que avoava, junto com as brajola.
Nóis era estranho no lugar
E não quisemo se meter
Não fumo lá pra brigar
Nóis fumo lá pra comer
Na hora H se enfiemo debaixo da mesa
Fiquemo ali de beleza, vendo o Nicola brigar
Dali a pouco escuitemo a patrulha chegar
E o sargento Oliveira falar:
“Num tem importância, vou chamar duas ambulância!”
Calma pessoal! A situação aqui ta muito cínica!
Os mais pior vai pras Clinicas!”*

Esses dois sambas são exemplares do lazer popular do paulistano e o *Samba do Bixiga* poderia ter sido vivido por Macunaíma (ou então cantado por Mano Brown, ao ritmo do rap). Foi isso que representou a carta do imperador do Mato Virgem, o preguiçoso Macunaíma: um marco a fazer emergir a voz, o saber e a maneira de ser do povo. Enquanto espera Piaimã se recuperar da surra que levou na macumba, Macunaíma se aperfeiçoa nas duas línguas da terra, *o brasileiro falado e o português escrito*, para em seguida aproxima-los no jeito de falar e no jeito de entender. Assim ele fez.

E que *Ci guarde a Vossas Excias*.

Eu menti...

Foi uma longa e paciente espera. Neste tempo o herói pegou uma constipação (havia dormido nu) tendo que se resguardar quinze dias em doença, até que voltasse a contar mais histórias e casos para o povo, pois “*quem conta história de dia cria rabo e cotia*”. Reestabelecido, convidou os manos para uma caçada, no bosque da Saúde. Espertalhão, *botou fogo no bosque e ficou amoitado esperando que saísse algum veado mateiro pra ele caçar*. Não tinha veado por lá, nem veado mateiro nem catingueiro, só dois ratos que saíram chamuscados. Então o herói os caçou, comeu-os e voltou direto para a pensão, deixando os manos para trás.

Mentiroso, conta sua aventura como um grande feito. Juntou vizinhos, *criados, a patroa, cunhas, datilógrafos, estudantes, empregados-públicos, muitos empregados-públicos!*”. A todos disse que havia caçado dois veados catingueiros na feira do Arouche. Quando Maanape e Jiguê voltaram, a gente que já estava desconfiada do herói se pôs a perguntar sobre o feito. “*Mas que catingueiros esses! O herói nunca matou veado! Não tinha nenhum veado na caçada não! Gato miador, pouco caçador...* Exclamaram os manos.

Todos ficaram irados e foram-se ao quarto dele para tomar satisfação. Sem nem piscar, Macunaíma confessou:

- *Eu menti.*
- *Mas pra que você mentiu herói!*

Disseram os manos em uma pergunta que era uma afirmação. “*Não foi por querer não...quis contar o que tinha sucedido pra gente e quando reparei estava mentindo...*” Apenas

mentiu, narrou de modo diverso sua aventura, nem sentiu culpa nem nada, apenas contou aquilo que lhe interessava. Dois ratos chamuscados viraram veados catingueiros; no lugar de uma heróica caçada, uma espreita após atear fogo ao mato. Mudou a ênfase, distorceu uns fatos. Como todo registro histórico é fragmentário e incompleto, foi compondo uma *urdidura de enredo*²⁸⁰, recodificando a narrativa, como se fosse um artefato verbal.

Hayden White, autor de *Metahistory*, demonstrou que um conjunto de eventos pode ser ordenado em séries estruturadas de inúmeros modos, como em uma composição musical. Dependendo do encadeamento das notas musicais, do tempo e velocidade de cada uma, podemos ser levados a sentidos completamente opostos. A sensação pode ser de uma música alegre, triste, contemplativa..., sempre a depender do arranjo; e dos ouvidos. White até estabelece um ordenamento teórico para demonstrar esta mudança de sentidos originada na manipulação de ênfase sobre um mesmo conjunto de eventos:

“(1) a, b, c, d, e...

(2) A, b, c, d, e...

(3) a, B, c, d, e...

(4) a, b, C, d, e...

(5) a, b, c, D, e...

Para Hayden White²⁸¹, este confronto entre duas ou mais urdiduras de enredo possíveis, provoca uma tensão dialética que “*assinala o elemento da autoconsciência crítica*”²⁸². A urdidura do texto em Macunaíma claramente provoca esta tensão. Uma tensão narrativa

²⁸⁰ WHITE, Hayden – *Trópicos do Discurso – ensaios sobre a crítica da cultura*, pg. 100 – EDUSP.

²⁸¹ Valemo-nos da teoria de Hayden White porque ela se faz muito útil no entendimento desta tensão contraditória, que provoca versões e sensações diversas, dependendo da manipulação narrativa. E utilizamo-nos dela não apenas para demonstrar a fina narrativa de Mário de Andrade, mas também para a compreensão do próprio objeto específico de nosso texto, a tensão entre ócio e trabalho e a construção de uma política para um lazer emancipador. Mas paramos por aqui no que diz respeito a Hayden White pois, se ao mesmo tempo em que há uma precisão e correção teórica do ponto de vista da narrativa, esta teoria pode levar a uma completa relativização da história, onde não há diferença entre fatos e valores, e neste caso, o caminho trilhado seria completamente oposto ao das intenções originais de tolerância e respeito às diferenças humanas. O próprio Hayden White reconhece essa possibilidade e se defende da crítica ao afirmar que : “...muitos teóricos consideram que o relativismo da qual sou geralmente acusado implica aquele gênero de niilismo que convida a um ativismo revolucionário de um tipo particularmente irresponsável” mas que [o relativismo defendido por ele] “...o relativismo é o equivalente moral do ceticismo epistemológico e portanto a base da tolerância social” (in. Revista de História – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, n. 17, pg. 21). Evidentemente não há como aprofundar um debate tão excitante como este em uma nota de rodapé, mas fica aqui a lembrança de que ainda há muito a debater neste campo.

²⁸² WHITE, Hayden – *O texto histórico como artefato literário*, pg. 109 – EDUSP.

também que pode ser percebida na atribuição de valores para ócio e trabalho. Como vimos nos capítulos anteriores, ócio ou preguiça (como queiram) nem sempre tiveram um único juízo de valor e já representaram o mais fino ideal da realização humana. Adão e Eva viviam no mais completo ócio, era a vida no Paraíso. Não é esse o grande ideal de praticamente todas as grandes religiões do mundo? Voltar ao Paraíso. E o trabalho? Ao mesmo tempo virtude e castigo.

Diferenças de ênfase narrativa.

Tetápe, dzónanei pemonéite hêhe zetène netaíte

Macunaíma sentia-se *desinfeliz*, pôs-se a tocar um ganzá em *descanto* sorumbático. A música era tão sorumbática que os *olhos dele choravam a cada estrofe*. Estava com saudades de Ci. Espalhando a saudade para os manos, *falaram dos matos e cobertos cerrações deuses e barrancas traiçoeiras do Uiracorera. Lá eles tinham nascido e se rido pela primeira vez nos macurus...* A falta do berço [*macuru – berço de índio*] lhes tirava a felicidade, impedindo-os de embalar-se por si (o macuru das crianças índias fica suspenso apenas o suficiente para que a própria criança possa tocar os pés nos chão, de modo que, ao movimentar as pernas, a criança embala-se por si, ganhando autonomia desde cedo). Tanta falta; tanto choro.

Mas era preciso enfrentar o gigante. E o herói assim fez. Antes disso, ao passar pela Bolsa de Mercadorias encontrou rastro fresco de tapir [Anta].

“Ninguém inda não matara tapir na cidade. Os manos se sarapantaram e foram com Macunaíma caçar o bicho. Chegaram lá, principiaram procurando o rasto e aquele mundão de gente comerciantes revendedores baixistas matarazos, vem os três manos curvados pro asfalto procurando, principiaram campeando também, todo aquele mundão de gente. Procuraram procuraram, você achou? Nem eles! Então perguntaram para Macunaíma:

-Onde você achou rasto de tapir? Aqui não tem rasto nenhum não!

Macunaíma não parava de campear falando sempre:

-Tetápe, dzónanei permonéite hêhê zetène netaíte.

E todo aquele mundão de gente procurando. Era já perto da noite quando pararam desacorçoados. Então Macunaíma se desculpou:

-Tetápe dzónanei pemo...

Não deixaram nem que ele acabasse, todos perguntando o que significava aquela frase. Macunaíma respondeu:

-Sei não. Aprendi essas palavras quando era pequeno lá em casa.

A multidão ficou muito brava, passaram uma tarde inteira sem ganhar dinheiro, foram até a noite. Todos aqueles comerciantes revendedores baixistas e matarazos. Gente da Bolsa que parou o trabalho para caçar anta. Foi uma confusão. E ainda tinham que ouvir por desculpa palavras estranhas, perdidas no tempo. Definitivamente aquele foi um encontro de pessoas que falavam idiomas distintos.

Entre protestos, procuravam culpados e dirigiram sua raiva para Maanape e Jiguê:

“- Meus senhores, a vida dum grande centro urbano como São Paulo já obriga a uma intensidade tal de trabalho que não permite-se mais dentro da magnífica entrosagem do seu progresso sequer a passagem momentânea de seres inócuos. Ergamo-nos todos uma você contra os miasmas deletérios que conspurcam o nosso organismo social e já que o Governo cerra os olhos e dilapida os cofres da Nação, sejamos nós mesmos os justiçaadores...”

Discursava um estudante. A multidão gritava: *Lincha! Lincha!* Macunaíma saiu em defesa dos manos. *“-Que lincha nada!”*, exclamou o herói. Estavam todos ainda mais zangados e viraram-se para ele. O estudante, provavelmente futuro bacharel de direito, continuou:

“...e quando o trabalho honesto do povo é perturbado por um desconhecido...”
(lembremo-nos, eles estavam em frente à Bolsa de Mercadorias).

“-O que! Quem que é desconhecido!” Bradou Macunaíma, avançando pra multidão. *“- O que vocês estão pensando heim! Não tenho medo não!”*. O herói dá um pontapé num advogado e sai distribuindo *rasteiras e cabeçadas*. De repente, um homem alto, loiro, falando idioma estrangeiro. Era um grilo²⁸³. *“-Prrreso!”* Foi a única palavra que o herói conseguiu entender, daquele homem *muito lindo*, pois todas as outras palavras eram em língua estrangeira.

²⁸³ Policial na gíria da época

O grilo não quis conversa e desceu a ladeira, com Macunaíma preso e o povo todo atrás. Outros grilos se aproximaram, todos falando *muitas frases, muitas! em língua estrangeira*. O povo, que antes brigava com Macunaíma, tomou a sua defesa e as mulheres choravam com dó do herói. Mas não adiantava falar, aquela porção de grilos não entendia palavra alguma, pois *não pescava nada de brasileiro*.

“*Não pode!*”, “*Larga!*”, “*Não leva*”, “*Não pode!*”, “*Solta!*”. Foi uma confusão só. E no meio de um furdução temível, Macunaíma se aproveitou da trapalhada, e “*pernas pra que vos quero!*”. Tomou um bonde e foi ao encontro do gigante.

Sob uma chuva-de-preguiça, a garoa paulistana que os edifícios altos, o desmatamento e o asfalto, se encarregaram de extinguir, logo começou a batalha. Foi longa. Entre ofensas, formigas, marimbondos e saúvas. Novamente não foi desta vez que o herói recuperou a sua Muiraquitã.

Mais uma vez o herói constrói o seu caminho em retirada. Passa por Manaus, Mendoza na Argentina; conhece um galé fugido da Guiana Francesa (deveria ser Papillon, outro herói de fugas espetaculares, tão poeticamente narradas em um filme com Steve MacQueen e Dustin Hoffman). A caminhada foi tão longa que Macunaíma nem *sabia bem mais em que parte do Brasil estava*. Estava no buraco de Maria Pereira, a *cunhã portuguesa amufumbada naquela brecha do morro desde a guerra com os holandeses*.

O herói continuou sua andança. Andança que depois é vôo. Vôo do Tuiuiú, pássaro que se transformou na *máquina aeroplano*. Voam sobre o *Chapadão mineiro de Urucuia, Itapecerica, as dunas de Mossoró, a serra do Tombador no Mato Grosso, Sant’Ana do Livramento, Amargosa na Bahia, e Gurupá e o Gurupi*. E no meio do caminho, Macunaíma cruza com o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão voando em seu balão.

Uma fuga espetacular que, finalmente, trouxe o herói de volta para o *igarapé Tietê*. Como não tinha dinheiro para pagar o Tuiuiú, deu-lhe um conselho que vale ouro:

“*Neste mundo tem três barras que são a perdição dos homens: barra de rio, barra de ouro e barra de saia, não caia!*”

Falta queijo!...

Venceslau Pietro Pietra, o Piaimã, havia partido para a Europa, foi descansar da última sova e levou toda a família. Mais uma espera. Jiguê propôs que fossem à Europa; como não tinham dinheiro, Macunaíma teria que se passar por pianista para conseguir uma bolsa do governo e assim pagar a passagem e a estadia. Refletindo²⁸⁴ decidiu se disfarçar de pintor, “*é mais bonito!*”. Bastava buscar a máquina óculos de tartaruga, um gramofoninho, meias de golfe, luvas e assim ficaria parecido com um pintor.

O plano não deu certo. Quando os manos voltaram da maloca do Governo, vieram com a notícia de que já havia “*mil vezes mil pintores*” na fila para obter uma pensão para ir à Europa. Desse jeito Macunaíma só seria nomeado no dia de *São Nunca*. Demoraria muito. Macunaíma ficou tomado por raiva com a injustiça do Governo: “*tirou as calças pra refrescar e pisou em cima*”. Após se acalmar, falou pros manos:

“-Paciência manos! Não! Não vou pra Europa não. Sou americano e meu lugar é na América. A civilização européia de-certo esculhamba a inteireza do nosso caráter”.

A espera foi longa. Até que um dia pela manhã “*...nem bem Macunaíma abriu a janela, enxergou um passarinho verde. O herói ficou satisfeitíssimo*”. E ficou ainda mais satisfeito quando Maanape entrou no quarto contando o que havia lido nas máquinas jornais: Venceslau Pietro Pietra estava de volta.

“Macunaíma resolveu não ter mais contemplação com o gigante e mata-lo”.

Para tanto testou sua força no *mato Fulano*. Após campear légua e meia, *topou com uma peroba com a sapopemba do tamanho dum bonde*. “*Esta serve*” ele fez. O herói já tinha passado por uma dieta de muito guaraná e sentiu confiança para arrancar o pau sem deixar nem sinal na terra. “*Agora sim que tenho força!*”, exclamou.

Era noite fechada. Lá se foi Macunaíma tocaiar a casa do gigante. A neblina tomava conta do ambiente e no “*estacionamento das máquinas táxi da esquina, as cunhãs estavam*

²⁸⁴ Mário de Andrade começou a ganhar a vida como professor de piano.

brincando por aí". Deu uma vontade de brincar; mas ele não poderia brincar naquela hora. Também não poderia pegar no sono, tinha que espreitar Venceslau Pietro Pietra.

Não demorou muito e chegou um vulto. Era Emoron-Pódole, saído diretamente do livro de Koch Grümberg, o antropólogo alemão que apresentou *maku Ima* ao mundo. Emoron-Pódole, o Pai do Sono, do tempo que os homens ainda dormiam em pé, “*encostados às árvores. Só depois que roubaram a rede do lagarto é que passaram a dormir deitados...*”²⁸⁵. O Pai do Sono foi se aproximando. Quando estava bem pertinho, Macunaíma cochilou. “*Bateu com o queixo no peito, mordeu a língua e gritou: - Que susto!*”. O sono fugiu.

Mais um tempo de espera. De repente um pitium toma conta do ar. Era um cheiro de peixe muito forte, parecido com o que os indígenas sentiam quando da chegada dos primeiros portugueses²⁸⁶ [os índios afirmavam que o branco cheirava a peixe, ‘*opitiú*’, enquanto referiam-se a si mesmos como ‘*osakéna*’ – cheira bem]. Venceslau Pietro Pietra chegou.

Macunaíma estava perto da criada do gigante e do motorista deste e foi convidado para se aproximar de Piaimã. Piaimã tinha orelhas furadas. O buraco era tão grande que cabia a perna de uma pessoa. Foi o que ele fez. “*Enfiou a perna do rapaz na orelha direita, a outra na esquerda e foi carregando o moço nas costas*”. “*Atravessaram o parque e entraram na casa*”. Macunaíma os acompanha. Já dentro da casa, Piaimã se aproxima de um buraco fundo, preso por um cipó de Japécanga [trepadeira], sentou o moço no cipó e perguntou se ele queria balançar. O moço concordou. Balançou, balançou, até que deu um arranco. Como Japécanga tem espinho, eles encravaram no corpo do motorista, fazendo brotar sangue. O motorista gritava e o sangue pingava num tacho de macarrão. Foi um sofrimento só, até que, em um arranco muito forte, o rapaz caiu no molho da macarronada.

Macunaíma não viu essa cena, *estava se rindo com a criadinha*. O gigante foi buscá-lo. “*-Vamos lá dentro?*”. Macunaíma sussurrou: “*-Ai!...que preguiça!...*”. Foi-se com o gigante. O gigante fez com ele o mesmo que fez com o chofer, carregando-o nas costas de cabeça para baixo, com os pés presos nos enormes buracos de suas orelhas. O herói havia levado uma sarabatana e assim que pode tentou acertar Piaimã. “*-Faz isso não, patrício!*”. O gigante arrancou a sarabatana e a jogou longe. Mas Macunaíma conseguiu alguns ramos que caíram neste

²⁸⁵ PROENÇA CAVALCANTI, Manoel – *Roteiro de Macunaíma*, pg. 220 – Edições Anhembi, 1955.

²⁸⁶ Aqui fica um convite à imaginação. Os portugueses chegando em suas caravelas; 40..60 dias no mar; sem banho, aquelas roupas pesadas. Não é de estranhar que um povo acostumado a tomar vários banhos por dia sentisse cheiro de peixe ao aproximar dos brancos.

momento. Passou a fazer cócegas nas orelhas do gigante. *“Piaimã dava grandes gargalhadas e pulava de gozo”*. *“-Não amola mais, patrício!”*. Macunaíma parou. Já estavam perto do balanço.

No caminho Macunaíma percebeu que o gigante tinha uma gaiola de ouro com passarinhos cantadores. *“E os passarinhos do gigante eram cobras e lagartos”*. O herói pensou rápido, pulou na gaiola e se pôs a comer os passarinhos, ou melhor, as cobras. A cada uma que engolia, ia contanto: *“-Falta cinco...”*. Até que as cobras se acabaram. *“Olhou cheio de raiva pro gatuno da mauiquitã e rosnou:*

“-Hhmm...que preguiça!

O gigante estava prestes a colocar o herói na balança.

“-Eu até que nem não sei balançar...Milhor você vai primeiro, que Macunaíma rosnou.

“-Que nada herói! É fácil que-nem beber água! Assuba na Japecanga, pronto: eu balanço”

Foi um vai não vai. O gigante querendo pôr Macunaíma no balanço e este tentando fazer com que Piaimã fosse primeiro. De repente Venceslau Pietro Pietra, o poderoso regatão, *“amontou no cipó”*. Havia chegado a hora. Macunaíma balançou com força e cantava:

“Bão-ba-lão

Senhor capitão

Espada na cinta

Ginete na mão”

Uma brincadeira de criança a lhe dar coragem. Deu um arranco ainda mais forte enquanto os espinhos ferravam a carne do gigante. O sangue espirrava. Lá em baixo um duende maligno, a caapora. A sangueira engrossava o molho da macarronada. Piaimã gritava:

“Pára!Pára!”

Macunaíma estava forte por causa da dieta de guaraná e porque tinha comido cobra. Ele balançou com tanta força e constância até que o gigante ficou bem tonto. Venceslau Pietro Pietra caiu no buraco. Em uma tentativa inútil, fez um apelo para evitar a morte:

“-Lem lem lem... si desta escapar nunca mais como ninguém!”

Era tarde.

A macarronada fumegava. *“Subiu no ar um cheiro tão forte de couro cozido que matou todos os tico-ticos da cidade e o herói teve uma sapituca”* [embriagues rápida]. Mas o gigante não morreu tão fácil e conseguiu se erguer do fundo do tacho. Afastando fios de macarrão que corriam por seu rosto, lançou suas últimas palavras:

“-Falta queijo!”

“Este foi o fim de Venceslau Pietro Pietra que era o gigante Piaimã comedor de gente”.

Até na hora da morte, o regatão, ou o ‘Mercado’ (como queiram), se revelou insaciável. Os doutores economistas políglotas serviçais médicos contadores que receitam tantos sacrifícios, tanta economia de felicidade para alimentar o ‘Mercado’ devem saber, mas fingem que não sabem (pois o sacrifício que receitam é para ser cumprido apenas pelo povo e *pimenta nos olhos dos outros não arde*): Piaimã sempre quer mais.

Entre 1982 e 2000 os países da América Latina pagaram US\$ 1,45 trilhão pelos empréstimos que contraíram, ocorre que este valor é quatro vezes superior à dívida original. E o montante da dívida continua crescendo. Quando são concedidos novos empréstimos o seu único objetivo é financiar o pagamento de empréstimos anteriores. Mas a ênfase na apresentação destes dados é outra. *“O FMI dá ajuda ao Brasil..., à Argentina”*, é o que dizem os jornais. Inventaram um sinônimo para empréstimo: ajuda. Enquanto o gigante vai engordando, os povos destes países se afundam em maus tratos, maus cheiros, filas, desemprego, miséria, escolas de má qualidade, saúde desorganizada, previdência quebrada, sonhos desfeitos. Tudo para alimentar Piaimã. A imagem que passam (a narrativa feita), com a colaboração de entendidos jornalistas serviçais políticos economistas (muitos economistas!), é de que são os países pobres que dependem do dinheiro dos ricos. Mas ocorre exatamente o contrário. Em apenas cinco anos, entre 1997 e 2002,

os países do bloco subdesenvolvido efetuaram uma transferência líquida de recursos financeiros para os países ricos no valor de US\$ 700 bilhões²⁸⁷.

Com o olhar de poeta, Mário de Andrade nos demonstrou a ganância insaciável de Piaimã e de como ele tira o sangue, o lazer e os sonhos de nossa gente. Com a coragem de herói, Macunaíma enfrentou o gigante. E venceu.

Quando São Paulo foi totemizada em preguiça

Macunaíma tinha recuperado a sua muiraquitã e já podia voltar para casa. Assim fez. Os três manos partiram satisfeitos.

“Quando atravessaram o pico do Jaraguá Macunaíma virou pra trás contemplando a cidade macota de São Paulo. Maginou sorumbático muito tempo e no fim sacudiu a cabeça murmurando:

- Pouca saúde e muita saúde, os males do Brasil são..”.

Em seguida lançou um feitiço, desses que pegam fácil, como o peixe caborge²⁸⁸ do rio São Francisco, que também designa as meretrizes que vivem no porto de Juazeiro, no lado baiano das margens do velho Chico.

“Então fez uma caborge: sacudiu os braços no ar e virou a taba gigante num bicho preguiça todinho de pedra”.

São Paulo virou totem em forma de bicho preguiça. Partiram.

Mais uma vez a influência da teoria de Freud se faz presente. Oswald de Andrade, no Manifesto Pau Brasil, de 1928, assim dizia: *“De Willian James e Veronoff. A transformação do Tabu em Totem. Antropofagia”.*

Macunaíma fez. Em uma época em que São Paulo estava construindo a imagem de *“locomotiva do Brasil”*, cidade que exalta o trabalho em hino (*“São Paulo que amanhece*

²⁸⁷ Dados do Banco Mundial.

²⁸⁸ CABORGE – peixe do rio São Francisco (*Doras marmoratus*) que vive nas margens do rio no tempo das chuvas e é fácil de pegar.

trabalhando...), o feitiço de Macunaíma a transforma em seu contrário, quebrando completamente o tabu inventado.

Retomando à análise de Marina Pacheco Jordão, percebemos que, em Macunaíma: *“Totem e Tabu se reapresenta para nós como um texto-chave para a compreensão do texto de Mário”*²⁸⁹. Para Freud, Totem é:

*“Via de regra é um animal (comível e inofensivo ou perigoso e temido) e mais raramente um vegetal ou um fenômeno natural (como chuva ou a água) que mantém relação peculiar com todo o clã. Em primeiro lugar o totem é o antepassado comum do clã; ao mesmo tempo, é o seu espírito guardião e auxiliar, que lhe envia oráculos e embora perigoso para os outros, reconhece e poupa os seus próprios filhos. Em compensação, os integrantes do clã estão na obrigação sagrada (sujeita a sanções automáticas) de não matar nem destruir seu totem e evitar comer sua carne (ou tirar proveito dele de outras maneiras). O caráter totêmico é inerente, não apenas a algum animal ou entidade individual, mas a todos os indivíduos de uma determinada classe. De tempos em tempos, celebram-se festivais em que os integrantes do clã representam ou imitam os movimentos e atributos de seu totem em danças cerimoniais”*²⁹⁰.

E a base do Tabu se constitui em:

*“... uma ação proibida, para cuja realização existe forte inclinação do inconsciente. [...] Essas proibições dirigem-se contra a liberdade de prazer e contra a liberdade de comunicação”*²⁹¹.

A epopéia de Macunaíma envolve este embate entre preguiça e trabalho, sendo que a natureza da consciência está ligada ao Tabu. Para Freud a consciência surge após um tabu ter

²⁸⁹ PACHECO JORDÃO, Marina – *Macunaíma gingando entre contradições*, pg. 168 – Ed. Annablume – 2000
Como a psicanálise não é a minha especialidade, as referências apresentadas na seqüência são emprestadas da linha de raciocínio da autora.

²⁹⁰ FREUD, Sigmund – *Totem e Tabu*, pg. 15 – Imago, 1974 – Apud. Marina Pacheco Jordão pg. 168

²⁹¹ Idem, pg. 169

sido violado²⁹². Esse foi o esforço de Mário de Andrade, quebrar o tabu, chamar os leitores à consciência, mais que os leitores, chamar todo o povo. Sua obsessão era tanta que ele lançou mão até mesmo de uma participação em governo, como diretor de Cultura, Educação e Recreação da cidade de São Paulo, entre 1935 e 1938, mesmo tendo aversão à política tradicional. Participação essa que lhe trouxe mais amarguras e frustrações do que satisfação.

Em *Macunaíma*, Mário de Andrade utiliza a magia como estando ligada à onipotência do pensamento, buscando semelhanças entre o ato executado e o ato esperado. Por isso seu estudo de Brasil é feito na forma desta rapsódia. Como constatou Roger Bastide, para entender o Brasil o sociólogo tem que se travestir de poeta. Mário de Andrade fez o contrário, foi o poeta que se travestiu de sociólogo. E o fez com a maestria de um artista. E também de um mágico, que a partir do lúdico, produz efeitos emocionais e de análise; um mágico da interpretação do Brasil.

Os elementos que estruturam a temática em *Macunaíma* são totêmicos (a preguiça, o sapo de jade –a muiraquitã-, o boi -que será retomado no poema testamento “*Meditação sobre o Tietê*”- como indicador da paciência) e a perda destes objetos sagrados é que dirige as ações do herói em um ideal que se faz real. É desta forma que ele continua nos fornecendo pistas de como proceder em um processo de tomada de consciência em nossa própria sociedade. Em São Paulo, a muiraquitã perdida seria o rio Tietê (e seus afluentes) que, de fonte de vida, transformou-se em esgoto, tornando-se invisível, mas não inodor. Os habitantes da cidade deixaram de nota-lo, do mesmo modo que deixam de notar as esquinas cada vez mais tomadas por espectros da miséria, vítimas de Piaimã, o comedor de gente. E a virada de consciência, quem sabe a emancipação de indivíduos, está no momento em que as pessoas se perceberem como sujeitos, quebrando do tabu trabalho. Não é exatamente isso que Karl Marx fala, só que de outra forma?

A gula de Piaimã é tanta que a realidade já tem se encarregado de quebrar o tabu do trabalho, o fim do emprego. Em dezembro de 2003, já são mais de 2.000.000 de desempregados em uma região metropolitana de 17.000.000, a maioria deles jovens que nunca conhecerão um emprego regular. No entanto, a ideologia dominante, impregnada nos pensamentos e condutas das pessoas, se encarrega de mantê-las amarradas a este tabu, gerando um terrível sentimento de frustração e fracasso. E que desemboca em violência de todos contra todos.

Para Mário de Andrade o bicho preguiça é o símbolo da mais perfeita consciência de movimento e sabedoria. Por isso o escolheu para petrificar a cidade, transformando São Paulo em

²⁹² Ibidem, pg. 172

totem de um bicho preguiça. A totemização das cidades é algo praticado por vários povos. Os Incas -e Macunaíma cruzou os Andes por isso sabia (lembremo-nos de que ele bebeu o vinho de Ica, produzido no deserto do Peru, além da cordilheira)- construíam suas cidades como totens. Cusco, o umbigo do mundo, capital do império Inca era a cidade puma²⁹³. São Paulo poderia muito bem ser a cidade preguiça.

A Divina Preguiça

A idéia de preguiça em Mário de Andrade é anterior a Macunaíma e foi sedimentada em um artigo publicado em 3 de setembro de 1918, no jornal *A Gazeta*, ainda em sua juventude. Podemos perceber claramente que vários conceitos desenvolvidos em Macunaíma já estavam perfeitamente elaborados no artigo *A Divina Preguiça*²⁹⁴.

Neste artigo notamos uma incrível proximidade do pensamento de Mário de Andrade com o Manifesto de Paul Lafargue. Não há registro de que ele tenha tomado contado com *O direito à preguiça*, mas certamente ambos se inscrevem na mesma direção e devem figurar, junto com *O direito ao Ócio*, de Bertrand Russel, como os grandes clássicos do tema, herdeiros do mais refinado pensamento grego.

A Divina Preguiça aponta dialeticamente a necessidade de se rever conceitos e processos acerca do desencadeamento da civilização:

Aquelles que asseveram ter a humanidade eras de progresso, de estacionamento e eras em que a civilização volta atrás, laboram num ligeiro desvio de concepção e, numa compreensão menos exacta de synonymia das palavras. Na passagem das civilizações, como na própria vida, tudo é marchar, buscando um horizonte deanteiro inatingível. A destruição é, como a criação, uma necessidade dessa marcha que impulsiona os homens.

²⁹³ “Mais de cinqüenta mil homens trabalharam incessantemente edificando aquedutos, armazéns, templos, palácios e tudo quanto necessitou a cidade que pouco a pouco assumiu a forma de seu totem, o puma.(CUSCO y el Valle sagrado de los Incas, pg 35 – Fernando Elorrieta Salazar – Edicion Tanpu, 2002) – tradução própria.

²⁹⁴ Artigo publicado em “A Gazeta”, extraído do Álbum de recortes de Mário de Andrade (3/9/1918) no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros -IEB/USP –, microfilme 49 – pg. 103, pasta de recortes n. 35

Note-se que a rediscussão destes conceitos de progresso é reforçada pelo impacto da Primeira Guerra Mundial em um processo de matança e barbárie dantesco:

Não se poderá dizer, sem receios de pesado errar, que a civilização perlongasse (antes da guerra) esse caminho que vai ter à luz. Digo antes da guerra, porque é certo, que o pampeiro das metralhas, o holocausto dos homens moços pela Grande Causa varreram o futuro dos bulhões que os o ensombravam; e a humanidade que sobreviver sentirá mais incentivos no desejo, mais entusiasmos na inspiração.

Como um dos efeitos da guerra, ele imagina que talvez ela tenha o poder de reabrir conceitos, sendo o “*Sezamo, abre-te!*”, que desencadearia uma série de idéias novas e libertadoras. Entre as velhas idéias a serem combatidas situam-se os conceitos pré-estabelecidos de trabalho e preguiça. Seu artigo contesta um outro, de um famoso articulista e acadêmico brasileiro, Austragésilo de Athaíde, que se refere à preguiça como sendo uma patologia a ser combatida, curada. O título do artigo é a *Preguiça Patológica* e assim Mário de Andrade o contesta:

Não me assaltou com lêl-as, a garganta dos deuses de Homero, mas confesso ter-me encrespado os lábios, o sorriso das figuras de Da Vinci. Mais uma illusão que nos querem tirar! A preguiça, que para uns fora o dom dos deuses e para outros peccado mortal, eil-a reduzida a um morbo de nova espécie! Não poderíamos mais gosar de nossos lazeres, agradecendo-os aos deuses, nem inculpar as nossas acedias preguiçosas, só remíveis no gradil dos confissionários!... Não; nem gosar com aquelles, nem sofrer com estas: a preguiça não era nem regalo nem culpa, resumia-se a uma doença! Todos os preguiçosos seriam outros tantos doentes!...

Essa visão criminalizadora da preguiça, que condena o próprio lazer como desvio do espírito, estava inserida no contexto higienista da época e teve ampla difusão com o personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato²⁹⁵. Mário de Andrade apresentou a preguiça com um outro significado:

²⁹⁵ Como apresentamos anteriormente, Monteiro Lobato viria a rever esse seu entendimento.

Nem gosar nem sofrer! Não se lhe poderia increpar a mandranice, nem exaltar a felicidade dos ócios, todos sofriam o contágio do mesmo morbo! E a uma receita de doutor e dois meses de estação de águas, sarada e firme, a humanidade voltaria ao labutar diuturno da vida!

Aproximando-se de Lafargue (mesmo sem conhece-lo), ele deixa claro que a humanidade nem sempre teve a mesma opinião sobre a preguiça, demonstrando que o seu significado mudou de acordo com o tempo, as necessidades e valores decorrentes de cada momento histórico:

A preguiça teve sempre conforme o sentido em que foi tomada, modulações varias. Cada época e cada religião, acceitando e compreendendo a preguiça segundo seu modo de ver, decantara-a ou repulsara. Na Grécia e na Roma de apogeus incontrastáveis, apesar de terem sido estádios de continua actividade, onde mais se accentuava o prurido dos ideaes, ancias de perfeição, ella foi apreciada e divinizada quase. Tempos de formoso trabalho, onde as saúdes abundavam de selva, onde as intelligencias eram mais geniais e as riquezas mais plethoricas, foi-lhes dado imprimir a quase todas as artes plásticas ou literárias o impulso que fez com que ellas atingissem a portentosa serenidade na força e a suprema belleza na verdade. A arte que – como explana Reinach – é mais ou menos um luxo, diferenciando-se, entre outros, por esse character especial das outras manifestações da actividade humana, não poderia desenvolver-se e alcançar o seu fastigio sinão em meio das riquezas que prestigiaram as collinas da Hellade e os serros mansos de Roma. A arte nasceu porventura de um bocejo sublime assim como o sentimento do beijo deve ter surgido duma contemplação ociosa da natureza. O beijo e a arte são a descendência que perpetua e enaltece o ócio.; e os próprios philosophos hellenicos, nas suas preguiças illuminadas, esmagando ao peso das sandálias a areia especular dos seus jardins, gostavam de repousar os olhos nos mármores intemeratos no verde polychromico das relvas e vergeis, na palpitação das carnações sadias.

“*Preguiça mãe das artes e das virtudes nobres!*” disse Lafargue em seu manifesto. “*A arte nasceu de um bocejo sublime...*” disse o nosso poeta ao defender as preguiças iluminadas

dos filósofos gregos. E também o beijo, *surgido de uma contemplação ociosa da natureza*. Mário de Andrade também se aproxima de Max Weber ao identificar no cristianismo o momento de virada deste conceito, quando a preguiça transforma-se em pecado:

O christianismo, compreendendo mais humana e verdadeiramente a vida, fez da preguiça um peccado.... Mas já não é a mesma preguiça. O vício que o christianismo repulsa é o conculpe pelo abandono das luctas e das porfias a que nunca refugiram os governados por Péricles. O preguiçoso que o christianismo indigita é o que se avilta na inércia lânguida - porta aberta aos pecados dos mortaes.

Neste momento ele deixa claro a distinção entre um sentido de preguiça como inércia e a preguiça criativa:

O preguiçoso do paganismo é como Titero de Virgílio que, derreado á sombra das balseiras, olhava as suas vaccas pascerem longe, tangendo na avena ruda; ou é como o calmo Petrônio, que vagava pelas ruas de Roma, entrando os mercados onde expunham virgens nuas , ouvindo as intrigas no Fórum, descobrindo as ambições dos Eumólpios, para legar aos homens do porvir as paginas vivazes do Satiricon,a chronica mais perfeita dos romanos da decadência.

“*Primeiras sociedades do lazer, primeiras sociedades da abundância*”, assim como o antropólogo M. Sahlins apontou, Mário de Andrade também percebeu na preguiça a base definidora da identidade dos povos nativos:

Para os nossos indígenas as almas libertadas do envolucro da carne, iriam também repousar, lá do outro lado dos Andes, num ócio gigantesco. É a mesma concepção do Eldorado, de Poe, existente além do Valle da Sombra, que inspirou Baudelaire, Antonio Nobre e o nosso Alberto, nos alexandrinos lapidares de “Longe...mais longe ainda!”.

Estes conceitos foram aprofundados dez anos depois, em Macunaíma e a preguiça foi apresentada uma das matrizes do caráter nacional, uma preguiça criativa, gingada e inovadora. Mas, definitivamente, foi neste artigo que Mário de Andrade consolidou a sua convicção da

importância de travar um embate com essa noção moralizadora e controladora do tempo (que deveria ser) livre das pessoas. O ócio é apresentado em seu contrário, como um elemento libertário e de recusa da dominação onde o riso, a brincadeira e o lazer são entendidos como fundamentais para a emancipação humana:

Mas eis que os psychiatras querem trazer á preguiça mais essa qualificação de doentia; redimindo os ócios culposos, vulgarizando os ócios salutare!... Revoltemonos! A preguiça não pode ser reduzida a uma doença! Si algumas vezes é o resultado passageiro duma lesão, não poderá jamais misturar todos os preguiçosos num só caso de observação clínica!

Mil vezes não! Forçoso é continuar para que o idealismo floresça e as illusões fecundem, a castigar os que se aviltam no “far niente” burguez e vicioso e a exaltar os que compreenderam e sublimaram as Artes, no convívio da divina Preguiça!

E todo esse sofisticado pensamento de Mário de Andrade é sintetizado em uma frase magistral de seu companheiro de modernismo, Oswald de Andrade, registrada no Manifesto Antropofágico:

“A alegria é a prova dos nove”

De volta ao Mato Virgem.

Voltando a Macunaíma... Pois uma história tem que ser contada até o final.

Os manos “...se sentiam marupiaras [fortes, felizes] outra vez”, estavam voltando para casa, descendo o rio Araguaia. E a medida que as águas araguaias murmuravam, eles iam reconhecendo tudo, as aves faladoras, o papagaio-trombeta, o papagaio-curraleiro, o periquitocutapado e também o bando de araras vermelhas e jandaias. Nesta terra de tantos pássaros, eles também reconheciam as moitas, os peixes e plantas. Macunaíma se lembrou que era o imperador do Mato-Virgem e até a Vei, a sol, o desculpou, dando-lhe lambadas de luz e calor.

Da civilização, trouxe apenas o que mais lhe chamara a atenção na civilização paulista: o revolver Smith-Wesson o relógio Patek e o casal de galinha Legorne, só coisas estrangeiras. O revolver era um símbolo de força, mas ele tinha a muiraquitã, que o tornava

muito mais respeitado que a posse de qualquer arma, era senhor de si mesmo. Com o casal de galinha, teria alimento todos os dias, mas de nada lhe serviriam os ovos diários, pois o Mato-Virgem já lhe fornecia tudo de que necessitava. Sobrava o relógio, demarcando diferentes concepções de tempo. No Mato-Virgem imperava o tempo natural, mas na cidade era preciso contar o tempo de um jeito diferente, abstrato, calculado por um instrumento mecânico, uma máquina-de-contar-horas. Em *Costumes em Comum*, o historiador inglês E. P. Thompson aponta as relações entre o tempo abstrato dos relógios e o desenvolvimento da indústria e de uma nova mentalidade de trabalho, mais puritana, controlada por mecanismos de coerção e disciplina. O historiador brasileiro, Edgar De Decca, segue na mesma direção:

“Cronometrar, calcular e quantificar o tempo de trabalho tornou-se decisivo para a conquista da produtividade do trabalho. Mas para que esse trabalho pudesse ser submetido ao controle disciplinar do tempo dos relógios, houve a necessidade de submissão dos trabalhadores ao mundo das fábricas. Retirar dos trabalhadores os seus meios de subsistência e obriga-los à dependência do trabalho fabril, essa foi uma grande conquista dos empresários capitalistas do início da Revolução Industrial. A perda dos meios de organização da vida dos trabalhadores foi acompanhada pela perda de seus costumes e tradições”²⁹⁶.

Eles estavam retornando para a beira do Uraricoera. Quanto mais se aproximavam, mais Macunaíma se lembrava da dona da muiraquitã, a briguenta, a “*diaba gostosa que batera tanto nele*”, Ci, Mãe do Mato. Neste instante ele reza²⁹⁷ para o pai do amor:

*Rudá! Rudá!*²⁹⁸

Tu que está no céu

E mandas nas chuvas.

Rudá! Faz com que minha amada

Por mais companheiros que arranje

²⁹⁶ DE DECCA, Edgar Salvadore – E. P. Thompson: *Tempo e Lazer nas sociedades modernas* – pg. 63 – in. *Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes* (Heloísa Turini Bruhns – org.) Ed. Chronos, 2002

²⁹⁷ E colocamos a reza nesta dissertação na esperança de que talvez seja útil para tantos amantes que procuram se reencontrar. Quem sabe rezam juntos.

²⁹⁸ Alguns anos depois, Oswald de Andrade e Patrícia Galvão, a Pagu, deram o nome de Rudá ao filho que tiveram juntos.

*Ache que todos são frouxos! Assopra nessa marvada
Sodades do seu marvado!
Faz com que ela se lembre de mim amanhã
Quando o Sol for-se embora no poente!...*

Na volta encontrou João Ramalho, o português que virou índio e “*deu uma chegadinha até a boca do rio Negro para buscar a consciência deixada na ilha de Marapatá*”. Não a encontrou. “*Então o herói pegou na consciência dum hispano-americano, botou na cabeça e se deu bem da mesma forma*”. Quem sabe nossos irmãos da América do Sul também não passem por Marapatá e assim vamos trocando consciências.

No Mato Virgem, descobriram que os peixes rareavam, toparam com o feiticeiro Tzalô, o papa-peixes dos Taulipangue, travaram novas aventuras e caças, encontraram a Sombra e Zumbi e Jorge Velho, o Paulista que dominou Palmares. E a cabaça mágica, que permitia que pegassem peixes à vontade. E os bois, as histórias e os cantos do Brasil:

*“O meu boi morreu,
Que será de mim?
Manda buscar outro,
- Maninha,
Lá no Bom Jardim...”*

De Bom Jardim no Rio Grande do Sul, até o alto sertão, com o senhor Manuel da Lapa, *carregado de folha de cajueiro e de rama de algodão*:

*Seu Manué que vem do Açú,
Seu Manué que vem do Açú,
Vem carregadinho de folha de caju!*

*Seu Manué que vem do sertão,
Seu Manué que vem do sertão,
Vem carregadinho de rama de algodão”*

Essas foram as histórias que nosso herói descobriu e que, em sua original falta de caráter, foi compondo um novo caráter de brasileiro, quem sabe mais que isso, de sul-americano. Um cadinho de cada lugar, um pouquinho de cada pessoa, de cada tempo. Em sua aventura, o herói conheceu pessoas extraordinárias, mergulhando em um mundo de magia e mistérios.

Mas como herói preguiçoso, seu tempo de aventuras estava chegando ao fim. O herói foi perdendo a vontade de viver por essas terras atribuladas e egoístas, se aborreceu de tanto “*penar na terra de pouca saúde e muita saúde*”. Sentia banzo, sentia falta de Ci. Foi *pro céu viver com a marvada*, transformou-se na constelação de uma perna só, a Ursa Maior. Virou estrela.

E no céu reencontraria uma vida de lazer e felicidade. “*Não fazia mal que seria brilho inútil não* (Não foi o que aprendemos? O ócio é inútil. Houve [há] tempo que a arte também foi [é] considerada inútil), *pelo menos era o mesmo de todos esses parentes, de todos os pais dos vivos de sua terra, mães, pais manos cunhãs cunhadas cunhatãs, todos esses esquecidos que vivem agora do brilho inútil das estrelas*”.

E quem quiser descobrir algum brilho inútil entre os esquecidos, mas não consegue ver as estrelas no céu, que olhe para o lado, para as ruas de sua cidade (quanto maior for a cidade maior será a chance de enxergar, basta querer). Lá nas esquinas estarão brotando as mesmas estrelas crianças curumins querubins jovens mães cunhãs mães pais velhos pais irmãos manos irmãs cunhadas meninas caboclas cunhatãs. Gente de sorriso triste molecada levada vultos marcados olhares de paisagem, “*todos esses esquecidos que vivem agora do brilho inútil das estrelas*”.

Capítulo IV

SÃO PAULO DESCOBRE O LAZER

A muiraquitã de São Paulo: o rio Tietê

A emergência do lazer

Como vimos, ócio, trabalho e tempo livre podem ter significados absolutamente diversos. Nas sociedades pré-capitalistas não havia um nítido recorte entre tempo de trabalho e tempo de descanso, os festejos eram associados à produção (marcação dos solstícios e acompanhamento do ciclo agrícola) e a participação em rituais ou feriados não poderia ser considerada lazer ou folga, mas sim parte integrante da vida produtiva. Não havia esse “lazer consciente”²⁹⁹, sendo que todos os momentos de parada e festa tinham um caráter cerimonial e obrigatório, mesmo que, aos nossos olhos, funcionassem como lazer. Do mesmo modo, o ato de ir ao mercado ou à caça tinha um caráter tanto econômico/funcional como recreativo, de divertimento, assim como o canto e a narração de histórias se mesclavam com a atividade. A primeira feira regular de São Paulo, a feira de *Pilatos*, data do período colonial, representando o início de uma marca muito significativa para a vida cotidiana da cidade, o hábito de aliar lazer a consumo. De certa forma, a *feira de Pilatos*, foi precursora de um hábito que atualmente se transformou na “*praia do paulistano*”, o passeio nos Shopping Centers, os grandes templos da sociedade de consumo:

“No campo da Luz, o governador e capitão-geral Antonio Manoel de Mello e Castro e Mendonça – cognominado General Pilatos, estabeleceu feiras públicas, sendo por isso as mesmas chamadas – ‘Feiras de Pilatos’. Os negociantes da capital e das circunvizinhanças, bem como algumas famílias, para ali se transportavam em certa época do ano com produtos que expunham em barracas. As músicas dos corpos militares tocavam durante toda noite e as barracas iluminavam-se, e na do capitão

²⁹⁹ A discussão sobre “lazer consciente” na sociedade contemporânea é bastante questionável e retomaremos o assunto mais adiante.

geral tinha freqüentes vezes lugar uma partida a que concorriam as principais famílias de São Paulo”³⁰⁰

A *Feira de Pilatos* introduziu São Paulo ao lazer propriamente dito. Antes dela a vida social ainda era muito restrita às pequenas comunidades, havendo uma mistura entre ócio, trabalho e atividade cotidiana. Com a feira, os moradores das vilas e aldeamentos circunvizinhos de São Paulo, como São Miguel, Penha, Santo Amaro, Santo André, Carapicuíba e Santana do Parnaíba³⁰¹ se deslocavam especialmente para participar da feira e vivenciar o lazer. Para a maioria das famílias, principalmente esposas e filhos pequenos, esse era o único momento em que usufruíam de prazer e divertimento efetivamente livres. E também era assim para os que moravam em São Paulo, que se preparavam para a feira que era uma festa.

Criando uma ocasião especial para o lazer, vai havendo um deslocamento na própria relação com o tempo, que deixa de ser controlado pelos ciclos naturais e vai passando por uma transmutação, perdendo naturalidade, mudando de função, dependendo de um ato consciente de vontade. A organização da vida cotidiana vai se tornando cada vez mais abstrata e as pessoas são apartadas de seu meio para exercerem determinadas funções (o tempo do trabalho, da casa, da circulação e do lazer). A Carta de Atenas, já no século XX, consagra esse modelo do ponto de vista espacial e urbanístico ao definir as quatro funções básicas da cidade (morar, trabalhar, circular e recrear) e determina espaços diferenciados para cada uma destas funções. Trabalhar, morar, circular, se encontrar, tudo ao seu tempo e ao seu lugar. Um ordenamento que busca, em última análise, obter mais eficiência e lucro. E essa lógica da eficiência é transferida ao lazer. No lugar do ritual e da celebração pública, a nascente indústria do entretenimento.

Hora para se divertir, lugar para se divertir. No século XIX, na Inglaterra, surgem os Pubs (Public Bar, abertos a todo público em contraste com os Clubs exclusivos aos membros das classes altas, os sócios), licenciados para funcionar à noite. Assim se criou uma tradição (os ingleses adoram tradições): do trabalho ao Pub; as corridas de cavalo, as lutas de boxe, o cinema, o futebol e tantos quantos esportes ou atividades forem inventadas para entreter o público. Tudo com sua hora e lugar. Em São Paulo, a cidade entra na era do lazer de forma semelhante:

³⁰⁰ MARTINS, Antônio Egídio – São Paulo antigo (1554-1910) vol. I pg. 17 – Livraria Francis Alves, 1911.

³⁰¹ As três primeiras localidades estão incorporadas ao atual município de São Paulo, como distritos, os três últimos são municípios independentes mas que fazem parte da região metropolitana, estando conurbados com a capital)

*“Em 1839 a Câmara autorizou a abertura do primeiro salão de bilhar. Às quartas-feiras e aos sábados os estudantes organizavam passeios a pé ou a cavalo no campo, ou então passeios de barco no rio; às vezes havia caçadas que duravam três dias”.*³⁰²

Algumas décadas depois, as bases do lazer na cidade já estariam plenamente definidas. A pequena Vila, nascida de um Colégio, desejava apagar a época em que descanso se confundia com a indolência e o ócio dos índios e mamelucos dos primeiros tempos. Para ocupar o tempo nas horas de não trabalho, uma outra forma de ócio, agora consentida: o lazer.

O lazer refinando comportamentos

A instalação da Faculdade de Direito, logo após a independência do Brasil, foi um fator fundamental na transformação dos valores e hábitos culturais dos paulistanos. Com ela, a cidade passou a receber jovens de todo o Brasil; filhos da elite, que antes se dirigiram a Coimbra, fixavam residência na cidade e se envolviam na construção de uma nova identidade local e nacional. E esses jovens não vinham apenas das fazendas do interior, mas de centros mais pujantes como as cidades mineiras, a capital, Rio de Janeiro, Salvador e São Luís, as grandes cidades da época. Até então, praticamente inexistiam espaços institucionais para ocupar de forma estruturada o tempo livre dos moradores. Mesmo nos primeiros anos de funcionamento da faculdade o sentimento era de um constante tédio. O acadêmico de direito e futuro escritor, Álvares de Azevedo, relata da seguinte forma os seus dias de diversão em São Paulo:

“Hoje houve aqui a ‘interessante’ festa dos Caipós – ainda estou atordoado do barulho dos malditos tambores. Enquanto ao baile de hoje nada há que dizer, descrito um baile de São Paulo estão descritos, com pouca diferença, todos os presentes, passados e futuros. De cão a cachorro, não há diferença, cara d’um focinho do outro.

Adeus e viva que não há mais nada digno de contar-se senão que a Cidade ainda não deixou de ser São Paulo. O que quer dizer muita coisa, entre as quais tédio e aborrecimento”.

³⁰² MORSE, Richard – *Da comunidade à metrópole* – pg. 103 – Comissão do IV Centenário - 1954

O primeiro espaço a possibilitar uma vida cultural mais regular, foi a Casa da Ópera, em que os estudantes encenavam suas peças. A Casa da Ópera, na verdade, era um local bastante modesto, em 1861, passados quase quarenta anos de sua abertura, esse teatro, o único da cidade até então, foi considerado por Augusto Emílio Zaluar (*Peregrinação pela Província de São Paulo – 1860-1861*) inferior ao de Campinas, cidade do interior do estado, mas muito mais rica que a capital³⁰³. Somente em 1864 a cidade ganha um teatro digno do nome, o São José, que foi a principal casa de espetáculos até a inauguração do Teatro Municipal, em 1911, quando São Paulo já havia passado por uma completa transformação. Mesmo assim, a pequena ‘Casa da Ópera’, teve um significativo papel no desenvolvimento de uma nova referência cultural e de lazer:

*“Havia (1822-35) um teatro de humilíssima aparência, que o vulgo chamava de ‘Casa da Ópera’, situado ao lado sul do largo do Palácio... De vez em quando alguns curiosos representavam entremezes, como o de Esganarelo, do Juiz de Paz da Roça, do Manuel Mendes Enxúndia, e outra farsas chocarreiras, até que depois da fundação da Faculdade os estudantes instalaram nessa mesma casa um teatro acadêmico. Desde então, durante muitos anos, alguns estudantes, excelentes atores, como José Maris, Frederico, Bernardo Azambuja, Facão, Teixeira, ali proporcionavam grátis, a um público escolhido, excelentes diversões, representando os dramalhões mais em voga naquele tempo, farsas e pantomimas”*³⁰⁴

Mais que uma simples diversão, a ‘Casa de Ópera’ contribuiu para a composição de novos padrões de comportamento, acolhendo atores negros e atrizes, “mulheres de virtude duvidosa”, como diriam os da época. Foi no limitado palco da ‘Casa da Ópera’ que São Paulo tomava contato com a arte e as idéias da Europa e isto chamou a atenção de um viajante ilustre, Saint Hilaire que, ao lembrar-se de uma representação de “*O avaro*” de Molière, percebeu que “*não se pode deixar de reconhecer que alguns deles [os atores] possuíam inclinação para a cena*”. Curiosa essa situação, famílias paulistas de quatrocentos anos (trezentos naquela época)

³⁰³ Citado por José Roberto do Amaral Lapa – *Campinas, os cantos e os antros* – pg. 154 – Edusp - 1995

³⁰⁴ BUENO, Francisco de Assis Vieira - *A cidade de São Paulo - recordações evocadas de memória* – pg. 32 - Academia Paulista de Letras, 1976.

eram apresentadas à sofisticada cultura francesa por estudantes forasteiros, pretos e atrizes cujo talento “*corria parselhas com sua moralidade; dir-se-iam fantoches movidos por fio*”³⁰⁵.

Mas os hábitos paulistanos continuavam patriarcais e restritos à vida doméstica, com pequenas saídas para comentar os “temas do momento”:

*“almoço das 9 às 10 horas, jantar das 3 às 4; após este, saia o pessoal satisfeito, de palito à boca, indo os abastados saborear delicioso sorvete de 200 réis, na confeitaria Nagel; os mais, como de costume, resignavam-se falar mal da vida alheia...”*³⁰⁶.

E a forma de ir rompendo com esse jeito tradicional de ser, foi exatamente pelo lazer. Nos bares...

*“No andar térreo do pequeno e acaçapado sobrado da rua do Ouvidor, hoje José Bonifácio, existiu um deppósito de cerveja nacional denominado ‘Ao Corvo’, pertencente a Henrique Schomburg, a qual era muito freqüentado pela mocidade acadêmica e que aí, a qualquer hora do dia ou da noite, saboreando um bom copo de cerveja, palestrava sobre todos e quaisquer assuntos literários, históricos, políticos, etc...”*³⁰⁷

...percorrendo as ruas da cidade em carnaval...

“...em 1860 saiu, para percorrer as ruas da cidade, um grande e bem organizado bando carnavalesco denominado ‘Os zuavos’, parte do club que fez sair o mesmo bando grande número de comerciantes, vários funcionários públicos e os figurões da terra, sendo que o primeiro carnaval que se fez em São Paulo foi, segundo consta, no ano de 1857, não conhecendo o povo paulista, até aquela época, esse gênero de divertimento, pois só conheciam o tradicional entrudo, havendo na referida chácara e

³⁰⁵ In MORSE, Richard - *Da comunidade à metrópole* - pg 39 - Comissão do IV Centenário - 1954.

³⁰⁶ Pereira de Souza, in MORSE, Richard, *Da Comunidade à metrópole* - Comissão do IV Centenário - 1954.

³⁰⁷ MARTINS, Antônio Egídio - *São Paulo antigo (1554-1910) vol. II* - pg 93 - Livraria Francisco Alves-1911

durante as três noites do carnaval de 1860, animados bailes, nos quais muitos figurões tomaram parte”³⁰⁸.

Ou então, em passeios e piqueniques...

*“A diretoria do Club Mozart, cuja sede era na freguesia do Brás, querendo proporcionar aos sócios do mesmo club e ao público um passeio campestre (pic-nic) na cidade de Mogi das Cruzes, contratou, para isso, um trem especial da linha férrea do Norte (hoje Estrada de Ferro Central do Brasil), vendendo pelo preço de 2\$000 cada uma passagem no mesmo trem, que conduziu para aquela bonita cidade grande número de pessoas, as quais, inclusive a diretoria e sócios do mesmo Club Mozart, foram recebidas na estação, festivamente, pelas principais pessoas daquela aprazível localidade. Foi esse o primeiro pic-nic que, fora da capital, se fez no norte da antiga província de São Paulo, promovido por sociedades recreativas da mesma capital”*³⁰⁹

...festas e quermesses...

*“Entre os anos de 1882 e 1884 realizou-se, no Jardim Público, uma kermesse promovida por diversos membros influentes da distinta colônia franceza desta capital, sendo que essa kermesse foi a primeira que se fez em São Paulo”*³¹⁰

Até que o refinamento vai surgindo:

“Em um antigo prédio térreo que existiu na rua da Imperatriz, hoje Quinze de Novembro, esquina do Beco do Inferno, hoje travessa do Comércio...foi a 26 de fevereiro de 1876 inaugurado o Café Europeu, de propriedade de Vicente Médici, tendo sido esse estabelecimento o primeiro que, no gênero, se montou, com esmero e luxo, nesta capital”.³¹¹

³⁰⁸ MARTINS, Antônio Egídio – *São Paulo antigo (1554-1910)* vol. I, pg. 110 - Livraria Francisco Alves, 1911.

³⁰⁹ MARTINS, Antonio Egídio - *São Paulo antigo (1554-1910)* vol. II, pg 166-Livraria Francisco Alves - 1911

³¹⁰ MARTINS, Antônio Egídio, *São Paulo antigo (1554-1910)* vol I, pg. 142, Livraria Francisco Alves, 1911

³¹¹ MARTINS, Antonio Egídio, *São Paulo antigo (1554-1910)* vol. II - pg. 87 – Livraria Francisco Alves - 1911

E novo todo um sistema de convívio social toma conta da cidade³¹². Na década de 1870, o lazer em São Paulo estava plenamente estruturado:

“...o Stadt Bern, cervejaria ao ar livre com árvores, jogos e uma orquestra (inaugurada em 1877). Podiam assistir corridas de cavalos no novo hipódromo da Mooca (1876). Havia circos, touradas...a inauguração de uma nova estrada de ferro, ou a ascensão de um balão (1876) do aeronauta mexicano, Tódulo R. Cevallos. O primeiro picknick feito em trem e com a duração de um dia inteiro ocorreu mais ou menos em 1880, e logo depois a colônia francesa patrocinava primeira quermese no Jardim Público. Em 1877 os irmãos Normanton, da Inglaterra, abriram um ringue de patinação que, além de uma nova forma de exercício para o público em geral, oferecia números especiais de patinação e variedades”³¹³.

No curto espaço de duas gerações, no máximo em cinqüenta anos, os moradores de São Paulo mudaram o seu jeito de ser. De uma cidade patriarcal, voltada para dentro, para uma cidade aberta às novas idéias e ao que viria ser, no século XX, um modo cosmopolita de agir e sentir. E um dos principais fatores que desencadearam essa mudança de comportamento não aconteceu no tempo de trabalho, mas sim fora dele. Utilizando o tempo de lazer as pessoas estabeleceram novas relações entre si, de forma descompromissada, em encontros casuais. Evidentemente, esse descompromisso não era tão livre e desinteressado assim, mas sobre isso falaremos mais adiante. O lazer funcionou como vetor de um processo de educação permanente, não formal, estabelecendo modelos sociais de conduta e sensibilidade. A sociedade colonial paulista, embrutecida no planalto, de costas para o mar, vai tomando contato com outras formas de conduta exatamente no tempo de não trabalho, na ida ao bilhar, aos primeiros bares, vendo o movimento dos primeiros hotéis (que datam de 1850), assistindo às primeiras peças de teatro. E São Paulo se tornou diferente.

³¹² Note-se que a essa época a diferenciação de classes em São Paulo era diferente da que conhecemos hoje, o proletariado ainda não estava formado e a concentração da miséria estava localizada no interior.

³¹³ MORSE, Richard – *Da comunidade à metrópole* – pg 2008 – Comissão do IV Centenário – 1954.

O grande centro de lazer de São Paulo: os rios

Nessa primeira fase, o lazer teve um papel na educação coletiva dos moradores, disciplinando e refinando comportamentos; ele também serviu para aproximar as pessoas dos rios que cortavam São Paulo.

Até o início do século XIX, os momentos de descanso e devaneio eram muito semelhantes ao comportamento indígena. As pessoas pescavam por prazer, caminhavam na mata, jogavam peteca... Uma prática comum era banhar-se nos rios, nus, particularmente o Tamaduateí, que atravessava a área urbana de São Paulo:

“legado dos antepassados guayanás, carijós murimins, avoengoa em duas quintas partes do povo paulistano” assim como a natação [nos rios, evidentemente] que era *“...o exercício de desenvolvimento predileto do paulistano: além dele havia o jogo da peteca não menos apreciado pelos nossos avós e por nós mesmos em nossa infância, constituindo, ambos, nos tempos idos, a educação física de nossa gente [...] O jogo de peteca, principalmente, era tão delicado e elegante que as próprias senhoras o praticavam”*³¹⁴.

Em 1864 a Câmara Municipal proíbe o banho nu nos períodos diurnos nos rios que atravessavam a área urbana. Mas até 1890 ainda há relatos da necessidade de repressão policial para conter os paulistas (adultos e não crianças, pois essas continuavam banhando-se sem roupas) que insistiam em banhar-se como os índios. Essa repressão visava possibilitar que moças e senhoras de família também pudessem circular pelas margens dos rios, ampliando a oferta de lazer e, ao mesmo tempo, marcando um processo de disciplinalização e controle sobre a forma com que as pessoas podiam usufruir do lazer. Desta forma, o rio Tietê (e seus principais afluentes, Tamaduateí e Pinheiros) que teve uma marcante presença econômica para a cidade por onde partiam os bandeirantes, com suas entradas e monções, assume um novo papel como a grande área de lazer dos paulistanos.

Até o final do século XIX a zona urbana de São Paulo tinha por limite o Convento da Luz e a Casa de Correção, que ficavam a um quilometro da margem direita do Tietê. Para além

³¹⁴ FREITAS, Afonso A. de – *Tradições e reminiscências paulistanas* – pg. 89 – Ed. Monteiro Lobato - 1921

do rio, no sentido norte, havia as fazendas de Santana, várias delas de padres jesuítas e o único meio de atravessá-lo era por barco ou então pela Ponte Grande, construída no início do século XVIII e que foi, segundo Afonso Taunay, “a primeira obra de engenharia da capital paulista”. Em torno do Tietê, havia uma intensa atividade econômica, envolvendo não apenas o transporte de mercadorias e pessoas, como também a extração de areia e pedregulho, que permaneceu até a década de 1950 (depois desta data não houve mais o que extrair, apenas lodo misturado com esgoto). Ao final do século XIX, essa atividade extrativista possibilitou a instalação de dezenas de olarias, permitindo a substituição das construções de taipa pelas de alvenaria -mais uma marca deste período de transição cultural e econômica. Para o transporte destes produtos: o Batelão [barco grande, chata]. Durante a semana, vários batelões cruzavam o rio, sempre cheios de areia, pedregulho ou tijolos. Para movê-los os barqueiros movimentavam o varejão, uma longa vara que era fincada no fundo do rio e assim empurravam o Batelão. Aos domingos, a função do Batelão era outra: levar pessoas para alegres piqueniques rio acima.

Ao lado da Ponte Grande, em uma posição privilegiada para avistar toda a movimentação do rio, estava a Chácara Floresta, e em sua área, um restaurante:

“Este bem montado estabelecimento, a dez minutos do centro da cidade, situado na margem esquerda do rio Tietê, acha-se aberto todas as noites até às 3 horas, encontrando-se a toda hora refeições quentes ou frias.

Uma magnífica sala de jantar, novelmente construída com todo conforto desejável, com piano, oferece toda decência para servir o público e especialmente famílias.

Possui pessoal devidamente habilitado, uma cozinha de primeira ordem, tanto francesa como nacional, e os seus preços são por listas fixos e comedidos. Todas as quintas e domingos feijoadas brasileira.

Nota: Às 10 horas da noite o portão fecha-se, e o porteiro só abrirá para as pessoas corretas e comprovadamente tranqüilas” (jornal A Platéia – 1900)³¹⁵

Mesmo só abrindo as portas para as “pessoas corretas e comprovadamente tranqüilas”, uma mudança e tanto para uma cidade que, cinquenta anos antes, estava habituada a almoçar das 9 às 10 horas, jantar das 3 às 4 e após, sair de palito à boca para saborear um

³¹⁵ Citado por NICOLINI, Henrique – *Tietê, o rio do esporte* – pg. 216 Phorte Editora, 2001

sorvete de 200 réis ou então, *falar mal da vida alheia*. Novamente duas gerações e a cidade já era outra.

Em torno do restaurante, na Chácara Floresta, convergiram os clubes de regatas. Um lazer ribeirinho, que envolvia remo, natação e piqueniques. Esse processo começa em 1899, quando sete jovens de origem italiana sublocaram uma área para construção de barracão de barcos na margem do rio Tietê. Surgia o clube Espéria, composto por imigrantes e na seqüência o clube de regatas São Paulo, composto por paulistas de mais tempo e muito mais abastados que puderam comprar a área da Chácara Floresta e assim desalojar o clube dos “oriundi” que, depois de uns anos, se instalou na outra margem do rio. Definitivamente aquela região passou a ser o centro de uma intensa movimentação de lazer aliado a convívio social e atividades físicas:

Apesar de não se acharem ainda concluídos os trabalhos para a instalação definitiva do Clube de Regatas São Paulo, na Chácara Floresta, tem sido ali grande a reunião de sócios e pessoas de suas relações, aos domingos e feriados.

Essas pessoas passam alegremente os dias, divertindo-se em exercícios esportivos, como sejam corridas a pé, ginástica e passeios no rio Tietê”. (Diário Popular, 24 / 02/1904)³¹⁶

Na várzea do Tietê e do Tamanduateí, se formaram os clubes que marcaram a história da cidade até os dias de hoje: Palmeiras, São Paulo Futebol Clube, Corinthians, Regatas Tietê, Espéria, entre outros. As principais atividades esportivas eram o remo e a natação e com essas atividades surgem as Federações Esportivas e as competições organizadas:

“...pela primeira vez em São Paulo foram disputados interessantíssimos ‘matches’ de regatas, regularmente organizados”. (Correio Paulistano-13 de outubro de 1903)

Esta estrutura esportiva seguia o modelo inglês, que concebia o esporte como um processo de educação e diferenciação de classes. O princípio do amadorismo no esporte era, fundamentalmente, uma forma de separação entre as pessoas que necessitam do trabalho para viver daquelas que estão liberadas deste fardo (o trabalho braçal), conseqüentemente, apenas as

³¹⁶ In. NICOLINI Henrique, Tietê, o rio do esporte – pg. 235 – Phorte Editora, 2001

pessoas de posses, propriedades ou funções liberais ou de governo. O estatuto da Federação Paulista das Sociedades de Remo (FPSR, fundada em 1907) excluía da prática esportiva:

“todos os que exercerem qualquer profissão ou emprego que não esteja de acordo com o nível moral e social do esporte náutico...entendendo que deveriam estar excluídos... todos os que tiverem sua subsistência de qualquer profissão braçal, entendendo-se por profissão braçal todas as que não exercerem esforço mental”

De uma relação de 140 remadores inscritos pelo clube Espéria em 1913, 97 nomes foram vetados, inclusive o remador favorito na maioria das competições, Gijão, um barqueiro de batelão³¹⁷. Essas diferenças no esporte, incluindo o fato de que o clube dos italianos (o Espéria) também organizava provas para mulheres remadoras, o que era visto com espanto pelos outros, levava a comportamentos de rivalidade e disputa bastante complexos. De um lado do rio, os antigos e tradicionais paulistas, de outro, os novos imigrantes, que chegavam aos montes. Em dias de disputa, quando havia uma vitória do clube Tietê, este disparava um tiro do canhão (de festim) em direção ao clube rival ao que era respondido por um...

“...soleníssimo e altissonante ‘tó’ ‘banana’ que, não só representava uma auto-homenagem, típica da península da qual o clube era oriundo, mas, principalmente um desagravo pelos vidros quebrados”³¹⁸

A natação no rio Tietê também era um esporte muito comum (mas no século XX, as medidas da Câmara dos Vereadores já haviam surtido efeito e os nadadores já utilizavam roupas apropriadas, deixando para trás a velha prática indígena de nadar nu). Os clubes instalavam flutuadores [pranchas de madeira sustentadas por tambores], os “cochos”, facilitando o mergulho e servindo de base para descanso ou acompanhamento da prática. Apesar da rivalidade, uma das grandes provas era a travessia do rio, havendo, inclusive, competições infantis, ligando os clubes de ambos os lados, além da *Travessia de São Paulo a nado*, organizada pelo jornal *A Gazeta*

³¹⁷ in. NICOLINI, Henrique, Tietê, o rio do esporte, pg. 64 – Phorte Editora, 2001

³¹⁸ NICOLINI, Henrique, Tietê, o rio do esporte, pg. 73 – Phorte Editora, 2001

*Esportiva*³¹⁹. Junto com a corrida *São Silvestre* (prova de pedestrianismo no último dia do ano) a *Travessia São Paulo a nado* era a maior competição esportiva de São Paulo, quando as margens dos rios e as pontes ficavam lotadas de espectadores e os ganhadores eram aclamados como heróis.

A *Travessia de São Paulo a nado* começou em 1924, com 63 participantes, sendo 10 nadadoras e foi crescendo até alcançar, em 1941, quase 2000 competidores, dos quais 107 nadadoras, sem dúvida um evento de grandes proporções. Em 1944, com um número bem menor de participantes (358 – 130 nadadoras), houve a última competição. Um dos nadadores, João Havelange (que posteriormente seria conhecido como o presidente da Federação Internacional de Futebol – Fifa) havia contraído tifo negro nas águas do rio.

Nesta época a natação já estava se distanciando de seu meio natural passando para as piscinas, que só começaram a se tornar populares a partir da década de 1930³²⁰. O remo continuou por mais tempo, mantendo a *Prova Clássica Fundação da cidade de São Paulo* até 1961, até que o mal cheiro tornou insuportável a permanência da competição. O rio estava agonizando.

A várzea

“Tinha mais de mil campos de várzea. Na Vila Maria, no Canindé, na várzea do Glicério, cada um tinha mais ou menos cinqüenta campos de futebol. Penha pode pôr cinqüenta campos. Barra Funda, Lapa, entre vinte e 25 campos. Ipiranga, junto com Vila Prudente, pode pôr uns cinqüenta campos. Agora tudo virou fábrica, prédios de apartamento. O problema da várzea é o terreno. Quem tinha um campo de sessenta por 120 metros acabou vendendo pra fábrica.

Se nós vamos procurar na memória quantos jogadores da várzea, de uns quarenta anos faz, tinha mais de 10 mil jogadores. Cada campo tinha um clube; a maior parte dos campos eram dados pelos donos para o lugar progredir, popularizar. Quando

³¹⁹ Antes da Gazeta, o jornal, O mundo Esportivo, lançou a competição em 1924, mas ela durou até 1928, sendo retomada em 1932 pela Gazeta Esportiva.

³²⁰ A primeira piscina em clube foi a do Clube Atlético Paulistano, 1926 e posteriormente da Associação Athletica São Paulo, 1929, com 25m x 12 m permitindo a realização de competições. Depois a Faculdade de Medicina, o Espéria e o Germânia inauguraram as suas, em 1933, o clube Tietê em 34 (uma piscina olímpica) e em 1942 ?, a piscina pública do Pacaembu, destinada a competições.

tinha um clube, vinha o progresso. No domingo vinham 2 mil pessoas assistir, e começava o comércio, o progresso.

Hoje não jogam nem 10% daquilo que jogavam naquele tempo, por falta de campo, de lugar. Não tem onde jogar. Em cada bairro se fazia um campeonato, juntavam 10 ou vinte clubes... A gente dizia ‘Em que parque vamos jogar?’. Não tinha ainda estádio, era campo livre, ninguém pagava pra ver. O Pacaembu veio mais tarde, acho que em 38 ou 40. Aí começou a massa, antes o pessoal estava espalhado nas várzeas e nos bairros jogando mesmo... Quando foi morrendo o jogo de várzea e o futebol de bairro, começou a se concentrar o público nos estádios.”.(Depoimento –concedido no final da década de 1970- do sr. Amadeu Bovi, nascido em 30/11/1906)³²¹.

A um só tempo, este depoimento de um velho organizador do esporte varzeano em São Paulo nos oferece uma série de informações. Ele fala de uma prática iniciada em tempos coloniais; Rosa Kliass cita o Termo de Vereança de 1773, contestando a construção de muro nos fundos do Tamanduateí:

“Fomos novamente fazer vistoria no dito lugar, e achamos e concordamos que em semelhante paragem não devia ser admitida tal obra, não só por ser no logradouro público desta cidade e o único recreio e divertimento do povo desta cidade, além de ser lugar onde se costuma tirar saibro para todas as obras desta cidade”. (Câmara Municipal de São Paulo – 30 de janeiro de 1773)³²²

Desde aquela época, o interesse privado já tentava se sobrepor ao interesse público, havendo uma disputa sobre o acesso aos recursos, econômicos e de lazer, proporcionados pelo rio. No tempo do sr. Amadeu, entre os anos 20 e 30 do século XX, a prática da ocupação da várzea para atividades de lazer era intensa, *mais de mil campos de futebol*, todos na várzea, uma área livre de recreio. Comparando com depoimentos de outros antigos organizadores do futebol

³²¹ In. BOSI, Ecléa – *Memória e Sociedade* – pg. 449 – Companhia das Letras, 2003.

³²² In. KLIASS, Rosa – *Parques Urbanos em São Paulo* – pg. 113 – Editora Pini, 1993 (grifo nosso)

varzeano, moradores do bairro proletário do Canindé³²³, encontramos indicações muito semelhantes, apesar de terem por referencia umas duas décadas depois. “*Toda a margem do Tietê era tomada por campos de futebol. Onde hoje é o Shopping Center Norte havia 20 campos*” (Hermínio Pavanelo, 62 anos, diretor do Centro Desportivo Municipal CDM³²⁴-Serra Morena, fundado em 10/04/1929). “*Onde era o [centro de convenções e sambódromo] Anhembi tinha 30 campos, em 1972 ainda joguei lá*” (Nelson Lumumba, metalúrgico aposentado, 60 anos, diretor do CDM Estrela do Pari, fundado em 1/1/1919).

Destes campos poucos sobraram e, contando com a expansão do perímetro urbano, em 2001 havia pouco mais de 300 campos públicos de futebol³²⁵. Foi na várzea que aconteceu o primeiro jogo de futebol do Brasil; Charles Miller havia trazido as regras diretamente da Inglaterra e funcionários da São Paulo Railway enfrentam os da Companhia de Gás em um campo às margens do Tamanduateí, em 1888. Também em campos semelhantes, nasceram os grandes times de futebol da cidade.

E a decisão de utilizar a várzea para abrigar áreas de lazer que não exigiam construções era uma solução preguiçosamente inteligente. Ao contrário de pretender domar um fenômeno natural, a cheia do rio, ela respeitava esse ciclo. Quando as águas subiam, encontravam campos de futebol, áreas livres, não acarretando nenhum dano material mais significativo, bastava esperar que o rio retornasse a seu leito e os campos de futebol eram reocupados. Mas, ao mesmo tempo que a cheia é um fenômeno natural, as enchentes e inundações, são um fenômeno social, historicamente definido. Lembra o sr. Amadeu: “*Agora tudo virou fábrica, prédios de apartamento. O problema da várzea é o terreno. Quem tinha um campo de sessenta por 120 metros acabou vendendo pra fábrica*”. Sim, o problema nunca esteve na cheia dos rios, mas na ocupação desenfreada de áreas ao seu redor. Fábricas perto dos rios significavam menos custo

³²³ Bairro popular, cercado de lagoas da várzea do Tietê (antes da retificação do rio), habitado por imigrantes pobres. Sua atividade econômica principal era a extração de areia e a manutenção de cocheiras para cavalos que puxavam carroças de leite, duas atividades exercidas, fundamentalmente, por portugueses. É no Canindé que ficava a antiga “Ilha dos Amores”, onde foi instalado o primeiro estádio de futebol do São Paulo Futebol Clube, que depois foi comprada pela Portuguesa de Desportos que ali construiu um estádio todo de madeira, dando nome à ilha para Ilha da Madeira. O Canindé, que em tupi significa “arara-azul”, também era o local onde as pessoas atravessavam o rio por uma balsa, puxada por um cabo amarrado de lado a lado e puxada (normalmente um português) por uma vara ao custo de 200 réis. A primeira onda de migração vinda do nordeste parava no Canindé, pois era lá que ficava a garagem da empresa de “pau de arara” Estrela do Norte, também foi neste bairro tipicamente proletário e paulistano que a empregada doméstica Carolina de Jesus escreveu o livro “*Quarto de Despejo*”.

³²⁴ CDM – Centro Desportivo Municipal. Área pública, normalmente um campo de futebol, administrada pela comunidade.

³²⁵ Dados DUEAT (Departamento de Unidades Esportivas Autônomas) da Secretaria de Esportes e Lazer do município de São Paulo.

para o escoamento de dejetos industriais; casas e apartamentos, mais lucros a agregar valor em terrenos baratos. Em alguns casos, quando a várzea não podia agregar valor algum, populações muito pobres instalavam seus barracos, constituindo favelas. No encontro do Tamanduateí com o Tietê, está uma das mais famosas, rente ao rio, sujeita a todas as enchentes: a favela do Gato.

Ao longo da história de ocupação e crescimento de São Paulo, o curso natural dos rios também foi sendo alterado. Inicialmente a justificativa era por motivos higiênicos:

“É preciso que a sã política faça pouco a pouco desaparecer essa origem de incômodos, moléstias e mortalidade; por exemplo a Várzea do Carmo, inferior à cidade, cobrindo-se das águas do Tamanduateí, que podiam, segundo penso, correr livremente para o Tietê, sendo dessecada por meio de diferentes valas, não atacaria para o futuro a cidade com nevoeiros inoportunos, defluxos, e reumatismos: os seus habitantes desfrutariam a mais perfeita saúde” (Antonio Rodrigues Vellozo de Oliveira – 1822)³²⁶

No entanto, como podemos perceber, no mesmo ano, 1822, a Câmara dos Vereadores registrava que a insalubridade do rio tinha outro motivo:

*“A Várzea do Carmo, que já fora tão enxuta, a ponto de ter sido um dos passeios favoritos dos moradores da cidade, estava reduzida a um pântano contínuo, devido a ter-se consentido que alguns particulares, atendendo apenas aos seus interesses ou aos seus caprichos, desviassem do seu leito natural as águas do Tamanduateí, arruinando o caminho e tornando doentio o clima desta cidade, por sua natureza sadio.”*³²⁷

Note-se, a Várzea do Carmo (atual Parque Dom Pedro) que “já fora tão enxuta”, estava se tornando pântano. Não devido à pouca vazão das águas, decorrente de suas curvas e ilhas, mas em função do assoreamento de terras e às intervenções no curso do rio. E a cada nova intervenção, novas enchentes eram transferidas de lugar ganhando maiores proporções. Não mais

³²⁶ In *Memória sobre o Melhoramento da Província de São Paulo* – citado por Rosa Kliass – *Parques Urbanos de São Paulo*- pg. 110 – Editora PINI, 1993

³²⁷ In. *Parques Urbanos de São Paulo* – Rosa Kliass – Ed. PINI, 1993

o movimento natural de águas (pois todo rio tem momentos de cheia e vazante), mas sim em razão de elementos estranhos ao próprio rio: lixo doméstico, dejetos, esgotos... Em 1884, Rangel Pestana constata que:

“A várzea está promettendo ser um excelente auxiliar da morte si o cholera chegar até cá, o que é bem possível. Aos lados das linhas de bonds fazem-se despejos e o aterro em regra é com lixo...Com a vasante o canal e o rio, que recebem esgottos da cidade e lixo, oferecem um aspecto repugnante e assustam os moradores dessa rua” (A Província de São Paulo – 17 de agosto de 1884)³²⁸

De um lado, o descaso com o rio, de outro, a tentativa de domar esse ambiente natural, transformando-o em fonte de lucro e acumulação privada. No meio, as populações mais pobres conquistando seu direito ao lazer. *Mais de 10 mil jogadores*, dezenas de times em cada grande bairro operário de São Paulo e um grande público a assisti-los, *nos domingos vinham 2 mil pessoas, e começava o comércio, o progresso*. Essa é a descrição de um momento diferenciado do esporte, mais interativo e auto organizado que, no entanto, não foi percebido pelos setores mais engajados e militantes do proletariado paulista, tanto de tendência anarquista como comunista, que não viam com bons olhos essa afluência à várzea:

“...se não é nos dias de carnaval, é aos domingos nos campos de futebol...Reprovar todos esses ‘brinquedos’ com que a burguesia nos ‘brinda’ – os ‘passatempos’ burgueses. São os que a nós mais nos prejudicam. Com eles os abutres diluem o instinto revolucionário dos trabalhadores hoje seus escravos!” (O Internacional – 15/02/1929 – jornal de tendência comunista)³²⁹

Para eles, esse massivo interesse pelo esporte era uma forma de submissão aos interesses burgueses, de entorpecimento da consciência. Entre os anarquistas, a oposição era ainda mais intensa:

³²⁸ citado por Kliass, Rosa – *Parques urbanos de São Paulo* – pg. 111

³²⁹ In. GUZZO DECCA, Maria Auxiliadora – *A vida fora das fábricas – cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934* – pg. 119 – Paz e Terra - 1987

“Atualmente são três os meios infalíveis que os ricos exploradores das misérias e necessidades do povo empregam para tornar a classe operária uma massa bruta: o esporte, o padre e a política.

Não existe nenhuma vila ou aglomerado de casas de operários que não tenha campo de futebol, a igreja e os gorjetados incitadores políticos.

Nos campos de futebol os operários de ambos os sexos tornam-se afixionados e torcedores e brutalizam-se a ponto de só viverem discutindo entre seus companheiros os lances e proezas dos campeões.” (A Plebe – 21/12/1928 – jornal de tendência anarquista)³³⁰

Essa postura de forte conteúdo moral, fundamentalista, em relação ao lazer e às predileções do divertimento popular, talvez tenha sido um dos motivos que contribuíram para o gradual distanciamento entre a massa operária e os anarquistas conforme aponta Boris Fausto em *Trabalho urbano e conflito social*. Mais abertos a perceber as necessidades e tendências do proletariado, os comunistas foram mais ágeis que os anarquistas na introdução atividades recreativas e não diretamente políticas no âmbito dos sindicatos. Os comunistas lançaram a campanha pela proletarização do esporte, percebendo neste, mais um campo de luta para a formação de uma consciência de classe:

“Viva o esporte proletário!

A necessidade do esporte para a juventude é um fato incontestável. A burguesia se aproveita deste fato para canalizar todos os jovens das fábricas para os seus clubes.

O que fazem os jovens nos clubes burgueses?

Defendem as cores desses clubes. Se o clube é de uma fábrica é o nome e a cor da fábrica que defendem; a burguesia cultiva neles a paixão e a luta contra a juventude das outras empresas (...)

Todo operário ‘footballer’ deve ingressar nos times proletários

No mundo obreiro ninguém mais ignora que o esporte bretão tem sido útil ao capitalismo para desviar a atenção das massas trabalhadoras de seus sindicatos profissionais.

³³⁰ In. GUZZO DECCA, Maria Auxiliadora – *A vida fora das fábricas – cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934* – pg. 120 – Paz e Terra - 1987

Nós estamos a ver com simpatia a proletarização que do futebol se vem fazendo entre nós, com a fundação de departamentos esportivos junto às organizações operárias...”(O trabalhador Gráfico – 5/12/1928)³³¹

A forma de organização proposta pressupunha a constituição de ligas autônomas, “*sem interesse de dinheiro, mas só animados pelo espírito de solidariedade proletária*”³³², em uma percepção muito semelhante à do sr. Amadeo “*...nós pagávamos para jogar, ninguém ganhava; quem perdia chorava, tinha amor ao clube*”. Do mesmo modo, percebemos que a atividade esportiva do sr. Amadeo também estava emaranhada com a atividade sindical sob a influência comunista como podemos observar na seqüência de seu depoimento “*...o sindicato era perseguido. Quando faziam sessões, aparecia o DOPS com cassetetes, metralhadoras e terminava a reunião...comecei a trabalhar criança e só entrei para o sindicato sete, oito anos depois*”³³³.

O esporte popular de várzea funcionou como uma forma de apropriação de espaços públicos, bem como pela formação de uma consciência, mesmo que tênue, da importância da auto-organização do povo. Ele promovia o encontro entre a população dos bairros proletários, bem como o contato destes com o ambiente natural da cidade, com os rios, que já começavam a dar sinais de degradação. Era também uma forma de participação esportiva mais ativa, em contraponto com os espetáculos dos times grandes: o Palestra (futuro Palmeiras), Corinthians (de extração mais popular), Paulistano (futuro São Paulo) e Santos.

“Não tinha ainda estádio, era campo livre, ninguém pagava pra ver.(...) Aí começou a massa, antes o pessoal estava espalhado nas várzeas e nos bairros jogando mesmo (...) Quando foi morrendo o jogo de várzea e o futebol de bairro, começou a se concentrar o público nos estádios.”

³³¹ In. GUZZO DECCA, Maria Auxiliadora – *A vida fora das fábricas – cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934* – pg. 122 – Paz e Terra - 1987

³³² In. *Nossa Voz* – 01/07/1934 citado por GUZZO DECCA, Maria Auxiliadora – *A vida fora das fábricas – cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934* – pg. 123 – Paz e Terra - 1987

³³³ In. BOSI, Ecléa, *Memória e Sociedade* – pg. 137 – Companhia das Letras - 2001

Esse depoimento é um retrato preciso dessa transição ocorrida com o esporte. Em uma primeira fase o esporte era uma atividade de elite, na seqüência foi apropriado pelas camadas populares tendo um caráter extremamente participativo, familiar:

“O ponto de encontro era o campo de futebol. A única diversão do pobre era o futebol. Domingo à tarde vinham as famílias, esposas, filhas, namoradas. As senhoras acompanhavam todos os jogos”. (Guerino Curci, 71 anos, nasceu no Canindé)

Em uma terceira fase, começa a espetacularização, *“aí começou a massa”*, diz o sr. Amadeo O esporte se estrutura como negócio (*negotium*, negação do ócio, vale lembrar), a compra e venda de atletas, os ingressos pagos, patrocínios, cartolas... Mesmo entre as pessoas que não jogavam e que compareciam apenas para assistir aos jogos de várzea, havia uma identificação pessoal, familiar ou de vizinhança, com os jogadores e essa era uma forma de participação de encontro comunitário e troca de experiências. Com o fortalecimento dos grandes times, e a concentração dos jogos nos estádios, a identificação do público com os jogadores é mais de projeção do que de proximidade física. Surgem os ídolos e também a indiferenciação da audiência, nasce a torcida. Seria equivocado dizer que, como torcida não há participação (quem vai a um estádio de futebol percebe que a torcida representa um espetáculo a parte), mas essa forma de participação assume um caráter diferente, agora de espetáculo. O distanciamento da várzea também representou a perda de contato com o ambiente natural e o confinamento do lazer.

Os Parques Públicos

No Brasil, a primeira área pública especialmente destinada ao lazer foi o Passeio Público no Rio de Janeiro, executado entre 1779 e 1783³³⁴. Diferente dos jardins que gravitavam em torno de edificações ou palácios³³⁵, o Passeio Público era uma área verde autônoma, essencialmente urbana, sujeita às convenções e normas da cidade, lugar para ver e ser visto; primeiramente destinado às famílias abastadas, pois era necessário “*expor-se com decoro*”.

Em São Paulo o Jardim Público nasce por ordem de um Ofício Régio datado de 1798, mas sua inauguração efetiva só aconteceu em 1825, sob a denominação de *Horto Botânico da Luz*. Com a industrialização e o surgimento da massa de trabalhadores assalariados, foi aumentando a necessidade de se abrir novos espaços destinados a aliviar as tensões e recompor a “*saúde física e moral*” dos trabalhadores. Essa mudança de destinação tem efeito na própria composição dos parques, havendo uma transformação no paisagismo que deixa de ter a configuração romântica, para oferecer atividades lúdicas e esportivas. O relatório do *Select Committee on Public Walks*, produzido em 1833, na Inglaterra, definia o seguinte conceito para esses novos parques:

“Para quem considera as atividades das classes trabalhadoras que ali moram [as grandes cidades], confinadas como são durante os dias da semana (...) em fábricas com calor escaldante, é evidente que é de primeira importância para sua saúde no seu dia de descanso aproveitar o ar fresco e poder (livre da poeira e da sujeira das vias públicas) passear com um mínimo de conforto com suas famílias; se privados de tais meios é provável que seu único escape dos estreitos pátios e becos (nos quais tantos das classes pobres residem) venham a ser os botequins, onde gastam os recursos de suas famílias, e também freqüentemente destroem sua saúde. Nem esse Comitê deixaria de notar as vantagens que os Passeios Públicos (devidamente

³³⁴ In. BARTALINI, Vladimir – *Parques Públicos Municipais de São Paulo* – pg. 5 tese de doutorado FAU/USP – 1999

³³⁵ SEGAWA informa que iniciativa semelhante aconteceu na Cidade do México, com a *Alameda*, espaço com “*fontes e árvores que servissem de ornato para a cidade, e de recreação para seus vizinhos*”. Essa foi uma iniciativa pioneira, antecipando-se até mesmo a cidades européias, tendo sido ordenada pelo vice-rei da Nova Espanha em 1592. O autor também identifica que o primeiro jardim brasileiro foi implantado no Recife, por ordem do governador-geral da Nova Holanda (1637-1644), Maurício de Nassau. Esse era um parque que circundava o palácio do governador, sendo restrita a circulação do público (citado por BARTALINI)

controlados e abertos para as classes médias e pobres) oferecem para a melhoria do asseio e dos cuidados com a aparência pessoal daqueles que os freqüentam. Um homem passeando com sua família entre vizinhos de distintas categorias, naturalmente desejará estar adequadamente vestido e que sua mulher e filhos também estejam; mas este desejo devidamente dirigido e controlado é tido, por experiência, como o de mais poderoso efeito em promover a boa educação e o empenho no trabalho. E este Comitê ousa afirmar que isto independe de idade, posição ou sexo. Poucos não haverão de notar a diferença normalmente observável no caráter geral e na conduta daqueles que, entre as classes trabalhadoras, são cuidadosos com a aparência pessoal ao compara-los com outros que são negligentes ou indiferentes quanto a isso... ”³³⁶.

Com essa clara exposição de motivos, o comitê britânico define o conceito e os objetivos para a criação de Parques Públicos, levando o ambiente natural para dentro das cidades. Foi também na Inglaterra, em Manchester, que surgiram os primeiros parques com a presença de equipamentos lúdicos e esportivos, havendo uma transformação em relação ao parque romântico, mais contemplativo e este, que previa área para exercícios físicos e jogos, circundado por árvores e jardins. O modelo francês segue um caminho diferente, menos imitativo do ambiente rural e mais urbano, estendido à via pública, com árvores nas calçadas (o modelo dos boulevards), jardins de vizinhança, parques com jardins e canteiros especialmente desenhados.

O modelo aspirado pela elite paulistana no início do século XX, era um misto entre os modelos britânico e francês. E era necessário agir rápido, pois, segundo parecer da Comissão de Justiça e Polícia da Câmara dos Vereadores, por ocasião da apresentação do projeto de implantação do Parque da Várzea do Carmo:

“São Paulo formou-se e cresceu desordenadamente, sem um plano que lhe disciplinasse a expansão. Os novos bairros tem sido creados pela iniciativa dos grandes proprietários, que tudo envidam por augmentar a superfície alienável, reduzindo ao mínimo de largura as ruas e refringindo à formação de praças e largos. Além de traçados monotonamente em xadrez, sem alteração à configuração do

³³⁶ In BARTALINI, Vladimir – *Parques Públicos Municipais de São Paulo* – pg. 14 – tese de doutorado FAU/USP – 1999.

terreno, os bairros de Vila Buarque, Bexiga, Campos Elyseos, Palmeiras, Mooca, Hygienópolis, que constituem a maior porção da cidade, se distinguem pela ausência quase absoluta de espaços livres. Ora, não há quem desconheça quanto é necessário que se estabeleçam de distância a distância, nas aglomerações urbanas as reservas de ar indispensáveis à salubridade da população. Este é um dos motivos que tem insistido sempre na organização de um plano de extensão e desenvolvimento de São Paulo. Mais do que nenhuma cidade, São Paulo precisa conservar e ampliar os espaços livres de que actualmente dispõe” (22 de abril de 1914)³³⁷

Como os grandes proprietários de loteamentos não se preocuparam com os espaços livres, cabia ao poder público assumir um ordenamento de áreas reservadas exclusivamente para o lazer da população. Sob uma necessidade premente da cidade e seguindo um misto destes dois conceitos de parques, ocorreram três grandes intervenções no centro de São Paulo: a reforma do Jardim da Luz, a Várzea do Carmo (pouco depois denominado Parque Dom Pedro II) e o conjunto de canteiros do Vale Anhangabaú (associado à arborização de ruas, avenidas e pequenas praças do entorno). Nesses espaços aconteciam os passeios ao final da tarde...

“...a mais elegante expressão pública do lazer cotidiano, enquanto nas calçadas ou nos leitos das ruas dos bairros populares crianças se divertiam com seus jogos e adultos comentavam o dia a dia”³³⁸.

Em 1900 a capital do estado de São Paulo contava com 240.000 habitantes, uma cidade de porte médio, mas que havia crescido muito rapidamente (trinta anos antes, sua população era de pouco mais de 30.000 habitantes, equivalente a Campinas, uma cidade do interior do estado, mas que era o centro da produção cafeeira). A composição dessas áreas livres funcionou como espaço convidativo para o exercício da sociabilidade e de exibição mútua, consolidando hábitos de lazer público em pontos de encontro que, no entanto, estavam restritos à elite e às classes médias. A própria organização do espaço, os jardins, o jeito de vestir e de se comportar das pessoas que os freqüentavam serviam como inibidores para uma presença mais popular. E mesmo entre os representantes da elite havia uma resistência quanto à mudança de

³³⁷ In. *Parques urbanos de São Paulo* – pg. 119 – Kliass Rosa, Editora PINI, 1993

³³⁸ BARTALINI, Vladimir - *Parques Públicos Municipais de São Paulo* - pg. 7 - tese de doutorado FAU/USP - 1999

hábito, pois o que prevalecia era a permanência de uma recreação menos confinada, menos formal:

“Convém dizer que a vida rude do paulistano não era amena, não era divertida. Mas houve por parte da Câmara algum esforço em proporcionar pontos de encontro recreativos. Foi assim criado o Campo da Luz (1852), parque afastado, cercado como todos os parques das cidades-modelo, onde se pretendia que o paulistano fosse aos domingos. Essa pretensão naturalmente importada, estava fadada a um sucesso moderado, pois chegava a ter alguma repercussão apenas entre os contingentes imigrados que ainda guardavam certos hábitos europeus...”

...e mesmo tendo tomado contato com outras possibilidades de lazer...

“O povo preferia o frontão na rua 24 de maio (1903), futebol no Gasômetro (1888), jogar peteca no largo da Forca, jogar futebol na atual Benjamin Constant e cartas nas próprias ruas e escadarias”³³⁹.

Fazendo com que as inovações espaciais levassem um tempo maior para se impor, ainda mais quando os cenários criados não permitiam uma maior interferência da população. Os parques estavam imbuídos de uma natureza artificial, cheia de normas de condutas, regulamentos e leis. Desta forma, a população não tinha como intervir no espaço, mas apenas passear e olhar, contemplando um ordenamento visual distante da realidade vivida em São Paulo, fazendo com que o ato de circular por esses parques representasse uma afirmação de civilidade e identificação com os padrões europeus de conduta.

³³⁹ WILHEIM, Jorge – *São Paulo – Metrópole 1965, subsídios para seu plano diretor* – Difusão Européia do Livro, 1965

Um parque que deveria unir a cidade

Do ponto de vista geográfico, a Várzea do Carmo, o Parque Dom Pedro II, poderia representar o ponto de encontro mais efetivo entre as “várias” cidades de São Paulo. Situado entre o centro da cidade e os bairros operários em direção ao leste, o Parque Dom Pedro II³⁴⁰, foi o primeiro parque “completo” em equipamentos para recreação e lazer, tornando-o, em projeto, mais assemelhado ao modelo de Manchester, no que diz respeito ao uso e função. Deveria haver uma grande linha de “passeios”, lago artificial com ilha, quiosque, área para recreação infantil e quadras esportivas (nunca executadas, mas que constavam do projeto original). De uma forma direta, 170.000 habitantes seriam beneficiados pelo parque, os moradores dos distritos da Mooca (66.000 habitantes), Brás (67.000) e Liberdade (38.000), ou 29% da população paulistana da época (579.000 habitantes)³⁴¹.

A iniciativa de transformar a Várzea do Carmo efetivamente num parque ocorreu após a completa canalização do Tamanduateí (entre o rio Tietê e o bairro do Cambuci) e, em 1914, o prefeito municipal, Washington Luís, envia projeto defendendo sua implantação imediata:

*“Não pode ser adiado, porque o que hoje ainda se vê, a adeantada capital do estado, a separar brutalmente do centro commercial da cidade os seus populosos bairros industriaes, é uma vasta superfície chagosa, mal cicatrizada em alguns pontos, e ainda escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa, em quasi toda a sua extensão. Nesta vasta superfície accidentada, de mais de 25 alqueires de terra, após a época das chuvas ficam estagnadas águas que em decomposição alimentam viveiros assombrosos de mosquitos, que levam o incommodo e a moléstia aos moradores confinates: no tempo da seca formam-se ahi trombas de poeira que sujam e envenenam a cidade: a espaços, o matto cresce a esconder inmundicies (...)
É ahi que se commettem atentados que a decência manda calar; é ahi que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar, como nos dão*

³⁴⁰ Como precursor do Parque Dom Pedro II, houve a Ilha dos Amores, resultante do início da canalização do rio Tamanduateí e que foi dividido em dois braços, permitindo que o presidente da província, João Teodoro, pudesse ali instalar uma área de recreio (1874): “Esta ilha foi o capricho de um servidor leal do povo paulistano, para o seu regalo, com realizações recreativas, inclusive esportes náuticos, banho (...)” (São Paulo de Outrora de Paulo Cursino de Moura). Essa também foi uma forma de resolver o acesso ao bairro do Brás. No entanto, a vida útil da ilha foi curta, estando totalmente degradada em 1888

³⁴¹ Dados do censo de 1920 – in BARTALINI – 1999 – pg. 60

notícias os annaes judiciários, com grave damno para a moral e para a segurança individual, não obstante a solícitude e avigilância da nossa polícia.

É ahi que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a sua mais farta colheita.

Tudo isso pode desaparecer, e já, tendo sido já muito melhorado com a canalização e aterrados feitos, sendo substituído por um parque seguro, saudável e bello, como é o do projeto Cochet.

Denunciado o mal e indicado o remédio, não há logar para hesitações, porque a isso se oppõem a belleza, o asseio, a hygiene, a moral, a segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo”

Cabe chamar a atenção ao fato de que, na época da mensagem do prefeito, o Tamanduateí já tinha passado por uma série de intervenções de combate às cheias, mas a sua várzea continuava *repugnante e perigosa, uma vasta superfície chagosa (...)* de águas estagnadas e viveiros assombrosos de mosquitos. Mas a *civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo* resolveriam o problema. Era o que se acreditava.

O *Relatório do Anteprojeto do Parque da Várzea do Carmo*, do arquiteto E.F. Cochet, apresentava a seguinte proposta:

A área posta a nossa disposição e os bairros do entorno onde a população se concentra nos levaram naturalmente a estudar um complexo diversificado onde grande parte foi reservada às áreas de recreação e jogos infantis, e áreas de esportes para adultos.

A experiência nos tem mostrado que os parques públicos não devem ser somente passeios agradáveis e reservas de ar puro, mas devem também propiciar educação física às crianças, repouso aos adultos e desenvolvimento da raça. Não devemos nos esquecer também que os jogos ao ar livre são derivativos poderosos para o cabaré e é desejável que áreas de jogos, pequenas e grandes, sejam distribuídas em grande número nos diferentes bairros.³⁴²

³⁴² In. KLIASS, Rosa, *Parques Urbanos de São Paulo* – pg. 117 – Editora PINI, 1993

O projeto seguia o estilo inglês “*paysager*”, caracterizado por “*grandes extensões gramadas, suavemente onduladas; aléias (...); emprego decorativo dos vegetais dos trópicos (...) e o efeito sedutor da águas*”. E, coerente com o anteprojeto, previa uma grande área para jogos, esportes e teatro, valendo a pena reproduzir a proposta para que tenhamos uma idéia dos novos esportes e hábitos culturais que começavam a ser apresentados ao povo da metrópole emergente:

Os adultos encontrarão tênis, quadras de futebol, hockey, baseball, boliche, patinação, ginásio coberto e um conjunto de banhos públicos. Paralelamente está previsto um estádio (...). As crianças poderão dispor de áreas de jogos separadas, sombradas e bem abrigadas dos ventos frios do sul, onde encontrarão jogos e aparelhos de ginástica adaptados à sua idade. (...) E um cine-teatro e anfiteatro ao ar livre estão previstos para o divertimento dos pequenos e dos grandes.

Finalmente podemos apontar as construções indispensáveis aos parques públicos: abrigos contra chuva, pavilhão de música, restaurante na ilha, café-sorveteria perto do teatro, pavilhão para administração, pequenas estruturas para usos diversos, bebedouros, etc...

Entretanto, essa parte do projeto não foi executada, ficando apenas o seu componente paisagístico. Mais uma vez, as limitações entre o desejo de se identificar com um modelo europeu de civilização e a postura real da elite dirigente, levaram a que o projeto fosse implantado pela metade; mais uma vez, parou-se no meio do caminho.

A intenção da prefeitura era financiar as obras com a venda de terrenos do entorno, que se valorizariam com o Parque. O contrato com a empreiteira foi assinado em setembro de 1918 e a obra deveria estar pronta em 20 meses. As obras começaram, pararam em virtude da gripe espanhola e recomeçaram em 1920, na gestão de um novo prefeito (Firminiano de Moraes Pinto). Nesse percurso sofreram alterações no projeto original onde os equipamentos esportivos e culturais, incluídos cafés, restaurantes e pavilhão de festas, foram suprimidos. A empreiteira plantou 1748 mudas de árvores, mas que foram fornecidas pela própria administração (aqui fica a dúvida se o valor das mudas doadas pela prefeitura foi retirado do valor do contrato ou se continuou constando do pagamento) até que a obra foi entregue em 1922. Incompleta, é bom lembrar, o mesmo não se sabe em relação ao pagamento. Sobre este aspecto, o diretor da

administração de Jardins da Prefeitura, Antonio Etzel, a quem sobrou a responsabilidade de concluir o paisagismo, apresentou o seguinte relatório:

*Muito tem preocupado esta administração a conservação deste Parque entregue pela Cia. Construtora sem estar completamente terminado e que apresentava muitas falhas na área ajardinada, conforme comuniquei por escrito e verbalmente, falhas que poderiam ter sido reparadas pela referida cia., se a diretoria de Obras na ocasião da entrega houvesse consultado essa administração sobre ajardinamento – parte que lhe diz respeito-, conforme fora recomendado por despacho do então prefeito Washington Luís. Os reparos indispensáveis feitos neste Parque constaram dos seguintes serviços: plantação de árvores e arbustos para a formação de grupos nos gramados, replantação de árvores que constituem a arborização da parte externa do parque, formação de canteiros com flores anuais e vivazes, principalmente roseiras enxertadas altas e tipo chorão, reforma de diversos gramados, limpeza das ruas e passeios na parte interna, construção de um barracão para depósito de ferramentas e outros materiais”.*³⁴³

O presente estudo poderia ignorar este aspecto da obra do Parque e de suas idas e vindas por cerca de quatro anos. Afinal, nosso tema é ócio, lazer e jogo em São Paulo e não a história das obras públicas e seus descaminhos. No entanto, por dever de justiça, é sempre bom republicar o relatório de um servidor público consciente de seu dever, ainda mais nestes tempos em que o servidor público é constantemente desmoralizado; sem esse relatório, pouco saberíamos desse episódio que muito revela dos comportamentos e maneiras de ser das elites governantes e de sua relação com interesses privados.

Voltando ao Parque...

A obra foi entregue incompleta, assim como foram incompletas as diversas intervenções na várzea dos rios. Apesar de toda convicção na força da *civilização e do espírito de iniciativa de São Paulo* a consequência destas intervenções foi a de transformar um fenômeno natural, o alagamento da várzea, em fenômeno histórico, as enchentes. A população recebeu uma obra incompleta, um simulacro de parque europeu, nem destinado a um pleno lazer urbano e

³⁴³ Citado por Rosa Kliass, pg. 120

cosmopolita, nem adequado às necessidades anteriores de utilização daquela área. O que deveria ser um ponto de encontro entre a cidade de elite, voltada do centro para o oeste e os bairros proletários do leste, continuou como um vazio urbano, sem que houvesse uma efetiva apropriação pública do Parque. O Dom Pedro se manteve como um local de passagem, pouco convidativo à permanência. De um lado, a elite paulistana continuava de costas para o leste, de outro, os moradores do Brás não tinham motivos para cruzá-lo em busca de lazer, falavam outra língua (mesmo que sendo em português), os códigos eram outros. O Brás já contava com restaurantes, pizzarias, confeitarias, clubes e salões de festas, cinco cinemas e um teatro, a Ópera Colombo, inaugurada em 1908, antes do Municipal. Cruzar o parque para ser visto com desdém? Melhor continuar cada um no seu lugar. Assim pensaram os paulistanos dos dois lados da cidade.

As lembranças ou relações de afetividade com o parque são um importante indicador para entendermos o que aconteceu. O depoimento do sr. Amadeo também nos fornece pistas sobre essa relação de afetividade e uso do parque para o lazer:

*“Para ir até o centro era preciso atravessar um matagal, que hoje é o Parque dom Pedro, onde está o Palácio 9 de julho; e atravessar o rio Tamanduateí era um lugar lamacento, perigoso. Eu via a inauguração do palácio; estavam presentes os maiores industriais: Matarazzo, Penteado, Crespi, Gambá, que colocaram num poço valores: ouro, prata, dinheiro (...) Usavam fazer isso como incentivo para a grande obra (...) na época era o Palácio das Exposições. A primeira peça que mostraram ali foi uma geladeira importada, isso quando eu tinha uns doze anos, depois da gripe espanhola. Antes, o lugar era o nosso campo de futebol, de um clube chamado Torino. Meu pai vinha me buscar com o cinto porque não queria que eu jogasse futebol”.*³⁴⁴

Esse velho morador do Brás tem lembranças de lazer na área do parque, mas antes da obra, quando o Parque ainda era Várzea. Ele recupera um tempo remoto, de criança, sabe o nome do time de futebol, lembra-se do pai vindo buscá-lo com um cinto. De suas lembranças em relação ao Parque, restou apenas o evento de inauguração, depois disso, nenhuma palavra. O depoimento de uma outra moradora do entorno, nascida na Espanha em 1897 e aposentada como

³⁴⁴ In. *Memória e Sociedade* – pg. 132 – Ecléa Bosi, Companhia das Letras, 2001

operária têxtil, sra. Florentina Robles Castanho, também nos dá uma dimensão do significado do parque para a convivência e o lazer. Ela tem a seguinte lembrança:

*“Estendíamos a roupa num varal no Parque Dom Pedro II”*³⁴⁵

Nos anos que se seguiram à inauguração o Dom Pedro II passou por inúmeras transformações, a maioria decorrentes de intervenções viárias (nesse meio tempo houve a construção de um Playground em 1929) previstas do *Plano de Avenidas* do prefeito Prestes Maia (1938) que definiu, por todas as décadas seguintes, a prioridade absoluta no sistema viário e conseqüentemente o alargamento de avenidas, viadutos e pontes que cortaram o parque retirando-lhe área e possibilidade de acesso de transeuntes. Ao final dos anos sessenta, com a radial Leste e o novo sistema de viadutos, o Parque havia se transformado novamente em ilha, como no tempo da Ilha dos Amores, mas desta vez não era cercado pelas águas do Tamandateí, que estavam submersas (mas que, de tempos em tempos, continuavam a aparecer, rompendo os canais de concreto e alagando toda a região), e sim por vias expressas. Os motoristas e passageiros que passavam dentro dos carros e ônibus não viam mais o rio, nem olhavam para o parque. A várzea do Carmo continuava assustadora, suja e habitada por gente preguiçosa e desocupada, *todos perigosos*.³⁴⁶

³⁴⁵ In. *Memória Urbana* – pg. 163, Arquivo do Estado – Imprensa Oficial, 2001

³⁴⁶ É importante registrar que, em 1992, a prefeita Luiza Erundina transferiu a sede de seu Gabinete para o Palácio das Indústrias, em projeto de restauração da arquiteta Lina Bo Bardi. Apesar disto, a população continuou evitando a área, indo para lá apenas em momentos de manifestações e protestos. Para 2004, ano de comemoração dos 450 anos de São Paulo, a prefeitura promete uma nova transformação paisagística e de ocupação do lugar, espera-se que desta vez o povo ocupe o lugar.

São Paulo e o estranhamento do rio

“Eu bebi água no Tietê, pescava traíras de 3, 4 quilos”

(Hermínio Pavanelo, nascido no bairro do Canindé)

“O nome rua da piscina é porque nós íamos pescar na lagoa. Depois da cheia se formavam lagoas na várzea, em seguida nós abríamos uma vala para secar a lagoa e dava pra pegar peixe com a mão”

(Nelson Lumumba, nascido no bairro do Pari)

A última prova *São Paulo a nado*, em 1944, marca a agonia do rio que simbolizava a identidade dos paulistas. Tietê, o rio que nascia na serra e corria em direção oposta ao mar, estava agonizando. Seus meandros, curvas e desenhos (pouco antes da Ponte Grande, as suas voltas faziam o desenho de uma coroa, daí, rua da Coroa, na zona norte de São Paulo), estavam desaparecendo e o rio seguia por um caminho retificado, canalizado; os recantos para piqueniques e também para a procriação dos peixes estavam chegando ao fim. Era preciso escoar as águas com rapidez e ganhar a várzea alagadiça para novos empreendimentos imobiliários, não havia mais espaço para as lagoas temporárias, ou os pastos e campos de futebol. O despejo de dejetos industriais e esgoto doméstico também estava retirando a vida do rio, com isso nem pedras ou pedregulhos poderiam ser extraídos, pois se misturavam com uma lama podre. As doenças já eram constantes na contaminação de quem se aventurava por suas águas. As provas de remo continuaram até 1961, mas o cheiro, a fedentina tornava insuportável a presença de remadores. Em 1970, o índice de oxigênio nas águas do rio era de 0%, mesmo assim, em 1972, ainda houve uma última regata, de despedida.

Esse processo de perda do rio começou no Tamanduateí, afluente que atravessava o centro da cidade, ou as costas do centro. Na língua dos índios, esse era o “*rio das muitas voltas*”, por onde se chegava a São Paulo, vindo do Caminho do Mar. Seu leito foi alterado, canalizado e assim recebia todo o esgoto da cidade, diretamente, ou então através dos córregos menores, que passavam pelos bairros, recolhendo os esgotos e despejando-os no Tamanduateí que os despejava no Tietê. O sr. Henrique Nicolini, autor de *Tietê, o rio do esporte*, diz como era chamado o ponto em que o Tamanduateí encontrava o Tietê:

*“Os remadores, no final dos anos 20 e início dos anos 30, já chamavam, em seu linguajar pouco convencional, a confluência Tietê/Tamanduateí pelo nome impronunciável de ‘cagão’. Nenhuma prova de natação se arriscava a ir pela corrente rio abaixo, depois das sedes do Tietê e do Espéria”.*³⁴⁷

Cagão!... Já era possível imaginar o que se sucederia com o rio, as pessoas sabiam dos riscos para a saúde, da perda de qualidade de vida. Mesmo assim nada fizeram. A força de uma ideologia que transformava São Paulo na capital do trabalho foi mais forte. Era preciso ganhar tempo, ganhar espaço, transformar espaço e tempo em lucro. As pessoas vinham para a cidade com o objetivo de ganhar dinheiro. Fábricas tinham que funcionar a pleno vapor e não havia tempo para tratar dos dejetos industriais; casas e vilas tinham que ser construídas, mas os lucros diminuiriam se tivessem que incluir o custo do tratamento de esgotos; avenidas precisavam ser abertas para as mercadorias (os produtos e as pessoas) circularem mais rápido. Em meados dos anos de 1930 a cidade ultrapassa um milhão de habitantes e o prefeito à época, Fábio Prado, lança o lema *“São Paulo não pode parar!”*. São Paulo da velocidade, do lucro rápido, da racional funcionalidade de seus espaços. Tudo com sua função e a função dos rios agora era a de receber os dejetos da cidade.

O poeta francês, Blaise Cendrars, que teve íntimo contato com os modernistas brasileiros, tendo participado de uma memorável Macumba para auxiliar Macunaíma (*“E pra acabar todos fizeram a festa juntos comendo bom presunto e dançando um samba de arromba em que todas essas gentes se alegraram com muitas pândegas liberdosas. Então tudo acabou se fazendo a vida real. E os macumbeiros, Macunaíma, Jaime Ovalle, Dodô, Manu Bandeira, Blaise Cendrars, Ascenso Ferreira, Raul Bopp, Antonio Bento, todos esses macumbeiros saíram na madrugada”*), faz a seguinte descrição da cidade:

*“Adoro esta cidade
São Paulo combina com meu coração
Aqui nenhuma tradição
Nenhum preconceito
Nem antigo nem moderno*

³⁴⁷ NICOLINI, Henrique, *Tietê, o rio do esporte* – pg. 33 – Phorte Editora, 2001

*O que importa é só este apetite furioso esta confiança
absoluta este otimismo esta audácia este trabalho este
labor esta especulação que fazem subir dez casas por
hora de todos os estilos ridículos grotescos belos
grandes pequenos norte sul egípcio ianque cubista
Sem outra preocupação: só perseguir as estatísticas
prever o futuro o conforto a utilidade a mais-valia e
atrair uma grande imigração
Todos os países
Todos os povos
Gosto disso
As duas três velhas casas portuguesas que restam são
Porcelanas azuis”*

“*Só perseguir as estatísticas, prever o futuro, o conforto, a utilidade, a mais-valia*”, uma boa síntese da ideologia que tomou conta da cidade. E assim a sociedade paulista (elite dirigente burguesia quatrocentões proletariado vagabundos classe média intelectuais e todos os outros que deixaram de “olhar” ou “sentir” o rio) se alienou de seu ambiente. E os rios deixaram de ser rios.

No começo evitavam nadar abaixo do “cagão”; depois, o próprio ato de se aproximar das águas. Essas águas deixaram de ser vistas como fonte de vida. As pessoas apenas sucumbiram a uma fatalidade e nada fizeram para impedi-la. Era importante ganhar dinheiro (ou imaginar que seria possível ganhar dinheiro) e desta forma ficava mais fácil esquecer o rio. Para Marx, alienação é um estado do homem em que:

“seus próprios atos se convertem, para ele, em uma força estranha, situada acima dele e contra ele, em vez de ser governada por ele”³⁴⁸.

Foi o que aconteceu em relação às forças do trabalho –e do progresso- de São Paulo. O que (deixaram acontecer) aconteceu com o rio é apenas reflexo disto. Os habitantes da cidade

³⁴⁸ Citado por Erich Fromm – *Psicanálise da Sociedade Contemporânea* – pg. 129 – Zahar Editores, 1959

(e neste caso não há como fazer distinção de classe) se sentiram alienados de si mesmos, não se sentindo responsáveis por seus atos, nem pelas conseqüências de tudo que surgiu depois. Seria fácil responsabilizar apenas o governo, ou os industriais que, certamente, tiveram uma enorme dose de culpa, mas não foram somente eles.

E este sentimento de alienação expressa fatos objetivos, resultando uma maneira de ser:

“...a identidade entre o homem e a natureza aparece de modo a indicar que a relação limitada dos homens com a natureza condiciona a relação limitada dos homens entre si, e a relação limitada dos homens entre si condiciona a relação limitada dos homens com a natureza”³⁴⁹

A cidade perdeu o rio, mas a única atitude que tomou foi a de ignorar o rio. Como se esse passado de lazer e recreio, de pescarias e passeios nunca tivesse existido, mantendo-se apenas numa vaga e nebulosa memória. Memória a ser esquecida. Como se o destino fosse inelutável, e a função do rio seria a de esgoto. Além de receber os dejetos da cidade e de ser canalizado e retificado, o rio Tietê (e também o Pinheiros) foi emparedado. Construíram as vias marginais para as mercadorias fluírem ainda mais rápido. E as pessoas que circulavam por elas deixaram de “ver” o rio, sentiram-se estranhas em seu próprio meio. Em *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*, Erich Fromm analisa o fenômeno da alienação sobre a personalidade:

“Poder-se-ia dizer que a pessoa se alienou de si mesma. Não se sente como centro de seu mundo, como criador de seus próprios atos, tendo sido os seus atos e as conseqüências destes transformados em seus senhores, aos quais obedece e aos quais quiçá até adora. A pessoa alienada não tem contato consigo mesma e também não tem com nenhuma outra pessoa. Percebe a si e aos demais como são percebidas as coisas: com os sentidos e com o senso comum, mas, ao mesmo tempo, sem relacionar-se produtivamente consigo mesma e com o mundo exterior”³⁵⁰

³⁴⁹ MARX, Karl e ENGELS, Friederich – *A ideologia Alemã* – pg. 44 – Ed. Grijalbo, 1977

³⁵⁰ FROMM, Eric – *Psicanálise da Sociedade Contemporânea* – pg. 129 – Zahar Editores, 1959

Ao optarem por não fazer nada, deixando que a cidade fosse cercada por esgotos, que outrora eram rios, os moradores se embruteceram. Empobreceram seus sentidos, deixaram de conviver com o rio, de sentir a chuva preguiçosa, a garoa, que também desapareceu em função do desmatamento e das construções. Da mesma forma deixaram de ver as favelas e as crianças e velhos jogados nas esquinas, todas “*essas estrelas de brilho inútil*”. Mas o rio teima em reaparecer, as enchentes tomam conta das vias expressas, invadem as casas. A falta da garoa é sentida na secura das noites de inverno. As favelas são notadas no medo que as pessoas tem em sair de casa. Quando o Tietê já estava tomado por esgotos e dejetos industriais pouco havia por fazer senão meditar. Afinal, todos deram sua contribuição diária para que o encontro das águas do Tamanduateí com o Tietê fosse conhecido por Cagão e depois se espalhasse por todas as águas que cercam a cidade. Os córregos menores... O agora subterrâneo Anhangabaú [*Bebedouro dos demônios* em tupi], que por vezes teima em reaparecer tomando conta do túnel que leva o seu nome. A crença na capacidade do trabalho foi tão grande que resolveram fazer um túnel no leito de um rio; melhor seria se tivessem sido preguiçosos, desviando o percurso e brindando a paisagem com um belo ribeirão no centro de vale do Anhangabaú. O riacho do Ipiranga, onde foi proclamada a independência do Brasil. O Pinheiros, que teve o seu curso alterado para gerar energia elétrica, o que provocou mais enchentes córregos do entorno. Até os reservatórios de água potável da cidade, Guarapiranga e Billings, passaram a receber esgoto. De um lado a serra do mar de outro um imenso fosso de merda. Foi o que os cidadãos de São Paulo deixaram que acontecesse com sua cidade.

Meditação sobre o rio Tietê

À época da agonia do Tietê, Mário de Andrade foi um dos poucos que protestou. De certo os outros estavam preocupados com coisas mais importantes; ganhar dinheiro, por exemplo. Como ele sabia o quão dura foi a batalha de Macunaíma para reconquistar sua muiiraquitã, deixou-nos um poema testamento.

A Meditação Sobre o Rio Tietê

Água do meu Tietê,

Onde me queres levar?

*-Rio que entras pela terra
E que me afastas do mar...
É noite. E tudo é noite. Deixo do arco admirável
Da Ponte das Bandeiras o rio
Murmura num banzeiro de água pesada e oliosa.
É noite e tudo é noite. Uma ronda de sombras,
Soturnas sombras, enchem de noite e tão vasta
O peito do rio, que é como si a noite fosse água,
Água noturna, noite líquida, afogando de apreensões
As altas torres do meu coração exausto. De repente
O óleo das águas recolhe em cheio luzes trêmulas,
É um susto. E num momento o rio
Esplende em luzes inumeráveis, lares, palácios e ruas,
Ruas, ruas, por onde os dinossauros caxingam
Agora, arranhas - céus valentes donde saltam
Os bichos blau e os punidores gatos verdes,
Em cântico, em prazeres, em trabalho e fábricas,
Luzes e glória. É a cidade... É a emaranhada forma
Humana corrupta da vida que muge e se aplaude.
E se aclama e se falsifica e se esconde. E deslumbra.
Mas é um momento só. Logo o rio escurece de novo,
Está negro. As águas oliosas e pesadas se aplacam
Num gemido. Flor. Tristeza que timbra um caminho de morte.
É noite. E tudo é noite. E o meu coração devastado
É um rumor de germes insalubres pela noite insone e humana.
Meu rio, meu Tietê, onde me levas?
Sarcástico rio que contradizes o curso das águas
E te afastas do mar e te adentra na terra dos homens,
Onde me queres levar?...
Por que me proíbes assim praias e mar, por que
Me impedes a fama das tempestades do Atlântico
E os lindos versos que falam em partir e nunca mais voltar?*

*Rio que fazes terra, húmus da terra, bicho da terra,
Me induzindo com a tua insistência turrone paulista
Para as tempestades humanas da vida, rio, meu rio!...*

*Já nada me amarga mais a recusa da vitória
Do indivíduo, e de me sentir feliz em mim.
Eu mesmo desisti dessa felicidade deslumbrante,
E fui por tuas águas levado,
A me reconciliar com a dor humana pertinaz,
E a me purificar no barro dos sofrimentos dos homens.
Eu me decido. E eu mesmo me reconstituí árduo na dor
Por minhas mãos, por minhas desvivas mãos, por
Estas minhas próprias mãos que me traem,
Me desgastaram e me dispersaram por todos os descaminhos,
Fazendo de mim uma trama onde a aranha insaciada
Se perdeu em cisco e pólem, cadáveres e verdades e ilusões.*

*Mas porém, o rio, de cujas águas eu nasci,
Eu nem tenho o direito mais de ser melancólico e frágil,
Nem de me estrelar nas volúpias inúteis da lágrima!
Eu me reverto às tuas águas espessas de infâmias,
Oliosas, eu, voluntariamente, sofregamente, sujado
De infâmias, egoísmos e traições. E as minhas vozes,
Perdidas do seu tenor, rosnam pesadas e oliosas,
Varando terra adentro no espanto dos mil futuros,
À espera angustiada do ponto. Não do meu ponto final!
Eu desisti! Mas do ponto entre as águas e a noite,
Daquele ponto leal à terrestre pergunta do homem,
De que o homem há de nascer.*

*Eu vejo; não é por mim, o meu verso tomando
As cordas oscilantes da serpente, rio.*

*Toda a graça, todo o prazer da vida se acabou.
Nas tuas águas eu contemplo o Boi Paciência
Se afogando, que o peito das águas tudo soverteu.
Contágios, tradições, brancuras e notícias,
Mudo, esquivo, dentro da noite, o peito das águas,
Fechado, mudo
Mudo e vivo, do despeito estribulo que me fustiga e devora.
Destino, predestinações... meu destino. Estas águas
Do meu Tietê são abjetas e barrentas,
Dão febre, dão morte decerto, e dão garças e antíteses.
Nem as ondas das suas praias cantam, e no fundo
Das manhãs elas dão gargalhadas frenéticas,
Silvos de tocaias e lamurientos jacarés.
Isto não são águas que se beba, conhecido, isto são
Águas do vício da terra. Os jaburus e os socós
Gargalham depois morrem. E as antas e os bandeirantes e os ingás,
Depois morrem. Sobra não. Nem sequer o Boi Paciência
Se muda não. Vai tudo ficar na mesma. mas vai!... e os corpos
Podres envenenam estas águas completas no bem e no mal.
Isto não são águas que se beba, conhecido! Estas águas
São malditas e dão morte, eu descobri! E é por isso
Que elas se afastam dos oceanos e induzem à terra dos homens,
Paspalhonas. Isto não é água que se beba, eu descobri!
E o meu peito das águas se esborriça, ventarrão vem, se encapela
Engruvinhado de dor que não se suporta mais.
Me sinto pai do Tietê! Ôh força dos meus sovacos!
Cio de amor que me impede, que destrói e fecunda!
Nordeste de impaciente amor sem metáforas,
Que se horroriza e enraivece de sentir-se
Demagógicamente tão sozinho! Ô força!
Incêndio de amor estrondante, enchente magnânima que me inunda,
Me alarma e me destroça, inerte por sentir-me*

Demagogicamente tão só!

*A culpa é tua, Pai Tietê? A culpa é tua
Si as tuas águas estão podres de fel
E majestade falsa? A culpa é tua
Onde estão os amigos? Onde estão os inimigos?
Onde estão os pardais? E os teus estudiosos e sábios, e
Os iletrados?
Onde o teu povo? E as mulheres! Dona Hircenuhdis Quiroga!
E os Prados e os crespos e os pratos e
Os barbas e os gatos e os línguas
Do Instituto Histórico e Geográfico, e os museus e a Cúria,
E os senhores chantres reverendíssimos,
Celso niil estate varíolas gide memoriam,
Calípedes flogísticos e a Confraria Brasiliense e Clima
E os jornalistas e os trustkistas e a Ligth e as
Novas ruas abertas e a falta de habitações e
Os mercados?... E a tiradeira divina de Cristo!...
Tú és Demagogia. A própria vida abstrata tem vergonha
De ti em tua ambição fumarenta.
És demagogia em teu coração insubmisso.
És demagogia em seu desequilíbrio anticéptico
E antiuniversitário.
És demagogia. Pura demagogia.
Demagogia pura. Mesmo alimpada de metáforas.
Mesmo irrespirável de furor na fala reles:
Demagogia.
Tú és enquanto tudo é etermidade e malvasia:
Demagogia.
Tú és em meio à (crase) gente pia:
Demagogia.
És tú jocoso enquanto o ato gratuito se esvazia:*

Demagogia.

És demagogia, ninguém chegue perto!

Nem Alberto, nem Adalberto, nem Dagoberto

Esperto Ciumento Peripatético e Ceci

E Tancredo e Afrodísio e também Armida

E o próprio Pedro e também Alcibíades,

Ninguém te chegue perto, porque tenhamos o pudor,

O pudor do pudor, sejamos verticais e sutis, bem

Sutis!... E as tuas mãos se emaranham lerdas,

E o Pai Tietê se vai num suspiro educado e sereno,

Porque és demagogia e tudo é demagogia.

Olha os peixes, demagogo incivil! Repete os carcomidos peixes!

São eles que empurram as águas e as fazem servir de alimento

Ás areias gordas da margem. Olha o peixe dourado sonoro,

Esse é um presidente, mantém faixa de crachá no peito,

acirculado de tubarões que escondem na fuça rotunda

O perrepismo dos dentes, se revezam na rota solene

Languidamente presidenciais. Ei-vem o tubarão - martelo

E o lambari - spitfire. Ei-vem o boto - ministro.

Ei-vem o peixe - boi com a mil mamicas imprudentes,

Pertubado pelos golfinhos saltitantes e as tabaranas

Em zás - trás dos guapos Pêdêcê e Guaporés.

Eis o peixe - baleia entre os peixes muçuns lineares,

E os bagres do lodo oliva e bilhões de peixinhos japoneses;

Mas és asnático o peixe - baleia e vai logo encalhar na margem,

Pois quis engolir a própria margem, confundido pela facheada,

Peixes ao mil e mil, como se diz, brincabrincando

De dirigir a corrente com ares de salva - vidas.

E lá vem por debaixo e por de - banda os interrogativos peixes

Internacionais, uns rubicudos sustentados de moscas,

E os espadartes a trote chique, esses são espadartes! e as duas

Semanas Santas se insultam e odeiam, na lufa - lufa de ganhar

*No bicho o corpo do crucificado. Mas as águas,
As águas choram baixas num murmúrio lívido, e se difundem
Tecidas de peixe e abandonado na mais incompetente solidão.
Vamos, demagogia! Eia! Sus! Aceita o ventre e investe!
Berra de amor humano impenitente,
Cega, sem lágrimas, ignara, colérica, investe!
Um dia há de ter razão contra a ciência e a realidade,
E contra os fariseus e as lontras luzídias.
E contra os guarás e os elogios. E contra todos os peixes.
E também os mariscos, as ostras e os trairões fartos de equilíbrio
Pundhonor.
Pum d'honor.
Qué - de as juvenilidades Auriverdes!
Eu tenho medo... Meu coração está pequeno, é tanta
Essa demagogia, é tamanha,
Que eu tenho medo de abraçar os inimigos,
Em busca apenas dum sabor,
Em busca de um olhar,
Um sabor, um olhar, uma certeza...
É noite... Rio! Meu rio! Meu Tietê!
É noite muito!... As formas... Eu busco em vão as formas
Que me ancorem num porto seguro na terra dos homens.
É noite e tudo é noite. o rio tristemente
Murmura num banzeiro de água pesada e oliosa.
Água noturna, noite líquida... Augúrios mornos afogam
As altas torres do meu exausto coração.
Me sinto esvair no apago murmulho das águas
Meu pensamento quer pensar, flor, meu peito
Queria sofrer, talvez (sem metáforas) uma dor irritada...
Mas tudo se desfaz num choro de agonia
Plácida. Não tem formas essa noite, e o rio
Recolhe mais esta luz, vibra, reflete, se aclara, refulge,*

e me larga desarmado nos transes da enorme cidade

Si todos dinossauros imponentes de luxo e diamante,

Vorazes de genialidade e de arcanos,

Quisessem reconquistar o passado...

Eu me vejo sozinho, arrastando sem músculo

a caudado pavão e mil olhos de séculos,

Sobretudo os vinte séculos de anticristianismo

Da por todos chamada Civilização Cristã...

Olhos que me intrigam, olhos que me denunciam,

Da cauda do pavão, tão pesada e ilusória.

Não posso continuar mais, não tenho, porque os homens

Não querem me ajudar no meu caminho.

Então a cauda se abriria orgulhosa e refulgente

De luzes inimagináveis e certezas...

Eu não seria tão somente o peso deste meu desconsolo,

A lepra do meu castigo queimando neste meu epiderme

Que encurta, me encerra e me inutiliza na noite,

Me revertendo minúsculo à advertência do meu rio.

Escutai o rio. Assunto estes balouços em que o rio

Murmura num banzeiro. E contemplo

Como apenas se movimenta escravizada a torrente,

E rola a multidão. Cada onda que abrolha

E se mistura no rolar fatigado é uma dor. E o surto

Mirim dum crime impune.

Vêm de trás o estirão. É tão soluçante e tão logo,

E lá na curva do rio vêm outros estirões e mais outros,

E lá na frente são outros, todos soluçantes e presos

Por curvas que serão sempre apenas as curvas do rio.

Há de todos os assombros, de todas as purezas e martírios

Nesse rolo torvo das águas. Meu Deus! Meu

*Rio! Como é possível a torpeza da enchente dos homens!
Quem pode compreender o escravo macho
E multimilenar que escorre e sofre, e mandado escorre
Entre injustiça e impiedade, estreitado
Nas margens e nas areias das praias sequiosas?
Elas bebem e bebem. Não se fartam, deixando com desespero
Que o rosto do galé aquoso ultrapasse esse dia,
Pra ser represado e bebido pelas outras areias
Das praias adiante, que também dominam, aprisionam e mandam
A trágica sina do rolo das águas, e dirigem
O leito impassível da injustiça e da impiedade.
Ondas, a multidão, o rebanho, o rio, meu rio, um rio
Que sobe! Fervilha e sobe! E se adentra fatalizado, e em vez
De ir se alastrar pela terra escura e ávida dos homens,
Dando sangue e vida a beber. E a massa líquida
Da multidão onde tudo se esmigalha e se iguala,
Rola pesada e oliosa, e rola num rumor surdo,
E rola mansa, amansa imensa eterna, mas
No eterno imenso rígido canal da estulta dor.*

*Porque os homens não me escutam! Por que os governadores
Não me escutam? Por que não me escutam
Os plutocratas e todos os que são chefes e são fezes?
Todos os donos da vida?
Eu lhes daria o impossível e lhes daria os segredo,
Eu lhes dava tudo aquilo que fica para cá do grito
Metálico do números, e tudo
O que está além de insinuação cruenta da posse.
E si acaso eles protestassem, que não! Que não desejam
A borboleta translúcida da humana vida, porque preferem
O retrato a óleo das inaugurações espontâneas,
Com béstias de operário e do oficial, imediatamente inferior.*

*E palminhas, e mais os sorrisos das máscaras e a profunda comoção,
Pois não! Melhor que isso eu lhes dava uma felicidade deslumbrante
De que eu consegui me despojar porque tudo sacrifiquei.
Sejamos generosíssimos. E enquanto os chefes e as fezes
De mamadeira ficassem na creche de laca e lacinhos,
Ingênuos brincando de felicidade deslumbrante:
Nós nos iríamos de camisa aberta ao peito,
Descendo verdadeiros ao léu da corrente do rio,
Entrando na terra dos homens ao coro das quatro estações.*

*Pois que mais uma vez eu me aniquilo sem reserva,
E me estilhaço nas fagulhas eternamente esquecidas,
E me salvo no eternamente esquecido fogo de amor...
Eu estalo de amor e sou só amor arrebatado
Ao fogo irrefletido do amor.
...eu já amei sozinho comigo; eu já cultivei também
O amor do amor, Maria!
E a carne plena da amante, e o susto vário
Da amiga, e a inconfidência do amigo... Eu já amei
Contigo, Irmão Pequeno, no exílio da preguiça elevada, escolhido
Pelas águas do turbido rio do Amazonas, meu outro sinal.
E também, ôh também! Na mais impávida glória
Descobridora da minha inconstância e aventura,
Desde que me fiz poeta e fui trezentos, eu amei
Todos os homens, odiei a guerra, salvei a paz!
E eu não sabia! Eu bailo de ignorâncias inventivas,
E a minha sabedoria vem das fontes que eu não sei!
Quem move meu braço? Quem beija por minha boca?
Quem sofre e se gasta pelo meu renascido coração?
Quem? Sinão o incêndio nascituro do amor?...
Eu me sinto grimpado no arco da Ponte das Bandeiras,
Bardo mestiço, e o meu verso vence a corda*

*Da caninana sagrada, e afina com os ventos dos ares, e enrouquece
Úmido nas espumas da água do meu rio,
e se espatifa nas dedilhações brutas do incorpóreo Amor.
Por que os donos da vida não me escutam?
Eu só sei que eu não sei por mim! Sabem por mim as fontes
Da água, e eu bailo de ignorâncias inventivas.*

*Meu baile é solto como a dor que range, meu
Baile é tão vário que possui mil sambas insonhados!
Eu converteria o humano crime num baile mais denso
Que estas ondas negras de água pesada e oliosa,
Porque os meus gestos e os meus ritmos nascem
Do incêndio puro do amor... Repetição. Primeira voz sabida, o Verbo
Primeiro troco. Primeiro dinheiro vendido. Repetição logo ignorada
Como é possível que o amor se mostre impotente assim
ante o ouro pelo qual o sacrificam os homens,
Trocando a primavera que brinca na face das terras
Pelo outro tesouro que dorme no fundo baboso do rio!
É noite! É noite! E tudo é noite! E os meus olhos são noite!
Eu não enxergo sequer as barcaças na noite.
Só a enorme cidade me chama e pulveriza,
E me disfarça numa queixa flébil e comedida,
Onde irei encontrar a malícia do Boi Paciência
Redivivo. Flor. Meu suspiro ferido se agarra,
Não quer sair, enche o peito de ardência ardilosa,
Abre o olhar, e o meu olhar procura, flor, um tilintar
Nos ares, nas luzes longe, no peito das águas,
No reflexo baixo das nuvens.
São formas ... Formas que fogem, formas
Indevidas, se atropelando, um tilintar de formas fugidas
Que mal se abrem, flor, se fecham, flor, flor, informes inacessíveis.*

Na noite. E tudo é noite. Rio, o que eu posso fazer!...
Rio, meu rio... mas porém há - de haver com certeza
Da serra! E hei - de guardar silêncio
Deste amor mais perfeito do que os homens?...
Estou pequeno, inútil, bicho da terra, derrotado.
No entanto eu sou maior... Eu sinto uma grandeza infatigável!
Eu sou maior que os vermes e todos os animais.
E todos os vegetais. E os vulcões vivos e os oceanos,
Maior... Maior que a multidão do rio acorrentado,
Maior que a estrela, maior que os adjetivos,
Sou homem! Vencedor das mortes, bem nascido além dos dias,
Transfigurado além das profecias!
Eu recuso a paciência, o boi morreu, eu recuso a esperança.
Eu me acho tão cansado em meu furor.
As águas apenas murmuram hostis, água vil mas turronas paulista
Que sobe e se espraia, levando as auroras represadas
Para o peito dos sofrimentos dos homens.
... e tudo é noite. Sob o arco admirável
Da Ponte das Bandeiras, morta, dissoluta, fraca,
Uma lágrima apenas, uma lágrima,
Eu sigo alga escusa nas águas do meu Tietê.

Mário de Andrade iniciou o poema em 30 de novembro de 1944 e finalizou-o em 12 de fevereiro de 1945. Em 25 de fevereiro de 1945, aos 51 anos, sofre um enfarte fulminante. Virou estrela.

ANEXOS

Ursa Maior é Macunaíma.

**Que o brilho inútil da constelação Ursa Maior ilumine uma
nova política pública para a infância, o esporte, o lazer e a
cultura**

**Coletânea de artigos com experiências na formulação de políticas públicas para o esporte, o
lazer e a cultura**

ESPORTE COMO LAZER E COOPERAÇÃO

*Conteúdo de palestra apresentada no
Congresso Internacional da IPA (International Play Association)
Memorial da América Latina, São Paulo
Novembro de 2002*

O esporte é, sobretudo, o campo de ação em que se entrelaçam as relações entre grupos sociais, ambientes e indivíduos. Visto dessa forma, as atitudes de lazer e cooperação desencadeadas pelo esporte, estão intimamente relacionadas à cidade, ao urbanismo, à cultura e ao modo de pensar da sociedade. Esporte, como jogo, é a representação do próprio ambiente social e se abre como espaço para o lazer e a cooperação do mesmo modo que pode ser um racional instrumento de treinamento, de divisão de tarefas e assimilação das regras do trabalho moderno. Tudo depende do modo de pensar predominante; ou bem caminhamos para uma excessiva especialização, competição e busca da vitória a qualquer custo, valores tão caros à ideologia neoliberal que tenta se impor em todo o planeta; ou tomamos um rumo diverso, que busque o cultivo de uma nova consciência, mais integrada às necessidades de cooperação e transformação dos valores humanos.

A nossa sociedade é, ao mesmo tempo, produto e vetor destes conflitos. E o melhor reflexo são as nossas atitudes em relação ao espaço urbano, cada vez mais transformado no grande campo segregação e exclusão social. Diferentemente das sociedades indígenas, em que tribo e espírito caminham juntos, são sinônimos, a nossa sociedade se afastou dessa idéia de cooperação e integração no espaço de convívio social. Deixamos de ser tribo para ser um só. E um só mesmo, haja vista os grandes conflitos interiores à vida familiar.

Mas nem é preciso sair de São Paulo para conhecer essa outra forma de encarar o mundo. Pode parecer estranho, mas a maior cidade da América do Sul, com 10.500.000 habitantes carrega em seu território três aldeias indígenas, totalizando uma população de 950 pessoas, a maioria de etnia Guarani. A aldeia do Jaraguá, tem por cacique uma mulher, dona Jandira; a do Krukutu, o cacique Marcos Tupã e a do Morro da Saudade, o cacique Timóteo Popyguá, essas duas na zona sul de São Paulo, quase na altura da serra do Mar. São lugares onde se fala Guarani, se reza na *opy*, dançam o *xondaro*, fumam o *petyngué* e sonham com a Terra

Sem Males. E tudo isso captando imagens da TV por antena parabólica, cercados por vias expressas, bombardeados por outdoors. Não é fácil agüentar a pressão:

“Ainda assim, nosso povo continua firme, resistindo. É claro que há gente que olha para nós e pensa que somos pobres, miseráveis, porque insistimos em viver do modo tradicional. Mas essa é a nossa forma de mostrar que a vida que a gente tem é uma opção que fazemos para manter o céu suspenso, como dizem nossos avós. Isso, só por vontade de Nhanderu.” (Olívio Jekupé)³⁵¹

Para os índios, a consciência da tribo se forma em **Nhanderu** (*O Grande Mistério, o que tem muitos nomes, o Imanifestado, o Um, também conhecido por Namandu*), é eco dos ancestrais, memória pelo qual o espírito é apalpado. A consciência está na chuva, na arara, nas pedras, folhas e todos os seres da floresta, aí incluídos, pai, mãe, filho, irmãos. Sim, filhos, pais e irmãos, porque também são eles (também somos nós) seres de uma mesma floresta.

Esse modo de pensar estrutura uma sociedade de cooperação onde cada elemento da tribo é visto como parte de um todo. Diferentemente dos “primitivos” indígenas, a nossa sociedade constrói uma forma de pensar alienada de seu próprio meio e assim esquecemos **Nhanderu**. Crianças na rua a pedir esmolas, quando muito, nos assustam, pois a elas somos indiferentes. Assim como os rios, antes veia por onde circulava a vida, tornam-se esgoto. São Paulo é retrato desse modo de pensar e agir. Há não muito tempo, nosso grande rio, o Tietê, era palco de competições esportivas, fonte de vida, divertimento; mas, assim como acontece com outras referências da vida urbana, foi se degradando, se perdendo aos olhos indiferentes de um povo que não mais ouve o eco dos ancestrais.

Uma Política Pública para o Esporte e o Lazer

Pensar uma política pública progressista para o esporte e o lazer (como para quaisquer outros campos da esfera pública) é, antes de mais nada, buscar a re-ligação entre o indivíduo e a tribo, rompendo com a indiferença, indo além de uma simples política de governo ou de pequenos grupos, sensibilizando e motivando a sociedade, transformando consciências. É buscar

³⁵¹ JEKUPÉ, Olívio – *VERÁ: o contador de histórias* – Coleção Memórias Ancestrais (povo Guarani) – Palavra de Índio, 2003

uma **apropriação pública da cidade pelo esporte e o lazer**, garantidos como direitos sociais fundamentais e alavanca de transformações. Mais que uma simples realização de obras ou eventos, cabe fazer um chamamento para que a própria sociedade transforme a sua forma de ver o esporte e o lazer. No momento que conseguirmos sensibilizar o conjunto da sociedade para o tema, aí sim, estaremos ultrapassando os limites de uma política de governo para compor uma efetiva política pública.

RECREIO NAS FÉRIAS – estratégia para implantação de uma política pública de lazer.

As ações concentradas tem o poder de motivar e chamar a atenção para temas normalmente colocados no final da pauta de demandas sociais. É o que pretendemos com o **Recreio nas Férias**. Em 2001, a realidade encontrada no esporte e lazer da prefeitura de São Paulo era de um profundo abandono. Não havia orientação de políticas, os profissionais estavam desmotivados, os equipamentos públicos se degradando ou então interditados e próprio público estava bastante ausente.

Era preciso mudar essa realidade, e mudar com ações efetivas. Com o **Recreio**, durante uma semana, as crianças de São Paulo se inscrevem em pólos de férias e participam de atividades de lazer, esportes e cultura. Como elemento fundamental do programa, são oferecidos passeios para que o público rompa com seu ambiente cotidiano, conhecendo novos espaços, grandes parques, teatros e equipamentos de lazer e assim comece a **perceber a cidade como sua**.

Até o momento foram realizadas 3 edições do programa, com os seguintes resultados:

	Junho/2001	Jan/2002	Junho/2002	Jan/2003	Junho/2003
Inscrições	31.000	77.000	100.000	135.000	215.000
Pólos / Férias	76	140	227	310	568
Monitores	136	700	2.000	3.000	5.500
Oficineiros	-	700	300	-	-
Voluntários	380	700	1.100	1.500	2.000
Serv. Públicos	928	1.465	1.800	1.800	2.000
Apr. Artísticas	78	140	227	310	568
Viagens/ônibus	704	1.771	2.222	2.954	5.000

O **Recreio nas Férias** envolve uma grande operação de logística (distribuição de lanches, camisetas, operacionalização dos passeios e materiais recreativos) que por sua vez desencadeia uma série de ações futuras resultantes de medidas como cursos de treinamento para profissionais envolvidos, jogos e iniciativas que, em muitos casos, representam o primeiro contato do público com um serviço mais qualificado no campo do lazer. Ou seja, de uma ação concentrada (o evento de uma semana de férias), o **Recreio** aponta no caminho da consolidação de políticas permanentes, solidificadas por iniciativas dos próprios locais. Como conceito, a estratégia do **Recreio**, tem os seguintes objetivos e resultados diretos ou indiretos:

- **Geração de demanda pública pelo direito ao lazer, esporte e cultura;**
- **Re-significação e qualificação de espaços públicos (Escolas, Centros Esportivos e Parques);**
- **Estabelecimento de métodos de avaliação e gestão pública;**
- **Introdução do lúdico e do lazer como elementos fundamentais para um processo de educação permanente.**

VIVA SÃO PAULO – Nossa Rua – re-estabelecendo laços de solidariedade.

A rua nas grandes cidades, particularmente naquelas em que o planejamento é caótico, tem se transformado muito mais em uma área de circulação apressada que em espaço de convivência ou ligação entre os moradores da cidade. No momento 300 ruas da cidade localizadas, principalmente, em regiões distantes e carentes de equipamentos públicos, são fechadas ao trânsito de veículos e funcionam como ruas de lazer aos domingos e feriados. Esse é um programa que existe há 20 anos em São Paulo, mas até então, o papel da prefeitura era meramente burocrático, de autorização para o fechamento das ruas. E essa função era cumprida com a morosidade da burocracia: primeiro as famílias tinham que fazer um abaixo assinado, depois os pedidos iam para os órgãos competentes (trânsito, administração regional, planejamento, negócios jurídicos, esporte novamente) e tudo isso levava muito tempo (uns 4 anos). Quando a prefeitura ia publicar a autorização era necessário uma nova checagem com os moradores. Muitas vezes as crianças já tinham crescido, outros mudado de rua. E o processo começava novamente...

Com a definição de um novo conceito, de incentivo à convivência entre vizinhos, as sub-prefeituras agilizaram os procedimentos de aprovação das ruas (no máximo 120 dias) e o departamento de lazer oferece acompanhamento sistemático, cursos e materiais recreativos; em 2003 foram adquiridos mais 400 kits de rua de lazer. O Viva São Paulo – Nossa Rua é um convite para que os cidadãos se encontrem, revigorando a auto-estima da cidade a partir da reconstrução de nossas próprias ruas.

A rua, fechada ao trânsito, é aberta ao povo, aos encontros, jogos e brincadeiras. E dos encontros nascem novas idéias, murais de serviços, festas de rua, mutirões... Também são oferecidos cursos para formação de **Agentes Comunitários de Lazer**; com os Agentes, novos encontros, descobertas, e tudo mais que pode ser desencadeado a partir da união entre as pessoas. Esse é um programa de fomento ao **voluntariado**, ao uso comum de redes, bolas e brinquedos; um programa da solidariedade e de transformação de consciências a partir de pequenas atitudes.

MAIS ESPORTE – Esporte com liberdade, comunidade e cultura.

O **Mais Esporte** é um programa de estímulo à prática esportiva que conta com o atrativo de envolver Difusores Esportivos, ex-atletas, craques de sempre, ídolos do futebol e de outras modalidades (vários campeões nacionais ou internacionais, como craques de Copas do Mundo). Duas ou três vezes por semana, as crianças tem atividades nas unidades do programa (atualmente são 94) e lá desenvolvem a prática esportiva, recebem lanches e orientações. A força do programa, como não poderia deixar de ser em um país como o Brasil, é o futebol. Segundo Eric Hobsbawm, em “A Era dos Extremos”, esse é o grande setor da cultura popular que se firmou universal sem que a influência americana conseguisse se impor. Jogo simples e elegante, livre de regras ou equipamentos complexos, pode ser praticado em qualquer espaço, por todas as gentes.

O programa **Mais Esporte**, é essencialmente comunitário, e a prefeitura oferece o serviço de Difusores Esportivos (65 ex-atletas contratados), material esportivo, lanches e acompanhamento pedagógico. Em 2003 foram abertas mais 232 Oficinas em convênio com Federações Esportivas (Capoeira, Xadrez, Judô, Karatê, Dança e Atletismo), além de idas ao teatro (espetáculo *O mundo é uma bola*). O Mais Esporte acontece onde há espaço (mesmo nas mais densas ocupações populares o povo respeita e preserva o campo de futebol) e crianças; ou seja, a limitação do programa é exclusivamente de fôlego orçamentário, pois demanda temos a

perder de vista. Como base de apoio, entra o trabalho voluntário da comunidade, que a partir de 2004 será minimamente remunerado (um salário mínimo) com a oficialização do **Agente Comunitário de Esporte**.

O programa encerrou 2003 com 22.000 crianças inscritas. A implantação é modular e de baixo custo (R\$ 130/ano – U\$ 45/ano – na parte exclusivamente esportiva) e pode incorporar patrocínios e parcerias (convênio com Petrobras, Ministério dos Esportes e UNESCO). Aos poucos, o **Mais Esporte** agrega novos valores, cursos e atividades, sendo um embrião da retomada da idéia da Escola/Parque, de Anísio Teixeira e que Mário de Andrade, na sua gestão como diretor de Cultura, Educação e Recreação (1935/38), implementou a experiência dos Parques Infantis. Esses Parques funcionavam em horário complementar ao das aulas, com inscrição livre e variadas opções recreativas, esportivas e culturais; infelizmente uma das características dos governos é desaprender com a história e essa experiência vingou em São Paulo apenas por um curto período. Com essa estratégia modular de implantação o programa pode ampliar o atendimento, firmar parcerias e qualificar cada vez mais a prática esportiva nas comunidades, levando a educação para além dos muros escolares, o que é uma tendência para qualquer política progressista neste campo, tendo sempre por princípio a autonomia local.

O ENTRELACAMENTO DOS PROGRAMAS

Ao apresentarmos esses programas, entendemos o seu desenvolvimento, mesmo que contando com uma eficiente gestão, ainda assim, não estaria se firmando como Política Pública, quando muito de governo (o que de certo modo não deixa de ser ruim, pois são muitas as gestões que não tem nem política ou rumo para estas áreas de atuação), pois falta o efetivo **entrelaçamento** entre os mesmos. Mais que a **realização**, o objetivo a ser perseguido em uma política pública, é a **transformação**. Transformação de mentalidades, de comportamentos. Transformação que desencadeia ações que por sua vez se desdobram em novas e novas iniciativas da sociedade.

Exemplificando: Quando um Centro Esportivo absolutamente degradado do ponto de vista físico e com um quadro funcional desestimulado recebe um programa como o **Recreio**, a comunidade e os profissionais deste equipamento público, experimentam um outro padrão de serviços, que passa a funcionar como referência. Novas referências, novas exigências, isso é gerar demanda pelo direito ao lazer, esporte e cultura. E a comunidade, ao exigir mais, deve ser

vista como aliada, parceira; a rede de brinquedotecas que começamos a instalar nos Centros Esportivos Municipais é resultado desse processo de comunhão de objetivos entre poder público e comunidade.

Esse é um processo sem fim e diz respeito não somente a resultados materiais (que podem e devem ser mensurados), como também a atitudes. Na medida que as pessoas transformam a sua rua em um espaço de lazer, novas idéias vão surgindo, combate-se a violência, o medo; a sociedade fica mais cooperativa. E com mais cooperação, mais vontade de resolver problemas. **Mais Esporte** para as crianças e menos indiferença para os adultos. Muda a forma do olhar. Uma criança pedindo esmola numa esquina, deixa de ser problema dos “outros”, é problema nosso. Um rio sem vida também seca as nossas veias; veias por onde passa **Nhanduru**, mesmo que nunca cheguemos a conhece-lo.

Esse é o espírito de nossa política pública para o esporte e o lazer: integrar, cooperar, mudar.

VIVA SÃO PAULO

*Texto de apresentação ao projeto
VIVA SÃO PAULO
Fevereiro de 2001*

“*O Paulistano está insatisfeito com sua cidade*”, diz a pesquisa da Folha de São Paulo de 25 de janeiro de 2001. Mas, do mesmo modo que o morador de São Paulo vive um momento de baixa auto-estima, 66% dos cidadãos se predispõem a desenvolver um trabalho voluntário para melhorar sua cidade. É a população se dizendo viva, querendo reconstruir São Paulo.

Viva São Paulo, programa social que unifica as políticas públicas de lazer, tem por objetivo recuperar o prazer de se viver na cidade, oferecendo alternativas de recreação, esportes, cultura, reflexão e convívio social para o conjunto da população. E esta é uma proposta voltada não somente para os moradores de São Paulo, mas para todos os homens e mulheres que encontram na metrópole uma referência de vida urbana. **Viva São Paulo** é o tempo livre bem curtido, retornando ao sentido original do lazer (do latim, *licere*, ser lícito), onde “fazer nada” é tudo; e tudo o que há de mais necessário para a formação de agentes históricos com pleno domínio de suas capacidades e sentidos, é o direito ao livre controle de nossa mente e corpo. Refletir com arte, pensar com movimento, agir com diversão; olhar, ouvir, dizer, sentir, tatear, criar... Fazer de novo, experimentar, tentar caminhos, ultrapassar os nossos mundos, conhecer os outros... Nos reconhecer no mundo; voltar, mudar, construir, desfazer, trocar... Viver São Paulo.

Viva São Paulo é a recuperação do sentido de “*pertencer*”, é um grito de amor à cidade, o oposto do “fuga” de São Paulo, do desespero daqueles que não suportam a vida em comunidade e preferem a clausura. Viver em cidade é muito mais que trabalhar, ganhar dinheiro, circular com medo e viver prisioneiro da violência. Mesmo assim, essa é apenas uma parte dos que vivem na cidade; existem outros que vivem por aqui, sem trabalho, sem dinheiro, sem medo, sem parada, vítimas que amedrontam, violentos sem horizontes. É a cidade dos guetos, dos mundos que não se comunicam. Sem a convivência cidadina, não se forja o cidadão e convívio social depende de **conhecimento**, de troca. É preciso conhecer São Paulo, fruir seus cantos, seus antros; ter prazer em andar pelas ruas, circular sem medo; caminhar nos parques, ter recreio nas

férias, conviver com vizinhos. A vida em cidade depende da troca de idéias, da solidariedade e da definição de rumos que unam a todos.

Muitos praticam o **Viva São Paulo**, divulgam sua cidade, gostam de São Paulo, lotam os parques, visitam museus, freqüentam teatros, cinemas, vão às compras... E também jogam nos campos esportivos, visitam parentes, vão aos cultos, às missas, conhecem suas ruas, lugares. Falta, no entanto, uma marca que unifique estas ações e dê um sentido coletivo para todo esse processo e que, além do “*fazer*”, reflita sobre tudo isso. Nossa intenção é unificar os programas sociais de lazer, esportes, cultura, recreação e convivência criando uma sinergia que incorpore cada vez mais ações e atitudes, revigorando a auto-estima da cidade, de seus cidadãos e amigos. E isso pressupõe, além de intenções e conceitos, uma boa gestão das ações de lazer e práticas de exercício do tempo livre. Recreação democrática, lazer para todos, depende, acima de tudo, de profissionalismo, de gestão e de trabalho que gera mais lazer. De lazer que gera renda, de renda que distribui renda (mas nem sempre), e que proporciona mais tempo livre...e mais trabalho (com jornada menor); e mais renda, e mais distribuição, e mais tempo livre, e mais comunhão, e mais humanidade... E mais cidade.

VIVA SÃO PAULO – Nossa Rua

*Texto de apresentação ao projeto
VIVA SÃO PAULO – Nossa Rua
Outubro de 2001*

Como uma ruga, a rua corta o rosto da cidade. Passagem que une gente, casas, vilas e bairros; rua onde nascemos, das primeiras descobertas, das histórias, vizinhos, observações, amigos, conversa.

No começo, meninos com meninos, meninas com meninas, brincadeiras de rua: pega esconde pula bolas taco pipas troças canções. Jogos que nos apresentaram ao mundo.

Rua que um dia quisemos *ladrihar com pedrinhas de brilhante* e marca nossa vida para depois se transformar em ruga que não reconhecemos mais. Casas desaparecem, famílias se vão, surgem prédios novos, outros viram ruínas, chega gente, sai gente.

Com o tempo não reconhecemos mais a rua, vem o medo, a desconfiança. Vizinhos não se falam nem se olham, cada um segue seu rumo como se estivesse na rua que *sobe e desce e nunca aparece*.

Rua antes de todos, agora é de ninguém, sem cuidados, suja, escura, solitária e violenta. Podemos esconde-la, fingir que não existe, mas a cada dia a rua marca ainda mais o rosto da cidade e continua sendo nossa.

Tal como em um poema, rua rima com ruga.

Assim é o **VIVA SÃO PAULO – Nossa Rua**, um programa de lazer e convivência entre vizinhos. Mais que um programa de governo, o **VIVA SÃO PAULO – Nossa Rua** é um convite para que todos os cidadãos voltem a se encontrar, se unam na defesa da cidade e, a partir desse encontro de gente e vontades, novas idéias e novos projetos vão surgindo. E revigorar a auto-estima de São Paulo começa pela reconstrução da nossa própria rua, plantando uma árvore, pintando a fachada de casa, abrindo espaço para as crianças brincarem com segurança, conversando com vizinhos na busca de soluções comuns. E tudo isso pode ser feito com festa e alegria.

Após o abaixo assinado dos moradores, a prefeitura autoriza o fechamento da rua aos domingos e feriados e oferece materiais de recreação e esporte, com bolas, redes, jogos e brinquedos de rua que serão de uso comum. A organização das atividades fica a cargo da comunidade, dos **voluntários do lazer**. Também tem esse Gibi, o manual para construção de brinquedos e, no futuro, a realização de psicodramas, cursos e encontros entre os voluntários do **Nossa Rua** e jornal para troca de experiências. Junto com as brincadeiras de domingo, também podem acontecer festas, feira de trocas, mural de serviços, mutirões, jogos, campeonatos e encontros entre as ruas.

VIVA SÃO PAULO – Nossa Rua, pelo lazer vamos nos apropriando da nossa cidade.

DOMINGO NO MINHOCÃO

*Artigo de avaliação do projeto
Domingo no Minhocão
Publicado no jornal A Gazeta Esportiva
Dezembro de 2001*

Tal qual uma ruga, o Elevado Costa e Silva, nosso conhecido Minhocão, já faz parte do rosto de São Paulo e é símbolo de uma política urbana que despreza o convívio entre as pessoas. Mas, da mesma forma que as rugas formam cicatrizes em nosso rosto, esta é uma marca que dificilmente será eliminada da paisagem da cidade. À cidadania cabe encontrar alternativas que humanizem essa nossa imensa ruga de concreto. O primeiro passo é conhece-la.

No dia 21 de outubro, a Prefeitura de São Paulo, em conjunto com a Universidade Anhembi Morumbi e com o apoio da comunidade e diversas organizações não governamentais, iniciou um programa que caminha neste sentido. O **Domingo no Minhocão** busca estimular uma cultura de solidariedade e convivência a partir da idéia da *“apropriação pública da cidade pelo lazer”*, sendo que o lazer é entendido em sua dimensão cultural, econômica (geração de renda e recuperação urbana) e lúdica.

O primeiro evento atendeu às expectativas e transformou o Minhocão na maior rua de lazer do país, unindo recreação, arte, esportes e feira de artesanato. Mais que um evento, este projeto representa um convite para que os cidadãos de São Paulo observem a cidade em uma outra dimensão. Notem que essa é uma via em que as pessoas circulam de forma motorizada, estressada, apressada, nem há como olhar ao redor, observar o entorno. No momento que as pessoas circulam a pé por esse espaço a pressa some e a diversão com amigos ou família toma lugar do estresse. O ato de dirigir tenso dá lugar ao passeio com o cachorro, o andar de bicicleta, a brincadeira com palhaços, a parada para ouvir corais, as crianças pintando a cara ou conhecendo os ”antigos/novos” jogos de rua; é com esse estado de espírito que as pessoas passam a observar o entorno com um novo olhar.

“Por que não instalar floreiras?”, “E se pintássemos os prédios em cores contrastantes? Como no Caminito de Buenos Ayres”, “Vejam a beleza do detalhe daquele edifício, encoberto pela fuligem deixada pela fumaça de nossos carros. E tem mais aquele outro, modernista dos anos 20. Olhem aquele Art Decó!” Os baixos do viaduto podem ser mais

iluminados, ganhar murais”, “A feira de arte e artesanato pode ser uma ótima alternativa para a demanda de artesãos por espaço”, “E se transformássemos o Minhocão em um imenso jardim suspenso?”, “Boulevard Elevado onde só circulariam bondes, bicicletas e pedestres”.

Neste pequeno artigo, não é o caso de entrar no mérito das idéias em si, mas sim no fato de que elas vão surgindo, e surgem partir de uma nova postura do cidadão em relação à sua cidade, onde o lazer estimula a apropriação coletiva do espaço público. Antes, a única solução inteligente para o Minhocão seria a sua implosão, hoje, a ruga de concreto que dividiu e degradou grande parte do centro de São Paulo, também pode ser recriada, assim como toda a cidade.

PARQUE DO TIETÊ

Plano de Oscar Niemeyer para a reurbanização da margem do rio Tietê

“A cirurgia urbanística necessária, a única que daria a São Paulo o pulmão verde que lhe falta. Um parque imenso com locais de esporte e lazer, clubes, restaurantes, habitações, escritórios, um Centro Cultural e o Centro Cívico.

E a reconciliação com o seu rio, num ambiente urbanizado e acolhedor.”

(Oscar Niemeyer – arquiteto)

São Paulo teve um plano para reencontrar-se com o Tietê, talvez o único possível, foi em 1986. Não há registro de que seus autores, coordenados pelo arquiteto Oscar Niemeyer³⁵², tivessem lido a *Meditação sobre o Tietê*, mas certamente seguiam o mesmo caminho. “*O rio, de cujas águas eu nasci, eu nem tenho o direito mais de ser melancólico e frágil... /... Só a enorme cidade me chama e pulveriza... /...É noite. E tudo é noite. E o meu coração devastado / é um rumor de germes insalubres pela noite insone e humana / Meu rio, meu Tietê, onde me levas?*”, são alguns dos versos que Mário de Andrade nos deixou por herança em seu último poema. E que foram respondidos por um arquiteto³⁵³:

“E aí está o nosso plano: dez milhões de metros quadrados de áreas verdes, compreendendo parques e jardins, zonas de esporte e recreio, habitações, escritórios, centro cívico e cultural. Todos cercados de vegetação, inclusive o Centro Cívico que, construído nos bairros de recuperação, nunca teria o ambiente e os espaços que obra de tal vulto requer. Seriam dez milhões de metros quadrados de área verde que constituiriam o local preferido da cidade, os parques e jardins com os quais jovens e velhos sempre sonharam”.

Diferente de outros planos urbanísticos, e esse projeto nem tinha tal pretensão, referenciando-se como plano setorial, o projeto do Parque Tietê não direcionava o foco nas construções, mas sim no direcionamento do olhar do cidadão. Primeiro ele pretendia romper com

³⁵² Além de Niemeyer foram autores do projeto os seguintes arquitetos: Haron Cohen, Hélio Pasta, Hélio Penteadó, Júlio Katinsky, Maria Cecília Scharlach, Ruy Ohtake, Walter Makhohl.

³⁵³ As citações de Oscar Niemeyer e sua equipe estarão sem nota de rodapé e foram extraídas da publicação - PARQUE DO TIETÊ – Plano de reurbanização da Margem do Rio Tietê -, editadas pela ALMEP Editora e Livraria (com pesquisa na biblioteca da Secretaria de Planejamento da prefeitura de São Paulo).

o emparedamento (pelas vias marginais) do rio, “*promovendo o seu reencontro com a cidade*” que o havia transformado na “... *vil condição de esgoto aberto*”. No momento que os moradores perderam essa identidade com o rio (e de um rio que lhe deu a primeira identidade), eles foi se afastando de si mesmos, cruzando a cidade com indiferença, sem condições de se situar, tanto em termos geográficos como históricos:

“Para São Paulo o Tietê não existe. Erro tão primário que nos espanta não ter sido até hoje corrigido”.

Promover o reencontro da cidade com o rio é, portanto, romper com o ambiente “...*incontestavelmente opressivo e repressivo da cidade*”³⁵⁴, buscando recuperar o valor do indivíduo, do ego:

*“...o indivíduo não é mais do que um átomo na massa. Eliminando o valor do ego, elimina-se o valor da história de que o ego é protagonista; eliminando o ego como sujeito, elimina-se o objeto correspondente, a natureza”.*³⁵⁵

Essa estratégia de priorizar o redirecionamento do “olhar”, recuperando o “eixo” do indivíduo na grande cidade fica clara na discussão sobre o que deve vir antes, o Parque e o reencontro da cidade com o rio ou a sua despoluição. Ficava claro que a presença do Parque induziria e apressaria o processo de despoluição do rio. E o conceito era de que essa despoluição viria da retomada de contato da cidade com o rio, que, além de representar uma “tomada de consciência coletiva” em relação a essa necessidade, também coletivizaria os ganhos advindos do investimento público:

“Alguns advogam a inversão das prioridades, ou seja, despoluir o rio e, após então, implantar o Parque, sob a ótica das condições sanitárias atuais que impossibilitariam ser desfrute pela população. Tal argumento faz por desconhecer as regras dos interesses predominantes na Cidade onde, de hábito, a apropriação dos benefícios dos investimentos públicos se faz a favor do patrimônio imobiliário privado. E tão logo os vultosos dispêndios dos

³⁵⁴ ARGAN, Giulio Carlo – *História da arte como história da cidade*, pg. 214 – Ed. Martins Fontes, 1998

³⁵⁵ Idem, pg. 214

programas de despoluição produzam seus primeiros efeitos, certamente se traduzirão na alta valorização imobiliária das áreas marginais, inviabilizando a implantação do Parque”.

A um só tempo o projeto humaniza o processo de apropriação da cidade e de seus marcos significantes, como também a forma com que os resultados do esforço coletivo podem ser redistribuídos para a sociedade que os gerou, promovendo uma *“apropriação menos iníqua da riqueza gerada na própria Cidade, de modo que caiba a sua população parcela maior dos frutos de seu trabalho, ao menos na forma de benefícios sociais urbanos”*.

O Parque

O projeto tinha por ponto de partida o estudo do engenheiro Saturnino de Britto, elaborado na década de 1920 e que preservava a várzea na forma de um parque linear. Diríamos que essa era uma preguiçosa e inteligente solução urbana. No período da cheia o rio avançaria na várzea (como há milênios a humanidade sabe que acontece) sem causar maiores transtornos para a vida urbana. Com as águas voltando ao leito natural do rio, essa seria uma área de livre recreação. Mas, como sabemos, o caminho escolhido foi inverso: a eliminação das áreas verdes; a impermeabilização dos solos; a retificação de córregos e afluentes, concentrando e aumentando a vazão de águas no Tietê; o emparedamento do rio com as vias marginais e o despejo de esgoto. Ou seja, o projeto do Parque tinha a característica de um plano setorial mas dizia respeito à conduta da cidade como um todo.

Este Parque linear deveria ter 18 km. Cortando a região metropolitana de São Paulo de leste a oeste, com uma largura entre 300 e 1.000 metros, totalizando 10 milhões de metros quadrados (o Parque do Ibirapuera tem 1,5 milhão de metros quadrados), o que representaria um acréscimo de 40% na área total de parques públicos do município. Em virtude de uma menor concentração de edificações, foi escolhida a margem esquerda do rio, no sentido do centro da cidade, alongando-se pelos bairros da Lapa, Barra Funda, Bom Retiro, Pari, Belenzinho, Tatuapé e Penha (o projeto se consolidou apenas nesta parte da cidade, no caminho do aeroporto internacional de Cumbica).

A presença do Parque alteraria as características essenciais da cidade, estabelecendo uma nova referência paisagística e inspirando *“...outras metas de reformulação de seu espaço na medida em que conscientiza sua população para o significado das áreas verdes enquanto*

elemento de equilíbrio da área urbana”. Diríamos que a inspiração seria ainda maior, envolvendo a própria conduta da cidadania e sua postura de apropriação pública da cidade. Também havia a intenção da beleza: *“é preciso que ela, a cidade, seja bela, porque a beleza é uma necessidade fundamental dos seres humanos”* e da própria recuperação das condições atmosféricas.

Da mesma forma em que havia uma preocupação com a estética e os conceitos, também havia uma preocupação com os custos de implantação. Da área de 10 milhões de metros quadrados, 50% era de área pública (o que deve permanecer até hoje, pelo menos espera-se), e boa parte desocupada, reduzindo custos de desapropriação. A área restante seria viabilizada com operações urbanas e investimentos em parceria com a iniciativa privada (construções habitacionais e de escritórios).

O Parque previa uma imensa área verde com espaço para vias internas e estacionamento. Como construções estavam previstos seis grandes conjuntos arquitetônicos.

No cruzamento dos eixos norte-sul e leste-oeste, o Centro Cívico. Esta seria a área de centralização da Administração municipal, com edifício-sede do Governo e quatro edifícios para Secretarias, Autarquias e Empresas Municipais, além de uma Praça Cívica com capacidade para receber manifestações com até um milhão de pessoas (dois anos antes o Vale do Anhangabaú havia abrigado uma manifestação com um milhão de pessoas, na campanha Diretas, já!). Esse Centro Cívico se justificava, pois *“...a reunião das atividades administrativas centrais do Município cria para o cidadão um ponto de identificação claro do governo de sua comunidade”*

No sentido Leste, entre os bairros do Belenzinho e Tatuapé estava previsto o Centro Cultural, com Centro de Divulgação (exposições, biblioteca, cinema, museus), Centro de Criação (escolas de música, dança, escultura, desenho, pintura, gravura), Centro de Eventos (Teatro para 1.000 pessoas, auditório aberto para 50.000 pessoas e auditório fechado para 2.000) e Centro de Convivência (áreas de animação cultural e exposições ao ar livre, restaurantes, lanchonetes, comércio especializado).

Dois conjuntos de escritórios. Setor Empresarial das Bandeiras com 5 torres de 40 andares e capacidade para 57.000 pessoas em 850.000 metros quadrados de área construída. Setor empresarial Cruzeiro do Sul, com 3 torres de 40 andares, capacidade para 27.000 pessoas e 400.000 metros quadrados. A construção seria transferida para o setor imobiliário privado e deveria oferecer *“...suporte econômico adicional para a implantação de outros segmentos do Parque”*.

O Parque também conteria duas áreas para habitação, permitindo abrigar uma população de 150.000 habitantes, em apartamentos de 60, 90 e 120 metros quadrados. O setor Aricanduva conteria 65 blocos de habitação, com 13.200 unidades. O Setor Água Branca, 86 blocos, com 16.800 unidades. Essa preocupação invertia a lógica de moradias populares ao construí-las em áreas valorizadas, e não na periferia da cidade e uma de suas preocupações era a de abrigar famílias que tivessem sido desapropriadas para a instalação do Parque. Esse também seria um empreendimento com participação privada.

Os núcleos de lazer

O sexto núcleo era destinado ao lazer e cabia a ele promover esse verdadeiro reencontro da cidade com o rio. O Tietê já foi o grande centro de lazer dos paulistanos. Em torno dele surgiram os clubes da cidade e as modalidades esportivas preferidas eram as náuticas, remo e nado no rio. As famílias procuravam as margens do rio para fazer piqueniques e desfilavam por suas águas em animadas e enfeitadas barcaças (que durante a semana eram utilizadas para extração de areia e pedra). Isso foi até a década de 1940, quando a poluição já se fazia insuportável e os nadadores abandonaram suas águas. O remo continuou até o início dos anos sessenta, mas o mal-cheiro se encarregou de afastar os remadores. Havia também os campos de futebol de várzea, dezenas, centenas, mas pouco a pouco eles também sumiram. Sobrou um canal de esgoto emparedado por uma via marginal.

O projeto de Niemeyer partia da constatação de que nas grandes metrópoles a demanda por oportunidades de lazer era cada vez maior. E São Paulo não oferecia (não oferece) essas oportunidades. O Parque Ibirapuera, o maior da cidade, recebia 100.000 (atualmente mais de 150.000) freqüentadores aos domingos, 1% da população apenas. E os outros 99% iam para qual área livre?

Por isso o lazer assume um papel tão estratégico e no próprio escopo do projeto se combatia a idéia de que ele é supérfluo:

“Para muitos o lazer é considerado como algo supérfluo, e até mesmo irresponsável, perante demandas mais prementes: um mero complemento da urbanização”.

Enquanto outros parques foram concebidos como uma massa mais compacta, circunscrita a uma determinada região da cidade, o Parque do Tietê seria longilíneo, franqueado à população de diversos bairros da cidade. 18 km de Parque, as pessoas não precisariam mais de longos deslocamentos para obter lazer, pois o parque estaria próximo de suas casas, atravessando toda a cidade. Intercalando áreas de lazer com os outros setores e conjuntos de apoio, campos e quadras esportivas (o futebol, definitivamente, voltaria para a várzea), balneários, pistas e tanques de modelismo, parques infantis, abrigos, restaurantes e lanchonetes, sanitários, vestiários, enfermarias, entre outros. Quando o rio estivesse despoluído a volta dos esportes náuticos. Essa estrutura garantiria uma capacidade de atendimento simultâneo de um milhão de pessoas.

Crianças, adultos, jovens, velhos, famílias, namorados, todos cercando a cidade de São Paulo com alegria. E a “alegria é a prova dos nove”, diz o manifesto antropofágico, dos modernistas. Um milhão de pessoas se encontrando ao mesmo tempo e em um tempo de lazer. Podemos imaginar o que esse encontro de gente seria capaz de fazer por uma nova cidade.

Mas o Parque não se fez.

RECREIO nas FÉRIAS

Uma estratégia para a implantação de uma política pública de lazer e educação em tempo de férias.

*Palestra apresentada no Seminário Nacional
Políticas Públicas de lazer e educação em tempo de férias
SESC – Vila Mariana
Julho de 2003*

Recreio, *recreatio*, tempo de repouso, interrupção das aulas, descanso, mudança, hora de divertir. Esse é o primeiro significado que nos vem à mente quando apresentamos o projeto **Recreio nas Férias**, um programa para as férias escolares de crianças e adolescentes de São Paulo. Mas o tempo de lazer tem um significado que vai muito além do repouso reparador, adquirindo um valor em si. O **Recreio** também significa **re-criar**, dar novos significados e usos ao tempo, lugares e coisas, buscando um novo equilíbrio entre as exigências sociais e as necessidades de realização “lúdica” da pessoa.

Mais que um conjunto de passeios e atividades culturais, esportivas e recreativas nas férias, o **Recreio** é um momento de transformação das Escolas e Clubes da Cidade (centros esportivos administrados pela prefeitura) em um ambiente de convivência lúdica, de lazer e desafios. E o nosso desafio é fazer um convite para que todos (crianças, pais, profissionais, comunidades, museus, instituições e empresas parceiras) participem de alguma forma do programa, descubram a sua cidade, questionem o seu mundo, olhem além dos muros e preconceitos. E façam isso com fantasia, alegria e liberdade.

O **Recreio nas Férias** é um programa lúdico, de lazer, mas é também um programa social voltado para crianças e adolescentes que raramente tem a oportunidade de perceber a cidade como sua; de uma forma diferenciada, mais solta, livre de obrigações do trabalho ou sociais. O uso do tempo livre em brincadeiras descontraídas, o estímulo ao ócio, o mundo lúdico, a fantasia, são elementos fundamentais na formação emocional e psicológica do ser humano, marcando a personalidade do indivíduo e da própria sociedade.

Especialmente no período das férias escolares, as crianças pobres, e não só elas, são relegadas ao abandono e à falta de atividades, cabendo-lhes ocupar o seu tempo assistindo televisão ou levando o dia sem muita oportunidade para a descoberta do novo. O **Recreio nas**

Férias inverte essa situação estimulando as crianças a ocupar seu tempo com brincadeiras, práticas esportivas livres, atividades culturais e passeios. E essa ação é complementada com a oferta de lanches, supervisão de saúde e higiene, encaminhamento educacional e acompanhamento social.

Enfim, esse é um convite para que as pessoas, principalmente crianças, mas também jovens, adultos e idosos, passem por sua cidade, curtam São Paulo, vivam São Paulo. Esse é um **programa de apropriação pública da cidade pelo lazer** e seu significado não é apenas lúdico ou de diversão, mas revela, em sua dimensão espontânea, todo um potencial de construção da cidadania a partir de uma percepção fina da cidade, possibilitada através de um intenso turismo social urbano.

Um evento contribuindo para uma nova idéia de cidade.

As ações concentradas tem o poder de motivar e chamar a atenção para temas normalmente colocados no final da pauta de demandas sociais. Esse é o caso do lazer e por isso um evento como o **Recreio nas Férias**. Durante uma semana as crianças e adolescentes de São Paulo se inscrevem em pólos de férias e participam de atividades de lazer, esportes e cultura. Como elemento fundamental do programa são oferecidos passeios para que as crianças rompam com seu ambiente cotidiano, conhecendo espaços públicos, grandes parques, teatros e equipamentos de lazer e assim comecem a **perceber a cidade como sua**.

O tempo de lazer tanto pode assumir formas conformistas, como transgressoras; tudo depende do sentido que damos ao uso deste tempo. A proposta de possibilitar que crianças da rede pública de ensino possam participar de um programa de férias também está sujeita a este risco. No caso dos pólos de férias em escolas esse risco é ainda maior, apenas substituindo aulas regulares por atividade recreativa orientada; o próprio *habitus* do professor conspira para tanto. É preciso ir além, mexer mais, dar novas ferramentas, “chacoalhar as cabeças”, sair da rotina e proporcionar experiências raramente presentes na vida cotidiana das crianças, adolescentes e (por que não?) dos profissionais e educadores envolvidos no programa. A quebra da rotina funciona como um libertador de inibições criadas pela repetição freqüente e pela acomodação.

Um elemento de vital importância ao sucesso do programa é o **turismo social urbano**, de tal modo que cada criança inscrita no Recreio deve participar de, pelo menos, um passeio. Para muitas crianças esse passeio vai representar a maior aventura do ano, será a

oportunidade de sair do bairro (ou do gueto), ir além das fronteiras impostas pela segregação social e territorial. Esse deslocamento do contexto cotidiano é mais do que uma prática ritual e pode representar um mito libertador que convida as pessoas a realizar um passeio sensorial urbano em que cada um é convidado a parar, escutar e olhar. E, ao proporcionar esse deslocamento do olhar, as pessoas podem começar a apropriar-se efetivamente do espaço público, espaço que deveria ser comum a todos. O passeio começa com o “mostrar” a cidade, o que já é significativo, pois uma cidade como São Paulo, em que cada canto tem dono, não se mostra facilmente. Após essa apresentação, em um processo longo, recorrente, acontecendo a cada férias, o passeio vai possibilitando novas experimentações e confrontos com as contradições da cidade.

“*Aqui até o ar é diferente!*”, disse um garoto do distrito de Ermelino Matarazzo ao visitar pela primeira vez o Parque do Ibirapuera. Aqueles que tem o parque como extensão do seu quintal podem achar estranha uma afirmação destas; afinal São Paulo parece tão homogeneamente poluída. Mas provavelmente esse garoto vive ao lado de uma via expressa, talvez mais de uma, a marginal Tietê bem ao lado. Sua casa, como a de tantos outros, construída em loteamento popular, desses que destroem todas as árvores, otimizando espaço de modo a garantir lucro em cada palmo de terra. Vivendo sem sombra, sem recantos e até mesmo sem paisagem, o ar, de fato, deve ser mais pesado, carrega mais dióxido de carbono, arde ao penetrar nas narinas. Um parque como o Ibirapuera, um milhão e meio de metros quadrados, com lagos, muito verde, árvores de diferentes tipos, museus, marquise, caminhos, quadras e brinquedos, mesmo que cercado de carros por todos os lados, de fato, deve ter um “*ar diferente*”. O menino que participou do **Recreio** percebeu essa diferença e, quem sabe, ao voltar para casa, também se questione sobre o porque de um parque tão bonito ficar tão distante de sua vida. No momento que a percepção dos participantes atinge esse estágio, a atividade “passeio” ganha um sentido transformador.

Aprendendo com o lazer e o lúdico

Na Grécia antiga, uma única palavra designava ócio e escola: *scholé*. A contemplação e a parada eram etapas fundamentais para o aprendizado e a reflexão. Além dos gregos, quem mais aproveitou esse conceito foram os padres e monges que refugiaram-se em monastérios na busca da sabedoria e da aproximação com o divino; para eles preguiça era um pecado só

atribuído aos “outros”. Na sociedade atual cada vez mais percebemos a necessidade de unir lazer com aprendizado e o aprimoramento dos sentidos.

Para a maioria das crianças, o momento em que elas são mais felizes na escola é na hora do Recreio. É nesta hora que elas se encontram livremente com seus amigos e assim escolhem suas brincadeiras. A partir de 1935, o departamento de Cultura, Educação e Recreação da Prefeitura de São Paulo, dirigido por Mário de Andrade, iniciou uma experiência que apontava neste sentido: os Parques Infantis. Não eram escolas formais, mas locais de recreio, onde as crianças se dirigiam livremente, sem a necessidade de matrícula ou de frequência diária. Elas iam porque queriam, logo após o horário das aulas regulares e, brincando, praticavam ginástica, aprendiam folclore, danças, ciências, história... Com os anos essa experiência foi sendo institucionalizada e os parques de recreio viraram escolas com horários, filas, castigos e obrigações.

É claro que a pedagogia mais avançada também percebeu que para negligenciar o lúdico e o lazer no processo de aprendizado. Nas brincadeiras infantis, nos jogos dos adolescentes, podemos conhecer muito melhor o modo pelo qual se inserem nos grupos, aprendem a resolver problemas, enfrentar situações; seus desejos, vontades ou confusões.

O **Recreio nas Férias** tem por objetivo introduzir esse elemento lúdico na sala de aula. Novamente a estratégia de implantação é pelo impacto do evento, pelo volume do programa. Além dos espaços esportivos, os pólos de férias acontecem nas escolas e são professores (que se inscrevem especialmente para trabalhar no programa), bem como monitores especializados (recreacionistas, arte-educadores, músicos, profissionais de circo, contadores de histórias, capoeiristas, etc...) e voluntários da comunidade que desenvolvem as atividades. E antes de trabalharem no **Recreio**, todos participam de cursos e oficinas de aperfeiçoamento. Para a edição de julho de 2003 são mais de 5.000 pessoas se preparando em Oficinas de sons e ritmos, jogos cooperativos, brincadeiras populares, expressões visuais, lazer e meio ambiente, expressões cênicas, esportes adaptados... As pessoas se preparam para o **Recreio**, que acontece por uma semana, duas vezes por ano, mas o aprendizado permanece e é levado para dentro da escola, reaproximando lazer e fome de conhecimento.

Gerando demanda por mais lazer, esporte e cultura

Uma política pública só se consolida quando a sociedade vai estabelecendo um

consenso em torno de sua necessidade. E esse consenso pode ser construído pela imposição do poder ou pelo convencimento, pela adesão espontânea. É claro que a segunda alternativa é muito mais duradoura e eficaz. Mas só se defende aquilo que se conhece.

Em um país de tantas carências como o Brasil, o direito ao lazer, ao esporte e à cultura ainda são vistos como luxo. Antes do lazer, as pessoas querem emprego, pois até o direito de serem exploradas, a voracidade neoliberal lhes tirou. As pessoas querem saúde decente, moradia, transporte de qualidade, escola para seus filhos. Depois o lazer, que acaba sendo suprido pela televisão.

O problema neste caso, é que cada um desses direitos é apresentado separadamente; como se fosse possível obter um bom trabalho, cheio de sentidos e satisfações em uma vida desprovida desses mesmos sentidos. Ou então uma moradia aconchegante; sem árvores? Telhado quente, de amianto ou zinco? Cômodos apertados, sem área de convivência? Um bom transporte coletivo; com motoristas estressados e empresários gananciosos? Uma saúde humanizada; em uma espera sem fim?

O lazer, ao contrário de tirar recursos desses direitos básicos e primários pode ser uma ferramenta na conquista desses mesmos direitos. Aqui estamos falando de um lazer humanizado, emancipador, não subordinado à lógica consumista. Lazer da promoção da convivência, do cultivo da pessoa, da auto-formação, da busca de uma nova ética.

È neste sentido que o **Recreio nas Férias** tem um caráter que se pretende até mesmo subversivo, de mudança de comportamentos, de choque estético, de informações, idéias e atitudes. Levar o melhor para quem nunca se sentiu respeitado. Abrir o Teatro Municipal, os Parques, Museus. E não só levar as pessoas aos lugares que nunca se abriram para elas, mas também levar o melhor da arte aos lugares em que elas vivem, mesmo que não disponham dos recursos de um teatro. Oferecer campos de futebol, quadras esportivas, piscina a quem nunca entrou numa piscina, e com toboágua! (a secretaria de esportes e lazer instalou 8 toboáguas em algumas piscinas públicas, com duas voltas apenas, de certa forma frágeis; o efeito desses brinquedos, no entanto, é excepcional e, passados dois anos, nenhum deles foi quebrado). Desenvolver atividades e oficinas com gente bem preparada. Distribuir lanches de qualidade, sucos, frutas...; e, quando percebermos que a fruta pode estragar, distribuí-las entre a comunidade, pois no dia seguinte, muitas mães devolverão essas frutas na forma de uma gostosa torta de banana. E ao final disso tudo, realizar uma bela festa de encerramento.

Assim se amplia o repertório cultural das pessoas: sobretudo com respeito e oferecendo o que de melhor a humanidade já produziu. Tomando contato com esses símbolos de um lazer criativo e emancipador, as pessoas começam a percebê-lo de uma forma diferente. Defendem o lazer e tudo que se cria a partir dele, pois tomaram contato com essa experiência e foram tocados por ela. Assim a brincadeira deixa de ser um estorvo para se transformar em jogo que desencadeia transformações; do jogo em campo para o jogo da vida; do alheamento para o questionamento. De indivíduos excluídos e solitários a cidadãos.

A partir desse momento, após uma longa experimentação, mesmo que oferecida apenas duas vezes por ano, pois os recursos públicos ainda não permitem que esse seja o padrão do dia a dia, as pessoas vão pedindo mais. Pedindo não, querendo, reivindicando. Reivindicando não, participando, fazendo, transformando. Transformando mentalidades de um povo que quer mais lazer, mais cultura, mais esportes, mais trabalho (e para todos, e com jornada menor), mais saúde,...mais cidade.

No início, o **Recreio** atendia centros esportivos e escolas, equipamentos de administração direta. Nas edições seguintes entraram centros desportivos comunitários, os CDMs, áreas públicas sob a gestão da comunidade. Também foram montadas as **Estações Recreio**, em parques municipais, abertas para uma frequência mais solta. Depois uma Escola de Samba, a Vai-Vai, em janeiro de 2003. E tudo deu tão certo na Escola de Samba que, para julho de 2003, serão 18 Escolas. Com elas, o movimento por moradia, Fórum dos Mutirões, também irá participar com 10 pólos. E também Aldeias Indígenas, 2. Sim, São Paulo tem as suas aldeias, são 950 Guarani. Ao todo 565 pólos de férias.

Esse é um processo que um evento, o projeto **Recreio nas Férias**, da prefeitura de São Paulo, desencadeia. Com o tempo as pessoas vão tomando contato com um lazer de qualidade, começam a gostar do que vivenciam. No começo só para crianças, depois adolescentes, também os profissionais e voluntários, e as mães vão chegando, e os mais velhos; e o pequeno comerciante do bairro percebe que pode fazer uma pequena doação para melhorar o programa...; no futuro, escolas particulares podem perceber que vale a pena abrir seus portões para novos pólos de férias, quem sabe integrando seus alunos à comunidade pobre do entorno; e também empresas maiores (todo patrocínio é bem vindo); e mais recursos públicos, parcerias; e mais gente se mobilizando por mais **Recreio**, gerando demanda por mais lazer, esporte e cultura.

JOGANDO COM ARTE

*Texto de apresentação ao projeto Jogando com arte
Que pretendia unir atividades esportivas com artísticas
Foram realizados 150 eventos e dezenas de Oficinas em Centros Esportivos
Setembro de 2001*

Jogar. Todos fazem parte do jogo, mesmo sem perceber ou conhecer as regras. Peças ativas, passivas, retiradas descartadas, coladas..., sempre peças jogadas.

Jogo é brincadeira, divertimento. Também é regra, norma, conduta, costumes. O jogo nos exercita para a resolução de problemas a partir de noções abstratas de tática e estratégia; é método, portanto. Jogo é vida e como tal deve ser analisado em sua dimensão estética e de reflexão social.

O Esporte na quadra na pista no campo, ou onde quer que seja, não é mero resultado de regras abstratas, mas sim de formas de ensinar a sobrevivência e a convivência. Jogar um dardo, atingir a presa; ultrapassar obstáculos, alcançar o objetivo; driblar o adversário, conquistar; montar um time, unir a tribo... Colaborar, compor, distribuir, armar, ajudar, competir, disputar, vencer. Essas são regras do jogo.

Na Grécia antiga não havia distinção entre competições físicas ou poéticas, dramáticas ou esportivas. Os jogos públicos juntavam todos os campos da ação humana. E cada disputa expressava a representação de cidades, de interesses. Com os romanos, os jogos passaram a ter a dimensão circense, de espetáculo para a multidão.

Os povos indígenas também não fazem distinção entre atividade física e mental, ou entre arte e técnica. Para eles, a pena em uma flecha é, ao mesmo tempo, elemento de aerodinâmica e de estética. A separação entre mente e corpo, arte e técnica, engenharia e arquitetura, esporte e cultura é uma característica da sociedade moderna. Trocamos o todo pela parte. E assim o mundo se especializou, acumulando conhecimentos compartimentados.

Cabe reaproximar essas partes. Esse processo leva tempo, mas precisamos começar. E para tanto, os Centros Esportivos Municipais são espaços privilegiados na composição de uma poesia corporal, na sensibilização pelos sons, na representação e modelagem do movimento.

ESPORTE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

*Palestra apresentada no Seminário Internacional
Esporte e Sociedade
SESC – Vila Mariana, São Paulo
Novembro de 2003*

“Uma das características mais fortes do povo brasileiro é a capacidade que ele tem de transformar tudo em música e ritmo, o que faz pelos espetáculos populares, pelo canto, pela dança – pela festa, enfim.” (Ariano Suassuna – dramaturgo)

Pensar o esporte brasileiro ignorando essa característica é imaginar a prática esportiva como algo metafísico, possuidor de valores próprios, dissociados da história. E é assim em qualquer lugar do mundo; as normas e condutas do esporte, mesmo que contenham regras exóticas e aparentemente abstratas, carregam a representação de seus povos, bem como suas tensões e desejos de mudança. Esse é um movimento não planejado, de longo percurso, mas que estabelece inter-relações com todo processo social de tal forma que toda prática esportiva precisa ser compreendida como parte da expressão cultural dos povos.

Essa característica cultural do esporte ainda é pouco analisada do ponto de vista histórico e sociológico. Eric Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, chama a atenção para um aspecto muito particular do esporte, ele faz uma análise do processo de mundialização da cultura e estilos de vida subordinados ao estilo americano:

“No campo da cultura popular o mundo era americano ou provinciano. Com uma exceção, nenhum outro modelo nacional ou regional se estabeleceu globalmente, embora alguns tivessem substancial influência regional (por exemplo a música egípcia dentro do mundo islâmico), e um toque exótico ocasional entrasse na cultura popular comercial global de vez em quando, como os componentes caribenhos e latino-americanos de dança e música. A única exceção foi o esporte”³⁵⁶

³⁵⁶ HOBBSAWM, Eric, *A era dos extremos*, pg. 196 – Companhia das Letras, 1995

Talvez encontremos aí uma pista da vontade dos povos em afirmar novos modelos de convivência social. E dentro dos esportes, o que se tornou mais genuinamente universal, sem dúvida alguma, foi o futebol. Jogo elegante, mas simples, que pode ser praticado em qualquer espaço, sem a dependência de regras ou equipamentos complexos. E é neste campo que o ritmo e a leveza do brasileiro se revelam plenamente. “*Quem, tendo visto a seleção brasileira em seus dias de glória, negará sua pretensão à condição de arte?*”³⁵⁷, pergunta Hobsbawn. Esta arte, ao mesmo tempo universal e brasileira, se espalhou pelas várzeas dos rios, pelos terrenos vazios e ganhou multidões. Este é o segredo da sustentabilidade do futebol brasileiro.

O esporte social

Toda prática esportiva envolve uma interação social, isso é claro. No entanto, quando utilizamos o termo esporte social estamos pensando em uma prática não excludente, que envolva as pessoas e contribua para a construção de uma nova ética. Essa distinção entre esporte e esporte social se faz necessária, pois “...*a avançada diferenciação social caminhando ‘pari passu’ com uma diferenciação igualmente avançada entre as pessoas, ou individualização, traz consigo uma grande diversidade e variabilidade das relações pessoais*”³⁵⁸. O esporte em si não necessariamente é inclusivo ou social; pelo contrário, a idéia do amadorismo nas práticas esportivas foi, sobretudo, uma tentativa de distinção de classe, evitando que trabalhadores manuais se envolvessem com os jogos desportivizados. Assim também acontece com a sobrevalorização do alto rendimento, as performances exageradas, o culto aos vitoriosos e a vitória a qualquer custo, bem ao gosto da ideologia neoliberal, que prega o triunfo do indivíduo sobre a sociedade.

A questão do doping, por exemplo. Constantemente presenciamos discussões e protestos acalorados sobre o fato de que o esporte está sendo tomado por uma ética “não esportiva”, desleal. Doce ilusão. Como já dissemos, o esporte não possui valores próprios, alheios à realidade a qual pertence. Na verdade ele apenas reflete os desejos e valores da sociedade em que está inserido. Se os valores dominantes enaltecem a vitória a qualquer custo, as celebridades efêmeras, eles apenas estão dando aval a atitudes como o uso do doping. Não é essa a ideologia que predomina nos tempos de hoje?

³⁵⁷ Idem, pg. 197

³⁵⁸ ELIAS, Norbert – *A sociedade dos indivíduos* – pg. 167 – Jorge Zahar Editor, 1994

Por isso a distinção para o esporte social. Por esporte social entendemos a construção de novos valores e de uma nova prática. Ou seja, esporte social não é o esporte destinado aos pobres, como o senso comum nos levaria a entender, mas a formação de um esporte com liberdade, com tempo, com espaço; esporte envolvido num esforço social voltado para a solidariedade, sem a obsessão com a vitória e ao mesmo tempo buscando vitória de todos.

Assim poderíamos resumir o conceito do programa de esporte/educação da Prefeitura do Município de São Paulo, o **Mais Esporte**, agora em associação com o projeto Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes.

O programa MAIS ESPORTE no SEGUNDO TEMPO

Desenvolver esporte na escola é um objetivo que todos perseguem, mas a prática do esporte vai muito além da definição de horários e técnicas desportivas. Não é uma simples questão de preencher o tempo ‘ocioso’ das pessoas. O esporte social (em nosso caso, o projeto **Mais Esporte**) deve ter por objetivo a conquista da própria autonomia com que as pessoas tratam seu corpo, se definem (ou se adaptam) em relação às regras sociais e assim apropriam (ou se apartam) do espaço público. Mais que um programa de treinamento esportivo, ou de competições e eventos, o esporte social tem que ser parte integrante de um programa de percepção da cidade e do ambiente que rodeia as pessoas, bem como dos direitos e deveres de cada cidadão.

De modo diferente do que ocorria com as gerações precedentes, as crianças e os adolescentes da cidade de São Paulo não tem mais o espaço das ruas e das praças como seu. Se no aspecto físico a especulação imobiliária e a violência urbana tomaram conta das áreas públicas, no aspecto qualitativo o tempo livre foi transformado em tempo de consumo; aos que não tem renda para consumir, sobra a liberdade de um tempo que se repete num futuro sem horizontes. A lógica do mercado transforma o lazer, inclusive o infantil, de uma atividade coletiva em individual; de uma prática ativa, em experiências passivas; de um lazer público em um lazer privado e de gratuito, em pago. Mundo vazio para os seres de agenda cheia; mundo cheio para os que, ao não poder pagar, só tem o vazio de não ter nada e que se perdem numa infância e adolescência não usufruídas.

Conforme estima o Programa de Renda Mínima da Prefeitura de São Paulo, 309 mil famílias com crianças e adolescentes entre zero e 14 anos, tem renda inferior a três salários

mínimos mensais (R\$ 600 / ou US\$ 200³⁵⁹). Este é o público alvo do programa. Para romper com o processo de exclusão social dessas famílias o poder público deve ampliar as possibilidades de fruição do lúdico da infância e da ousadia da adolescência; enfim, do prazer de ir além dos horizontes impostos.

O **Mais Esporte no Segundo Tempo** oferece uma programação regular e permanente de atividades físicas, recreativas, esportivas e culturais no tempo livre diário das crianças e dos adolescentes. Diferenciando-se da tradicional oferta de aulas isoladas e fragmentadas em que uma ou outra modalidade esportiva acontece entre as aulas, no meio da manhã ou da tarde, o **Mais Esporte** não busca formar turmas de treinamento que, ao selecionar os mais hábeis, geram mais exclusão daqueles que têm menos aptidão à prática esportiva.

Este é um programa que ocupa o tempo livre no período não destinado à educação formal, mas é articulado com o calendário escolar, como se fosse uma Escola-Parque, apontando para a educação em tempo integral, mas com característica livre, não obrigatória, que preferencialmente deve extrapolar o espaço fechado das escolas. Anísio Teixeira já idealizou uma educação com estas características e Mário de Andrade, na segunda metade da década de 1930, chegou a colocá-la em prática com os Parques Infantis. Depois de muitas experiências e tentativas de racionalização e enquadramento do ensino, percebemos que talvez esse seja um caminho mais eficiente para a conquista de uma educação em tempo integral, mas sem que isso signifique uma escola em tempo integral.

Antes de colocarmos o aprendizado de crianças e jovens em uma forma (daí formação) padronizadora, deveríamos pensar em envolvê-los em uma outra rede de aprendizado social. Uma rede que perceba o esporte como expressão da cultura e o difunda do mesmo modo que se deve difundir outras manifestações da arte e do espírito humano, enriquecendo as vivências da infância e da adolescência de um modo mais abrangente, orgânico. E essa vivência orgânica pressupõe envolvimento comunitário, parcerias, investimentos em pessoas muito mais do que investimento em obras físicas, criando uma rede de amparo e renovação para ações em torno de um esporte que deveria ser sempre social.

³⁵⁹ Valores de 2002

Rede de Sustentabilidade

Comumente associamos a idéia da sustentabilidade a conceitos ecológicos, a sustentabilidade e a renovação de recursos no manejo das florestas, por exemplo. No entanto, a utilização deste conceito para programas sociais ainda é nova, o que é estranho, pois muito mais que um conceito físico ou biológico, a sustentabilidade deve ser percebida em sua dimensão social. Uma ecologia social. Urie Bronfenbrenner aponta, com razão, que as capacidades e forças humanas tendem a ser subestimadas, desprezando-se o “...notável potencial dos seres humanos para responder construtivamente a um meio ecologicamente (como sistema social) compatível”³⁶⁰. Ele desenvolve a seguinte teoria:

“A estrutura do ambiente ecológico também pode ser definida em termos mais abstratos. Como vimos, o ambiente ecológico é concebido como se estendendo muito além da situação imediata afetando diretamente a pessoa em desenvolvimento – os objetos aos quais ela responde ou as pessoas com quem interage face a face. È dada igual importância às conexões entre outras pessoas presentes no ambiente, à natureza destes vínculos e à sua influência direta sobre a pessoa em desenvolvimento, através de seu efeito naquelas que interagem com ela em primeira mão”

Este é o microsistema.

“O princípio da interconexão é visto como se aplicando não apenas aos ambientes, mas com igual força e consequência aos vínculos entre os ambientes, tanto naqueles em que a pessoa em desenvolvimento participa diretamente quanto nos que talvez ela nunca entre, mas nos quais ocorrem eventos que afetam aquilo que acontece no ambiente imediato da pessoa”

³⁶⁰ BRONFENBRENNER, Urie – *A Ecologia do desenvolvimento humano* – pg. 8 – Ed. ARTMED, 2002

Os mesossistemas e os exossistemas.

Finalmente, o complexo de sistemas encaixados, interconectados, é considerado como uma manifestação de padrões globais de ideologia e organização das instituições sociais comuns a uma determinada cultura”³⁶¹

Este conjunto de sistemas, cujo último padrão é o macrossistema, nos permite perceber que as propriedades ecológicas destes contextos se constituem em ambientes propícios para o desenvolvimento continuado do ser humano. Algo que, de certa forma, também é muito semelhante à teoria dos jogos e que, se levam a resultados imponderáveis, também podem desencadear uma série de relacionamentos e condutas. Quem sabe uma sociedade que aprecie mais a igualdade e a solidariedade?

Uma sociedade em que todos são educadores e ao mesmo tempo aprendizes. Uma sociedade em que a renovação de recursos é parte indispensável na construção de um novo ‘*habitus*’. E a renovação de recursos está inserida exatamente na extensão dos agentes sociais que se mobilizam em torno da execução de um projeto comum.

A aplicação de uma rede de sustentabilidade no programa MAIS ESPORTE no SEGUNDO TEMPO

Antes de propor alternativas aparentemente consensuais e bem intencionadas, mas com conteúdo conservador, como por exemplo: “*tirar as crianças da rua*”, “*esporte para evitar o ócio*”, devemos refletir sobre o próprio conteúdo dos conceitos que procuramos apresentar. Por que, no lugar de pretender tirar as crianças da rua e coloca-las em uma inexistente redoma não pensamos em reconquistar a rua como espaço de convivência e solidariedade? Será que não é melhor redescobrir o sentido grego de ócio (*scholé, escola*) e associarmos o aprendizado e o desenvolvimento humano ao exercício lúdico, à contemplação?

Para se sustentar um programa social necessita muito mais do que boas intenções e princípios. É preciso conhecer os recursos e articula-los entre si, mobilizar energias, convencer

³⁶¹ Idem

pessoas. O caminho pode ser, aparentemente mais lento, e até “*remar contra a corrente*”, mas só assim ele poderá encontrar o seu ponto de equilíbrio, de sustentação e renovação.

Aplicando esta idéia ao **Mais Esporte**, desenvolvemos o seguinte caminho:

- Oferecer programação esportiva e recreativa para crianças e adolescentes em período complementar ao horário normal de aulas;
- Estender o tempo de acompanhamento pedagógico/social de estudantes do ensino fundamental, prioritariamente da Rede Pública Municipal de Ensino na cidade de São Paulo;
- Envolver diversos seguimentos sociais na implantação do programa (técnicos de educação física, ex-atletas – agora cumprindo o papel de difusores esportivos -, estudantes, agentes comunitários, empresas patrocinadoras e instituições públicas e privadas);
- Implantação modular do programa;

Locais atualmente atendidos:

- 94 unidades, entre Clubes da Cidade e Centros Esportivos Comunitários (CDMs)

Locais previstos para expansão em 2004:

- 21 CEUS (com capacidade para atender 60.000 crianças e adolescentes em atividades regulares)
- Escolas de Samba e Centros Comunitários

Total de inscrições em novembro de 2003: 22.000 crianças e adolescentes

Previsão de inscrições para junho de 2004: 100.000

Média de Inscrições por Unidade do Programa: 320 (nos Centros Educacionais Unificados serão 3.000 por local)

Esportes desenvolvidos (atividades permanentes e oficinas): Futebol (45 locais), Atletismo (11), Artes Marciais –judô, caratê e Kung Fu- (29), Ginástica rítmica (1), Basquete (13), Handebol (4), Boxe (3), Natação (23), Capoeira (36), Patinação (1), Dança (34), Recreação (11), Trampolim acrobático (1), Futsal (27), Vôlei (27), Ginástica Olímpica (12), Xadrez (31).

Período de atendimento:

O programa acompanha o calendário escolar (março a novembro).

Nos períodos de férias (julho e janeiro), as unidades participam do **Recreio nas Férias**.

Tempo de permanência:

Dois dias por semana, durante 3 horas por dia. Após o período de implantação, o objetivo é ampliarmos o atendimento para 3 dias.

O PROGRAMA:

O programa **Mais Esporte** oferece diversas modalidades esportivas e sua prática tem caráter muito mais recreativo do que propriamente esportivo/seletivo. Ou seja, a principal preocupação do programa é atender a criança e o pré-adolescente em seu tempo livre diário, pós jornada escolar, não havendo, portanto, preocupação com a formação de atletas³⁶².

Inscrições:

Diretamente nas unidades do programa. Durante 2 dias por semana, os participantes se incorporam a uma modalidade esportiva específica (principalmente futebol) desenvolvendo essa prática durante 50% do período. O tempo restante será destinado ao horário do lanche, atividades de recreação e outras práticas esportivas, além do acompanhamento social, educacional e de saúde. Passado o período de implantação, o terceiro dia será destinado à promoção de partidas, encontros, festivais e passeios (paulatinamente esta fase já está se incorporando à programação regular).

³⁶² Eventualmente, a partir da massiva prática em uma determinada modalidade esportiva, podem surgir crianças que se destaquem, neste caso, elas serão encaminhadas para uma formação atlética específica, com inscrição no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa – COTP –, ou em turmas especiais. Salientamos novamente que este não é o objetivo do programa, mas o surgimento de atletas e talentos desportivos pode acontecer em decorrência do mesmo e é da natureza do esporte.

Capacidade de atendimento:

O atendimento varia de acordo com a capacidade de cada local, mas em média é de 80 crianças e adolescentes por período. Como o atendimento por período é de, aproximadamente, 80 crianças e cada unidade pode oferecer 4 turmas, totalizamos 320 inscrições. A inscrição é voluntária e gratuita.

A modalidade esportiva mais ofertada é futebol, sendo estimulada a prática de uma segunda modalidade.

Oficinas de Futebol

A opção pelo futebol deve-se aos seguintes fatores :

- O futebol é o esporte que conta com o maior apelo popular no Brasil, sendo parte constitutiva da própria cultura e identidade nacional;
- De todos os esportes, o futebol é o mais inclusivo, sendo que sua prática é disseminada em todo território nacional e depende apenas de um campo em espaço vazio, que pode ser adaptado até mesmo nas ruas;
- Apesar de ser um esporte com grande participação masculina, a presença de mulheres praticantes tem aumentado, permitindo que as Oficinas já contem com turmas específicas para meninas;
- A Secretaria de Esportes e Lazer contava com um programa de “Escolinhas de Futebol” e mantinha em seus quadros ex-atletas, alguns deles ídolos nacionais e ex-jogadores da seleção brasileira, facilitando a rápida implantação do programa.

Escola de Futebol da Aclimação

O Programa de Futebol do **Mais Esporte**, conta com a supervisão técnica da *Escola de Futebol da Aclimação*. Essa Escola, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, existe desde 1974 e é a primeira da América Latina. Até o início do programa, no entanto, o funcionamento da Escola era desvinculado das demais atividades de futebol desenvolvidas pela Secretaria de Esportes. Com o **Mais Esporte**, a escola está funcionando como Centro de Referência, oferecendo treinamento para os demais profissionais, assim como seminários, textos e apostilas.

Em 2004 está necessário melhorar as instalações da *Escola de Futebol da Aclimação* de modo que ela funcione como ponto de apoio e aperfeiçoamento aos profissionais e unidades descentralizadas.

Torneios e Campeonatos

O programa **Mais Esporte** vai além do mero oferecimento de atividades esportivas ou do preenchimento do tempo livre de crianças pobres do município, tirando-as da rua (ou escondendo-as do olhar), apenas e tão somente. Mais que isso, esse é um programa de construção de um novo comportamento social e para tanto, o intercâmbio é fundamental. Nosso objetivo não é formar atletas e sim, cidadãos. Cidadãos que rompem com seu cotidiano, que circulam para além de seus bairros, que se movimentam, que tomam posse da cidade. Cidade que exclui, que aparta as pessoas, mas ainda assim, cidade de todos (ou pelo menos que deveria ser de todos).

A idéia da apropriação pública da cidade, pressupõe a formação de cidadãos livres, senhores de si. Neste sentido a realização de torneios, festivais e campeonatos entre os participantes do Programa assume a maior importância em razão desse movimento desencadeado, da troca possibilitada com os jogos O primeiro campeonato de **Mais Esporte** já está em andamento.

Avaliação das “Escolinhas de Futebol”

O antigo programa de ‘Escolinhas de Futebol’ da Secretaria de Esporte e Lazer, carecia de um acompanhamento técnico, de tal forma que o retorno social de suas ações ficava muito aquém do esperado para um empreendimento desta envergadura. De acordo com vistoria técnica realizada nos meses de abril e maio de 2001, constatamos que o total de crianças atendidas era de 5.500 crianças/mês, em aproximadamente 100 ‘escolinhas’. Os números anunciados publicamente pela Administração Municipal em 2000, no entanto, variavam de 35.000 a 50.000 atendimentos. Essa diferença deve-se ao fato de que a cada dia as crianças presentes eram novamente somadas, mesmo que a maior parte delas fossem as mesmas (por exemplo: 1º dia 70 crianças, 2º dia 50, 3º dia 60; total : 180 crianças). Admitir como válido esse método de contagem, seria o mesmo que multiplicar por 200 dias letivos o total de alunos matriculados na Rede de Ensino.

A pequena quantidade de crianças efetivamente inscritas fez com que o custo total do projeto (R\$ 1.900.000,00/ano) ficasse muito elevado (R\$ 345,00/ ano, sem contar material esportivo, lanches e apoio) tornando-o insustentável. Por outro lado, as crianças careciam do acompanhamento técnico e de um Sistema de atendimento, recaindo aos ex-atletas, toda a responsabilidade do acompanhamento dos participantes. A inexistência de um Sistema de Atendimento gerava diversos problemas operacionais, tais como: inconstância no fornecimento de lanches e merenda, falta de material esportivo, ausência de coletes, camisetas, além de dificuldades operacionais na realização de torneios, campeonatos ou encontros esportivos. Enfim, faltava uma rede integrada de acompanhamento social e educacional da criança e do adolescente. Acrescente-se a essa ausência, a falta de integração com a Rede Pública de Ensino.

Apesar dos problemas, um aspecto positivo do programa 'Escolinhas de Futebol' foi o envolvimento de ex-atletas em regiões pobres e carentes de equipamentos sociais. Diferentemente do que uma crítica inicial poderia fazer crer, o custo anual de um ex-atleta (R\$ 18.000,00/ano por 30 horas semanais) não é superior ao custo de contratação de um técnico de Educação Física da Prefeitura do Município de São Paulo (R\$ 12.000,00/ano por 20 horas semanais³⁶³) e a natureza do trabalho de ambos é completamente diferente. O ex-atleta agrega valor simbólico ao programa e, mesmo estando fora de uma vida esportiva mais intensa, os ex-atletas continuam como personalidades de destaque na vida social e no esporte, merecem respeito, tendo muito a oferecer em termos de conhecimento e experiência de vida, sendo que muitos deles passaram por uma realidade muito semelhante à das crianças que hoje participam do programa.

Os ex-atletas também facilitam a implantação do projeto em áreas risco, onde o Poder Público tem pouca presença. Em algumas situações a atividade só pode acontecer por estar presente um ex-atleta, um ídolo do futebol e que, nesta condição, é respeitado por toda a comunidade, inclusive por setores ligados à criminalidade. Esta não é uma questão irrelevante, pois do contrário estes setores criam grandes dificuldades à realização de uma atividade esportiva e social com as crianças. Em um país com tamanha exclusão social e ausência do Estado nas áreas de maior violência e carência social, este é um dado que precisa ser levado em conta.

Com base neste entendimento, a Secretaria de Esportes definiu a necessidade de um novo serviço, a **Difusão Esportiva**, que é oferecido por ex-atletas com reconhecido desempenho em

³⁶³ Valores de 2001

suas áreas de atuação. A difusão esportiva vai além do oferecimento de “aulinhas de esporte”, envolvendo a divulgação das modalidades e a sua adequação à realidade das comunidades carentes de São Paulo. Mais que um orientador de esporte, o difusor esportivo é um modelo de vida, admirado e respeitado exatamente pela peculiaridade social de sua atuação como esportista, bem como pela identificação das comunidades com esses ídolos e que agora retornam com uma outra atividade social.

Etapas de implantação:

O projeto foi dividido em 3 fases:

1. **2001 – Transição – diagnóstico e reestruturação das unidades existentes e implantação dos Módulos de Futebol.** Nesta fase houve uma maior liberdade para experimentação metodológica, bem como adequação e adaptação de espaços. Ou seja, os profissionais foram se adaptando à realidade que encontravam. Também foi feita uma avaliação do custo médio, por unidade, do programa, bem como dos efeitos sociais e educacionais nas áreas.
2. **2002/2003 – Implantação.** Em virtude de dificuldades encontradas na fase de implantação, a implantação continuou com caráter transitório. As principais iniciativas desencadeadas foram:
 - a) *Contratação de Serviços de Difusão Esportiva (52 ex-atletas - 43 de futebol, 2 atletismo, 2 de basquete, 2 volei, 1 de atletismo, 1 de boxe, 1 de capoeira);*
 - b) *Aquisição de material esportivo (840 bolas de basquete, 950 bolas de borracha, 2400 bolas de futebol, 1240 bolas de vôlei, 180 redes de futebol, 210 colchonetes, 7500 coletes, 700 cones, entre outros materiais);*
 - c) *Material de divulgação (cartaz, folders);*
 - d) *Definição das unidades de Mais Esporte (vide anexo)*
 - e) *Início do processo de contratação para serviço de Oficinas de Xadrez (2500 tabuleiros, 2500 livros e instrutores para 60 turmas). As aulas de xadrez foram iniciadas em 2003.*
 - f) *Início do processo de contratação de Oficinas Esportivas (24.000 horas/ano) em áreas como: capoeira, artes marciais, circo, dança);*

g) Elaboração de apostila de Futebol (teoria e metodologia).

O ano de 2003 continuou as ações de implantação do **Mais Esporte**, fixando as unidades do Programa e diversificando a oferta de prática desportiva que chamamos de **Programa de Alfabetização Esportiva**, de modo que os participantes possam tomar contato com diversas modalidades podendo optar, no futuro, pela modalidade que melhor lhes aprouver. A alfabetização esportiva, em virtude da necessidade de espaços especiais, aconteceu de modo mais intenso nos Clubes da Cidade, com o envolvimento dos técnicos de educação física da Secretaria de Esportes. Com a contratação das Oficinas Esportivas, em parceria com Federações Esportivas, esse processo se espalhou pelas outras unidades.

Na fase ainda tivemos (temos) que resolver as seguintes questões:

- Contratação de Agentes Comunitários de Esporte (agentes indicados pela comunidade, para auxiliarem nas atividades do programa). A viabilização está sendo feita por convênio com a Federação de Entidades Comunitárias de São Paulo, sendo que a partir de dezembro de 2003 contaremos com 150 agentes em atividade;
- Armazenamento de sucos e perecíveis com a aquisição de freezers e melhoria de instalações locais (foram comprados 45 freezers para utilização nos Clubes da Cidade);
- Definição de parcerias com Instituições Comunitárias e Clubes Privados (Associação Atlética Banco do Brasil);
- Captação de Recursos via patrocínio com empresas privadas e outras instituições (**Petrobras e Ministério dos Esportes**);
- Cadastramento e Ficha Médica das crianças inscritas.
- Programa de Formação permanente dos profissionais envolvidos (ex-atletas, técnicos de educação física, agentes comunitários e parceiros-gestores de unidades descentralizadas). Este programa deve envolver a formação permanente dos profissionais e pode ser estabelecido a partir de convênio com instituições nacionais e internacionais.

3. 2004 – Consolidação. A partir de 2004 estaremos em condições de ampliar o público atingido pelo programa, tendo por horizonte a meta de 100.000 em junho de 2004. Também está em andamento a negociação de Convênio com a UNESCO.

Custo e parcerias

Sustentabilidade também pressupõe uma adequada aplicação de recursos financeiros de modo que o programa possa ser universalizado. Até o momento, o **Mais Esporte** está sendo implantado exclusivamente com recursos públicos do município de São Paulo. No entanto, para a ampliação do atendimento (quantitativo e qualitativo) será necessário estabelecer parcerias e patrocínios.

O custo per capita do **Mais Esporte** é de R\$ 150/ano (US\$ 50,00/ano) e este investimento calcula exclusivamente os recursos diretamente relacionados à atividade esportiva, no que definimos com *Investimento Social Agregado*. Em linhas gerais o investimento social agregado representa o valor diretamente aplicado na atividade fim, tirando do cálculo custos indiretos de administração ou infra-estrutura. Quem não está acostumado com orçamentos públicos pode não entender essa questão, mas ela é de suma relevância pois, ao não inflar orçamentos sociais com despesas indiretas, permite um melhor acompanhamento da aplicação dos recursos, bem como uma maior capacidade de atendimento do público.

Desta forma, podemos concluir que o investimento per capita de R\$ 140/ano, faz do **Mais Esporte** um programa social básico com capacidade de atendimento massivo e a baixo custo e, o mais importante, com qualidade. Isso é possível em razão da *organização matricial do orçamento* definida a partir da gestão de poucos e eficientes contratos de fornecimento de bens e serviços. Ou seja, este é um programa social com gestão de escala, onde os recursos são aplicados diretamente na ponta dos serviços.

Investimentos da Prefeitura de São Paulo para 2004 (previsão para 100 mil inscrições)

Contratos e Despesas fixas	Valores em reais
Salários de técnicos, Coordenadores e estagiários.	3.283.200,00
Difusores esportivos (65 ex-atletas) Craques de Sempre	2.172.182,63
Arbitragem (várias modalidades) 2.000 partidas ao ano	193.060,00
Transporte (mil viagens de ônibus por São Paulo	232.000,00
250 Oficinas Esportivas (60 de xadrez, 24 de judô, 28 de caratê, 60 de capoeira, 60 de dança e 18 de atletismo) ao mês	570.980,00
9.600.000 lanches ao ano	4.800.000,00
Aquisição de 500 Tatames	50.000,00
Total	11.301.422,63

Investimentos do Ministério dos Esportes para 2004 (para 100 mil inscrições)

Contratação de 1.000 monitores (850 estagiários de educação física e de lazer e 150 Agentes Comunitários) na forma de bolsa (1 salário mínimo ao mês)	2.880.000,00
--	---------------------

Patrocínio PETROBRAS: R\$ 900.000,00 (a ser aplicado em complementação às bolsas, divulgação e camisetas, atividades de formação, documentação/publicações e avaliação)

Orçamento Total : R\$ 15.081.422,83

Custo por unidade do programa (para 320 inscrições): **R\$ 48.000,00**

Custo anual per capita: R\$ 150,00 (US\$ 50,00)

Considerações finais

A estruturação do **Mais Esporte** da forma que apresentamos parte de conceitos do esporte social aplicados à idéia de sustentabilidade, um princípio ecológico. E sustentabilidade pressupõe a mobilização de recursos renováveis.

O esporte que se recria está vinculado à expressão cultural do povo. Na ginga e nos pés descalços das peladas de rua está o segredo do futebol que encanta o mundo inteiro. É isso que o sustenta. Mas também precisa de recursos em dinheiro para oferecer camiseta, um bom lanche, material esportivo de qualidade, um tênis (apesar de poético, os pés descalços machucam). E dinheiro de impostos deve servir ao povo. Nada melhor que **Mais Esporte**. Outros também podem contribuir e nem precisa financiar o programa inteiro. Uma empresa pode arcar com os custos de uma unidade apenas, para 320 crianças, R\$ 48.000,00 por ano. Apenas R\$ 150,00 para um ano inteiro de **Mais Esporte**. R\$ 150,00 por criança, quem puder ajudar mais, multiplique por mil, ou cinco mil, ou dez mil. R\$ 1.500.000,00, o custo de alguns minutos em anúncio publicitário na TV. O programa é modular, por isso é sustentável, quanto mais se investe, mais criança participa. O dinheiro público já garante 100.000. Mas são tantas, poderíamos atender 110.000, 200.000, um milhão! Custaria R\$ 150.000.000,00. É pouco, o Brasil é tão grande, tão rico.

Mas tem mais gente que sustenta o programa. Atletas que ganharam a Copa do Mundo e que retornam aos bairros onde nasceram. Boleiros não tão famosos mas que fazem a festa da criançada nos campos distantes da periferia. Estudantes que vão aos extremos da cidade como estagiários. Servidores Públicos. Tem também as mães, gente do povo pobre. Aqueles que brigam e choram e vibram e não querem perder o jogo pelos meninos e meninas do Brasil.

LAZER E INCLUSÃO SOCIAL

*Palestra apresentada no
XIV ENAREL (Encontro Nacional de Recreação e Lazer)
Santo André
Novembro de 2003*

A prefeitura de São Paulo implantou, a partir de 2001, os programas de renda mínima do município; diferente de ações assistencialistas anteriores, a idéia dos programas sociais é de unir, ao mesmo tempo, distribuição de renda, políticas emancipatórias e ação comunitária. Durante seis meses jovens entre 16 e 20 anos e adultos desempregados com mais de 40 anos, recebem uma bolsa em dinheiro, via cartão bancário, e participam de cursos de formação e atividades comunitárias. Os distritos escolhidos para a implantação do programa foram os com maior índice de desemprego e violência e menor renda per capita.

Até 2002 formamos aproximadamente 2.000 bolsistas em mais de 40 distritos da cidade e no momento estamos atuando com 1120 bolsistas em quatro diferentes cursos: Agentes Comunitários de Lazer, Brinquedeiros, Árbitros Comunitários e Instrutores de Xadrez. O objetivo da Secretaria de Esporte e Lazer é o de colocar o tema lazer na agenda social da cidade, formando multiplicadores na própria comunidade. E entendendo lazer em um sentido amplo, do latim *licere*, (ser lícito), no sentido de experimentar o novo e se apropriar do legado comum, em nosso caso, a cidade, que é (ou deveria ser) de todos.

Lazer é um direito social básico, vetor da própria emancipação humana; mas a percepção desse direito vai muito além da simples oferta de atividades recreativas, torneios ou campeonatos. Em uma sociedade desigual como a brasileira, o direito ao lazer está inserido no desequilíbrio da distribuição de renda e acesso aos equipamentos e serviços públicos e só pode ser plenamente satisfeito com a reversão deste quadro. O lazer também pode representar a descoberta das potencialidades do indivíduo; segundo Dumazedier, o lazer está associado “...ao único conteúdo do tempo orientado para a realização da pessoa com fim último”, constituindo-se em um “novo valor social da pessoa” que se traduz por um “novo direito social”³⁶⁴. Mas a conquista de “um novo direito social” faz parte do contexto cultural e econômico da sociedade de tal modo que o filósofo Herbert Marcuse chegou a afirmar que o lazer seria uma “alienação,

³⁶⁴ Dumazedier, Joffre – *Sociologia Empírica do Lazer – Ed. Perspectiva*

uma ilusão”³⁶⁵, pois não diz respeito às necessidades próprias do indivíduo, mas sim a determinações manipuladas pelas forças econômicas e a cultura de massa.

Reconhecendo essa realidade, o programa de **Agentes Comunitários de Lazer** abre perspectivas para a profissionalização, mas esta é uma decorrência e não o objetivo principal do programa, que visa, fundamentalmente, estimular a população a ter parte ativa nas ações de lazer em suas comunidades. Diríamos que esta é uma ação de instrução não formal e permanente onde cabe relacionar os grupos de jovens e adultos com o desenvolvimento do lazer, da cultura e do esporte. Um lazer ativo e formativo ao mesmo tempo, desencadeando um processo contínuo e coerente de comunicação entre os sistemas culturais mais elaborados (sejam eles da indústria cultural, de uma cultura erudita ou intermediados) e os sistemas culturais vivenciados pela população destas comunidades. O objetivo é abrir caminho para um processo de transformação em que os receptores, cada vez mais, vão se colocando como parte ativa e formuladora, criando um novo ciclo de desenvolvimento cultural em uma “...*sociedade que vai dos produtores de símbolos culturais para os difusores, dos difusores para os participantes e dos participantes para os produtores*”³⁶⁶. Esse processo pode representar uma ruptura na ordem de ocupação do tempo livre das comunidades, que passam a contar com intermediários orgânicos e que conseguem reinterpretar as imposições da indústria do tempo livre, modificando em profundidade as atitudes ante o trabalho, a política e o convívio social.

Tão importante como gastar menos tempo com transporte, sentir-se seguro nas ruas, ter acesso à educação e saúde públicas ou viver em locais não poluídos, é também o usufruto do tempo livre de forma saudável, lúdica, prazerosa e construtiva. Com base na fruição do tempo livre, definimos o ato de recrear, o tempo de parada em que o indivíduo recria suas energias. Mesmo que subordinado às imposições do mercado e da cultura, é no tempo do recreio, mais que no tempo do trabalho ou das obrigações familiares ou sociais, que se abre a melhor oportunidade para a livre descoberta do indivíduo, para a criação. Tempo livre requer espaço livre, liberdade de olhar, agir e sentir; horizontes (no sentido literal e figurado, de futuro) e paisagens; assim se constrói uma cidade humanizada, mais valorizada e apropriada (de tomar posse) por seus cidadãos.

O programa de **Agentes Comunitários de Lazer**, parte destas constatações e é com essa política que ele se insere nos programas sociais da prefeitura de São Paulo, unindo lazer,

³⁶⁵ MARCUSE, Herbert – *The one dimensional man*

³⁶⁶ Dumazedier, Joffre – *Sociologia Empírica do Lazer* – Ed. Perspectiva

inclusão social e transformação da realidade. Temos consciência de que as quadras esportivas são importantes, assim como as piscinas, os teatros, as bibliotecas, os parques arborizados... Mas tão importante quanto os equipamentos públicos, está o sentido das coisas, único caminho para a verdadeira emancipação do indivíduo. Sêneca afirmava que “*o ócio sem estudos é como a morte e a sepultura do homem vivo*”³⁶⁷. O lazer fugaz dos tempos atuais e os banalizantes programas de mídia, tornam ainda mais presente esse pensamento dos tempos da Roma antiga. Por isso a necessidade de desenvolver de modo concomitante e permanente, um programa de capacitação e convívio social, estimulando práticas voluntárias e auxiliando os participantes a enfrentar situações de esgarçamento social, reconstituindo redes de solidariedade, buscando novos significados para a própria requalificação do desempregado.

Uma pessoa participante do programa Começar de Novo³⁶⁸, há muito tempo privada de um emprego regular vai perdendo confiança em si mesma, assim também acontece com jovens do Bolsa Trabalho, que ainda nem tiveram a oportunidade do primeiro emprego. A sociedade de uma maneira geral e os meios de mídia em especial, insistentemente apresentam a idéia de que são os próprios desempregados os culpados por sua má sorte, fruto de despreparo e desleixo deles mesmos. “*Empregos existem, o que faltam são pessoas preparadas para ocupá-los!*”, são as mensagens subliminares de diversos telejornais. E os programas de formação profissional mais tradicional acabam reforçando esse processo de perda de confiança. Como se a estas pessoas, bastasse oferecer um curso de informática, ou pedreiro, ou corte e costura, e assim eles encontrariam emprego e rumo. Mas a falta de emprego tem raízes muito profundas, fincadas na estrutura econômica da sociedade, em um modelo submetido ao capital especulativo e cada vez mais distante da produção real de bens.

O Lazer pode contribuir para que as pessoas readquiram confiança em si mesmas. Alguns podem dar aulas de xadrez, outros contar histórias para crianças, ou então organizar campeonatos, jogos de rua, brincadeiras... São atividades de utilidade coletiva, que recolocam o desempregado no cenário social de suas comunidades, descobrindo-se como líderes de atividades, promotores de eventos. E, nesse processo, colocando-se como importantes mediadores entre uma intangível indústria do lazer (ou da cultura), impositiva e anti-democrática e a construção de novos valores se redescobrem em toda a sua potencialidade criadora.

³⁶⁷ Sêneca – 4 ac – 65 dc – *Epístolas*- 82,3

³⁶⁸ Começar de Novo – Programa de Requalificação Profissional para maiores de 40.

Assim o lazer se insere nos programas sociais, convidando jovens e adultos a se envolverem no desafio de contribuir na transformação da realidade de suas comunidades através do universo lúdico e do jogo. E esse é um trabalho que não se restringe a espaços pré-determinados ou convencionados para o lazer, pelo contrário, ele é um chamamento para criar; transformar uma rua em quadra volei, uma calçada em boulevard, a sombra de uma árvore em uma escola (ou scholé³⁶⁹). O programa de Formação de Agentes Comunitários de Lazer nasce da observação desta realidade, e do desejo de transforma-la.

³⁶⁹ Scholé – palavra grega que designava ao mesmo tempo escola e ociosidade.

UMA GESTÃO CULTURAL TRANSFORMADORA

*Proposta para uma Política Pública de Cultura
desenvolvida a partir de reflexão sobre trabalho realizado como
Secretário de Cultura e Turismo em Campinas (1990/92)
Publicado na Revista Princípios, n. 71
Dezembro de 2003*

A Cultura está presente em todas ações da sociedade. A resignação ou inconformismo com que o cidadão encara sua realidade é, sobretudo, uma conduta cultural. O próprio fato de o indivíduo se perceber enquanto cidadão é fruto de condicionantes culturais e históricas. Uma ação de governo que se pretenda progressista, ou transformadora, tem a Cultura como prioridade.

A Cultura não pode ser confundida com eventos isolados, que se bastem em si mesmo. Muito menos deve ser reduzida ao mero entretenimento, ou às Belas Artes e à “alta cultura”, erudita e hermética. Cultura é um pouco disto, mas são também as referências históricas, costumes, condutas, desejos e reflexões. Evidentemente, o evento artístico, como concretização de um processo, tem um papel importante e muitas vezes é nesses acontecimentos que as pessoas tomam contato, pela primeira vez, com determinadas obras de arte; e são tocadas por elas. Também o entretenimento traz um componente lúdico fundamental para o Fazer Artístico e seria de um profundo elitismo masoquista negar este aspecto agradável da Arte. Mas, antes de tudo, Cultura é “o cultivo da mente”. Ou, nas palavras de Bertold Brecht, “... é pensar, é descobrir”.

Democratizar a Cultura é democratizar o acesso aos bens da cultura universal permitindo que as pessoas elevem-se à auto-consciência de sua participação no gênero humano. Ampliar o raio de ação das obras culturais, e não adaptá-las moldá-las enfraquece-las, permite que o indivíduo se aproprie de instrumentos capazes de romper a falsa consciência alienada e particularista que o impede de desenvolver uma postura crítica diante do mundo em que vive. “Deve-se elevar a cultura do povo !”, defendia Maiakovski .

A distinção entre Cultura Erudita e de Massas e destas em relação à Cultura Popular é uma maneira de hierarquizar culturas e assegurar a sobrevivência de um regime social. Esta distinção apresenta a elite como detentora de um saber e bom gosto que a legitima ao pleno

exercício do poder. À massa - como se existisse esta categoria amorfa e compacta- é oferecida uma cultura pasteurizada, feita para atender necessidades e gostos medianos de um público que não deve questionar o que consome. Manter esta distinção é manter um status de dominação. Romper com esta realidade, difundindo uma cultura que seja instrumento de crítica e conhecimento, é o caminho para a ampliação da cidadania. Vista deste modo, a cultura deixa de ser um bem secundário em um país de tantas carências e passa a ser um bem social, assim como as áreas de saúde e educação. Por estes motivos uma gestão pública de Cultura deve ser entendida como prioritária e social, alavanca de transformações.

Patrimônio Cultural -

Recuperar e conhecer o Patrimônio Cultural é a base da nacionalidade. Um povo que não tem um acervo de conhecimentos, arte e memória, não tem referências que lhe permitam projetar-se para o futuro; estará condenado a ser um mero receptor, nunca um criador. O empobrecimento cultural, a degradação ambiental e a perda de perspectivas criativas prospera no terreno fértil do desrespeito e do desconhecimento do Patrimônio Cultural.

Preservar o Patrimônio não é contraditório com o desenvolvimento econômico e social; pelo contrário, impulsiona-o. O Patrimônio Cultural também não pode ser reduzido a um mero conjunto de edifícios ou obras de arte; ele é vasto e envolve todos os campos da ação humana, tangíveis ou intangíveis. O meio ambiente e nossas reservas naturais, degradadas ou não, é parte deste patrimônio, assim como o conhecimento científico e tecnológico, documentos escritos, imagens, objetos, danças, estórias infantis, músicas...lendas, compõem nossa herança. Esta é a base de nossa identidade (ou identidades), sendo o alicerce do desenvolvimento econômico, tecnológico, social e artístico. Reforçar a identidade cultural também significa revelar contradições e romper com uma identidade aparentemente homogênea, construída apenas com base em determinados marcos representativos da cultura dominante.

Com base nestes conceitos, a prioridade a Museus, Arquivos e Bibliotecas é decorrência. Do mesmo modo o registro literário, sonoro e visual da produção artística de nossa época é uma meta a não se descuidar. Tombamentos, áreas envoltórias e revitalização ambiental compõem um capítulo à parte e são fundamentais para o progresso social de todo e qualquer povo. Situam-se em uma fronteira onde os interesses econômicos entram em choque direto com os interesses da cultura. Este choque, no entanto, acontece mais em função da ignorância dos

agentes econômicos e de um certo dogmatismo e despreparo por parte dos encarregados de sua preservação. Existem soluções que valorizam estética e economicamente os bens tombados; é preciso, no entanto, um esforço de análise e capacidade de diálogo para que se encontrem estas alternativas. A Troca do Potencial Construtivo é uma delas, existem outras que podem ser elucidadas em um debate à parte.

Formação Cultural -

Uma política democrática de formação cultural não é uma simples relativização cultural, um “deixar fazer” sem critérios. Democratizar é oferecer alternativas, é desenvolver um trabalho de contra-cultura em relação às imposições do moldável mercado. É se contrapor à indústria cultural, de consumo fácil e gosto duvidoso.

A Formação cultural deve ser analisada amplamente e engloba desde o aperfeiçoamento permanente dos agentes culturais diretos (atores, músicos, produtores culturais, artistas plásticos, cineclubistas, etc.), até um projeto de iniciação artística de amplo alcance. Um programa de formação cultural que atinja, simultaneamente, milhares de pessoas, deve estar solidamente implantado na complementação educacional de crianças e adolescentes e oferecer cursos descentralizados dirigidos a donas de casa, jovens, idosos e trabalhadores. Além de cursos, a Formação deve prever o amplo acesso a livros, obras de arte e espetáculos dos mais variados estilos. Isto é formação de gosto e só se gosta daquilo que se conhece.

Casas de Cultura administradas em co-gestão (poder público/comunidade) e que tenham um funcionamento articulado com Instituições mais bem equipadas, como Museus e Teatros, representam uma alternativa. Outras experiências, a exemplo do Projeto Recreio, em São Paulo, que oferece atividades culturais e recreativas para milhares de crianças durante as férias, também apontam no caminho de uma formação cultural sólida, permanente e de amplo alcance.

A Formação Cultural amplia horizontes e distribui renda para uma população carente de possibilidades. Permite que talentos se destaquem e que, formando um público mais crítico para, no futuro, consumir - e também produzir - uma cultura mais elaborada. A articulação de um efetivo Sistema de formação cultural também amplia o mercado de trabalho para artistas.

Informação e Difusão Cultural -

Vivemos cada vez mais em uma sociedade onde informação é poder. Romper com a alienação e o embrutecimento imposto a amplas parcelas da população é, efetivamente, desenvolver uma política democrática, de conquista da cidadania, isso significa prever uma ampla e pluralista oferta de produtos culturais. Manter a população no campo de uma cultura “rasa” é o melhor caminho para subjugar essa população. Para romper com este quadro é necessário “depurar” o “senso comum” elevando a interpretação da Cultura a uma concepção de mundo mais organizada e sistemática, colocada à altura da modernidade. Gramsci via a Cultura como instrumento de uma práxis crítica que, sem descartar os elementos de uma cultura mais elaborada (chamada por muitos de erudita), desenvolve um processo de elevação da consciência.

Esta concepção não é estática e percebe uma inter-relação dinâmica entre os diversos níveis da Cultura. Assim como não se deve condenar o uso do “agradável” e do entretenimento como instrumento de fruição do “estético”, também a difusão cultural de massas tem um papel neste processo de evolução da consciência crítica; a música popular, em vários momentos, é um exemplo disto. A televisão é outra alternativa de como podemos introduzir “elementos culturais críticos” e novas referências a uma população que, pela primeira vez, pode ter contato com produtos culturais e conceitos antes inacessíveis. Evidentemente esta é uma possibilidade, no momento, infelizmente, não é a tônica da programação televisiva.

Uma gestão pública de Cultura deve balizar-se por conceitos ao gerenciar a programação cultural da cidade e os conceitos brevemente explicitados neste ensaio são fundamentais para uma gestão que se pretenda transformadora. A programação cultural deve ser sempre pluralista, sem interferências de gosto, conteúdo ou estética. Este pluralismo, no entanto, não pode deixar de perceber que o produto cultural encontra níveis variados de circulação e exposição.

Parte da produção artística terá sempre espaço no mercado, muitas com pouca inovação, é fato. Porém, é preciso quebrar preconceitos e reconhecer que o mercado também abre espaço para produtos de excelente qualidade, estética e de conteúdo. Como estas já estão inseridas no mercado, devem ficar a cargo da iniciativa privada. Mas existem produtos culturais em que a iniciativa privada se revela incapaz de promover, cabendo ao poder público suprir esta insuficiência de modo a assegurar uma múltipla oferta de bens culturais. A realidade mostra, para desmoralização das teses neoliberais, que esta insuficiência, no Brasil, é regra.

Ao Poder Público cabe dar suporte, prioritariamente a:

- a) Festivais, eventos e projetos voltados para produções experimentais ou de vanguarda;
- b) Realizações culturais comunitárias ou populares;
- c) Produções Artísticas que representam um efetivo patrimônio cultural (consagrados solistas ou orquestras, grupos nacionais ou estrangeiros com significativa contribuição para as artes, grandes exposições, etc..). Mesmo quando encontram patrocínio privado, estes eventos dependem do apoio público em função de sua complexidade e custo;

Estes são critérios que difundem a cultura e a arte em sua melhor expressão e preservam o que há de mais específico nos valores culturais: o respeito à criação simbólica. Longe de representar uma imposição do Estado, uma gestão de cultura fundada nestes conceitos liberta o indivíduo e amplia seu repertório cultural; não faz imposições ou estabelece regras; valoriza a arte e não a submete a fórmulas fáceis ou esquemáticas; dignifica a criação e a humanidade.

Criação e Produção Cultural -

A Cultura é um instrumento de relações sociais e é a única forma pela qual as pessoas podem atuar em sociedade. Os indivíduos se percebem pela cultura e é por ela que estabelecem relações entre si, definem valores e significados. Assim, ela se manifesta na criação artística, nunca é supérflua e o trabalho a ela destinado nunca é inútil, representando o espelho da alma humana. Quanto maior for o domínio de análise simbólica que as pessoas têm sobre a produção social, maior será a sua capacidade de articulação na sociedade.

Criação é, portanto, o objetivo que completa uma Política Cultural e ela se realiza de duas formas :

- a) Através da reflexão e da análise, desdobrando-se em comportamentos e condutas.
- b) O Fazer Artístico

Ao Estado compete assegurar total liberdade de manifestação e expressão, sem censura ou critérios de valor. A criação, mesmo acontecendo em qualquer lugar e em todas as atitudes da sociedade, necessita de espaços próprios para se realizar plenamente. Uma Gestão Pública de Cultura deve articular a abertura e manutenção destes espaços.

Como primeira medida deve-se incentivar Espaços e Salas geridas pela iniciativa privada como Teatros e Espaços Alternativos, Casas de Espetáculos, Auditórios, Cinemas, Galerias de Arte, específicas ou de empresas (Bancos, Shoppings, Restaurantes), Bares com

música ao vivo, Livrarias, etc.. Este apoio pode vir na forma de incentivos fiscais ou, principalmente, por uma articulação de esforços e uma legislação específica.

Outra alternativa é a utilização de espaços públicos e comunitários, tradicionalmente não utilizados para a Arte, como Escolas, Sindicatos, Igrejas, Ruas e Praças. Ao Poder Público local cabe uma enorme responsabilidade quanto à abertura e manutenção de espaços culturais. Teatros, Museus, Centros Culturais e Bibliotecas, enquadram-se nesta categoria e, definitivamente, sem verbas não é possível fazê-los funcionar. Quanto ao nível federal de governo, mais que gerir equipamentos, cabe articula-los em um sistema único de produção e difusão cultural.

Apoio à produção cultural, porém, é muito mais que o incentivo, gerenciamento de agenda e manutenção de espaços. Cabe oferecer áreas coletivas para ensaio, oficina e guarda de cenários e figurinos, laboratórios, ateliês de arte (forno de cerâmica, prensa, laboratório fotográfico, etc..), equipamentos de uso comum além de intercâmbios que permitam aos artistas locais uma troca de experiência (um efetivo programa de apoio a viagens) e um maior contato com personalidades e referências da cultura nacional e internacional, inclusive desenvolvendo trabalhos em conjunto. A sociedade também deve se comprometer com a manutenção de Corpos Artísticos Estáveis, pois sem eles dificilmente se consolida uma tradição artística.

O Financiamento da Cultura

Se a Cultura e a Arte, realmente são consideradas importantes, cabe à sociedade destinar-lhe recursos. O Fazer Artístico não depende apenas de criatividade, talento e bons conceitos, precisa de verbas. Vários grupos e artistas só tem acesso a recursos via esfera pública, tem sido assim ao longo de toda a história e, portanto, é preciso disciplinar criteriosamente a aplicação destes recursos. Um hábito que tanto infelicitou e infelicita nossa política cultural é a prática do “balcão”, do clientelismo/paternalismo, dos critérios obscuros e motivações idem. Outro equívoco é o de atribuir essa tarefa às Leis de Renúncia Fiscal, como se fosse a única alternativa possível. No lugar de acrescentar recursos privados à cultura, essas leis apenas transferem a gestão de recursos públicos à esfera privada, delegando às diretorias de marketing das empresas a função de definir quem deve receber esses recursos. Mais uma vez concentra-se recursos, tanto do ponto de vista regional como social, excluindo, principalmente, os setores que mais necessitariam desse apoio (projetos comunitários, de vanguarda ou experimentais, ou então

de regiões mais distantes do eixo decisório do capitalismo brasileiro). É preciso repensar leis como a Rouanet e outras, que, no embalo de um neoliberalismo mal resolvido, atendem muito mais aos interesses do mercado cultural, do que às suas boas intenções.

Há outras formas de captação de recursos. Além das verbas públicas o marketing cultural é uma ferramenta importante, não negamos, mas ele deve vingar muito mais por seus atributos próprios, agregando valor social à marca do patrocinador, do que especificamente à renúncia fiscal. Também existem experiências que caminharam em outro sentido. Entre 1990/93 Campinas teve uma Lei de Incentivo à Cultura que criou um Fundo Público. O recurso que o município abria mão para a renúncia fiscal (0,5% das receitas correntes) ia todo para o Fundo e sua gestão era compartilhada. Para evitar dirigismos e as tão nocivas imposições de gostos ou rumos, o governo transferiu ao Conselho de Cultura a função de definir critérios para a distribuição de recursos. O acesso aos recursos era exclusivamente por edital público e a escolha dos contemplados feita por comissões julgadoras especializadas e composta por profissionais de fora da cidade. Outro exemplo bastante promissor é o originado com o movimento “Arte contra a Barbárie”, em São Paulo. Em todo caso, esse é um debate que exige muito mais que estes parágrafos, mas, em algum momento será preciso enfrenta-lo.

Neste processo, a Opinião Pública, tem um grande papel. De um lado cobrando verbas públicas para a Cultura, ou seja, o recurso público que tradicionalmente é destinado à renúncia fiscal iria diretamente ao Fundo Público, além da própria ampliação do orçamento da cultura. De outro, cobrando uma presença mais consistente da iniciativa privada, em especial grandes empresas, centros comerciais e multinacionais. Vários são os casos de multinacionais que destinam milhões de dólares para a cultura em seus países de origem e fazem isso contando apenas com os atributos próprios do marketing cultural, sem precisarem de renúncia fiscal ou incentivos do governo. No Brasil, apesar de tanto lucrarem, só se dispõem em investir se o governo abrir mão de impostos que elas obrigatoriamente teriam que pagar. Uma postura menos servil e mais crítica quanto a este tipo de atitude seria de grande contribuição para a cultura nacional. Estamos no momento de toma-la.

Gestão da Cultura

Estes conceitos que envolvem a Cidadania Cultural, estão alicerçados no patrimônio cultural, na formação, informação e na criação; não se realizam instantaneamente, têm um

caminho longo a percorrer. Sofrem recuos; dependem de reavaliações e, normalmente, são incompreendidos no momento de sua aplicação. Em um processo de mudança social, são as mentalidades que mudam por último, mas sem um início de mudança nas mentalidades, não há transformação possível.

Gestão é, antes de mais nada, definição de política. E definição de política implica em posicionamento ideológico, não podendo ser confundida com um processo neutro. As decisões nunca são neutras, assim como a burocracia e cabe lembrar que uma gestão profissional e competente não é sinônimo de tecnocracia, mas sim de uma conduta pública coerente, em que conceitos e políticas são apresentados à sociedade de forma clara, permitindo o debate e transformando esse debate em realizações e conquistas da cidadania. Mas uma gestão, por mais preparo técnico que tenha, precisa de instrumentos de mediação e diálogo com o público. Por isso, os Conselhos são tão estratégicos, são eles que devem mediar a relação entre Poder Público e Sociedade. Uma postura democrática de governo deixa abertas possibilidades para experiências alternativas e do mesmo modo que não deve pretender, a cada nova gestão, “inventar a pólvora”, cabe aproveitar aquilo que é positivo e ir adiante rumo a uma efetiva e consistente transformação.

Mais que executar, cabe liberar potencialidades da sociedade, abrindo espaço para outras Instituições e agentes que não estejam na esfera pública. O Estado tem que estar a serviço da sociedade e nunca o contrário; assumir uma postura mais humilde e menos impositiva quanto à proposição e execução de programas faz a administração pública crescer e a coloca no importante papel de articuladora de recursos materiais e humanos. Romper com a idéia do Estado onipresente e autoritário é perceber na sociedade - e em todos cidadãos - a principal fonte de produção da cultura.

Cultura como filosofia de Governo

A cultura permeia todas as ações da sociedade e, por conseqüência, todos os programas de governo. Cultura é comportamento, se manifesta nas mínimas relações do cotidiano, é postura frente ao mundo. A auto-organização do povo para compras comunitárias ou organização de cooperativas, é cultura; sua conformidade em enfrentar filas, maus cheiros, desrespeitos, humilhações, é cultura; sua resistência, seu modo de encarar as adversidades, é cultura; sua luta, individual ou coletiva, é cultura. É pela cultura que superamos nossas realizações e reformas.

A proposta de desafio à classe trabalhadora e à sociedade civil deste país deve vir através da reflexão crítica de suas próprias demandas; redefinindo símbolos, idéias, valores e comportamentos; definindo um projeto de nação. É pela cultura que a sociedade se afirma – de forma consciente ou não - como passiva, reivindicativa ou participativa. É com a cultura que uma nação se supera no refazer da solidariedade, no direito à apropriação de sua memória e no conhecimento da importância do seu papel transformador.

Assim sendo, cabe desenvolver programas de conhecimento e descoberta da cidade, das regiões e do país (turismo social); realizar eventos de lazer, cultura e esportes que promovam a paz e o conagraçamento entre cidadãos. Vale lembrar que a violência urbana tem inúmeras matrizes, uma delas é a ausência de lazer, de perspectivas para “passar o tempo”, cultivar a mente. Nos bairros pobres das grandes cidades, nem áreas verdes há; quando muito um “raspadão”, campo precário, sem grama, para jogar futebol nos finais de semana. E mesmo assim um espaço de lazer apenas para homens, do mesmo modo que os bares e mesas de bilhar. Às crianças, mulheres e idosos sobra a televisão e as ruas, quando muito; aos jovens nem isso; aos jovens sobra a falta de perspectivas.

Cultura como filosofia de governo gera renda, é social, amplia os horizontes. Por isso mesmo, devemos estar abertos a importar e exportar culturas. Este é o motor da mudança: pelo intercâmbio e a troca, nos desenvolvemos. A cultura integra ações, dá sentido às realizações e reformas dos governos. É ela o fio condutor que une o direito à saúde, o transporte, a moradia, a escola, o trabalho...à cidadania. É com a cultura e só com ela, que conduziremos nossa sociedade à igualitária democracia, recolocando os cidadãos no caminho da emancipação humana.

Em resumo, um programa de Governo pautado no princípio da cidadania cultural, administra a cultura de forma integrada, sistêmica. Reconhece no patrimônio histórico e cultural a base para toda a sua ação, preservando todos os bens que se constituem em referências fundamentais para a afirmação e construção de nossas identidades. Forma consciências, oferece alternativas, amplia o repertório cultural do povo. Informa, democratiza o conhecimento, respeita as diferenças. Convida as pessoas a refletirem sobre sua realidade. Cria. Transforma.

XADREZ E DAMAS EM TAMPINHAS

Esse projeto foi desenvolvido em 2003 e sintetiza o conceito do jogo como desencadeador de condutas sociais. A idéia é simples. Até o momento foram distribuídos 30.000 tabuleiros com as regras impressas no verso. Também é distribuída uma cartela adesivada com ícones de xadrez e damas, que totalizam 56 peças.

Além de possibilitar que as pessoas levem o jogo para casa que, em muitos casos, será o único jogo da família, esse projeto gera renda. Normalmente a pessoa que recolhe a tampinha também tem acesso à garrafa PET vazia. Nada melhor que recicla-la também. Cada garrafa (de dois litros) vazia pesa 77 gramas. Multiplicando por 56 dá 4 quilos e 300 gramas. No mercado de reciclagem, 1 quilo de PET vazia vale em média R\$ 0,50, ou R\$ 2,00 para cada cartela completa. Uma escola que distribua 1.000 cartelas arrecada R\$ 2.000,00. Esse dinheiro pode adquirir um computador, ou ser aplicado em outras melhorias na escola.

Além dos benefícios diretos que o xadrez proporciona ao ensino (na Rússia um estudo de 1920 apontou que o xadrez elevava em 20% o aprendizado escolar e desde então essa é uma matéria obrigatória no currículo das escolas), a simples troca de uma pequena tampinha de garrafa PET pode desencadear uma série de comportamentos sociais: a solidariedade, uma conduta ecologicamente correta, um compromisso comunitário, uma idéia de geração de renda. È a teoria do jogo em sua essência.

Texto de apresentação do projeto

“Xadrez é a ginástica da inteligência” disse, há mais de 200 anos, o poeta alemão Goethe. Desenvolve o raciocínio, a memória, o domínio das regras, a definição de estratégias e auxilia na formação de um pensamento organizado, desenvolvendo a imaginação e estimulando a criatividade.

Quem domina as regras do jogo (de xadrez, damas, ou da vida), adquire rapidez de raciocínio, capacidade de decisão e espírito de responsabilidade. E sabe que a cada lance feito haverá uma repercussão no futuro. É exatamente pensando na repercussão de nossos atos, que criamos o *Xadrez e Damas em Tampinhas* de garrafas PET. Este projeto une jogo com educação, reciclagem de materiais, defesa do meio ambiente e responsabilidade social.

Xadrez e Damas em Tampinhas está ao alcance de todos, basta começar.

Primeiro é preciso recolher as garrafas vazias, separar as tampinhas e colar as imagens das peças. Depois, com a prática de jogar, vamos aprendendo as regras e juntando gente, cada vez mais gente, até que um dia, teremos craques e craques de xadrez e damas, espalhados por todo o país. Com o futebol é assim que acontece.

Mas o jogo não para por aí. Podemos reciclar as garrafas vazias, transforma-las em fibras e outros produtos que dêem nova utilidade às garrafas que antes seriam jogadas fora. Ao reciclar as garrafas estamos ajudando a evitar o entupimento de bueiros, córregos ou rios e o acúmulo de lixo.

Xadrez e Damas em Tampinhas é um programa de educação. Quanto mais a criança jogar, melhor o desempenho na matemática, na ciência e na escola como um todo.

Xadrez e Damas em Tampinhas também é um programa de solidariedade. As garrafas recuperadas podem ser vendidas. Que tal doa-las à escola? Ou à APAE e todas as outras instituições que lutam por uma sociedade melhor?

Xadrez e Damas em Tampinhas, de uma idéia simples, as pessoas ganham um presente e contribuem para toda a sociedade.

LAZER INFANTIL E REPRODUÇÃO SOCIAL

*Palestra Apresentada na
I Conferência Municipal para os direitos da criança brincar.
São Paulo, outubro de 2003*

Brincadeiras infantis e reprodução social

O lazer para as crianças tem um significado diferente do que para os adultos e só aparece quando a criança é apresentada ao mundo de responsabilidades e obrigações. Com a escolarização precoce, este universo de obrigações está chegando cada vez mais cedo e, além da escola, uma agenda de compromissos (sim, agenda de compromissos), com aulas de ginástica, natação, quem sabe inglês para bebês... Assim, o lazer também é precocemente apresentado às crianças.

É claro que estamos falando das classes média e alta, pois para as crianças pobres a agenda de compromissos tem outras características: o acompanhamento dos pais pelas ruas, cuidar dos irmãos mais novos e o próprio trabalho. Em 2002, o Brasil contava com 5.000.000 de crianças trabalhando; e esse trabalho não está restrito a remotas fazendas, coletando tocos de carvão vegetal ou cortando pedras. O trabalho infantil está ao alcance de nossos olhos, nossas mãos, encontramos crianças nas esquinas mais movimentadas, pedindo esmola, como uma forma de trabalho (existe o feitor que controla as crianças, horário de atividade, cota de arrecadação), ou vivendo de biscates, também nas esquinas, vendendo balas, oferecendo serviço de limpeza de pára-brisas. O mais incrível é que pouco se faz para evita-lo. Em uma avenida como a Paulista, ícone de São Paulo, dá até para conhecer as crianças, bastaria uma presença diária de assistentes sociais, conselheiros tutelares e serviço de acolhimento. Mas...

Essa mudança na organização do tempo livre da criança acentuou-se nos últimos 40 anos e é reflexo de uma sociedade dominada pela ideologia da competição, em que as ambições e frustrações dos pais vão sendo transferidas para seus filhos com a mesma naturalidade de uma canção de ninar. O trabalho, ou a preparação para o trabalho, é uma realidade cada vez mais presente na vida infantil e desta forma também vai pautar o seu tempo de infância, que deveria

ser a verdadeira expressão do ócio criador, ou seja, um mundo de descobertas envolvidas em um ambiente lúdico e prazeroso.

Mesmo assim, a criança constrói um modo de interpretar a realidade de um modo muito diferente do que a representação dos adultos:

*“A criança representa alguma coisa diferente, ou mais bela, ou mais nobre, ou mais perigosa do que habitualmente é. Finge ser um príncipe, um pai, uma bruxa malvada ou um tigre. A criança fica literalmente ‘transportada’ de prazer, superando-se a si mesma a tal ponto que quase chega a acreditar que realmente é esta ou aquela coisa, sem contudo perder inteiramente o sentido da ‘realidade habitual’”. Mais do que uma realidade falsa, sua representação é a realidade de uma aparência: é ‘imaginação’ no sentido original do termo”.*³⁷⁰

É nesse mundo de brincadeira, ou de representação diferenciada da realidade, que as crianças tomam contato com a vida. Freud, via nas brincadeiras duas funções principais: a “*compulsão da repetição*” que consiste no desafio de acontecimentos desagradáveis, onde, ao reproduzi-los repetidamente (brincadeiras de medo, por exemplo), a criança tem por objetivo comanda-los, e a “*realização de um desejo*” a partir da alteração da realidade, modificando os acontecimentos de modo que esses se enquadrem ao universo ideal da criança. Para Piaget, a brincadeira se confunde com a aprendizagem, representando um processo de assimilação cultural que, ao imitar o mundo dos adultos (brincar de casinha, caminhãozinho), a criança vai tomando posse de comportamentos e sinais culturais. Em áreas dominadas pelo tráfico de drogas e quadrilhas de criminosos, essa imitação acontece com brincadeiras igualmente violentas. Mas é claro que os meios de comunicação e o pavor generalizado que toma conta da classe média se encarregam de espalhar esse jeito de brincar por todo o tecido social. Como falamos de precocidade na entrada ao mundo do trabalho e das obrigações, também devemos levar em conta a precocidade para a entrada no mundo da violência, tanto em sua forma direta como imaginária (brincar de soldado e ladrão, armas de brinquedo, jogos e vídeo games violentos).

³⁷⁰ Huzinga, Johan – *Homo Ludens* – p. 17 – Ed. Perspectiva – 2001.

Visto desta forma, o investimento social na infância e adolescência é fundamental na formação do modo de interpretar o mundo, nas condutas e no *habitus*. Pierre Bourdieu define o *habitus* como

*“...um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas”*³⁷¹

Ou seja, o *habitus* é um mecanismo de mediação entre as práticas sociais e as representações coletivas e desta forma a reprodução do comportamento social passa pela criança e pelo brincar, determinando comportamentos futuros na sociedade.

Uma sociedade que tem no sucesso o objetivo máximo investe nos jogos competitivos, na destreza física; a difusão do esporte escolar nos Estados Unidos (e não há nenhum país do mundo em que o esporte esteja tão difundido na escola) oferece-nos fartas imagens sobre um estilo de vida tão caro àquela sociedade: rapazes ferozes se socando no futebol, massacrando os adversários, assim como fizeram mais tarde nas selvas da Indochina ou estão fazendo nas areias e cidades do Iraque. Este é um bom, e triste, exemplo de como o jogo, os esportes e as brincadeiras refletem valores e indicam caminhos pelos quais as sociedades vão trilhar. Mais que a atividade em si, cabe-nos procurar o sentido destas brincadeiras e jogos.

O antropólogo Koch-Grunberg³⁷², o mesmo que inspirou Mário de Andrade na criação de seu personagem, Macunaíma, acompanhou o seu processo educacional das crianças índias no atual estado de Roraima. Ele percebeu que até os dois anos de idade a criança descansa ao lado da mãe, amarrada em uma faixa de algodão, em contato corporal direto e permanente. Assim a criança é alimentada, dorme, é banhada no rio (duas vezes ao dia, afinal, os hábitos de higiene que temos são uma herança dos selvagens dos trópicos) e a acompanha na plantação e atividades sociais. Isso lhes dá confiança, em uma vida sem violência, gritos ou brigas (alguns “civilizados” diriam: *em uma vida totalmente preguiçosa*). Na medida que os meninos crescem, pais e avós os treinam no arco e flecha; as meninas acompanham as mães, auxiliado-as na plantação, no preparo da farinha, cuidado com os irmãos mais novos (as diferenças entre a

³⁷¹ Bourdieu, Pierre – *A Economia das trocas simbólicas* – p. 50 – Ed. Perspectiva - 2001

³⁷² in *Jogos Infantis, o jogo a criança e a educação* p. 63 – Tizuko Morchida Kishimoto – Ed Vozes, 1993

educação de meninos e meninas são bem distintas, sendo melhor na idealiza-las de uma forma romântica). Esse estilo de vida é que estimula o espírito de cooperação e solidariedade entre as crianças e os adultos em um comportamento absolutamente distinto do que conhecemos, em que o universo lúdico, a recreação e a brincadeira permeiam as obrigações cotidianas³⁷³.

O espaço para o lazer infantil

A casa e a família são a primeira fonte de formação dos interesses em torno do lazer; até o início do século XX a estrutura familiar praticamente provia as necessidades recreativas de seus membros, casas com grandes quintais, as visitas entre familiares³⁷⁴. Em uma recreação familiar a família se mantém mais solidária e as crianças aprendem lições de responsabilidade e consideração com os outros; quando essa recreação envolve a ida a lugares externos, principalmente parques que facilitam a recreação ao ar livre, em amplos espaços, há um incremento ainda maior da união entre os pequenos e os velhos membros da família. O sentido desse processo de integração e educação entre pais e filhos, vai além da própria obrigação familiar, de modo que brincar com os filhos é também uma prazerosa atividade recreativa para os pais.

A desestruturação deste convívio lúdico entre pais e filhos é um elemento de enfraquecimento dos laços familiares, desestruturando padrões de referências com reflexos diretos na violência social. Aqui não estamos entrando especificamente na razão dessa desestruturação, que pode ser resultante de um excesso de trabalho ou mesmo de ausência completa de trabalho, podendo atingir tanto as pessoas mais abastadas quanto as mais pobres. O que nos interessa perceber é que a falta de limites em casa, ou de contato mais fraterno com os mais velhos implica em um comportamento mais violento na adolescência e na idade adulta. E essa violência sem limites, tanto acontece com jovens de classe média (algazarras, brigas sem sentido, pequenas gangues de condomínio, desprezo pelo “outro”), como entre os jovens mais pobres, mas neste caso a sociedade vai criminalizar esses atos de violência.

³⁷³ Para esses povos até mesmo o conceito de trabalho tem um sentido diverso, de modo que é mais apropriado definir atividades como a caça ou trançado como sendo “obrigações cotidianas”.

³⁷⁴ Atualmente, uma moradia de classe média tem até mais atrativos para o lazer, mas esses atrativos são voltados para um lazer individualizado – a TV no quarto, o computador – e, de certo modo, até reforçam o distanciamento e falta de comunicação entre os indivíduos de uma mesma família.

Uma vez que vão desaparecendo as relações mais descompromissadas de acompanhamento do lazer entre as crianças, a sociedade vai criando uma forma de ocupação desse tempo que deveria ser livre. As aulas de judô, iniciação artística, balé... Um ir e vir constante, uma rotina de obrigações e até mesmo de uma super exigência de treinamento das crianças, como aponta João Batista Freire ao analisar os treinamentos obsessivos (e dolorosos) a que as crianças da ginástica olímpica e do balé são submetidas. Um anti-lazer, com atividades rotineiras e obrigatórias. E assim roubamos o lazer de nossas crianças.

Esporte para combater o ócio

Os programas de preenchimento do tempo livre das crianças pobres, em especial, mas não só em relação a elas, comumente reproduzem a seguinte idéia: “*Combater o ócio!*”, “*Tirar a criança da rua*”. Não seria melhor dizer: “*transformar o aprendizado em uma atividade prazerosa e lúdica*”, “*reconquistar a rua como um espaço de convivência e brincadeira*”?

Ocorre que os gestores públicos e formadores de opinião, mesmo que eivados de boas intenções, vão incorporando um pensamento funcionalista para o lazer. Melhor dizendo, vão transpondo a lógica produtivista do trabalho para um tempo de deveria ser livre. São conservadores, portanto. Mesmo que as motivações sejam justificáveis, de cunho social, com jargão esquerdista, essas políticas caminham no sentido do adestramento e da domesticação das pessoas e não para sua verdadeira emancipação.

Esse conservadorismo se distancia de um conteúdo verdadeiramente transformador ao reduzir sua atividade a um mero “*ocupar o tempo*”, dirigindo o pensamento das crianças para objetivos previamente fixados, privando-as do prazer da descoberta por seus próprios meios. No caso do esporte educacional, o que vemos? O modelo da vitória, a busca por medalhas, a ascensão social (e para os pobres e pretos, o esporte é apresentado, ao lado da música, em certa medida, como a única porta de entrada no sistema). São programas de inclusão social na ordem estabelecida e não de questionamento social. Reproduzem a ideologia dominante em um caráter ritualístico e ao mesmo tempo dramático. E nisso não diferem do esporte institucional e espetacularizado, onde os ritos assumem funções sócio-psicológicas semelhantes aos ritos de passagem em que são afirmadas as lealdades a times e as identificações que naquele momento unem pessoas e grupos tão diferentes.

Esse processo ritualístico e identificador é bem percebido quando vamos a um estádio de futebol. Em um dado momento as diferenças desaparecem, todos são torcedores, não importando que estejam na geral ou na cadeira numerada e coberta. Em um estádio vazio a diferença é nítida, há uma cor para cada local, mas quando começa o jogo, só restam as cores dos times em campo. E nesse processo de fusão de cores, o espetáculo esportivo se assemelha a uma peça teatral, envolvendo divertimento e excitação em que cada torcedor se identifica com os atores (jogadores) em campo. Essa é a magia do esporte, ao mesmo tempo sedutora e conformadora. Stanley Parker, faz uma análise comparada entre o esporte e os valores da sociedade:

“O esporte também se relaciona aos valores dominantes em nossa sociedade, e existem provas substanciais de que opera como forma de controle social. Isso se aplica especialmente ao ensino de esportes nas escolas. Desenvolveu-se nas escolas particulares o esporte como “formador de caráter” e a idéia de que o esporte tem “valor educacional” e isso torna-se evidente nas escolas públicas de hoje. Como nos mostra John Hargreaves, as características fundamentais do esporte apresentam uma grande semelhança com os valores políticos. O esporte é essencialmente competitivo, sendo, portanto, um modo efetivo de socialização na moral competitiva da sociedade contemporânea. Sendo uma competição governada por regulamentos, estimula os jogadores a aceitarem a regra do “jogo limpo”, assim como os cidadãos são estimulados a aceitar que os regulamentos da sociedade são neutros e que todos são iguais perante a lei”³⁷⁵.

É assim que o esporte se constitui em um racional instrumento de treinamento, de divisão de tarefas e assimilação das regras do trabalho moderno, bem como de aceitação às normas e ideologia dominantes e neste sentido podemos compara-lo a um processo de educação de massa.

Mas o esporte também pode se abrir a sentimentos de cooperação e solidariedade. Tudo depende do modo de pensar hegemônico, dos sentidos que damos às coisas; ou caminhamos para uma excessiva especialização, competição e busca da vitória a qualquer custo,

³⁷⁵ S. Parker, *A Sociologia do Lazer*, Zahar Editores, 1978, p. 54

valores tão caros à ideologia neoliberal; ou tomamos um rumo diverso, buscando o cultivo de uma nova consciência, mais integrada às necessidades de cooperação e transformação dos valores humanos. E isso começa desde a infância, estimulando a cooperação e proporcionando sensações de encantamento e êxtase, onde a forma e conteúdo do esporte refletem os caminhos que a sociedade aceita como desejáveis. Nós desejamos um caminho de liberdade, que abra horizontes, entrelace programas e una pessoas. Cabe a cada um, ou a todos, escolher o caminho que deseja seguir.

AS TROCINHAS DO BOM RETIRO

Análise sobre o estudo de Florestan Fernandes sobre a cultura infantil

*Palestra apresentada no Primeiro
Encontro Municipal de Brinquedotecas
Abril de 2003*

Apresentação

O primeiro trabalho científico de Florestan Fernandes, “*As trocinhas do Bom Retiro*”, publicado na Revista do Arquivo Municipal em 1943, tratou da cultura infantil ao analisar as brincadeiras, cantorias e folclore entre as culturas. A relevância deste estudo não é simplesmente a de um registro de época, mas também nos permite fazer um estudo comparado entre os gostos infantis e as formas de percepção da realidade que haviam naquela época e as que existem em nosso tempo. No prefácio do trabalho, o professor Roger Bastide assinalava que o estudo do universo infantil é um domínio bastante negligenciado³⁷⁶. “*Há entre o mundo dos adultos e o das crianças, como que um mar tenebroso, impedindo a comunicação. Que somos nós, para as crianças que brincam ao nosso redor, senão sombras?*”³⁷⁷, era a pergunta feita por ele ao mesmo tempo em que propunha que, para estudar a criança era preciso tornar-se criança, penetrando “...além do círculo mágico que dela nos separa, em suas preocupações, suas paixões, é preciso viver o brinquedo” qualidade que ele atribuía ao trabalho do jovem Florestan, que viria a ser um dos mais notáveis sociólogos brasileiros. Além do bairro do Bom Retiro, o estudo analisou casos nos bairros da Lapa, Bela Vista, Brás e Pinheiros.

As cantorias e “trocinhas” foram escolhidas por refletir o desejo de brincar, estando associadas à recreação infantil. Nessas trocinhas vai se criando um ambiente de “...*compreensão comum e amizade*” que expressa o primeiro estágio de uma consciência grupal (que se revela em intolerância, no caso de elementos estranhos ao grupo). É nessa fase inicial que os jogos e rodas infantis tem particular influência.

³⁷⁶ De certa forma, sessenta anos depois, ainda tem um longo caminho a percorrer.

³⁷⁷ Bastide, Roger, prefácio às *Trocinhas do Bom Retiro* – Revista do Arquivo Municipal - 1947

Identificando brincadeiras e comportamentos

Na São Paulo dos anos 40 havia uma clara distinção entre as brincadeiras de meninos e de meninas. Essas preferiam as brincadeiras “*Bom dia meu senhorio*”, “*casinha*”, “*comidinha*”, “*papai e mamãe*” e desta forma as meninas iam sendo apresentadas às casas das outras, e vice versa, desencadeando um processo de identificação e socialização entre elas. O local preferido para brincadeiras era o quintal.

Os meninos preferiam os “*jogos de bate bola*” e a socialização entre eles acontecia com a formação de um “*timinho*”, normalmente de pouca duração. Pela própria natureza do jogo, que dependia de campos abertos, alguns próximos ao Tietê e Pinheiros, na várzea desses rios³⁷⁸. Essa preferência por brincadeiras de natureza física, incluindo a natação (àquela época era possível nadar em rio), permitiu que os meninos fugissem um pouco das brincadeiras de natureza folclórica, mas que era retomado nas brincadeiras de “*pegador*”, “*barra manteiga*”, “*pula-mula*”, etc...

Como ponto de semelhança entre os grupos de meninos e meninas está o fato de que ambos se organizavam pela identidade de vizinhança. Esse foi o primeiro contato que os pequenos paulistanos estabeleceram com o seu meio social; um contato livre e íntimo. A iniciação era feita entre as crianças ligeiramente mais velhas e as menores, sendo que a distinção entre gênero eram as mais rígidas, conforme verificamos na seguinte trocinha:

*“Home com home
Muié com muié
Faca sem ponta
Galinha sem pé”*

Aos que desobedeciam a regra, a pecha de “*mariquinhas*”, “*maricas*”, “*veado*”, “*fresquinho*” ou “*muleconas*”, para as meninas. Essa forma de segregação com designações pejorativas expressava uma “*desaprovação real dificilmente contornável*”³⁷⁹, fazendo com que relações entre pessoas de sexo diferente fossem encaradas como “*coisas puramente individuais*”

³⁷⁸ A ida aos campos de várzea era mais habitual entre as crianças mais velhas; as menores jogavam nos “campinhos” de vizinhança.

³⁷⁹ Fernandes, Florestan – *As trocinhas do Bom Retiro* – p. 27 in. Revista do Arquivo Municipal - 1947

ou de conquista (namoro por exemplo)”³⁸⁰. O agrupamento das meninas acontecia em torno de habilidades femininas “*fazer comidinha*”, “*trocar roupinha*” sendo essencialmente sedentário. A própria liderança no grupo não era tão ativa quanto nos grupos de meninos, sendo mais de animação de brincadeiras do que de direção. No caso dos meninos, em que a ênfase era em torno do time de futebol – mesmo que efêmero- a distribuição de atividades implicava em uma maior concentração de liderança, divisão de trabalho e espírito grupal, sendo comum a existência de um presidente. Do mesmo modo, a competição entre grupos era muito mais acentuada entre meninos que entre meninas. Nos anos sessenta, a personagem de histórias em quadrinhos, Mônica, começa a expressar uma mudança nesse tipo de comportamento, com a menina assumindo um papel mais ativo; no entanto, vários são os momentos das estórias em que o Cebolinha chama a Mônica de “*mulecona*”.

A observação de campo no Bom Retiro apontou para relações mais estáveis entre os grupos de meninos, transformando essas relações entre meninos da rua em amizades futuras quando eles já estão na idade adulta:

*“O resultado é que hoje, homens feitos, reúnem-se do mesmo modo que antigamente, variando apenas as suas preocupações”.*³⁸¹

Entre as meninas a continuidade dessa relação de amizade na idade adulta abava se dissolvendo em função da própria natureza da organização das brincadeiras. Outra característica que diferenciava esses dois grupos era em relação ao domínio do espaço público, pois entre os meninos era bem mais amplo “*...no meio das ruas, nas calçadas, nos campos, nos terrenos baldios, nos quintais grandes, etc...*”³⁸²) do que entre as meninas, pois essas “*...geralmente não passam das calçadas ou dos quintais de suas casas*”³⁸³. Por outro lado, o predomínio das meninas nos jogos cênicos³⁸⁴ (*Juliana, Orangandão*) era muito mais evidente.

³⁸⁰ Idem, p. 26

³⁸¹ Idem, p. 29

³⁸² Idem

³⁸³ Idem

³⁸⁴ Jogos mais complexos que as brincadeiras de roda, que exigem a definição de personagens e a distribuição de papéis.

O aprendizado das brincadeiras

Uma pergunta constante do trabalho dizia respeito à origem do aprendizado da brincadeira, com quem a criança aprendeu. Inevitavelmente, a resposta era uma só: “*aprendi na rua*”. Ou seja, antes mesmo dos estudos de Airés e Brougère, Florestan Fernandes já tinha constatado que a cultura infantil contém elementos provenientes da cultura adulta, mas a sua transmissão é feita entre as próprias crianças, num constante processo de reprodução de conhecimentos onde a criança de 10 anos orienta a brincadeira da de oito, que introduz a criança de sete e assim por diante. Essa característica faz com que uma pequena interrupção nessa passagem de conhecimentos já seja suficiente para o definhamento e sumiço da própria brincadeira.

Analisando a origem dos folguedos e brincadeiras, Florestan Fernandes percebe que a maior parte deles tem origem na cultura ibérica, em romances antigos. E essa linha horizontal de ligação com o passado se constitui em um acervo cultural do grupo infantil sendo despersonalizada pela duração no tempo, assim como pelas sucessivas transmissões de regras e funções. Esse processo consiste muito mais em uma transmissão de experiências e conhecimentos do que em uma imitação ou cópia de quem quer que seja. O que importa nesse processo, são os traços de conduta, as idéias e representações, essas sim, que mantêm correspondência com a vida dos adultos. Melhor dizendo, ao brincar de casinha a criança não está imitando a “sua mãe”, o “seu pai” mas à função social de mãe, ou de pai, em sentido abstrato, genérico. O estudo revelou que o processo de socialização através do brincar era elaborado no interior do próprio grupo infantil, onde crianças ensinavam crianças, passando conhecimento entre crianças e através das brincadeiras.

Mas esse foi um estudo desenvolvido nos anos 40, quando ainda nem havia televisão. Mesmo assim já se percebia que muitas trocinhas estavam desaparecendo da cidade, quebrando essa linha de transmissão de conhecimentos. Correndo no tempo, vindo ao ano 2.000, o que vemos?

Os adultos, é claro, lamentam-se do sumiço das brincadeiras de seu tempo de criança. Criticam a televisão, propõem o “ensino” de brincadeiras tradicionais nas escolas... Lamentam, lamentam e lamentam. Mas quem criou essa ruptura? Quem tem filho pode perceber esse processo. São os pais que ensinam as cantigas de roda às crianças? Normalmente não, ou quando isso acontece, a eficácia é bem precária. O que é comum é a criança ter aprendido a brincadeira

com outra criança. Mas nós cortamos essa linha de transmissão, de contato entre as crianças. Desde cedo as crianças desenvolvem um lazer solitário, em frente à televisão. Depois são as obrigações, frequência à escola desde o primeiro ano de idade. E as escolas, e pré escolas estão cada vez mais preocupadas com o rendimento, a evolução da criança, a alfabetização precoce, o domínio de conteúdos. Não há tempo para brincar. O tempo para o Recreio é curto, na saída menos ainda. Depois da escola, algum compromisso. Para as que já estão com seis ou sete anos, os deveres de casa. No descanso a TV e as crianças se encontram cada vez menos. Assim foi se rompendo a linha de transmissão da cultura infantil.

O papel socializador do folclore infantil

De um modo geral, o estudo se deu conta de que esses grupos infantis se orientavam por *padrões democráticos de conduta* e que era comum encontrar agrupamentos mistos no que diz respeito à origem social das crianças. Cabendo ressaltar que essa conduta era muito mais comum entre meninos de origem proletária e os situados nos seguimentos mais pobres da classe média, do que os encontrados entre garotos ricos e os estratos mais altos da classe média. Essa conduta democrática também foi percebida em relação à nacionalidade dos pais e, apesar da troca de “xingações” (judeus por “gambás”; *brasileiro macaco*, em resposta; *ferro velho* para espanhóis; *carcamano, bucheiro*, para italianos; “*tiçuno*”, “*pau de fumo*” para negros; “*Tekago na Kara*”, “*Japão*” para orientais) essas eram insuficientes para que se cortassem relações. No entanto, esse padrão democrático de conduta, que acolhia no mesmo grupo crianças com pais de várias nacionalidades, foi insuficiente para o estabelecimento de uma cultura infantil com raízes em diversas nacionalidades, havendo uma clara predominância ibérica, notadamente de Portugal.

Grupos de meninas e meninos por origem de nacionalidade (dados de 1940)

	Estrangeiros	Brasileiros
Mães	64%	36%
Pais	71%	29%
Filhos	1%	99%
Filhas	5%	95%

Fazendo um cruzamento entre as brincadeiras infantis -com forte predominância cultural Ibérica- e a origem imigrante da maior parte das meninas e meninos entrevistados, Florestan Fernandes chama atenção para o fato de que

“não registramos nenhum jogo, nenhuma ronda, nenhuma forma de seleção, nenhuma ronda, nenhuma forma de seleção, nenhuma peça, enfim, que denunciasse, no folclore infantil, a contribuição de elementos alienígenas. E lembremo-nos, a percentagem de pais estrangeiros é elevada!”

No caso dos italianos, em que há uma presença predominante na origem das crianças, contou que a contribuição à cultura infantil restringia-se a alterações morfológicas, de pronúncia ou mesmo incluindo palavras italianas à estrutura geral das brincadeiras. *“Mas isso não é uma contribuição propriamente dita, porque não se traduz na transmissão de novos valores ou na justaposição de novos elementos aos outros, anteriores”*³⁸⁵, observava ele.

A discussão sobre o papel socializador dos elementos do folclore infantil ganha relevância na medida em que são esses os elementos que compõem o acervo cultural, e lúdico, das crianças, sendo característicos da tradição oral que constitui o ambiente moral em que as crianças –futuros adultos- se formam. Ou seja, no lugar de um choque entre culturas nacionais, o que ocorreu foi uma aceitação integral da cultura infantil já estabelecida, ao que Florestan interpreta como sendo...

*“um papel integrador do folclore infantil, pois ele representa uma linha horizontal vinda do nosso passado, com ligeiras modificações em superfície, meramente formais, e não em profundidade, de conteúdo, não implicando conseqüentemente, sensíveis transformações nas atitudes dos indivíduos”*³⁸⁶.

Esse trabalho etnológico referia-se essencialmente a bairros com forte presença de imigrantes, mesmo assim o autor apresenta indagações na tentativa de encontrar identificações com outros elementos constitutivos básicos da formação cultural brasileira: o índio e o negro. Em relação ao índio percebe-se que se houve uma efetiva contribuição no campo da lingüística (e a

³⁸⁵ Fernandes, Florestan, *As Trocinhas do Bom Retiro*, p. 117

³⁸⁶ Idem, p. 117.

cidade de São Paulo é repleta de referenciais indígenas em seus principais marcos: vale do *Anhangabaú*, rio *Tamanduateí*, *córrego do Ipiranga*...) da culinária e mesmo da cultura espiritual (tradições, lendas, etc...), o mesmo não ocorreu em relação ao folclore infantil. Como constatamos anteriormente, a transmissão de conhecimentos na cultura infantil acontece entre elas mesmas, havendo necessidade de um íntimo vínculo –etério, inclusive- para que uma determinada tradição seja transmitida e no caso dos índios, a possibilidade de uma continuidade cultural foi absolutamente cortada³⁸⁷.

Em relação às influências africanas, o trabalho de Florestan também encontrou poucos elementos, o que, de certa forma, chama a atenção pois...

*“...o preto por sua vez, deveria ter influído bastante; o tipo de relações estabelecidas entre senhores e escravos, entre brancos e negros (contatos íntimos) e sua continuidade no tempo e no espaço, pelo menos colocam esse elemento em situações propícias para influir profundamente na vida social do grupo. E no campo da cultura infantil, a influência das mucamas poderia ter deixado traços ainda hoje visíveis; mas tal não sucedeu, pelo menos entre nós”.*³⁸⁸

O único elemento percebido com mais constância nas rodas e trocinhas infantis e relacionado à influência negra era “*o homem do saco*”, uma espécie de quibungo, inferia Florestan. Mesmo reconhecendo que essa conclusão seria polêmica, ele a sustenta salientando que

“...mesmo que tenha havido influências africanas no campo da cultura infantil, estas não se fixaram, porque não houve um mecanismo social que as transmitisse, de geração à geração, estabelecendo sua continuidade e garantindo-lhe seu lugar na tradição do grupo.”

³⁸⁷ Cabe lembrar que a simples modificação no fraseado das composições, ou mesmo a incorporação de temas da cultura indígena, ou de outros povos, ao repertório infantil só podem ser caracterizados enquanto transmissão de cultura, se vierem acompanhados de uma efetiva transmissão de valores, o que não acontece (lembremo-nos das crianças que brincam de índio imitando o esteriótipo do apache dos filmes de Hollywood) e as pequenas mudanças de palavras dizem mais respeito ao próprio ambiente social.

³⁸⁸ Idem, p. 118

Ou seja, faltava um mecanismo transmissor, uma solução de continuidade, interna aos próprios grupos infantis. Como já vimos, esse processo de transmissão cultural entre as crianças era feito por elas mesmas, e com diferenças etárias muito próximas, de tal modo que a simples ruptura de contato entre as crianças já era suficiente para essa perda ou esquecimento. Em uma cidade que vivia uma rápida urbanização e industrialização essa descontinuidade era bastante possível. De qualquer modo uma das mais comuns canções de roda, e que persiste até hoje, “*Se essa rua fosse minha*”, é uma adaptação de uma variante pernambucana com forte influência negra³⁸⁹:

*“Si o Recife fosse meu
Eu mandava ladrilha
Com pedrinha de diamante
Pra cambinda pesseá”*

Mas essa influência não pode ser dada como única, na medida em que também é encontrada na versão portuguesa:

*“Pedrinhas de minha rua,
hei de vos mandar picar
com biquinhos de alfinetes
para o meu amor passar”*

Confirmando a hegemonia cultural portuguesa no processo de transmissão de cultura entre as crianças, pelo menos até a primeira metade do século XX, após isso as transformações foram muito mais complexas, Mário de Andrade desenvolveu um amplo estudo em torno da influência portuguesa no folclore infantil. Esse estudo o levou a afirmar que “*se no canto do adulto já criamos uma música bem étnica, a roda infantil brasileira como texto e tipo melódico permanece firmemente européia, e particularmente portuguesa*”.³⁹⁰.

³⁸⁹ De acordo com estudos de Arthur Ramos *O Folclore Negro no Brasil – Civilização Brasileira – 1935* e do próprio Florestan em artigos publicados no jornal Estado de São Paulo – *O negro na tradição oral – 1/7/1943*.

³⁹⁰ *A influência Portuguesa nas rodas infantis no Brasil*” p.95 in *Música, doce Música - 1933*

A mais popular das brincadeiras de roda era, e continua sendo: “*Ciranda, cirandinha*”, de origem portuguesa, assim como “*batatinha quando nasce*” e “*cetim*”. Na conclusão do trabalho, Florestan percebeu que

“...os grupos infantis se apresentam como verdadeiros grupos de iniciação, introduzindo os imaturos no sistema de valores da sociedade...(tratando-se)...de uma introdução experienciada...(em que)...as diversas transições que os indivíduos devem fazer durante sua vida são facilitadas por essa formação. O indivíduo é preparado empiricamente para passar da primeira para a segunda infância, desta para a adolescência, etc..., suavemente”.

Concluindo. A reprodução social através da cultura infantil das rodas, troças e brincadeiras é garantida graças aos próprios grupos infantis que se encarregam de transmiti-las às crianças imediatamente mais jovens. E é na fase infantil que reproduzimos uma série de conceitos, normas e condutas de comportamento futuro. Quem quiser mudar (ou manter) a sociedade, que garanta mais espaços para que as crianças se encontrem e se envolvam em sua cultura.

OS PARQUES INFANTIS NA GESTÃO MÁRIO DE ANDRADE

Um breve estudo sobre gestão pública, infância, lazer e aprendizagem

- “Escola! Alto!”

Pararráaaa...

- “Não prestou! Escola!...”

Mário de Andrade tinha um conceito muito crítico em relação ao ensino formal e isso pode ser percebido em vários de seus poemas. Sua opinião sobre o sistema de ensino era bem ácida:

“...o que há talvez mais admirável na pedagogia contemporânea é o seu caráter, por assim dizer, antipedagógico; justamente o engurgitamento da massa mais oculta de estudantes, nivelando-os à dantes melancólica elite professoral, pelo respeito às suas qualidades tendências próprias, de massa e de sombra.”

Quando foi diretor de Cultura, Educação e Recreação da Prefeitura de São Paulo, entre 1935 e 1938, teve a oportunidade de apresentar uma outra proposta pedagógica, uma pedagogia infantil macunaímica. Ele estava à procura da identidade nacional (como vimos nas fugas espetaculares de Macunaíma) e buscava pontes para um Brasil novo. Encontrou nos Parques Infantis a ferramenta para formar pessoas livres.

O Parque Infantil foi inaugurado antes da gestão Mário de Andrade, no parque Dom Pedro, em 1929 e era destinado a atender crianças de famílias operárias. No entanto, foi a partir de 1935 que eles se transformaram em uma original experiência educacional para a época. Diferente de uma escola formal (as escolas públicas regulares eram de responsabilidade dos governos estaduais e não das prefeituras), as crianças poderiam freqüenta-la livremente, em seu tempo de lazer pós aulas obrigatórias. Entre 1935 e 1943 São Paulo abriu 6 novos Parques Infantis e que funcionaram sob esse modelo. O modelo era o de uma Praça Pública cercada e com atividades orientadas, com ampla área livre. Uma rua. A rua tem (tinha) essa dimensão de se constituir em um espaço de convivência e aprendizado onde o controle social é mais flexível, mais distante dos olhares dos pais. O Parque Infantil era um ponto de encontro e convivência para as crianças, um permanente “Recreio”.

Ana Lúcia Goulart, professora da faculdade de educação da Unicamp, fez sua tese de doutoramento sobre essa experiência e aqui recomendamos sua leitura. Ela constata que:

“Embora não existisse currículo por disciplinas, e nem uma preocupação em alfabetizar ou transmitir conhecimentos escolares, não podemos negar que os fundamentos do ‘ensino de história’ adequados à faixa etária em questão estavam sendo desenvolvidos. O Parque Infantil estava muito mais voltado para o conhecimento artístico e a produção cultural. De fato, as crianças brincavam o dia todo, muitas vezes eram brincadeiras orientadas e tantas outras propiciavam, através do lúdico, reviver as tradições nacionais, manifestas artisticamente através do desenho, da dança, etc...”³⁹¹

No Parque Infantil as crianças passavam a maior parte do tempo brincando e usufruindo o espaço externo, muito mais estimulante que as salas e áreas internas. Desta forma acontecia um aprendizado mais espontâneo vinculado à vontade inata de brincar. Uma outra diferença em relação ao ensino formal, esse com a preocupação de impor produtividade e ritmo no aprendizado, era de que crianças de diversas faixas etárias brincavam, e aprendiam, juntas. Iam ao Parque Infantil crianças com até 12 anos e seu dia era centrado nos jogos, brincadeiras e folclore brasileiro. Em 1937 foi criado o Clube de Menores Operários, para jovens e adolescentes entre 12 e 21 anos, com programação noturna.

A gestão dos Parques não foi propriamente de Mário de Andrade, mas do diretor de recreação, Nicanor Miranda, que deveria seguir as suas orientações. Como havia uma intensa atividade em torno do folclore, o diretor do Departamento de Cultura, Mário de Andrade, faz a seguinte recomendação:

“A criança aprende a sua roda em casa ou na rua e vai encontra-la na escola com modificações de palavras e deformações de sentido. Fica-lhes assim a atenção chamada justo para as palavras e as idéias possivelmente imoralizadoras; cria-se-lhes um fundo de malícia e ao mesmo tempo de hipocrisia, porventura mais prejudicial do que as próprias canções” (A Marujada)

³⁹¹ GOULART DE FARIA, Ana Lúcia – *Educação pré-escolar e cultura*, pg. 200 – CORTEZ, Editora, 1999

Era o aprender brincando, colocado dentro do próprio universo infantil, onde o educador tinha o papel de orientador, estimulador, de atividades elaboradas pelas próprias crianças. O documento da divisão de Recreação do departamento de Cultura, em 1937, fazia a seguinte avaliação das atividades dos Parques:

“A educação física, os jogos, a música o canto, o bailado, a biblioteca e os festivais resumem as atividades mais comuns no programa de recreação. A assistência médica, a distribuição do copo de leite (140 ml) e as frutas tem trazido real proveito aos pequenos anêmicos e desnutridos. Os serviços de assistência, educação e recreação vêm produzindo assim, os resultados previstos. A freqüência aumenta de ano para ano, sendo que, em 1936, os 3 Parques acusaram entradas num total de 782.294³⁹².”

O Dep. de Cultura e Recreação está cuidando da construção de Parques Infantis em todos os bairros da cidade. Dess’arte, as crianças paulistanas terão logradouro público nos quais, pelos mais modernos princípios da recreação, se visará à formação da sociedade de amanhã, baseada no fortalecimento constante da consciência nacional e dos ideais da solidariedade humana”.

E estas atividades estavam baseadas em um conjunto de considerações formalizadas no Ato Municipal de número 767 do Departamento de Cultura e que foi publicado em 1936.

“Considerando....

...que as forças morais e espirituais de uma Nação dependem, em parte, da maneira pela qual são aproveitadas pelos cidadãos, em suas horas de descanso, e que é por isso necessário despertar , nas novas gerações, o gosto e criar o hábito de empregar seus lazeres em atividades saudáveis de grande alcance moral e higiênico;

...que as atividades lúdicas exercem uma função importante no processo educativo e social, podendo considerar-se os grupos de jogos como os construtores essenciais da vida social, e a fonte dos primeiros ideais e impulsos sociais, como solidariedade, a comunicabilidade , a cooperação;

³⁹² Como não havia inscrição regular, a contabilização da freqüência era feita somando-se dia a dia.

...considerando que as praças de jogos para crianças, organizadas como meios de preservação social e educação sanitária, tem contribuído eficazmente, em toda parte, para a educação higiênica e social das crianças, proporcionando-lhes oportunidades e meios de recreação ao ar livre, estreitando o convívio de crianças de todas as classes sociais;

...que os Parques de recreio e de jogos inspirados nesse ideal de promover o bem-estar da infância que a desenvolve freqüentemente em más condições higiênicas e morais, constituem, sobretudo em bairros pobres, um meio poderoso de derivar as crianças de focos de maus hábitos, vícios e criminalidade para ambientes saudáveis e atraentes, reservados aos seus divertimentos e exercícios, sob o controle dos poderes públicos;

...que nas cidades industriais como São Paulo, em pleno crescimento a densidade da população, a valorização crescente dos terrenos, o movimento cada vez mais intenso nas vias públicas e as construções de casas apartamentos e de habitações coletivas concorrem para limitar cada vez mais, senão subtrair às crianças, espaços ao ar livre, pátios, terreiros e jardins de que necessitam para seus jogos, exercícios e divertimentos”

Um conjunto de considerações (seleccionamos apenas as mais expressivas) bastante coerente com a trajetória macunaímica, de um herói que vai descobrindo os seu caráter nas fugas e no enfrentamento ao gigante Piaimã. Acima de tudo uma busca pelo respeito à capacidade criadora do ser humano. E ao estender esse respeito à criatividade das crianças estamos, na verdade, aprendendo a não sufocar a nossa própria criatividade (ao menos o que sobrou dela). Esse era o ideal do Parque Infantil era: ao recuperar (ou dar vazão) à cultura das crianças e ao fazer isso “...nos transformar de especulativos em especuladores, não esquecendo de mudarmos para uma atitude interessada diante da vida contemporânea, participando do amilhoramento político-social do homem, enfim, marchando com as multidões”. Era o Mário de Andrade sonhador e idealista que falava na condição de gestor público.

E os atos administrativos da prefeitura de São Paulo da época também incorporaram uma explícita preocupação com o brincar:

(...)

c)..orientar as atividades recreativas das crianças e velar sobre elas sem lhes perturbar ou ameaçar a liberdade e espontaneidade nos jogos que forem admitidos

d) ensinar a prática dos jogos infantis, participando com as crianças nas atividades lúdicas e educativas. (Ato 767; art. 9),

E essas preocupações se expressaram em um conjunto de atribuições do Parque Infantil, como podemos perceber no Ato de número 861, art. 49:

Cabe ao Parque Infantil...

...propagar a prática de brinquedos e jogos nacionais, cuja tradição as crianças já perderam ou tendem dia-a-dia a perder;

...promover prática de todos os jogos que, pela experiência universal, forem dignos de serem incorporados ao patrimônio dos inspirados nas tradições locais e nacionais;

...promover, com a colaboração do corpo docente das instituições escolares municipais, estaduais e particulares, um inquérito permanente de pesquisas folclóricas e, mais geralmente, etnológicas, entre a população escolar, recolhendo assim as tradições de costumes, superstições, adivinhas, parlendas, histórias, canções, brinquedos, etc..., sendo os resultados desses inquéritos devidamente selecionados, organizados e catalogados em seções distintas e publicados na Revista do Departamento.”

A doutora em Educação, Ana Lúcia Goulart fez um levantamento sobre a programação cotidiana dos Parques Infantis. Era esse o dia a dia das crianças

“Teatrinho; desenho; marcenaria; jardinagem; modelagem; trabalhos manuais (bordados, tapeçaria); exposição do trabalho das crianças; valsa; dança indígena; recorte de gravuras; bailado da Nau Catarineta; leitura; biblioteca; prateleira de livros; reunião da diretoria do clube; eleição – votação e eleição - ; aparelhos; carrossel; joguinhos – apanhar o lenço, corrida com batatas, pulo do canguru-; voleibol; balanço; passo de gigante;

escorregador; jogo de construção; gangorra; pingue-pongue; tanque de areia; jogos tranqüilos; jogo de damas, dominós; fila indiana; preparativos para ginástica; ginástica com bastões, roda, corrida; banho de sol”³⁹³

Essas foram as bases da passagem de Mário de Andrade pela gestão pública. É claro que houve contradições, ele era um homem de esquerda, apesar de não ter vínculo partidário, em um governo conservador, apesar de ilustrado, como era o governo do prefeito Fábio Prado. Para esses, o Parque Infantil seria um espaço para o controle e amoldamento do comportamento das crianças de origem operária, em que o atendimento à criança era visto por um olhar utilitário, de funcionalidade capitalista, ou para a preparação ao trabalho ou pela assistência à mãe trabalhadora, que assim era liberada para o trabalho, como bem aponta a dissertação de mestrado de Ana Carolina Bonjardim³⁹⁴. Mas durante a gestão de Mário de Andrade, não foi essa política que prevaleceu e ele aproveitou a oportunidade de estar no governo como uma oportunidade para se aproximar de seu povo, lançando projetos em uma escala que seria impossível sem a presença do Estado. A primeira vez que o Teatro Municipal foi aberto para um recital para trabalhadores foi em sua gestão, assim como a grande biblioteca que leva o seu nome, a discoteca, as expedições etnográficas... Também houve frustrações e amargura e essas o poeta levou consigo até o final de seus dias.

Mesmo depois de sua saída, o chefe da divisão de recreação, Nicanor Miranda, depois considerado traidor por Paulo Duarte e outros intelectuais progressistas que passaram por aquela experiência de governo, continuava expressando um pensamento, digamos assim, contaminados pelos poemas marioandradinos. Em 1938, por ocasião da inauguração do Parque Infantil de Santo Amaro, pronuncia um discurso com a clara intenção de polemizar com escola e seu método de colocar na “forma” o aprendizado infantil:

“A escola é o lugar onde a criança tem que ficar sentada, bem quietinha, quatro horas por dia, nove meses por ano, absorvendo abstrações e sem a prática da experimentação. Tudo se passa como se o interesse da criança gravitasse em torno dos livros, silêncio, passividade, inatividade. A escola é ainda individualista, na

³⁹³ GOULART, Ana Lúcia – *Educação pré-escolar e cultura* – Cotez Editora, 1999

³⁹⁴ Ver *Na rua a troca, no parque a troca, Parques Infantis na cidade de São Paulo na década de 1930-* dissertação de mestrado de Ana Carolina Bonjardim – Faculdade de Educação, USP.

época em que vivemos, não se propondo a ensinar cooperação, iniciativa ou autodireção ou a arte de fazer amigos e dirigir os outros. Violando as leis do desenvolvimento físico e psíquico, prepara homens sem iniciativa, sem vontade, sem idéias. Forma pulmões e corações débeis, braços e pernas macilentos e debilitados; gerando na criança uma anemia e uma constituição acanhada e incompleta.

Esqueceu-se que o objetivo da escola não é formar sábios e sim homens e mulheres fortes, bem constituídos, bem equilibrados, capazes de sustentar o peso do trabalho e afrontar a luta pela vida numa civilização complexa como a nossa. (...)

A escola não é, pois, o sistema ideal de cultura infantil. Um outro sistema precisa, não diremos substituí-la, mas completa-la. Um sistema que tome a criança como ela é(...).Esse sistema é o Parque Infantil”³⁹⁵

Os Parques Infantis continuaram existindo com gestão independente do sistema de ensino até o início da década de 1970, quando foram absorvidos pela Secretaria de Educação. Mas ainda hoje seriam considerados como uma proposta educacional de vanguarda, verdadeiramente libertadora:

“Provavelmente, pelo seu caráter educacional completamente diferente do das pré-escolas, no Parque Infantil as crianças passavam a maior parte do tempo brincando e usufruindo do espaço externo bastante grande. Essas são mais duas características importantes para o professor levar em consideração na hora de planejar a rotina diária: tempo e espaço. Até hoje, a pouca importância dada às brincadeiras e à respectiva construção do conhecimento pela criança, faz com que essas duas características sejam negligenciadas, em detrimento das atividades internas, de sala de aula”³⁹⁶

Essa é outra herança que Mário de Andrade nos legou. Mas parece que também a perdemos.

³⁹⁵ Apud. Ana Lúcia Goulart – *Educação pré-escolar e cultura* – Cortez Editora, 1999

³⁹⁶ GOULART DE FARIA, Ana Lúcia – *Educação pré-escolar e cultura*, pg. 215 – CORTEZ Editora, 1999

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estrela de brilho inútil. Talvez o lazer sob uma perspectiva emancipadora também seja visto desta forma. Afinal, tudo em nossa vida é tão utilitário. Não há tempo para a beleza, para a parada, para a contemplação. A utilidade das coisas é tão forte que até o brilho das estrelas foi desaparecendo, tornando-se inútil. E nem percebemos. Não havia tempo para perceber e nem a necessidade de olhar para o céu. As lâmpadas eram mais úteis na iluminação de nossas vidas. Em nosso mundo tudo tem que ter uma função bem definida, e distribuída no tempo e no espaço. Hora para trabalhar, hora para descansar. Lugar para morar, lugar para circular, lugar para recrear e lugar para trabalhar. E quanto mais eficiente for a distribuição de tempos e lugares, melhor para nossas vidas. É o que dizem.

Foi assim que nos dividimos. Perdemos a escala humana a “... *medida que pode ser concebida, pensada, compreendida pelo homem*”³⁹⁷ e a nossa medida passou a ser apenas dominada ou sofrida. *Mãos viajando sem braços, obscenos gestos avulsos*, esse é o sinal de nosso tempo, *tempo de gente cortada*³⁹⁸. E cortados foram os nossos sentidos. Olhos, nariz, orelhas, tato, paladar. Só enxergamos o que queremos ver. Ou o que querem que não vejamos. E nem sabemos quem são esses que não querem. Apenas dizemos, que alguém não quer. Assim nos justificamos para não ir a lugar algum.

Caminhamos no meio da multidão e estamos sós. E até encontramos máquinas úteis para nos deixarem ainda mais sós. O carro, a trava elétrica, o vidro escuro. De casa para o trabalho, do trabalho para o shopping, do shopping para casa, de preferência com grades e cerca elétrica. Mas tem os sem trabalho, esses nós não vemos. E também os sem futuro, que vemos menos ainda. Tem os que trabalham muito e ganham pouco. São úteis, mas também não precisam ser vistos.

E nem é necessário vê-los. Temos tantas coisas para nos ocupar. O Fast food, o home theater, o carro do ano. E a nova moda. E a moda mais nova que a anterior. E essas modas contaminam todos, inclusive os que não podem pagar por elas. É preciso ganhar dinheiro, muito dinheiro. Não há tempo para parar. Ou quando se pára, é para ganhar mais dinheiro. Um pequeno

³⁹⁷ ARGAN, Giulio Carlo – *Crise da arte, crise do objeto, crise da cidade- in.* História da Arte como História da Cidade, pg. 214 – Martins Fontes, 1998

³⁹⁸ DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos – poema *Nosso Tempo*

descanso para recompor energias em um mundo que exige produtividade. E mais dinheiro. *“Dinheiro que transforma as forças humanas reais e naturais em idéias meramente abstratas e, portanto, em imperfeições. Lealdade em vício, vício em virtude, escravo em senhor, senhor em escravo, ignorância em razão e esta em ignorância”*³⁹⁹.

Vulgaridade, esse é o retrato de nosso tempo. Pura vulgaridade em um mundo que precisa encontrar utilidade em tudo. E o grande objetivo das coisas úteis é o lucro; o dinheiro gerando mais dinheiro em uma voz que fala cada vez mais alto. Assim as vítimas também se transformam em vilões e em vítimas novamente. E amaldiçoam os seus dias de trabalho pesados e competitivo. Suas lealdades desfeitas, amizades irreais. Mas diariamente essas mesmas pessoas continuam fazendo o que não gostam. É preciso ganhar dinheiro.

Ninguém pode alegar que não sabia do que se passava. As pessoas sabiam que o rio cheirava mal e a sua atitude foi parar de cheira-lo. As pessoas viam seus colegas perderem o emprego e a atitude foi fingir de que não era com elas. As pessoas vêem as crianças brotando nas esquinas e a atitude é dizer que não são seus filhos.

E as redes de solidariedade se desfazem. Os que permanecem no trabalho se aviltaram ou se aviltarão. Colegas que se odeiam. Outros preferem ser invisíveis, que os deixem trabalhando em um cantinho qualquer. Se o trabalho é ruim, pior a falta dele. E a cada manhã mais um novo dia de sacrifício. Que identidade pode-se construir ao lado de gente que se odeia?

O trabalho mudou. Sobreviveram os mais fortes, os mais adaptáveis. Essa é a marcha inexorável do mercado. E esse mercado, o gigante Piaimã, continua invadindo cada parte do globo. E não contente, invade cada parte de nosso corpo. E ainda não contente, cada minuto de nosso pensamento. Foi assim que as ideologias se perderam.

E mais forte que a perda de ideologias é a perda de valores de convivência e de solidariedade. Por trás da ideologia, sempre existem os interesses, as representações do mundo e as noções camufladas e essas podem ser refeitas. Mas os valores atravessam as ideologias. E os valores do nosso tempo são o pragmatismo, o oportunismo, o individualismo.

É neste momento que nos faz falta um tipo diferente de lazer, emancipador, libertador. No tempo de lazer as pessoas podem ter um pouco mais (apenas um pouco mais, uma brecha, uma fresta) de liberdade para decidirem o que querem e com quem querem ficar. Não precisam fazer o que não gostam ou ficar com quem não querem. Ou pelo menos não precisam

³⁹⁹ MARX, Karl – Manuscritos Econômico Filosóficos

repetir essa convivência diariamente. Podem escapulir, pensar um pouco mais longe. E de um livre pensamento os valores podem ser recompostos em um outro padrão.

Mães que nunca tiveram emprego, mulheres da periferia, que doam seu tempo por saneamento, saúde ou casa para seus filhos e vizinhos. Pais desempregados que, cansados de procurar emprego, doam seu tempo para ensinar futebol para os seus filhos e os amigos de seus filhos. E não são poucos os que fazem isso. Dizem que o Brasil é um país com poucos voluntários. Pelo contrário, contam-se aos milhões. São encontrados nas periferias, nos cantos mais distantes. Muitas vezes sem os instrumentos necessários para executar adequadamente aquilo que pretendiam. Falta informação, mas sobram valores. Valores de um novo tipo.

E há tanto por fazer com esses valores recompostos. Olhar para os lados. Voltar a ouvir, a cheirar. E depois de ouvir e olhar, acenar. Quem sabe alguém retribui o aceno. Já serão dois. E os dois podem virar milhões. E os milhões podem querer não mais dar o seu tempo para Piaimã. Assim o tempo de trabalho individual pode ir diminuindo. Com menos tempo de trabalho para uma parte, a outra parte pode trabalhar um pouco. E Piaimã vai perdendo força, porque já não domina todo o tempo das pessoas.

Quando as pessoas recuperam um pouco do seu tempo o lazer ganha um novo valor. Ele vale para o indivíduo e vale para a sociedade, mostrando um jeito diferente de fazer as coisas. E também há coisas novas por fazer. No lugar de fazer o que nos mandam, fazemos o que queremos. E com as pessoas sabendo o que fazer e sem medo de querer, Piaimã perde ainda mais força. O brilho da estrela deixa de ser inútil e pode nos indicar um caminho.

Para quem pensava que ócio é não fazer nada, melhor se preparar e gastar muito bem o seu tempo ocioso, pois há muito a fazer. Macunaíma enfrentou Piaimã e venceu; se uniu com seus irmãos, atravessou o Brasil, usou armas que aprendeu na infância. Brincou e teve coragem. Não se deixou enganar e seguiu em frente, até voltar a ser estrela. Ele fez. Macunaíma e seus amigos empregaram o verbo fazer em todos os momentos em que foi necessário tomar uma decisão: “*Sim, Curupira, fez*”; “*Sim, cotia fez*”; “*Essa eu caço! Ele fez*”; “*Ai! Maanape fez*”, “*Ui! Que o herói fez*”; “*Sai azar! O rapaz fez*”; “*Arre que posso te comer, fez*”⁴⁰⁰. Essas são construções constantes na rapsódia de Macunaíma, o herói preguiçoso, que não fugiu à luta e fez.

Em contrapartida, nós, os práticos e utilitários, vivemos adiando nossa felicidade. Nos perdemos na conjugação do verbo no gerúndio, em um tempo que nunca termina. Vamos

⁴⁰⁰ Seleção organizada a partir de levantamento de construções verbais no texto de Macunaíma, in. Cavalcanti Proença – *Roteiro de Macunaíma*, Ed. Anhembi, 1955.

fazendo e não concluímos. Vamos *transferindo* e não alcançamos. Vamos *governando* e não resolvemos. Mas o lucro vai *crescendo, acumulando* nas mãos de poucos.

Se não quisermos o destino de ser alimento para o gigante comedor de gente, melhor romper o cerco e conquistar algum tempo para nós mesmos. E começar bem cedo, encontrando tempo para um lazer diferente que nos dê coragem para enfrentar Piaimã. A fenda, a fresta, é bem pequena e se quisermos encontra-la vai ser em nosso tempo (que deveria ser) livre. Mas antes de começar, melhor estirar os músculos, expandir a mente e, de um jeito bem devagar, alongar os braços e dizer:

-Ai! que preguiça!...

Bibliografia

- ADORNO, Theodor, *Textos Escolhidos, Os Pensadores*; Ed. Nova Cultural, 1999
- ALCÂNTARA MACHADO, Antônio – *Brás, Bexiga e Barra Funda, notícias de São Paulo* – Ed. Itatiaia, 2001
- AIRÈS, Philippe – *História Social da Criança e da Família* – Ed. Guanabara, 1981
- AMARAL LAPA, José Roberto – *Campinas, os cantos e os antros* – Edusp - 1995
- ANTUNES, Ricardo, *Os sentidos do trabalho* – BOITEMPO Editorial, 2002
- ANDRADE, Mário – *Macunaíma* – Livraria Garnier, 2001
- ANDRADE, Mário – *Contos novos e Meditação sobre o Tietê in. Mário de Andrade, Literatura Comentada* – Ed. Nova Cultural, 1990
- ARANTES, Antônio Augusto – *Paisagens Paulistas: transformações no espaço público* – Ed. UNICAMP/Imprensa Oficial, 1999
- ARGAN, Giulio Carlo – *História da arte como história da cidade* – Ed. Martins Fontes, 1998
- ARISTÓTELES - *Poética – OS PENSADORES* – Ed. Nova Cultural, 1999
- ARISTÓTELES - *Ética a Nicômaco* – Ed. Martin Claret, 2003
- Arquivo do Estado, *Memória Urbana*, – Imprensa Oficial, 2001
- ASSIS, Sávio – *Reinventando o esporte* – Ed. Autores Associados, 2001
- AZEVEDO, Carmen Lucia (e outros) – *Monteiro Lobato, furacão na botocúndia* – Ed. SENAC, 1997
- BARTALINI, Vladimir – *Parques Públicos Municipais de São Paulo* – tese de doutorado FAU/USP – 1999
- BENJAMIN, Walter – *Sobre o Conceito de História* – in *Magia e Técnica, Arte e Política* – Ed. Brasiliense, 1985
- BENJAMIN, Walter – *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo* – Ed. Brasiliense, 1994
- BOSI, Ecléa – *Memória e Sociedade* – Companhia das Letras, 2003.
- BOURDIEU, Pierre – *A economia das trocas simbólicas* – Ed. Perspectiva, 2001
- BOURDIEU, Pierre – *Razões práticas sobre a teoria da ação* – Papyrus Editora, 1994
- BOTTOMORE, Tom – *Dicionário do Pensamento Marxista* – Jorge Zahar Editor – 1988.
- BRESCIANI, Maria Stella – *Londres e Paris no século XIX, o espetáculo da pobreza* – Ed. Brasiliense
- BRONFENBRENNER, Urie – *A ecologia do desenvolvimento humano* – Artmed, 2002
- BROUGÈRE, Gilles – *Jogo e Educação* – Ed. Artes Médicas, 1998
- BUENO, Francisco de Assis Vieira - *A cidade de São Paulo - recordações evocadas de memória* – Academia Paulista de Letras, 1976.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio – *Visão do Paraíso* – Publifolha, 2000
- CALDEIRA, Jorge (ed.) – *Escolhas sobre o corpo, valores e práticas físicas em tempo de mudança* – SESC, 2003
- CAMARGOS, Márcia – *Semana de 22: entre vaias e aplausos* – Boitempo Editorial, 2002
- CAMINHA, Pero Vaz de – *Carta do Descobrimento- Catálogo da Mostra do Redescobrimento* – São Paulo, 2000
- CANDIDO, Antonio – *Literatura e Sociedade* – Publifolha, 2000
- CARR, E. H. – *A Revolução Russa de Lênin a Stalin* – Zahar Editores – 1981
- CAVALCANTI PROENÇA, Manuel – *Roteiro de Macunaíma*, Ed. Anhembi, 1955
- CHAUÍ, Marilena – Prefácio a *O Direito à Preguiça* – Ed HUCITEC - 2000

CLASTRES, Pierre – *A Sociedade contra o Estado* – in. Modos de Produção na Antiguidade (Jaime Pinsky, org) – Global Editora, 1982.

CUNHA, Antonio Geraldo – *Dicionário Histórico da Palavras Portuguesas de origem Tupi* – Ed. Melhoramentos/UNB, 1978

DEAECTO, Marisa Midori – *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo*- Ed. SENAC, 2001

DEJOURS, Christophe – *A loucura do trabalho* – Ed. Cortez, 2003

DE MASI, Domenico – *A Economia do ócio* – Ed. Sextante - 2001

DE MASI, Domenico - *O ócio criativo* – Ed. Sextante - 2000

DE MASI, Domenico – *Perspectivas para o trabalho e o tempo livre* – in. Lazer numa Sociedade Globalizada – Worldleisure/SESC, 2000

DUMAZEDIER, Joffre – *Questionamento teórico do lazer* – Centro de Estudos de Lazer e Recreação – Pontifícia Universidade Católica do RGS - 1975

DUMAZEDIER, Joffre – *Sociologia empírica do Lazer* – Ed. Perspectiva 2001

DUMAZEDIER, Joffre – *Lazer e cultura popular* – Ed. Perspectiva, 2001

DUMAZEDIER, Joffre – *A revolução cultural do tempo livre* - Ed. Nobel, 1994

ELIAS, Norbert – *A busca da excitação* – DIFEL – Lisboa , 1985

ELIAS, Norbert - *O processo civilizador* – Jorge Zahar Editor – 1990

ELORRIETA SALAZAR, Fernando – *Cusco y el Valle sagrado de los incas* – Ed. Tanpu, 2002

ENGELS, Friedrich – *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* – in. TEXTOS Marx e Engels – Ed Alfa Omega, 1977

FAUSTO, Boris - *Trabalho urbano e conflito social* (DIFEL, 1977)

FEATHERSTONE, Mike – *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade* – Studio Nobel/SESC, 1997

FEATHERSTONE, Mike – *A globalização da mobilidade, experiência, sociabilidade e velocidade nas culturas tecnológicas* in. Lazer numa Sociedade globalizada – SESC, 2000

FERNANDES, Florestan – *As trocinhas do Bom Retiro* – in. Revista do Arquivo Municipal – 1947

FOUCAULT, Michel - *Vigiar e punir*- Ed. VOZES, 1999

FREITAS, Afonso A. de – *Tradições e reminiscências paulistanas* – Ed. Monteiro Lobato – 1921

FREUD, Sigmund – *O mal-estar na civilização* – in. Os Pensadores, FREUD – Ed. Abril, 1978

FROMM, Eric – *Conceito marxista de homem* – Zahar Editores, 1964

FROMM, Eric, - *Psicanálise da Sociedade Contemporânea* - Zahar Editores – 1959

FRÚGOLI Jr., Heitor – *São Paulo; espaços públicos e interação social* – Ed. Marco Zero/SESC, 1995

GASPAR, Ricardo Carlos – *As Fronteiras do possível: trabalho, lazer e civilização* – Ed. Germinal, 2003

GUEDZ, François e GÉRARD Vindt – *Lês Temps de Travail, une histoire conflictuelle* – Editions la Découverte et Syros, Paris, 1997

GIDDENS, Anthony - *Modernidade e identidade* – Jorge Zahar editor, 2002

GOULART DE FARIA, Ana Lúcia – *Educação pré-escolar e cultura* – Ed. CORTEZ/UNICAMP, 1999

GUZZO DECCA, Maria Auxiliadora – *A vida fora das fábricas – cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934* – Paz e Terra – 1987

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence – *A invenção das tradições* – Ed. Paz e Terra, 1984

HOBBSAWM, Eric, *Era dos Extremos*, Companhia das Letras, 1994

HOBBSAWM, Eric – *História social do jazz* – Ed. Paz e Terra, 1996
HOBBSAWM, Eric – *Pessoas Extraordinárias, resistência, rebelião e jazz* - Paz e Terra, 1999
HOLANDA, Sérgio Buarque, *Raízes do Brasil* – Companhia das Letras, 1999
HOLANDA, Sérgio Buarque, *Visão do Paraíso* – PUBLIFOLHA, 2000
HUIZINGA, Johan – *Homo Ludens* – Ed. PERSPECTIVA, 2001.
IBGE – *Estatísticas do século XX* – IBGE, 2003
JEKUPÉ, Olívio – *Verá o contador de histórias* – Ed. Peirópolis/Palavra de Índia, 2003
JEKUPÉ, Olívio – *Arandu Ymanguaré (sabedoria antiga)* – Ed. Evoluir, 2003
LAFARGUE, Paul – *O direito à preguiça* – Ed. Claridade, 2003
LÉVI-STRAUSS, Claude – *Tristes trópicos* – Companhia das Letras, 2001
LUCENA, Ricardo de Figueiredo, *O esporte na cidade* – Ed. Autores Associados, 2000
KLIASS, Rosa – *Parques Urbanos de São Paulo* – Editora PINI, 1993
MARCELLINO, Nelson Carvalho (org) - *lazer e esporte* – Ed. Autores Associados, 2001
MARCELLINO, Nelson Carvalho – *Lazer e Educação* – Ed. Papirus, 2002
MARCELLINO, Nelson Carvalho (org) – *Políticas públicas setoriais de lazer* – Ed. Autores Associados, 1996
MARCELLINO, Nelson Carvalho – *Pedagogia da Animação* – Papirus Editora – 2003
MARCUSE, Herbert - *A noção do progresso à luz da psicanálise* In. *Cultura e Psicanálise* – Paz e Terra, 2001
MARCUSE, Herbert – *Eros e Civilização* – ZAHAR Editores, 1968
MARCUSE, Herbert – *One-dimensional man* – Beacon Presse Boston, 1970
MARTINS, Antonio Egídio – *São Paulo antigo (1554 – 1910)* – Livraria Francisco Alves – 1911
MARTINS, Antônio Egídio – *São Paulo antigo (1554-1910)* – Livraria Francisco Alves, 1911
MARX, Karl e ENGELS, Friederich – *A ideologia Alemã* – Ed. Grijalbo, 1977
MARX, Karl – *O CAPITAL*, vol. 1 – Editora Abril, 1983
MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. – *A Ideologia Alemã* – Ed. Grijalbo –1977
MILIBAND, David (org.) *Reinventando a esquerda* – Ed. UNESP, 1994
MORIN, Edgar – *Os sete saberes* – CORTEZ Editora, 2000
MORSE, Richard – *Da comunidade à metrópole* – Comissão do IV Centenário - 1954
MULLER, Ademir e DA COSTA, Lamartine Pereira – *Lazer e desenvolvimento regional* – Edunisc, 2002
NICOLINI, Henrique – *Tietê, o rio do esporte* – Phorte Editora, 2001
NIEMEYER, Oscar e outros – *Parque do Tietê: plano de reurbanização da margem do rio Tietê* – Ed. Almed, 1986
PACHECO JORDÃO, Marina – *Macunaíma gingando entre contradições* – Ed. Annablume, 2000
PADILHA, Valquíria – *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito* – Ed. Alínea, s/d
PARANÁ, Denise - *Lula, o filho do Brasil* – Denise Paraná – Editora Perseu Abramo, 2002
PARKER, Stanley – *A sociologia do lazer* – Zahar Editores, 1978 – pg. 10
PATRÍCIA GALVÃO (PAGU) – *Parque Industrial* – Ed. Causa Operária, 2001
PEPE, Dunia e DE MASI, Domenico – *As palavras no tempo* – José Olympio Ed. , 2001
PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla – *História da Cidadania* – Ed. Contexto, 2003
PONCIANO, Levino – *Bairros Paulistanos* – Ed. SENAC - 2001
RUSSELL, Bertrand, *O elogio ao ócio*, in. *A economia do ócio* – ed. Sextante, 2001
SADER, Emir – *Trabalho,desemprego e tempo livre* – *Lazer numa sociedade globalizada* – SESC/WORLDLEISURE, 2000.
SALLES DE OLIVEIRA, Paulo (org) – *O lúdico na cultura solidária* – Ed. Hucitec, 2001

SÊNECA - *Da Tranqüilidade da Alma – Os Pensadores*, 1973
SÊNECA, *Alternar trabalho e o divertimento – Os Pensadores – 1973*
SEVCENKO, Nicolau – *Orfeu estático na metrópole – Companhia das letras*, 1992
SUPLICY, Eduardo Matarazzo – *Renda de cidadania: a saída é pela porta – Cortez Ed.* 2002
STONE, Norman – *Bela Kun – História do Século XX – Ed.* Abril
URIBE, Graciela – *Identidade Cultural, território e lazer – in Lazer numa sociedade globalizada – WorldLeisure – 2000*
TURINI BRUHNS, Heloisa (org.), *Lazer e ciências sociais, diálogos pertinentes – Ed.* Chronos, 2002
TURINO, Célio (org.) – *O lazer nos programas sociais – Ed.* Anita Garibaldi, 2003
VÁRIOS (SESC ed.) *Ensaio, Brasil – lazer e tempo livre – Lazuli*, 2003
VÁRIOS – *Especial Mário de Andrade - Revista do Arquivo Municipal vol 180*, 1970
VÁRIOS – *Lazer numa sociedade globalizada – SESC*, 2000
VYGOTSKY, L. S. – *A Formação Social da Mente – Ed.* Martins Fontes, 1989
WEBER, Max – *A ética protestante e o espírito do capitalismo – Ed.* Martin Claret, 2003.
WILHEIM, Jorge – *São Paulo – Metrópole 1965 , subsídios para seu plano diretor – Difusão Européia do Livro*, 1965
WISKEMANN, Elizabeth – *A Guerra Russo-Polonesa – História do Século XX – Ed.* Abril

PESQUISA DOCUMENTAL EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS:

Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo
Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP – Universidade de São Paulo
Arquivo Histórico Municipal, São Paulo
Biblioteca da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, São Paulo